

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — Batista Pereira: Figuras do Império e outros ensaios — 2.ª edição.
- 2 — Pandiá Calogeras: O Marquês de Barbacena — 2.ª edição.
- 3 — Alcides Gentil: As idéias de Alberto Torres (síntese com índice remissivo).
- 4 — Oliveira Vianna: Raça e Assimilação — 3.ª edição (aumentada).
- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo (1822) — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay.
- 6 — Batista Pereira: Vultos e episódio do Brasil.
- 7 — Batista Pereira: Diretrizes de Rui Barbosa — (Segundo textos escolhidos).
- 8 — Oliveira Vianna: Populações Meridionaes do Brasil — 4.ª edição.
- 9 — Nina Rodrigues: Os Africanos no Brasil — (Revisão e prefácio de Homero Pires). Profusamente ilustrado — 2.ª edição.
- 0 — Oliveira Vianna: Evolução do Povo Brasileiro — 3.ª edição (ilustrada).
- 11 — Luis da Camara Cascudo: O Conde d'Eu — Vol. ilustrado.
- 2 — Wanderley Pinho: Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe — Vol. ilustrado.
- 13 — Vicente Licínio Cardoso: A' margem da Historia do Brasil.
- 14 — Pedro Calmon: Historia da Civilização Brasileira — 3.ª edição.
- 15 — Pandiá Calogeras: Da Regencia á queda de Rozas — 3.º volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").
- 16 — Alberto Torres: A Organização Nacional.
- 17 — Alberto Torres: O Problema Nacional Brasileiro.
- 18 — Visconde de Taunay: Pedro II.
- 19 — Afonso de E. Taunay: Visitantes do Brasil Colonial (Sec. XVI-XVIII).
- 20 — Alberto de Faria: Mauá (com tres illustrações fóra do texto).
- 21 — Batista Pereira: Pelo Brasil Maior.
- 22 — E. Roquete-Pinto: Ensaio de Antropologia Brasileira.
- 23 — Evaristo de Moraes: A escravidão africana no Brasil.
- 24 — Pandiá Calogeras: Problemas de Administração.
- 25 — Mario Marroquim: A lingua do Nordeste.
- 26 — Alberto Rangel: Rumos e Perspectivas.
- 27 — Alfredo Ellis Junior: Populações Paulistas.
- 28 — General Conto de Magalhães: Viagem ao Araguaia — 4.ª edição.
- 29 — Josué de Castro: O problema da alimentação no Brasil — Prefacio do prof. Pedro Escudero.
- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: Pelo Brasil Central — Ed. ilustrada.
- 31 — Azevedo Amaral: O Brasil na crise atual.
- 32 — C. de Melo-Leitão: Visitantes do Primeiro Imperio — Ed. ilustrada. (com 19 figuras).
- 33 — J. de Sampaio Ferraz: Meteorologia Brasileira.
- 34 — Angyone Costa: Introdução á Arqueologia Brasileira — Ed. ilustrada.
- 35 — A. J. Sampaio: Fitogeografia do Brasil — Ed. ilustrada.
- 36 — Alfredo Ellis Junior: O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano — 2.ª edição.
- 37 — J. F. de Almeida Prado: Primeiros Povoadores do Brasil — (Ed. ilustrada).
- 38 — Rui Barbosa: Mocidade e Exílio (Cartas ineditas. Prefaciadas e anotadas por Americo Jacobina Lacombe) — Ed. ilustrada.
- 39 — E. Roquete-Pinto: Rondonia — 3.ª edição (aumentada e ilustrada).
- 40 — Pedro Calmon: Historia Social do Brasil — 1.º Tomo — Espirito da Sociedade Colonial — 2.ª edição.
- 41 — José-Maria Belo: A intelligencia do Brasil.
- 42 — Pandiá Calogeras: Formação Histórica do Brasil — 2.ª edição (com 3 mapas fóra do texto).
- 43 — A. Saboia Lima: Alberto Torres e sua obra.
- 44 — Estevão Pinto: Os indigenas do Nordeste (com 15 gravuras e mapas) — 1.º volume.
- 45 — Basílio de Magalhães: Expansão Geografica do Brasil Colonial.
- 46 — Renato Mendonça: A influencia africana no português do Brasil — Ed. ilustrada.
- 47 — Manoel Bomfim: O Brasil — Com uma nota explicativa de Carlos Mauá.

- 48 — Urbino Viana: Bandeiras e sertanistas balanos.
- 49 — Gustavo Barroso: Historia Militar do Brasil — Ed. ilustrada. (com 50 gravuras e mapas).
- 50 — Mario Travassos: Projeção Continental do Brasil — Prefacio de Pandiá Calogeras — 2.^a edição ampliada.
- 51 — Otavio de Freitas: Doenças africanas no Brasil.
- 52 — General Couto de Magalhães: O selvagem — 3.^a edição completa, com parte original Tupi-guarani.
- 53 — A. J. de Sampaio: Biogeografia dinamica.
- 54 — Antonio Gontijo de Carvalho — Calogeras.
- 55 — Hildebrando Accioly: O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da America.
- 56 — Charles Expilly: Mulheres e Costumes do Brasil — Tradução, prefacio e notas de Gastão Penvalva.
- 57 — Flausino Rodrigues Vale: Elementos do Folclore musical Brasileiro.
- 58 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem á Provincia de Santa Catarina (1820) — Tradução de Carlos da Costa Pereira.
- 59 — Alfredo Ellis Junior: Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano.
- 60 — Emilio Rivasseau: A vida dos Indios Guaicurus — Edição ilustrada.
- 61 — Conde d'Eu: Viagem Militar ao Rio Grande do Sul (Prefacio e 19 cartas do Principe d'Orleans, comentadas por Max Fleiuss) — Edição ilustrada.
- 62 — Agenor Augusto de Miranda: O Rio São Francisco — Edição ilustrada.
- 63 — Raimundo Moraes: Na Planicie Amazonica — 4.^a edição.
- 64 — Gilberto Freire: Sobrados e Mucambos — Decadencia patriarcal rural no Brasil — Edição ilustrada.
- 65 — João Dornas Filho: Silva Jardim.
- 66 — Primitivo Moacir: A Instrução e o Imperio (Subsidios para a historia de educação no Brasil) — 1823-1853 — 1.^o volume.
- 67 — Pandiá Calogeras: Problemas de Governo — 2.^a edição.
- 68 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem ás Nascentes do Rio São Francisco e pela Provincia de Goiás — 1.^o tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro Lessa.
- 69 — Prado Maia: Através da Historia Naval Brasileira.
- 70 — Afonso Arinos de Melo Franco: Conceito da Civilização Brasileira.
- 71 — F. C. Hoehne — Botanica e Agricultura no Brasil no Seculo XVI — (Pesquisas e contribuições).
- 72 — Augusto de Saint-Hilaire — Segunda viagem ao interior do Brasil — "Espirito Santo" — Trad. de Carlos Madeira.
- 73 — Lucia Miguel-Pereira: Machado de Assis — (Estudo Critico-Biografico) — Edição ilustrada.
- 74 — Pandiá Calogeras — Estudos Historicos e Politicos — (Res Nostra...) — 2.^a edição.
- 75 — Afonso A. de Freitas: Vocabulario Nhêngatú (vernaculizado pelo português falado em S. Paulo) — Língua Tupi-guarani.
- 76 — Gustavo Barroso: Historia secreta do Brasil — 1.^a parte: "Do descobrimento á abdicação de Pedro I" — Edição ilustrada.
- 77 — C. de Melo-Leitão: Zoologia do Brasil — Edição ilustrada.
- 78 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem ás nascentes do Rio São Francisco e pela Provincia de Goiás — 2.^o tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro Lessa.
- 79 — Craveiro Costa: O Visconde de Sinimbu — Sua Vida e sua atuação na politica nacional — 1840-1889.
- 80 — Osvaldo R. Cabral: Santa Catarina — Edição ilustrada.
- 81 — Lemos Brito: A Gloriosa Sotainz do Primeiro Imperio — Frei Caneca — Ed. ilustrada.
- 82 — C. de Melo-Leitão: O Brasil Visto Pelos Ingleses.
- 83 — Pedro Calmon: Historia Social do Brasil — 2.^o Tomo — Espirito da Sociedade Imperial.
- 84 — Orlando M. Carvalho: Problemas Fundamentais do Municipio — Edição ilustrada.
- 85 — Wanderley Pinho: Cotegipe e seu Tempo — Ed. ilustrada.
- 86 — Aurelio Pinheiro: A Margem do Amazonas — Ed. ilustrada.
- 87 — Primitivo Moacir: A Instrução e o Imperio — (Subsidios para a História da Educação no Brasil) — 2.^o volume — Refórmias do ensino — 1854-1888.
- 88 — Helio Lobo: Um Varão da República: Fernando Lobo.
- 89 — Coronel A. Lourival de Moura: As Fôrças Armadas e o Destino Histórico do Brasil.
- 90 — Alfredo Ellis Junior: A Evolução Económica Paulista e suas Causas —
- 91 — Orlando M. Carvalho: O Rio da Unidade Nacional: O São Francisco. Edição ilustrada.

- 92 — Almirante Antonio Alves Camara: Ensaio Sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil — 2.^a edição ilustrada.
- 93 — Serafim Leite: Páginas de História do Brasil.
- 94 — Salomão de Vasconcelos: O Fico — Minas e os Mineiros da Independência — Edição ilustrada.
- 95 — Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz: Viagem ao Brasil — 1865-1866 — Trad. de Edgard Süsskind de Mendonça.
- 96 — Osorio da Rocha Diniz: A Política que Convém ao Brasil.
- 97 — Lima Figueirêdo: Oêste Paranaense — Edição Ilustrada.
- 98 — Fernando de Azevedo: A Educação Publica em São Paulo — Problemas e discussões (Inquerito para "O Estado de S. Paulo" em 1926).
- 99 — C. de Melo-Leitão: A Biologia no Brasil.
- 100 — Roberto Simonsen: Historia Economica do Brasil.
- 101 — Herbert Baldus: Ensaio de Etnologia Brasileira. — Prefacio de Afonso de E. Taunay. — Edição ilustrada.
- 102 — S. Frões Abreu: A riqueza mineral do Brasil.
- 103 — Sousa Carneiro: Mitos Africanos no Brasil. — Edição ilustrada.
- 104 — Araujo Lima — Amazonia — A Terra e o Homem.
- 105 — A. C. Tavares Bastos: A Provincia — 2.^a edição.
- 106 — A. C. Tavares Bastos: O Vale do Amazonas — 2.a edição.
- 107 — Luis da Camara Cascudo: O Marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870) — Edição ilustrada.
- 108 — Padre Antônio Vieira: Por Brasil e Portugal — Sermões comentados por Pedro Calmon.
- 109 — Georges Raeders: D. Pedro II e o Conde de Gobineau (Correspondencia inédita).
- 110 — Nina Rodrigues: As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil — Com um estudo do Prof. Afranio Peixoto.
- 111 — Washington Luis: Capitania de São Paulo — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes — 2.a edição.
- 112 — Estevão Pinto: Os Indigenas do Nordeste — 2.º Tomo (Organização e estrutura social dos indigenas do nordeste brasileiro.
- 113 — Gastão Cruls: A Amazonia que eu Vi — Obidos — Tumumaque — Prefacio de Roquete Pinto — Ilustrado — 2.a edição.
- 114 — Carlos Süsskind de Mendonça: Silvio Romero — Sua Formação Intelectual — 1851-1880 — Com uma introdução bibliografica — Edição ilustrada.
- 115 — A. C. Tavares Bastos: Cartas do Solitario — 3.^a edição.
- 116 — Agenor Augusto de Miranda: Estudos Piauienses — Edição ilustrada.
- 117 — Gabriel Soares de Sousa: Tratado Descritivo do Brasil em 1587 — Comentários de Francisco Adolfo Varnhagen — 3.^a Edição.
- 118 — Von Spix e Von Martius: Através da Baía — Excerptos de "Reise in Brasilien" — Tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf.
- 119 — Sud Mennucci: O Precursor do Abolicionismo — Luiz Gama — Edição ilustrada.
- 120 — Pedro Calmon: O Rei Filosofo — Vida de D. Pedro II.
- 121 — Primitivo Moacir: A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 3.º volume — 1854-1889.
- 122 — Fernando Saboia de Medeiros: A Liberdade de Navegação do Amazonas — Relações entre o Império e os Estados Unidos da America.
- 123 — Hermann Wätjen: O Dominio Colonial Holandês no Brasil — Um Capitulo da História Colonial do Seculo XVII — Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.
- 124 — Luiz Norton: A Côrte de Portugal no Brasil — Edição ilustrada.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 118/140 — São Paulo.

O REI FILOSOFO

503

Serie 5.^a BRASILIANA Vol. 120
BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

PEDRO CALMON

Da Academia Brasileira

O REI FILOSOFO

VIDA DE D. PEDRO II

EDIÇÃO · ILUSTRADA

~~FAC. N. FILOSOFIA - BIBLIOTECA~~



1938 ·

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

S. Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre

~~FAC. EDUCACAO - BIBLIOTECA~~



LIVROS DO MESMO AUTOR

LITERATURA HISTORICA

- PEDRA D'ARMAS (Contos)** — Monteiro Lobato & Cia., S. Paulo, 1923.
O TESOURO DE BELCHIOR (1.º Premio da Academia Brasileira, 1929) — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
ANCHIETA, O SANTO DO BRASIL — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
O CRIME DE ANTONIO VIEIRA — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
O REI CAVALEIRO — VIDA DE PEDRO I — Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1933.
MALÉS (Novela) — Pró Luce. Petrópolis, 1933.
O MARQUEZ DE ABRANTES — Editora Guanabara, Rio, 1933.
GOMES CARNEIRO, O GENERAL DA REPUBLICA — Editora Guanabara, Rio, 1933.
O REI DO BRASIL — VIDA DE D. JOÃO VI — José Olympio Editora, Rio, 1935.
VIDA E AMORES DE CASTRO ALVES — Impr. A Noite, 2.ª edição. Rio, 1938.
O REI FILOSOFO — Vida de D. Pedro II.

HISTORIA

- A CONQUISTA. HISTORIA DAS BANDEIRAS BAHIANAS.** (Esg.).
HISTORIA DA BAHIA, 2.ª ed. — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
HISTORIA DA INDEPENDENCIA DO BRASIL — Imprensa Nacional, 1927.
HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA — Comp. Editora Nacional, 3.ª ed., S. Paulo, 1935, Vol. XIV da Serie "Brasilianna". Traduzida para o hespanhol, por Julio E. Payro. Prologo de R. Levene. (Biblioteca de autores brasileiros, vol. 1.º, Buenos Aires, 1937).
HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA — Para a Escola Primaria, Vol. XXXII da Serie II, Livros Didaticos da B. P. B. da Cia. Editora Nacional, 2.ª ed.
HISTORIA SOCIAL DO BRASIL. (Vols. 40 e 83 da serie "Brasilianna").
I. Espirito da Sociedade Colonial — (2.ª edição).
II. Espirito da Sociedade Imperial.
POR BRASIL E PORTUGAL — Sermões de Antonio Vieira. Comentados. — Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1938.

DIREITO

- DIREITO DE PROPRIEDADE** — Imprensa Nacional, 1926.
A REFORMA CONSTITUCIONAL DA BAHIA, Bahia 1929.
A FEDERAÇÃO E O BRASIL. RUMOS CONSTITUCIONAIS — Rio, 1933.
INTERVENÇÃO FEDERAL — Liv. Freitas Bastos, Rio, 1936.
CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO — Liv. Freitas Bastos, Rio, 1937.

À MEMORIA
DE
MIGUEL CALMON

Mestre e Amigo

P. C.

BAIXA
FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

INDICE

<i>Palavras prévias</i>	13
I — O Príncipe Imperial	15
II — Orfão da pátria	24
III — Drama obscuro	31
IV — Entre a dama e o frade	38
V — A surpreza da Maioridade	52
VI — Rei e senhôr	65
VII — Tereza Cristina	79
VIII — (Razões de Dadama"	89
IX — "Menino" e "Homem"	99
X — A lâmpada de S. Cristovão	110
XI — O grande jogo	126
XII — Transação	139
XIII — Golpe de mestre	147
XIV — Esplendôr	159
XV — Paz e trabalho	165
XVI — O estudante	174
XVII — Por montes e vales	183
XVIII — Christie	187
XIX — O rio trágico	194
XX — O genro de França	204
XXI — Jornadas gloriosas	210
XXII — Antes quebrar... ..	221
XXIII — O homem que fez a guerra	228
XXIV — Entre Agassiz e Gobineau	253
XXV — Depois da vitória	263

XXVI — Ontro Lincoln	276
XXVII — A primeira viagem	287
XXVIII — A sombra de Luiz XIV	304
XXIX — A America!	314
XXX — Nova gente	328
XXXI — Para a democracia	338
XXXII — Abolição: rochedo de Sísifo	354
XXXIII — O erro do Imperador	364
XXXIV — Renuncia	376
XXXV — Regresso	388
XXXVI — Tudo mudou... ..	398
XXXVII — A Republica!	407
XXXVIII — A segunda vítima	428
XXXIX — Sol pôsto	438
XL — Um pouco de terra... ..	447
Fontes	460

PALAVRAS PRÉVIAS

Tivemos tres reis.

D. João VI, manso e pródigo fundador da monarquia americana; D. Pedro I, que proclamou a Independencia e corôou-se Imperador; e esse frio e tranquilo D. Pedro II que illustrou um dos mais extensos reinados da História.

Traçamos, em paineis isolados, os retratos deles.

O quiêto e esperto avô; o filho trétego e aventureiro de cálida vocação heroica; o neto sábio e cauto, um dos mais serenos e nobres espiritos do seu seculo. Demos-lhes apelidos que são julgamentos: ao "Rei do Brasil" (como lhe chamavam, ironicamente, os diplomatas estrangeiros) succedeu o "Cavaleiro", ultimo forte de uma raça ousada, de paladinos românticos, e a este, com o seu perfil de magistrado, a mania da erudição, o gosto das letras, o irredutivel gênio civil, o "Filosofo".

É um tríptico, de quadros veridicos.

O historiador não póde ser apologista. O panegirico é a outra face — leviana e passageira —, da crônica que pretende rasgar em pedra fórmulas definitivas. Quando a arte de narrar se desprendesse da influencia politica — insensivel e tenaz — que subtilmente lhe corrompe os intuitos, a luz da História, derramando-se pelos panoramas do passado, seria tam-

bem o bom clarão da verdade. É tempo — isto sim — de projêta-lo sobre as sombras que envolvem homens e cousas das origens nacionais. Representam os povos, os seus personagens dirigentes. A falta da autêntica fisionomia do Brasil, destaquemos os seus índices biográficos, as forças condutôras do país, vidas insignes que se não separam mais de sua evolução, as almas-sinteses.

Nesta situação está D. Pedro II.

A historia pátria de cem anos para cá não foi escrita. Não se publicou ainda, integral, a biografia do Imperador, que a abrange em metade daquele periodo (). Tudo, nesse resvaladio terreno da pesquisa historica, é indeciso, fragmentário, dispersivo. A mingua de obras de conjunto, a sintese definitiva está por fazer. A epoca, é de contribuições que preencham os vastos claros, subsidios documentais, desentranhamento, revelação dos arquivos particulares, debates e averiguações esclarecidos por uma critica sem paixão. Supre, este livro, uma lacuna. Longe de ser completo: contenta-se — no que tem de original e novo — com os seus motivos civicos, a séria preocupação da fidelidade limpida e impessoal.*

Guiados pela sua estrêla, que os trouxe, e levou da America, passaram outr'ora os reis magos. Foram tres!

Encarnaram — no confuso periodo em que se elaborava o Estado, na gloriosa fase de sua fundação, no largo tempo da consolidação dele — o Brasil, que aumentaram.

Rio, Novembro de 1937.

P. C.

(*) Dar-nos-á brevemente o Sr. Heitor Lyra um importante livro, sobre a vida e o reinado do Imperador.

I

O PRINCIPE IMPERIAL

Às duas horas e meia da madrugada de 2 de Dezembro de 1825, o cirurgião Guimarães Peixoto anunciou ás damas, aos camaristas, á criadagem que se dissimulava pelos cantos da ante-camara imperial, que Sua Majestade D. Leopoldina acabava de ter um filho varão.

D. Pedro I arremessou-se, num impeto de regozijo, para o vasto leito de mogno. Sobre a branca travesseira repousava a cabeça aureolada d'oiro, de cabelos sôltos, a Imperatriz, serena e palida como se as vivas côres de sua face alemã se tivessem diluido na indizível emoção da maternidade. As aias corriam, com os utensilios, numa azafama silenciosa e risonha, de colmeia desafogada, pela alegria do bom successo. Fôra feliz o parto, como os outros, das princezinhas Januaria, Francisca e Paula, confiados tambem á pericia milagrosa do medico Peixoto. Um menino! O Imperador debruçou-se enternecidamente sobre aquelas 23 e 1/2 polegadas de gente — segundo o relatorio do doutor, que o "Diario Fluminense" publicou no mesmo dia. Era um homem! Mexia-se, nas suas cambraias com corôas

bordadas, um minúsculo sêr, que valia para ele a segurança da Casa continuada, da dinastia garantida, do Brasil apaziguado — porque D. Pedro II (assim se chamaria!) era brasileiro.

— Senhor brigadeiro, apresente Sua Alteza 'Imperial á côrte! Disse o monarca, levantando nos braços o pequeno volume.

Francisco de Lima e Silva, veador da Imperatriz, de serviço no Paço áquela hora, adiantou-se, fazendo refulgir, ao lume dos candelabros, o uniforme azul agalado, as dragonas, que lhe tremiam nos hombros os cachos largos, o punho do grande sabre que riscava o assoalho. Curvou-se, numa reverencia profunda, e recebeu nas mãos abertas a criança. Elevou-a á altura dos olhos, com o respeitoso cuidado que teria o pastôr da Judéa suspendendo do palheiro o Menino Jesus; e deu dous passos na sala. A sua voz forte repercutiu pelo aposento discretamente alumiado:

— Sua Alteza, o Principe herdeiro do Brasil...

De pé, na moldura da porta, D. Pedro I — de jaleco verde, as bochechas rosadas espetadas pelas pontas do colarinho, revôlta a grenha bronzeada, sorria. O exercito carregava o seu pimpôlho... As açafatas de vestido amarelo, os velhos fidalgos de casaca vêrde, os semanarios, de grossa chave doirada pendurada dos botões da farda, achavam o recém-nascido uma lindeza, um mimo, uma joia. Seria alvo e loiro, como a arquiduzequa sua mãe; rijo e sadio, como o pae, cujo pulso atlético o Imperio conhecia... “O unico entre os brasileiros que liga o presente ao passado”, rosnariam, pelas galerias, os politicos, numa frase que Saint-Hilaire teria de escrever. O prolongamento da monarquia na America, registou, logo em 3 de

Dezembro, o Senado da Camara, mandando iluminar, por mais quatro dias, as fachadas das casas, para que a cidade patenteasse as suas alviçaras. O futuro, sim senhores — remataria o Imperador, certo de que lhe sucederia no trôno um dia, talvez proximo, porque a maldição dos Braganças matava apenas — e invariavelmente — os primogenitos: tirára-lhe, em 1822, o seu pobre D. João Carlos.

Porisso mesmo o “Espectador Brasileiro” avisava aos súditos, em 10 de Dezembro: “Não temos a temer as convulsões que, por duas vezes, atacaram o principe D. João, uns poucos dias depois de batisado... Consta-nos que S. A. I. não tem sofrido o menor incomodo, apesar da inconstancia da estação”...

Estremecia de profético entusiasmo o jornalista: “A Providencia vigia ao lado do seu berço, e fóra, nos porticos do Paço, o Genio do Brasil está de sentinela efetiva”.

Amavel literatura: além dos archeiros de bicornio emplumado e uniformes verdes, que faziam a guarda do palacio, gemiam e torciam-se ao vento as grandes arvores da Quinta. Essa indistinta e grave musica de ramagens estalando em roda do casarão, ou, nos calmos dias de sol, a passarada a cantar, enquanto o doce ruido de aguas correntes propagava a misteriosa sinfonia da mata tropical — foram os rumôres que embalaram, no seu pezado berço de castanho, o querido menino.

E que esplendida festa se fez pelo batisado!

Em 9 de Dezembro, ás 5 da tarde, em grande gala, desfilou a nobreza, pelo passadiço entre a ucharia e a capela imperial, precedendo ao palio, a cujas varas iam os primeiros homens do governo, levando nos bra-

gos o principezinho o visconde da Cunha, mordomo-mór, da Imperatriz.

Chovia lá fóra, o que obstára a cerimonia externa, pelo tablado em diagonal, que servira á coroação de D. João VI, ao batisado de D. Maria da Gloria. Foguêtes estouravam no ar. As salvas das fortalezas e dos navios abalaram a cidade. Apresentava D. Pedro I um triunfante sorriso. No côro se cantou uma partitura composta pelo Imperador: nos seus belos dias, só se sentia perfeitamente contente se o aplaudiam tambem, como maestro. Emquanto o bispo D. José Caetano officiava o longo "Te Deum", dormiu a criança num artistico leito armado ao lado da capela-mór. O incenso, os psalmos, a penumbra, o ar abafado, o canto-chão, ninaram-no como se fosse um quente regaço de ama. A princeza do grão Pará, D. Maria da Gloria, que respondeu pelo irmão as palavras do ritual, parecia uma nobre mulherzinha de cabeça erguida, o penteado francez envolvendo-a em cintilações de tranças d'oiro puro, muito direita e séria no seu papel oficial. Os diplomatas de calção, peitos constelados de comendas, os generais, com as medalhas da Cisplatina e da Independencia, os conegos de capas rôxas, as damas de mantos esmeralda e ramagens de prata, os grandes do Imperio, com as cruces de Cristo sangrando ao pescoço — formavam um confuso fundo de quadro, um luminoso cenário de prosápias, hiarquias e dignidades, chamejante tumulto que cercava, no berço protegido pelo fumo dos turibulos, o menino adormecido.

E que nome comprido lhe chamou D. José Caetano, com a mitra cravejada de pedraria faiscando sobre os cabelos brancos: D. Pedro de Alcantara João Car-

los Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocadio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga! . . .

Esse calendario, era uma invocação.

Acentuava o carater "fidelissimo" da progénie dos mais catholicos reis do ocidente.

D. Pedro I teve uma arte propria em nomear os filhos. A mais velha, lembrava-lhe a Virgem de sua devoção: Nossa Senhora da Gloria, lá no outeiro, dominando, com o campanario aldeião, a Guanabara. D. João Carlos unira os nomes dos avós: João VI, Carlos IV: os dous gordos e moles soberanos, com quem morrêra o absolutismo. D. Januaria evocava a provincia do Rio de Janeiro; D. Paula Mariana, São Paulo, e Minas... Agora, D. Pedro, era ele mesmo: o 2.º.

A 2 de Janeiro, foi a consagração á Senhora da Gloria. A Imperatriz prosternou-se diante daquele santuario predilêto, oferecendo á mizericordia de Deus o destino do filho. E já no dia 31 se separava dele, para acompanhar á Bahia o marido, numa ufana viagem politica que, entretanto, lhe prolongava o Calvario domestico. A bordo ia a favorita poderosa e arrogante, a marquezia de Santos...

D. Mariana de Verna ficava com a criança. Desde um mez antes do nascimento dela, destacára-a o Imperador para sua aia. Era uma illustre e piedosa senhora, conhecida por exemplares virtudes e invulgar illustração, de 46 anos de idade, portugueza e viuva, do grupo das damas emigradas com a familia reinante, em 1808. A ama de leite era uma robusta colona suissa, Maria Catarina Equey, joven de 25 anos, sadia e mansa como devem ser as nutrizes dos principes. Secundava-as a mucama preta, em cujos braços de ebano Debret retratou D. Pedro II, em 1827.

Não conheceu bem a infeliz D. Leopoldina.

Tinha um ano e nove dias apenas quando — ao meio dia de 12 de Dezembro de 1826 — o camarista João José de Andrade Pinto, abrindo um cortejo lugubre, levou-o ao salão do Paço. Ali, num estrado, sobre uma colcha da China côr de perola, vestida de gala com as suas grã-cruzes, mais bela na morte do que em vida, jazia, entre altos tocheiros, a Imperatriz do Brasil. Disséram-lhe para beijar a mão fria, que repousava sobre o peito inanimado. Uma por uma, as pequenas princezas repetiram, soluçando, a triste cerimonia: depois, em fila, silenciosa, abafando um choro vago, a côrte passou, numa ronda de duendes, diante daquele leito suntuoso... O Imperador estava no Rio Grande, preparando a guerra aos platinos. Murmurava-se, que a arquiduqueza e soberana morrera desgostosa, com as complicações de um máo successo: dôres antigas, a inadaptação aos costumes da terra, a petulancia da comborça, o escandalo das imperiais bastardas, uma lancinante angustia, que a estrangulára em plena juventude! Saiu de noite o prestito funebre, á luz de archotes, lentamente, de S. Cristovão para o convento d'Ajuda, pondo aqueles cirios, no betume e na paz da Quinta de arvores gementes, clarões fantasticos, que não seriam mais esquecidos de D. Maria da Gloria, de D. Januarina... Ele não os viu. Quando começou a ter memoria das cousas, a mãe era D. Mariana de Verna, que, todavia, para manter a distancia que ha entre uma aia e o amo, lhe explicava: Era a Dama. Nunca os seus labios balbuciarão — Mãe. Ao tartamudear as primeiras palavras, disse: "Dadama". Assim ficou sendo, para ele, a branda D. Mariana. A sua "dadama", a que lhe dava a illusão de não ter morrido a Imperatriz.

As convulsões — da crise de dentição — sobrevieram em Agosto. Tres sumidades debruçaram-se, ansiosas, sobre a caminha, onde se debatia, num ataque epileptico, aquele descendente de tantos reis enfermos. O susto foi geral; mas a saúde voltou. Voltou devagar. Em fins de 1827, o marquez de Barbacena o achou “magrinho e muito amarelo”. D. Pedro I não podia dedicar-lhe uma atenção permanente: vivia a sua fase dramatica, de politica tempestuosa, de amôres e rompimento, de sobresaltos e decepções. Em 16 de Outubro de 1829 tudo mudou, na Quinta da Bôa Vista. Havia nova senhora. Chegára D. Amelia de Leutchenberg, segunda imperatriz do Brasil, formosa e juvenil como num crômo, deitando a tudo os húmidos olhos negros, capaz de transformar — tal nos contos de fadas — espinheiros em rosas. A Ordem honorifica que, em comemoração disto, creou o Imperador — a da Rosa — valia por uma deliciosa promessa. Os corações e os países têm as suas primaveras. O aspero palacio, que D. João VI fizêra burguez e grave, que D. Leopoldina quizêra socegado e acadêmico, arejou-se subitamente, com a alegria trepidante da menina que trazia nas veias o apaixonado sangue de Beauharnais. Jurou ser bôa mãe dos enteados. Não arredaria a ótima Dadama: mas a auxiliaria, com o seu transbordante carinho. Passára o Atlantico para espalhar felicidade...

Não lhe deixaram que morasse muito tempo ali. O chão tremia sob os pés. Sibilavam, nas velhas frondes da Quinta, os ventos de um temporal irresistivel. Era a Revolução, que soprava.

Aos quatro anos, o menino recebeu de D. Mariana um presente que lhe custára — á santa preceptôra — séria e laboriosa meditação. Abriu com as mãos

inquiétas o pequeno embrulho: um livro! Dadama leu o título: "Pequeno Catecismo Historico, oferecido a Sua Alteza Imperial D. Pedro de Alcantara por D. M. C. de V." Na dedicatoria incluiu um elogio mimoso: "Vossa Alteza Imperial, que em tão tenros anos começa a desenvolver tanto os principios de virtude e firmeza de character, que, com o andar do tempo, fará a gloria do Brasil..." Admiravel mulher! Motejaram os cortezãos: a idade do principe não era a mais propria para tal leitura. O Imperador comoveu-se; com aquella educação, estava cumprida a sua palavra, quando disséra que ele e D. Miguel seriam os ultimos malcriados da familia: De Ouro Preto, em 22 de Fevereiro de 1831, recebeu a sua primeira carta: era do pae, que dizia: "Estou sumamente contente por saber que já assina o seu nome" (1).

Em seguida... Não se recordaria bem das violentas impressões que, mesmo no espirito d'uma criança, deixam o pavor dos que a rodeiam, tropas que vão e vêm, artilharia que roda pelos caminhos da Quinta, criados que se pranteiam, a fisionomia pezarosa do Imperador, os lindos olhos marejados de lagrimas de D. Amelia... 1831. E a segunda, mais vazia orfandade. Numa madrugada, as portas do Paço se fecharam sobre um casal que se fôra. Adormecera vendo o sorriso bondoso da Imperatriz; despertou diante de Dadama, que soluçava. Cerrára os olhos como um pobre menino de quem não se ocupam muito, no torvelinho de fatos estranhos, que não póde com-

(1) Ms., no arquivo do castelo d'Eu, n. 4265. FONTES: Max Fleiuss, *Infancia do Imperador, Contribuições para a Biografia de D. Pedro II*, Revista do Instituto Historico, 1925. Pedro Calmon, *O Rei Cavaleiro*, S. Paulo 1933.

preender; e ao saltar do leito de manhã, quando um raio de sol entrou no quarto, D. Mariana de Verna lhe disse num tom cavernoso:

— Senhor Dom Pedro Segundo... Imperador do Brasil!

Aquele raio de sol — era de 7 de Abril.

D. Pedro I abdicára a corôa; desvencilhára-se do governo; e embarcara para a Europa, deixando-o, com as irmãs, entregue á generosidade dos brasileiros. Sem mãe, sem pae, sem liberdade...

II

ORFÃO DA PÁTRIA

Antes dos seus seis anos, era uma entidade politica.

Juntava ao nome um algarismo: Pedro II.

Beijavam-lhe a mão pequenina, chamavam-lhe: "Meu Imperador".

Foi o tratamento que o acompanhou toda a vida.

Não se lembraria mais do tempo em que os mesmos criados do Paço o tratavam de Alteza, como ás irmãs Januaria, Paula e Francisca. Era Majestade, como D. Maria da Gloria, a "mana Rainha", sua irmã tambem no destino, de ter uma corôa, esmagando-os. E como isso lhe fazia medo!

Tudo ficou triste, tragicamente sombrio, depois da madrugada da Abdicação.

O palacio esvaziou-se; as aias choramingavam pelos corredores; desaparecêra a Guarda de Honra, de uniformes brancos, com os altos capacetes, nos quais um dragão de bronze entreabria azas erriçadas: fôra um sonho glorioso, que se dissipára... A revolução entrára como um pé de vento, assobiando e rugindo,

por todas as frestas. D. Pedro não podia perceber exactamente o que se passava á sua volta: as aclamações populares, quando o exhibiam á janela, os antigos servidores substituidos, a insolencia com que os novos falavam aos velhos, o ar torvo dos funcionarios jacobinos, que iam vê-lo (D. Mariana de Verna pensava no sapateiro Simão, nos carcereiros dos reis), o silencio majestoso do tutor, José Bonifacio, e a consternação das boas senhoras que lhe diziam, com os olhos vermelhos, que não haveria de sentir falta de sua mãe que estava no Céu. Todas essas impressões de mudança, de hostilidades, de luto, se misturavam, na sua retentiva alarmada, em fórma de um terror infantil, que por pouco não o matou.

Precisavam distrair a criança, dar-lhe companheiros e brinquedos, uma atmosphera propria; e no entanto o prendiam, na sériedade de uma vida metódica, medida, conventual, que só tinha de sol e primavera a escassa hora de um passeio matutino.

Agarrava-se á roçagante saia de Dadama: ella chamava-lhe, aconchegando-o de encontro a si, "Imperador"...

Era costume então se vestirem os meninos como homens, imitando-os, precocemente velhos.

Usavam calças compridas, jaqueta ingleza, colete com uma cadeia de oiro, e ao pescoço a gravata de volta, que emoldurava de uma côr séria a cabecita inquiéta, mas pezarosa. Com uma roupa assim, o pobrezinho folgava como os papás; aprendia equitação, boas maneiras, o seu francez, e piano. Nem "sports" rudes, nem carreiras pelos campos, ou o livre riso, que é, para as crianças, como o canto para os passarinhos. Varios seculos de educação cortezã produziam, em

Portugal, no Brasil, essa geração de românticos palidos que singularmente contrastava com a selvagem alegria do meio, a festa das estações, o colorido e as violências do tropico. Pois D. Pedro era ali o menino-simbolo.

A sua instrução tinha de ser exemplar, a composição, a gravidade, absolutamente impecaveis.

No dia seguinte á partida dos paes, só havia em S. Cristovão uma preocupação: fazer depressa, do “orfão da pátria”, o Imperador.

Mas rapidamente, como se fôra em plastica de escultura, que os dêdos modelam, corrigindo aqui, melhorando acolá, conforme a imagem que se copia. Esta, era a d'algum rei da Biblia — para as ilustres senhoras, para Dadama e o seu “Catecismo Historico” — ou a de Luiz XIV — para os camaristas voltaireanos. Um David, um Salomão, um Rei Sol. Tinha cinco anos... Não importava! Nascera nos degrãos do trôno e a monarquia sobrevivia com ele. Se desaparecesse, se falhasse, tambem ela acabaria. Mãos á obra, portanto. Que estudasse, que se convencesse de sua posição, que fosse como os principes excelsos, justos como santos, instruidos como sabios, de halo místico, sobre a corôa...

Essa orientação, dada á formação mental de D. Pedro II, somou-se á viva hereditariedade materna.

Mais Habsburgo do que Bragança-Bourbon, pouco se parecia com o heroico pae soldado: pertencia á estirpe de D. Leopoldina pelo largo queixo austriaco, que lembrava o Felipe IV de Velasquez, os olhos azúes, a estatura acima da normal, que na mocidade o assemelharia — com a fina barba loira, destinada talvez a atenuar o prognatismo, e a face austriaca, a um arquiduque de Viena, — sobretudo pelo gosto dos es-

tudos pacientes, o sedentarismo, dos que amam as cousas do espirito, a aversão aos modos vivazes dos parentes paternos, a cordura natural, um orgulho macio e indomavel, o culto da magnanimidade, o senso da justiça, o forte personalismo... Seria a antitesese de D. Pedro I, o amoroso caçador de aventuras, o guerreiro e o impulsivo, que ardeu na propria paixão, queimando-se, e iluminando o seculo: timido, contemplativo, pacifico, inclinado á misantropia e amigo do silencio, levava no semblante e na alma a tristeza da imperatriz ao tempo em que o gerára. Não havia quem a não recordasse — a inadapta da — vendo-lhe o filho calado, de queixô saliente e fronte abaulada, sempre agarrado á saia da ama, com um pavor vago e inaudito a encher de fantasmas as suas longas noites...

As noites principalmente, na Quinta da Bôa Vista, deixaram-lhe na imaginação um sulco indelevel.

A floresta virgem roçava os angulos do palacio. Uivava o vento no arvorêdo e as aguas proximas churriavam em cascatas, casando o seu ruido monotono com o coaxar das rãs, todos os confusos rumôres da selva aguçados pela esplendida limpidez das noites sêcas, de céu estrelado e claro. Pouca gente frequentava o Paço. Que iriam ver ali? Os salões desertos cheiravam a môfo. O desarranjo das casas deshabitadas repetia-se por todos os aposentos que outr'ora os candelabros imensos alumiarão, destacando as portas de almofadas esculpidas, com capacetes da Guarda e aguias imperiais, e os embravecidos retratos de familia: D. Maria I branca como um espectro, D. João VI com a sua flacida e pasmada gordura, o beijo belfo levemente ironico, de rei velhaco, os Austrias de uniformes reluzentes, um Jorge IV da Inglaterra de ar brêjeiro, um Metternich com o seu olho vulpino, e D. Pedro I, doirado como um

orago, o robusto braço estendido, e o punho de arriero pousado sobre um livro: a Constituição... Os caminhos do poder, nos quais não cresce mato, passavam longe. Iam ter á casa dos senadores regentes, do brigadeiro Lima e Silva — o mesmo belo official que o apresentára, recém-nascido, á côrte, e ajudára a depôr D. Pedro I —, dos ministros liberais que faziam garbo do seu republicanismo.

No Rio, em 1831, não se dava grande cousa pelo trôno do sr. D. Pedro 2.^o.

O burguez assinante do Jornal do Comercio não se surpreenderia se lêsse na folha, em tres linhas, ao pé do anuncio mercantil, a noticia de que o governo o mandára embora, com duas aias, devolvendo-o, pelo patacho de Lisbôa, ao pae, exilado em Paris.

De resto, ninguem se surpreenderia de nada.

O tempo era dos fátos inverosímeis.

A revolução fôra total.

Os aristocratas do reinado extinto eram perseguidos: os velhos conspiradores agora dirigiam, manobrando a tropa indisciplinada, o barco do Estado. As quarteladas explodiam, como num chão vulcanico erupções inevitaveis. As idéas absurdas circulavam. Republica, federação, desunião do Imperio, sistêma grego de cidade, ou então a liga das republicas americanas, articulando um super-organismo utopico... Deliravam os deputados. Francisco Manuel compuzera o hino nacional, que tinha as frescas harmonias de uma primavera, as arrogancias marciais do povo em armas... Passava Evaristo da Veiga como um deus do verbo, guedelhudo, pensativo, seguido de muitos estudantes: o Mirabeau da assembléa. Ateára o incendio, mas impedira que se alastrasse; a mão que derrubára a corôa corrêra a apanha-la, medroso da anarquia...

Feijó era o Danton de sotaina: a face grosseira, como falquejada a machado, a testa baixa, o pescoço taurino, certo ar apostolico na energia irritada que lhe irradiava do olhar... Faltava Robespierre. Mais um homem como aqueles dois, e a assembléa se transformaria em Convenção. Alguns suspiravam pela guilhotina. Sem sangue, não se concertaria a nação! Um grupo rosnavava, que o monstro popular se aplacaria com a cabeça de uns barões. Os castigos terriveis talvez endireitassem o que nascera torto: a Independencia conciliatoria, a monarquia trajada á européa, o lusitanismo de Pedro I, as influencias secretas que o perderam, a miseria das finanças comidas, em partes iguais, pelo orçamento militar e pelo agiota de Londres. Mas, na hora decisiva, os que profetizavam o tribunal vermelho davam um pulo atraz e persignavam-se. Eram Marats teóricos, envenenados de literatura, que de manhã ouviam missa em casa e á noite conspiravam, na maçonaria. Apostavam todos, sim, que o clima imperial se esgotára. Apenas não sabiam como se libertar do menino. Nem concordavam, ácerca das razões disto. O tumulto respeitava uma criança de seis anos, cuja orfandade desolada as matronas fluminenses espreitavam, com pena, atravez do portão da Quinta onde um velho miliciano dormitava, apoiado á baioneta.

Porque a republica, se já existia de verdade, com a regencia? Bolir na fórmula de governo seria soprar uma chama em paiol de polvora. Além disso, as relações exteriores exigiam cautela. As potencias, a "Kabinetpolitik", temiam os desvairios do novo Brasil, e o vigiavam. O imperador da Austria demonstrara um interesse extemporaneo pelo neto, recomendando-o, com uma ternura nervosa, ao barão Daiser, seu ministro. A voz do sangue custára a fazer-se ouvir, neste

lado da America: mas sempre falára. Metternich não acreditava no re-equilibrio, na volta do Brasil á estabilidade anterior. O seu tempo, aliás, passára tambem. As monarchias constitucionais brotavam, da sementeira de Julho. As hospedarias do centro da Europa poderiam anunciar bons quartos, para os principes exilados: a freguezia da moda. E se caíra Carlos X com os seus marechais, como poderia sustentar-se uma indefesa criança, amparada pela Dadama?

A revolução brasileira não destronou Pedro II: fez melhor. Esqueceu-o.

E' outra forma de banir reis. Finge-se que não vivem.

Só se apercebiam dele os escurarios lavrando preguiçosamente os decretos: "A Regencia em nome de Sua Majestade o Imperador..." Este, suspendia-se ás saias de D. Mariana de Verna — letrada como um academico — ou da condessa de Itapagipe — austêra como um bispo — suplicando que não o largassem, porque tinha mêdo, dos barulhos noturnos que tamborilavam, assobiavam, retiniam na tenebrosa vastidão da Quinta...

A primeira pessoa do Imperio era tambem a mais infeliz: quantas vezes, arriscando um olhar curioso para fóra do alto portão do parque, não invejou a selvagem independencia dos meninos pobres de sua idade, que se reholavam, como pequenos pôtros bravos, no gramado verde feito para rolares crianças e saltitarem passaros!

III

DRAMA OBSCURO

O primeiro, o segundo ano de orfandade politica não lhe deixaram vestigio na memoria.

Queriam, os de casa, restaurar o trono de Pedro I, e os do governo, considerando o antigo imperador inimigo comum, tudo fariam para impedir-lhe a volta.

O maior sacrificado fôra então o tutor, José Bonifacio.

Intencionalmente, confiára o soberano ao velho paulista a sorte do filho.

Estimára-o em 1822, como ao principal cidadão do Brasil, e honrara-lhe os serviços, nomeando-o condestavel da monarchia acéfala. Pois ele ajudára a fazer a Independencia; que a completasse, assegurando ao segundo o poder que déra ao primeiro Pedro, em nome da sociedade conservadora, na pátria adolescente!

Mas José Bonifacio não era o mesmo homem, nem os tempos se pareciam — a época da Regencia nativista com a da fundação do Imperio — quando disséra dele o almirante Roussin: “Il n'existe peut-être pas au monde de plus fougueux petit vîeillard...”

O desgosto, o exílio, a idade, o horror das trope-las jacobinas por toda parte queimando os antigos ido-los, acenderam-lhe na alma fatigada uma indignação sagrada. Dez anos antes, seria capaz de proclamar a republica, para apartar da metropole o Brasil; agora se julgava indicado para restabelecer a realeza aposto-lica, contra os maçons, que desmembravam a nação que unificára... Entretanto para isto lhe faltava a força, que não sabia aliciar, e a vontade, que já lhe esmore-cia, nas vacilações da saúde precaria e do espirito des-crente. Conspirou ingenuamente, com a guarda do pa-lacio, e amargou a imprudencia, numa dupla derrota: a de uma esporádica insurreição pretoriana, dispersa-da aos primeiros tiros, e a de um ostracismo definitivo.

Aziago ano de 1833!

A princeza D. Paula sempre fôra doentinha. Já em 1829, para curar-lhe impaludismo e hepatite croni-ca, subira D. Pedro I a serra, veraneando em Corrêas, na fazenda vizinha do Corrego Sêco, que comprou em 1830 (Petropolis). Recafu no principio daquele ano. Tinha somente dez anos de idade. Nascera para so-frer, a "santa", como lhe chamavam, as criadas condoí-das de sua resignação mais forte que a dôr. Não re-sistiu a onze dias de febre rebelde: faleceu, nos braços de D. Mariana, em 16 de Janeiro. Foi, para os irmãos, um abalo que custaram a esquecer, na desolação do palacio subitamente mais lugubre, sem a menina que a todos encantava pelos modos socegados. Sepultaram-lhe no convento de Santo Antonio o pequeno esquite vermelho.

José Bonifacio escreveu a D. Pedro I uma frase, lançada no final da carta chorosa das princezas: "Du-rum sed levius fit patientia..." O seu grave latim era mais eloquente do que um relatorio. Como que advi-

nhava estar prestes a estourar aquele dilacerado coração de pelejador, a palpitar pela sorte dos filhos em pleno cerco do Porto, numa infundavel tragédia que venceu, para parar logo em seguida... De lá, o Imperador se limitava a pedir:

“Rogo-lhe sobretudo (escrevia á condessa de Itapagipe) que cuide em que meus filhos mostrem bom modo a todos: — que suas maneiras sejam delicadas; que, quando conversarem, suas palavras sejam bem pronunciadas e escolhidas”.

Quanto padecera, o estouvado, para assim encomendar, da beira do tumulto quasi, a formação moral do continuador de seu nome!

Em 7 de Abril de 33, confidenciava ele, de tão longe, para os filhos:

“Que dia de luto e de tristeza para mim! Foi neste mesmo dia que me vi obrigado a separar-me do Brasil e de vós!” (2).

Queriam roubar a imperial criança!

Ao entardecer de 21 de Setembro, chegaram á Quinta da Boa Vista, alarmados, dezeseis juizes de paz. Ás 9 da noite eram mais de cem as pessoas que, entre o portão e a escadaria do palacio, juravam defender os principezinhos. Havia entre eles homens illustres, da justiça, da politica... Mas contra quem?

O chefe de policia lá esteve. O tutor disse-lhe ter sabido que na Chácara da Floresta se reuniam conspiradores, que planejavam raptar Pedro II — e tomá-la as suas provincias.

O ministro da justiça Aureliano Coutinho, em officio á regencia, achou que isso merecia riso...

(2) M. Fleiuss, *Contribuições para a biografia de D. Pedro II*; Alberto Lamego, *Destituição do Tutor*.

De fáto, a crise se extremára. De um lado, o estadista ancião, com algumas dezenas de partidários, que prometiam resguarda-lo, em S. Cristovão, contra os jacobinos; do outro, o governo, apoiado ás forças da revolução liberal. A chacara da Floresta era mais um simbolo do que um valhaçouto. O ministro Aureliano formára o seu grupo: de politicos de 1831, ambiciosos e inteligentes. Temiam — e preveniam — dobrado golpe: retrógrado, militarista. Alimentavam a fogueira do nacionalismo intolerante. Açulavam o povo, contra tudo o que cheirasse a “antigo regimen”. Pedro I foi o avantesma, o perigo comum, o execravel passado.

Adocêra o pequenino Imperador em 4 de Outubro, de umas convulsões, que fizeram temer por sua vida. Restabeleceu-se; logo o 1.º batalhão da Guarda Nacional mandou celebrar missa de ação de graças, na matriz do Sacramento, em 3 de Novembro. Prégou o maior orador sacro da cidade, Monte Alverne: “vós nos convenceis (disse, indicando D. Pedro II) que o Brasil está salvo; que o primogenito dos Brasileiros está vivo.” E, aludindo á hipotese da morte do menino: “Quem seria capaz de combinar os elementos decompostos na cratera revolucionaria? Não é só uma fiança de paz, que o Brasil possúe no seu imperador. Ele é ainda o simbolo da unidade nacional, que seria posta em risco por uma adversidade tão deploravel. A perda do imperador, afrouxando todos os vinculos sociais, abria uma vasta arena a empresas temerarias...” (3).

Os olhos azúes da criança convalescente abriam-se desmedidamente, a compreender os argumentos do frade, que fazia depender de sua pobre saúde a conti-

(3) Monte Alverne, *Obras Oratorias*, IV, 108, Porto 1899.

nuação da Pátria... Por isso o tratavam com tão aflitos cuidados, e, em torno dele, forças poderosas contendiam: Andradas, Aureliano, o exercito, as massas...

Em 2 de Dezembro, aniversario do Imperador, a Sociedade Militar, na qual predominavam os portuguezes, do exercito velho, suspendeu na fachada um painel allegorico. Era bonito; mas equivoco. Alguns identificaram, numa das figuras do quadro, o ex-imperante. Foi como se descobrissem o Anti-Cristo. A turba, arrastando a capoeiragem das ruas mortas, ameaçou tomar de assalto o predio. Mas, prudentes, os homens da Sociedade Militar preferiram tirar o cartaz, e logo se viu o engano. A paixão popular cégava! E tanto assim que, no dia 5, á noticia de que a Sociedade voltára a funcionar, invadiu a patulêa o largo de São Francisco, entrou de roldão pelo edificio, e tudo depredou, aos vivas ao Imperador, á Regencia, á Constituição. O povo? Não; o governo.

O que este queria era o fim daquilo, que se fechas-se o tal gremio, que á quêda dô ultimo baluarte conservador o sebastianismo se dissolvesse, numa nuvem de pó... Empastelaram-se jornais, a regencia prometeu trancar o "club" dos officiais, e — o que justificava o resto — na praça publica foram colhidas assinaturas, para um requerimento em que se pedia a remoção do tutor, o desterro de José Bonifacio...

Parecia um passo arriscado, uma ofensa ao direito, pois ele representava o pae, fôra nomeado por D. Pedro I.

Respondia-se: o orfão pertencia á nação, que o adotára!

Em 14 de Dezembro, Aureliano resolveu-se. "Considerando-se os grandes males que devem resultar de que o conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva

continue na tutela de S. M. I. o sr. D. Pedro II e de suas Augustas Irmãs”, a regencia o suspendeu das funções e nomeou para o logar o marquez de Itanhaen.

Às 9 da manhã seguinte appareceu em S. Cristovão o juiz de paz de S. José, José Silveira do Pilar, com os decretos e uma força de cavalaria.

Repetiu-se, agravado pela teimosia do velho paulista, o drama da madrugada de 7 de Abril.

Intimavam-lhe outra abdicção.

Não cumpriria a ordem. Não saía do posto. Não deixaria o paço.

Circulavam pelos corredores vultos suspeitos. Sabia-se de gente e armamento occultos, com os serviçais, muitos portuguezes espiando, nos cômodos reservados, o momento de saltar em socorro dos meninos e do tutor. José Bonifacio não cedia. O juiz de paz ameaçou, com a violencia. Mandou-lhe ordem de prisão, que ele desprezou. E alguma cousa de tragico, de espantoso succederia, se depois do meio dia não surgissem o marquez de Itanhaen e os generais José Joaquim de Lima e Silva e Cunha Matos, para, com a posse da quele, e a autoridade destes, evitar o conflito.

Às 2 da tarde apeiou-se aflitamente de sua carruagem o barão Daiser. Esse personagem representava o avô do imperador, portanto falava pela familia, e não escondia o proposito de intervir, com a energia de duplo delegado, de S. M. Apostolica e do corpo diplomatico.

Abrandaram-se então os animos. O duro Andrada rendeu-se á intimação da regencia, para recolher-se preso na ilha de Paquetá. Uma sége levou-o, em companhia do capitão Gabiso, seu sobrinho, para a rampa da praia de S. Cristovão, onde embarcou, no mesmo sitio das despedidas de D. Pedro I; e um escaler

do Arsenal o transportou para o socegado degredo, que lhe emolduraria, com as palmeiras heraldicas, a velhice desencantada. As crianças imperiais foram transferidas para o Paço da Cidade e a policia poude ainda prender numerosos guarda-costas, distribuidos pela Quinta. Essas capturas, ao cabo de um dia agitado, encerravam um periodo da historia nacional. Alem do deposto imperador, era a sua influencia, o que de mais diréto restára dele, que dali se arrancára, ao clarão das baionetas, banindo-se, repetidamente, o monarca, e o seu espirito.

Itanhaen, quinquagenario, educado no enciclopedismo do seculo XVIII, sabendo de tudo um pouco, era um fidalgo honesto e céptico na sua cultura sem profundeza e na sua virtude sem misticismo.

Lembrado por Aureliano, foi a vitória deste, a segurança de que no Paço não entraria mais o sectarismo do passado. D. Mariana de Verna, pessoalmente incompativel com José Bonifacio, tinha deixado a Quinta, á espera de que os regentes a repuzessem no posto. Aureliano escreveu-lhe um jubiloso bilhete: "Parabens, minha Sra., custou, mas demos com o colosso em terra: a conspiração estava disposta para arrebentar qualquer destes dias..." E Paulo Barbosa da Silva: "Está o tutor preso... Digne-se receber meus parabens". A volta da Dadama — retirando-se a condessa de Itapagipe, fiel ao tutor demitido — normalizou a vida no Paço da Cidade, onde continuaram por varios mezes ainda. Por isso o regresso a S. Cristovão constituiu uma verdadeira libertação, para as crianças prisioneiras do casarão monastico da beira-mar, tão antipatico e sombrio em comparação com a frescura e o espaço que tinham acolá.

IV

ENTRE A DAMA E O FRADE

O menino era precoce na intelligencia, fraco de corpo, cada vez mais Austria no amôr do estudo, notavelmente Bourbon pela memoria tenaz e sujeito, na crise de crescimento, a acidentes epilepticos que lhe accusavam a herança paterna.

Nesse mixto de influencias havia um doloroso enigma.

A que avô equilibrado ou enfermo saíra ele, descendente de reis sábios, loucos, santos, degenerados?...

Nada tinha, no fisico, dos parentes portugueses. Era loiro, prognata, macrocefalo, delgado e manso como um pequeno arquiduque vienense. Os seus retratos, aos 14 anos, lembram um pouco o primo-irmão, duque de Reichstadt; aos 23 se pareceria com os primos Maximiliano, o que acabou no Mexico, e Francisco José, o longo vivo imperador. A imperatriz Leopoldina marcára-o vivamente com a sua espiritualidade e a sua raça: era a mãe, nos olhos de um azul glauco, no oiro velho dos cabelos, no queixo dinastico, na frente alta, cujo abaulado adquiria, nos retratos da finada, o prestigio de linha característica — sobretudo no appetite de

leitura, na propensão para as atividades mentais, nos costumes austeros, tão fóra das tradições de Bragança.

Francisco II e Metternich nunca lhe tiveram amizade, nem se recordaram dele senão para mandar que o barão Daiser, em uniforme, brandindo a sua bengala diplomatica, o salvasse de algum desacato. Fernando I d'Austria seria seu padrinho de crisma, em 1839: quando estivesse com o pé no trono, para a escalada... A tia Maria Luiza, esta, do seu alegre ducado de Parma, recordar-se-ia do colateral d'America ("les sauvages...") para enviar-lhe a grã cruz de S. Jorge: após a coroação, em 41... (4). Mas, se o conhecessem, achariam espantoso isto: um belo principezinho germanico muito ufano de ser brasileiro, sabendo das cousas da Europa como de um mundo fantastico, por intermedio dos professores sizudos, empenhados em apagar-lhe os gloriosos impulsos ancestrais... E vingaria, a planta exotica? A saúde era delicada. Resentia-se do artificialismo que o cercava, da nostalgia da Quinta, da monotona regularidade do horario, do sistema implacavel de educação, com os minutos contados, como nos conventos, que devia habitua-lo a ser pontual como uma maquina.

Quando, em 1837, o deputado Rafael de Carvalho visitou S. Cristovão, não ocultou a consternação diante da tristeza que lá havia. Os divertimentos do Imperador consistiam num bote, que deslisava na agua parada de um tanque, num jogo de cavalinhos e num teatrinho, onde as princezas e o irmão tinham de interpretar papeis infantis, em francez (5), para o tutor, D. Mariana, as açafatas embrulhadas nos seus chales. O pa-

(4) Arquivo do Instituto Historico Brasileiro, mis., doc. n. 6429.

(5) *Anais do Arquivo Nacional*, XVII, 142.

no de boca desse teatro ostentava uma preciosa alegoria: portugueses a plantarem uma cruz, indígenas sentados sobre montes de frutas da terra, e no ar um anjo, com duas bandeiras, do Reino Unido e do Imperio... Aquilo resumia a historia e as promessas do descobrimento: e dava ás crianças uma idéa religiosa, da patria e das origens. Uma idéa conciliatoria: brancos, caboclos, proteção do céu e abundancia do solo... Mas a falsidade das atitudes, o seu artificio, a melancolia da ordem conjectural, incutiam-lhes as primeiras lições erradas sobre a gente, as ilusões iniciais sobre o país, que lhes parecia tão afastado delas, cada vez mais longe, atraz das pontas de serra que rodeavam a Quinta... Que estudassem!

D. Januaria e D. Francisca tinham tempo: mas D. Pedro II não podia retardar-se.

Aos 18 anos assumiria o governo. Era um prazo certo; e pezadas as responsabilidades do probo Itanhaen, que ás tardes, com um rosario pendente dos dedos finos, mergulhava entre as arvores do parque a sua grande preocupação. Confiára-lhe o Brasil o orfão: ordenára-lhe que fizesse dele um rei. Se saísse desastrado como o pae, não lhe perdoariam. Seria sempre, ele, o culpado, o desidioso, o imprevidente.

Nunca jardineiro mais obstinado zelou pelo desenvolvimento do seu arbusto, como o honesto Itanhaen pela formação do seu menino.

O caracter moldou-se-lhe então.

Seria, pelo resto da vida, sem jamais se permitir um descanso fóra do seu programa diario, atado permanentemente á tirania de um relógio, um burocrata impecavel.

Não conheceu a liberdade, senão como um direito dos outros; não lha deram nunca, para ser, alguma vez,

homem somente, como D. Pedro I, sua antitesse. A intelligencia, o espirito, o coração, palpitaram-lhe dentro dos regulamentos, nas pautas do rigoroso regimen que engaiolara ali a pequena ave cativa. Que de admirar, portanto, fôsse na idade madura um sábio sem imaginação creadora, um soberano sem inquietações grandiosas, um homem sem tumultos sentimentais, monarca quasi sem côrte, de muitos serviçais e poucos amigos, sem intimos, sem confidentes, sem segredos, imagem placida do dever — e da dignidade?... A culpa era da nação, que o perfillhara. E daquele bom marquez, que via em torno do pupilo os fantasmas dos avós absolutistas, e jurara fazê-lo — plastico barro nas suas mãos virtuosas — o antipoda dos Cesares! Milagre da persistencia de um traço avoengo, só o instinto de sua jerarquia não se lhe apagou, naquele esforço metodico por baixar o menino dos perigos de sua situação para as realidades de um mundo burguez e banal. D. Pedro II sempre foi imperial — na compostura, um tanto fria, dos seus modos, na incapacidade de transformar em amizades indiscretas as afeições que o rodeavam, numa altivez inata, que, com o tempo, revestido de álgida majestade o sentimentalismo subjugado pela educação espartana, lhe daria a tranquillidade e o equilibrio dos que nada fazem por impulso e paixão.

O primeiro mestre foi o francez Luiz Aleixo Boulanger, habil desenhista, cuja paciencia profissional — de iluminista de brazões, de genealogista exato — lhe emprestava as maneiras de um frade bento. Encarregara-se da caligrafia, das primeiras letras e de alguma geografia. Os outros eram o reverendo Boiret, emigrado francez de 89, envelhecido a ensinar a sua lingua a jovens fidalgos portuguezes, o primeiro a pôr-lhe na mão a pena, com que garatujasse o nome; o pintor

Simplicio Rodrigues de Sá, pessoa de D. Pedro I, para o desenho, Lourenço Lacombe, para a dança, e Fortunato Mazziotti, para a musica. Seguiram-se outros, á medida que a intelligencia do principe admitia novos conhecimentos: Alexandre Antonio Vandelli, genro de José Bonifacio, para as ciencias naturais, Nathaniel Lucas, para o inglez, superintendidos — em 1837 — pela sabedoria prudente de frei Pedro de Santa Mariana.

Boulanger queria que D. Pedro e as irmãs escrevessem muitas cartas. O conego Boiret exortava-os a falar um francez precioso, do seu Paris de antes da quéda da Bastilha. Simplicio obtinha animadores progressos no lapis. E tão rapido fôra esse proveito, que, em 15 de Maio de 1834, podia o tutor dizer em relatorio, á Assembléa Geral: “Sua educação continua com pasmoso progresso, devendo muito ao seu talento e espirito indagador e refletido. S. M. I. lê e escreve bem; traduz as linguas ingleza e franceza; applica-se alem disso á geografia e musica, dança e desenho; nisto principalmente faz progressos admiraveis, por ser o estudo que mais o deleita”. Aos sete anos correspondia-se com o pae; com 8, respondia em inglez ao ministro britanico H. F. Fox; aos 9, das janelas do Paço da Cidade, copiava a paizagem frõnteira, guiado já, no desenho, por Felix Emilio Taunay, que substituiu a Simplicio. Chegara a comover D. Pedro I, mandando-lhe pequenos trabalhos; com os olhos marejados de lagrimas, o exilado agradecera, e pedira: “Veja...se poderá vir algum *d'après nature*, de alguma vista que eu conheça...” Não pôde mais contemplar — o fundador do Imperio — os ingenuos esboços do filho, do mesmo ano de 34.

Em 12 de Outubro, ignorando ainda o falecimento do pae, escrevera-lhe, no respeitoso estilo de Boulanger: “Dou parabens a V. M. I. das suas vitorias e de

estar já descansado...” Estava, desde 24 de Setembro. Estirado sobre os troféos da guerra ganha, dormia, entre os de sua familia, na cripta de S. Vicente de Fóra.

A noticia foi transmitida aos tres orfãos por tres pessôas diferentes. Lançaram-se nos braços uns dos outros, muito palidos, e depois proromperam em convulsivo pranto... No dia 2 de Janeiro, vestindo luto pesado, assistiram na Capela Imperial ás exequias solenes... “D. Pedro não morreu (gritava, de Paquetá, José Bonifacio). Só morrem os homens vulgares, e não os heróes” (6).

Ali estavam, sem mais parentes, confiados á nação, de relações cortadas com a Europa, rodeados de pezarosas fisionomias que os lastimavam... No ano seguinte, extinguiu-se aquele inútil avô d’Austria. O homem que, no Congresso de Viena, gastára em banquetes 50 mil florins por dia, hoteleiro do continente, especie de Lucullo de uma sociedade agonizante — não pensára mais na vergontea americana, de sua arvore augusta. Junto dele, Metternich silenciara sistematicamente, sobre os Habsburgos d’alem-mar. No seu Diario, cheio de pequeninas notas, não ha uma lagrima vertida em honra de D. Leopoldina, e a proposito da morte de D. João VI esta frase só: “Le Roi de Portugal m’eût fait grand plaisir en continuant à vivre” (7). Mas eram amarras decepadas... O desaparecimento de Pedro I afundara no mesmo remoinho o sebastianismo de José Bonifacio e o passado conservador. Os homens do dia arfavam nas suas paixões rudes e a fogueira das idéas escondia, com as chamas altas, o vulto daquele trôno

(6) Ms. no arquivo do castelo d’Eu, n. 4874, carta de 4 de Dezembro de 1834.

(7) Prince de Metternich, *Mémoires*, IV, 278.

onde se sentava, para praticar a caligrafia, um príncipe de nove anos. No seu testamento, o imperador previra a hipótese, de lhe exilarem os tres filhos. De um momento para outro, podia receber o marquez de Itanhaen um recado da regencia, para que entregasse os pupilos á guarda de um capitão de navio, que os levasse para a desolada viuvez da imperatriz Amelia. Um juiz de paz fecharia, se vingasse algum motim de rua, o livro da monarquia cujo primeiro capitulo tão dramaticamente se encerrára. Não havia, de proteção ás crianças, um vislumbre sequer de força, de organização vigilante, de dedicação palaciana. Tinham sido confiadas pelo destino á generosidade de um povo sentimental, que em vinte anos idolatrara avô, pae e neto... Levantando e descendo ídolos! D. Amelia não pedira em vão: “Mães brasileiras, vós que sois meigas e afagadoras... adotai o orfão coroadado, dai-lhe todas um lugar na vossa familia e no vosso coração!” Mistério de ternura popular, esse infortunio despertou, por todo o país, um movimento de afeição suave pelo imperador infantil. Dir-se-ia que eram dous desamparados que se encontravam, o menino sem paes e o povo sem juizo, ambos aflitos na sua precoce emancipação, o Gigante e o Pequeno-polegar, medindo-se numa alvoroçada esperança... Voltaria a ordem velha? Reconheceria o Brasil o futuro governo desse meúdo príncipe calado, que os comerciantes do porto viam, ás tardes, na janela do Paço da Cidade, a cabeça loira pendida sobre o papel, a desenhar uma eterna paizagem?...

Por outro lado, o fim imprevisito do heróe, que acabara em Queluz triunfante e magnanimo, depois de ter conquistado, de espada na mão, o reino da filha e da Carta — desanuviára o céo politico, limpou-o das ultimas tintas estrangeiras que o franjavam.

Abria-se o periodo das combinações: o Senado com a Camara, para a reforma constitucional, que descentralizou o governo; restauradores e liberais desgostosos, para a organização de um partido de centro, entre as alas exaltadas, mais forte do que elas; velhos e nòvos, para a resistencia ás forças que desmanchavam a pátria...

Sim, desmanchavam-na.

A unidade politica mal sobrescia. Estalava, pelas junturas, o esqueleto frouxo do Imperio. As provincias desagregavam-se. Insurgiam-se, em nome da liberdade, que tinham aprendido dos paladinos da Regencia, contra esta, que usara, contra elas, os mesmos processos violentos ou espertos, do reinado extinto. O Rio Grande do Sul levantara-se. O Pará banhara-se em sangue. Cada capital de provincia era um paiol com fogo dentro. Aquilo explodia. As sociedades secretas rastilhavam, mixtas de republicanas e anarquicas, brasileiras e internacionais, humanitarias e especulativas, o incendio que se não circunscrevia ao Brasil, porem despertava, em todo o continente, flamejava na Italia e na Hespanha, abafava-se em França e Prussia, numa epoca de universal conspiração. Os inglezes fitavam com os cintilantes olhos azues, detraz do seu commercio, a separação das provincias, prontos para tratar com os governichos independentes... Destacava-se, nesse confuso panorama de odios politicos, a figura pensativa de Diogo Antonio Feijó.

Fôra regente, esse padre jacobino, por imposição dos revolucionarios de 7 de Abril, dos retintos, dos intransigentes, contra o candidato dos moderados, dos apaziguadores, Pèdro de Araujo Lima, da aristocracia do norte. Estavam ali ambos os polos da situação. O

sacerdote pobre e intempestivo de Itú era o liberalismo de uma classe letrada e descontente, que substituiu os bens terrenos, que não possuía, pelas idéas audazes; o pernambucano representava a nobreza rural, dos engenhos de assucar, da disciplina social, firmada no trabalho escravo, com escudo d'armas á porta do solar antigo... Feijó, eclesiastico, combatia a Igreja; voluntarioso, encarnou o Estado; duro e casmurro, simbolizava a ordem sem titubeios. Era homem de fazer-se sepultar debaixo dos escombros do Imperio sem lhe prevenir a quéda, nem arredar dali. Precisava-se de quem esteiasse a casa trémula; e elegeram Samsão!

A monarquia morrer-lhe-ia nas mãos, se antes não o puzessem fóra.

Abominara Pedro I; não acreditava em Pedro II.

Era da massa dos Francias, capaz de fundar uma ditadura virtuosa, *rousseauiana*, patriarcal, de contorno biblico suggestionado pela sua propria vida de privações heroicas. Esse Lutherero tropical carecia de conselheiros: quando Evaristo da Veiga fechou os olhos, ele se desorientou, perdeu a paciencia, e demitiu-se.

O Imperador não discernia bem o que se passava junto dele.

O tutor, *Dadama* e os professores separavam-no daqueles ruidos lamentaveis, acomodavam em torno de seus movimentos medidos e tristes, um ambiente claustral.

Levantava-se ás 7 horas. O almoço, ás 8, tinha a rigorosa fiscalização do medico. Estudava, de 9 ás 11 e meia. Ficava com hora e meia para esperar o jantar, ás 2, com o medico ao lado, o camarista e a camareira-mór, que, dizia o Regulamento, podiam conversar, porém "sobre objéto scientificos ou de beneficencia". História natural, a sorte dos deserdados, passaros e

borboletas, historia sagrada e outros assuntos sérios... Devia repousar em seguida: mas nalgum passeio ligeiro, moderado, sem saltos nem carreiras, até o crepusculo, quando recolhia, para ler. Ás 8, fazia as orações da noite, ceava ás 9; e ás 10 devia estar deitado. O dia seguinte seria igual ao anterior. O Regulamento inflexivel, a camareira, o camarista, o medico impecaveis, as palestras examinadas com antecedencia, como os pratos: tudo quiéto, regrado e previsto.

Havia uns indiscretos raios de alegria, varando essa rotina: quando alguns meninos de bôa estirpe tinham permissão para ir á Quinta, e o preto Rafael podia divertir com as suas historias ou conduzi-lo a percorrer as alamedas, montado o Imperador sobre o seu pescoço robusto.

Poucos rapazinhos mereciam tal honra: os filhos de Aureliano Coutinho, protegidos de *Dadama* e do tutor; os do professor Candido José de Araujo Viana, alma lirica, a quem o ligou sempre uma amizade verdadeira; e um predileto, filho de um desembargador, vizinho de D. Mariana, que, encantada pelos modos corréto do menino, o levou a S. Cristovão, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Seria este o amigo de toda a vida, o melhor, que, para não o largar, deixaria uma vez a politica, renunciaria ao poder, e passaria á historia com o titulo, que era uma sintese biografica: o Bom Retiro... Completava o grupo o filho de Roque Schuch, bibliotecário austriaco da imperatriz defunta, e um ano mais velho que o Imperador: de sobrenome Capanema, crearia os telegrafos no Imperio.

Brincavam de soldado, em grotescos exercicios militares. Tambem de religião. Tinham parte nisto as princezas. D. Francisca fingia de padre, D. Januarica e o imperador de acolitos, e imitavam, com uma gravi-

dade comica (relatou monsenhor Pinto de Campos) o capelão da Quinta a dizer missa. Preferiam as meninas fazer de cozinheiras: e porque, uma feita, fosse extranho o seu fastio á mesa, o irmão tratou de espia-las, e descobriu que comiam fóra de horas, os bom-bocados. O resultado foi associar-se ás gulodices das pequenas quituteiras... Eram as façanhas mais extraordinarias!

O preto Rafael era um silencioso e grande escravo que, ladino e vivo, outr'ora soldado no Rio Grande do Sul, depois págem de D. Pedro I, se educara para escudeiro e criado dos principes. Docil, forte e leal, de sorriso nos labios para o senhor, especie de molosso negro e bom que o acompanhava de longe, atento ao signal que lhe fizesse, carinhoso na sua propria durcza, foi um anjo da guarda talhado em ebano, que por ali vagasse, no rastro do protegido... Todas as crianças ricas tinham o seu preto Rafael. E a mãe negra, fiel e terna como a de verdade... Nas espaduas dele passeava, ao entardecer, debaixo das arvores sombrias, á margem do ribeiro que entre estas serpeava, medroso e diminuto sêr em face da natureza de grandes massas, e entretanto tão respeitado que a dama, os lacaios, o doutor, os veadores, em linha, no alto das escadas e pelas galerias do paço, aguardavam, á mesma hora, que entrasse...

Chamavam-lhe Sua Majestade.

Não se lembrava de outro tratamento. Fôra imperador quando a memoria começa a definir as impressões, e desde que se entendia faziam-no falar ás pessoas de um modo que nenhum outro menino usava. Que ficasse atento, sério, mudo, parado, e desse a mão a oscular, cumprimentando com a cabeça, agradecendo com duas palavras, que a ilustre D. Mariana lhe soprava... Devia reinar logo, aos 18 anos, senão antes, por

força dos acontecimentos, e pacificar, concertar, conciliar, num bemfazejo trabalho de concordia... O general Lima e Silva escrevia-lhe, em 2 de Dezembro de 1835: o seu primeiro ato de governo devia ser a anistia... (8). Para isto, diferente de todos, necessitava ser unico. Muito instruido, muito calmo, muito justo. Tinha de inspirar confiança, prometer um excelente futuro, antecipar a popularidade, que lhe seria premio, e martirio... O ingenuo Rafael e os amiguinhos distraiam-no dessa mortificante preparação: mas lá reaparecia, pontual, esguio, inflexivel, de rosario correndo entre os dedos, o marquez de Itanhaen com a sua vigilancia. O Brasil precisava do seu menino-prodigio. Prometera-lhe!

O marquez notou que havia dispersão, senão tumulto, no ensino que lhe ministravam, convocou um conselho de notabilidades e chegou á conclusão de que era indispensavel um pedagogo que, preceptor assiduo, dêsse á sua educação unidade e intenção moral.

Consultado, o fabulista marquez de Maricá abanára a grossa cabeleira: "Estou esperando que o Espirito Santo me inspire o nome da pessoa para servir de Preceptor do nosso Augusto Monarca..." — escreveu a Itanhaen (9).

Quem seria?

Aureliano preocupava-se com o caracter politico da escolha: o responsavel pelas idéas do soberano, na sua fase de adaptação ás realidades, não podia ser um fraco doutrinador, um superficial, um malicioso. Paulo Barbosa da Silva, intimo de Aureliano, fôra discipulo, na Academia Militar, de frei Pedro de Santa Mariana. Era a creatura!

(8) Ms. no arquivo d'Eu, n. 4911.

(9) Arq. do Instituto Historico, ms., n. 902.

Passava dos 53 anos, probo e erudito como devia ser o Mentor, carmelita de vida imaculada e pensamento liberal, lente jubilado de matematicas e conhecido pela extensão do seu saber. Que arguiam contra ele? A tonsura... Os "avançados" deconfiavam de instrução de frade. Mas se viu que o eminente sujeito era um culto e severo religioso de espirito cortado em arestas como uma pirâmide: compensavam-lhe a firmeza de sua fé a limpidez e a tolerancia dos estudos. Pertencia metade ao convento, metade ao mundo: mas ao supermundo dos livros. Frade da revolução de 1820; a mais disto — geometra...

Foi nomeado. E tomou avidamente conta daquella terra intelligencia. Imbuiu-se do sentimento de sua tarefa. O duque de Borgonha tivera o seu Fenelon, o Delfim de França o seu Bossuet, Carlos Magno o seu Alduino. Assim o Cesar americano (naquele dia D. Pedro II não andou a cavallo no pescoço do preto Rafael...) um mestre illustre como uma congregação, virtuoso como uma comunidade.

O monge acutelou-lhe o espirito ardendo em curiosidade. Responderia aos impetos juvenis com a paz ascética de sua bonhomia. Nunca lhe falaria mais ou menos do que mandavam as prudentes instruções do tutor. E no intervalo das aulas, seu companheiro, sua sombra, seu guia, levantaria devagar, em torno dos falsos principios, a barreira das velhas verdades. O Hercules de sotaina tinha de lavar-lhe a herança de cem reis calamitosos. E fazê-lo moderado, hábil e justo, segundo a idéa biblica dos principes sem defeito!

Frei Pedro completou a obra d'arte, engenhada por Itanhaen, e que foi o caracter do imperador.

Ninguém lhe impressionou mais a alma timorata da infancia que se improvisa em adolescencia, antes do tempo. Aprendeu-lhe o habito de ouvir com paciencia, de esperar com doçura, de falar pouco, e muito perguntar, de querer com obstinação, e vencer com cautela, junto a um desejo quasi pueril, de bibliotecário de mosteiro, de lêr tudo, saber tudo, compreender tudo. Seria, pelo resto da existencia, pontual, minucioso, honesto, curioso e erudito como frei Pedro o quizéra, pobre carmelita letrado que espiava o universo, lá fóra, tão extranho e confuso, através da vidraça de sua cela de seminario...

Que seria, se lhe déssem por mestre um joven coronel de dragões, doido pelas guerras de Napoleão, ou um inglez economista, prazenteiro e galante?

A que sentimentos obedecêra o governo, aprisionando ao jugo de um frade matematico o menino que andava nos estudos mais adiantado que os outros?

O mêdo e a esperanza denunciavam-se nisso.

Temia-se pelo passado, dos monarcas despoticos; e anhelava-se a maravilha de um rei sábio, como os das Escrituras!

De fáto, pagava D. Pedro II pelos desatinos de D. Pedro I, pela apatia de D. João VI, pela megalomania de D. João V: um bento jardineiro torcia o remoto tronco tórto...

V

A SURPRÊSA DA MAIORIDADE

Aos 10 anos, tinha D. Pedro II (escreveu o seu professor Boulanger) “*beaucoup d’esprit naturel, une memoire heureuse et un jugement peu commun*”. A isso — no relatório de Itanhaen, em 1836, se chamava “penetração e reminiscencia em grão eminente”.

Começára então as latinidades, dominava o francez, arranhava o inglez, enfronhava-se em historia.

No ano seguinte, com Roque Schuch, iniciava a litteratura, completava os exercicios de caligrafia e aprendia equitação — com o professor Damby — e esgrima — com o coronel Luiz Alves de Lima e Silva. Seria este a espada nunca vencida do Imperio, o seu duque, Caxias...

Em 1838, outra fase de estudos, novas instruções do tutor, a nomeação de frei Pedro para aio do imperador, obrigado a não o deixar... Porque se aproximava da idade politica? Sobretudo, porque o fervôr monarchico do Brasil ganhára um alento espantoso.

Caíra Feijó. Voltára para S. Paulo, como de lá viera, montado no seu burro de pároco aldeião, digno e silencioso, “*un peu sauvage*”, na opinião do ministro francez Pontois, como um monarca abdicante.

O fim do “abrilismo” fechára o ciclo da revolução.

Agora governavam os amigos de Pedro I, ou os antagonistas de Evaristo. Era regente o conciliador Araujo Lima. Um liberal de 1831, Bernardo Pereira de Vasconcelos, e um conservador de 1829, Miguel Calmon, davam a esse governo reacionário a força de um principio, a tempera de uma regeneração.

Afinal se fatigara o país com os tumultos do largo periodo agitado que vivêra, de amôr ás idéas. Estas, decididamente, não valiam a ordem farta, que o commercio pedia, reclamava a lavoura, exigiam os homens de juizo. Logica dos fatos, superior á conjuração dos interesses, estava D. Pedro II por penhor da paz que todos queriam, élo natural das provincias desunidas, o árbitro das ásperas desavenças.

Na festa da Cruz, á saída da Igreja, o regente fez diante do Imperador uma curvatura, e beijou-lhe a mão. Os grandes dignitarios repetiram a cerimonia. A cidade, comovida, soube dessa extranha cousa. Em 10 de Maio Teofilo Ottoni subiu á tribuna da Camara, para invectivar o “costume asiatico” daquele osculo “vieux régime...” Não proferiu muitas frases, o puritano mineiro. Quasi não o deixaram falar. As galerias (Ottoni acusou a policia) cobriram-no de injurias; a maioria parlamentar protestou, os gritos afogaram-lhe os écos indignados, da veemente censura. Desceu como um romano, que acabasse de assistir á derrocada de sua republica... Mas no Serro, em 2 de Dezembro, quando os conservadores festejaram o natalicio do imperador, Honorio Benedito Ottoni declamou versos proféticos:

Que seja o *filho*, ó queira a Providencial
O defensor, o heróe da liberdade,
Bem como o *pae* o foi da independencia.

O malôgro de Feijó puzera em desespero a facção exaltada. Dous caminhos a solicitaram. Jogaria na balança a espingarda das guerras civis, ou, mais realista que o rei, apressaria a maioria dele, que prometia governar sem odios nem partidos.

A facção dividiu-se.

Os que seguiram a estrada da desordem acabaram com ela, ou teriam de esperar muito, que a anistia imperial enxugasse, como um sol nascente, a sangueira das sedições fracassadas. Os que tomaram o rumo da maioria arriscaram pouco, lucraram tudo. Em 1838, decaídos e suspeitos, em 1840 foram cortezãos, palatinos e senhores!

Então, havia encaminhar depressa os ensinamentos uteis, dirigi-los para os fins morais e politicos, "ad usum delphini", torna-los preparatorios de sua capacidade; de testa coroada.

As ciencias mingam, em proveito de letras e artes. Schuch é professor de alemão (em 1839), Araujo Viana de literatura e ciências praticas, Taunay, de cousas estéticas, na categoria tambem de sub-preceptor, que o obrigava a consagrar ao imperador, tres vezes na semana, o dia inteiro.

Raro homem, esse Taunay (10), professor de pintura historica e paisagem na Academia de Belas Artes, helenista e poeta, que amava a natureza como S. Francisco de Assis, e, a cada instante, nas jornadas pela Quinta, parava, trémulo de emoção, apontava uma ga-

(10) Visconde de Taunay, *José Mauricio*, p. 52, ed. da Comp. Melhoramentos de S. Paulo.

lhada florida e suspirava: "C'est beau!" As suas ultimas palavras, ao falecer com 86 anos, foram um fim de réza panteista: "Adieu, belle nature du Brésil!" Ufanava-se de ter incutido nele o gosto pela botanica, a contemplação delicada e espiritual do mundo fisico... "culto de que tornei participante o imperador" — escreveu uma vez, em 1865, ao filho, Alfredo d'Escragnoille Taunay. Estética e grego, foram em 1839 os assuntos que, tres dias na semana, versou com o discipulo: um elegante grego de Pindaro e Persio, que D. Pedro II aperfeiçoaria mais tarde, em transição, das linguas classicas para as orientais...

Em 1840, latinos e portugueses sobrepujavam as demais disciplinas. Aos 14 anos, falava quatro idiomas; e lia sofregamente tudo. Abandonou o costume dos passeios frequentes. Esqueceu os exercicios ao ar livre, o submisso Rafael, agora criado grave, as avenidas húmidas da Quinta. "Este ardor pelo estudo (diagnosticou o Dr. Soares de Meirelles) fez com que S. M. I. não achasse tanto prazer nos brincos de sua idade como acontece ás outras crianças, e se dêsse aos trabalhos literarios, apenas acabava de comer". Devorava livros, numa ânsia de entendê-los, num gosto de instruir-se que — é ainda o medico que repara — "nenhuma outra especie de passatempo chama mais a sua atenção". Ás vezes, frei Pedro ia apagar-lhe a lampada, para impedir que a leitura se lhe prolongasse noite a dentro. Sobreveiu-lhe um acidente, decerto do mesmo genero do de outr'ora: após alguns dias de indisposição gastrica, tendo jantado pouco, ligeira dôr na orbita direita o affligiu, e logo perdeu os sentidos... Esse ataque epileptico acentuava o atavismo bourbonico (principalmente dos avós paternos) atenuado, senão diluido, na placidez habsburgica do sangue materno, Socorrido

de pronto, restabeleceu-se cédo. “Que faça exercicios, particularmente ginastica e a cavallo, equilibrando, por este modo, as forças em todo organismo”, receitou o Dr. Meirelles. Tornasse a ser como os do seu tamanho, e vivesse, em contacto com a natureza, o regozijo dos 14 anos!

Mas o Imperio recebeu com optimismo a noticia de que Sua Majestade era assim o menino-prodigio. Aquilo distanciava-o mais da vulgaridade do meio, da irreverencia da amarga geração liberal que o tolerára de máo modo. Precisava-se d’algum sinal de predestinação, que se parecesse com os velhos augurios. Tinha de continuar sobre-humano. Tudo o que lhe traísse a contingencia da juventude, da saúde, da sua melancolia de orfão prisioneiro da etiquêta, cheiraria a decadencia do principio. Do santo principio dinastico! Devia ser espantoso. “Quantum scit, tantum potest”, dissera Bacon, e repetiria frei Pedro. E ia sendo...

O fisico prenunciava-lhe o enfermiço cerebralismo, na macrocefalia (“cabeça assás desenvolvida e bem organizada”) que lhe pezava sobre um corpo languido, que sómente depois dos 16 anos, até os 18, corresponderia ao tipo astênico da familia. O prognatismo, o seu famoso queixo de Austria, a fronte larga, mais lhe caracterizavam a ascendencia imperial. Retratam-no, por essa epoca, de face comprida e rosada, olhos azues e rasgados, o nariz grego e no beijo levemente bello uma lembrança do perfil sonolento de D. João VI. No mais, confirmára os traços morais da mãe austriaca. Nem as feições rudes e viris de D. Pedro I, nem o tronco atletico dos reis de Bragança-Bourbon propensos á obesidade sobre as grossas pernas fistuladas pela erisipela atavica, nem o espirito religioso e brando dos infantes portuguezes beatos e musicistas do seculo XVIII.

Queimava-o uma chama perene de curiosidade; ardia em inquietação mental, na avidez de conhecer, na tortura de decifrar os enigmas do universo e da vida, o seu proprio mysterio... Sem afetos reais, sem distrações e sem alegria fresca, a força vital que havia nele 'se transformava em surpresa e obsessão, da intelligencia aquisitiva...

Admiravel promessa, lisonjeava o Imperio, deslumbrava-o! Não seria o milagre do poder, que Deus dava aos principes por que, lucidamente, governassem o seu povo, e atravessassem com ele o grande deserto?

A ala do partido liberal, que promovia o assalto ao templo com a premeditação de apoderar-se do idolo, desfraldou o estandarte da "Maioridade quanto antes".

A idéa embrionára-se, em 1837. Antes ainda da queda de Feijó, escrevera Alencar a Castro e Silva: "Fala-se muito de dispensar a idade do imperador..." (11). E aquelle a este, desdenhosamente: que a opposição andava na "esperança do suprimento da idade do imperador, com o que já se contam senhores do campo de batalha..." (12). Seria Alencar, o rijo presbitero-revolucionario do Ceará, Fouché do nordeste bronzeado pelo sol atroz de suas terras sêcas, o executor desse plano, que o fazia sorrir outr'ora.

O argumento principal foi a madureza precoce do rapazinho. Se adquirira a condição de pequeno sabio não poderia ser tutelado como uma criança. Queriam-lhe o advento aos 14 anos, os mesmos que não toleraram o seu pae, já homem feito. Em casa do senador José Martiniano de Alencar se reuniram os conspiradores. O politico era coerente: em Julho de 37 dissé-

(11) *Revista do Instituto do Ceará*, XXII, 148.

(12) *Revista do Inst. do Ceará*, XXII, 98.

ra aos proselitos: “julgo politico irmos arranhando no animo dos Póvos o amor a esse sujeitinho; porque só a essa ancora nos poderemos agarrar...” (13). Ligaram-se por um rito maçônico. Um Andrada aceitou a tarefa mais arriscada, na manobra parlamentar, que anunciaria o golpe de Estado, iminente. Esse paulista era a historia viva dos ultimos vinte anos. Falara alto, tão alto que o ouviram dous continentes, em 1821, em 1824, em 1832. Inimigo do imperador depois de ser seu aliado, até se dissera que, após a abdição, fôra á Europa convence-lo da necessidade de voltar.

Ele negou. Morreu pouco depois D. Pedro I, o unico que poderia revelar o segredo, essa frustra e grande intriga de 1833, equivalente a outra, da separação do Imperio, que o regente Lima e Silva não se dignara de estudar... A prova é do arquivo imperial: uma formosa carta de D. Pedro I a Antonio Carlos, escrita do Porto, em 14 de Setembro de 1833. Diz assim: “A minha abdição está valiosa; jamais tive a intenção de a declarar nula” (14). O antigo despota — como lhe chamavam os inimigos — permanecia cavaleiro... Não quizêra sequer pensar em retroceder, voltar!

Não repuzera o pae no trono; agora poria o filho. Antonio Carlos seguia o seu destino de Cromwell e Monk, conjugados numa vocação irresistivel de artifice de regimens. Alencar hostilizara-o ainda em 1837 (15). Fôra seu inimigo. Mas não importava. As desavenças e os rancôres apagavam-se, na zona neutra da conjura.

(13) *Rev. cit.* XXII, 97.

(14) Arquivo do castelo d’Eu, doc. n. 4240, inédito.

(15) Carta de Castro e Silva, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXII, 152,

No fundo, repetia o que dissera uma vez o mano Martim Francisco, do Imperador: “Ha de ser um digno e util cidadão; quando, porém, o Brasil não precisar mais dele, leval-o-á á praia e o despedirá; os bons hão de chora-lo, os máos hão de insulta-lo, mas o Brasil caminhará sem ele” (16).

Honorio Hermeto Carneiro Leão foi o melhor apoio que o club ganhou. Atraz dele estavam as Minas Gerais. Era a Camara, depois do Senado onde o concilio conservador tremia do seu frio senil. Outros deputados se chegaram ao grupo, animaram-no de impaciencias românticas. Um dia lá entrou Manuel de Carvalho, o homem que em 1824 presidira á Confederação do Equador. Entrou rosnando e aprovando: *Muitas revoluções contra os reis o povo tem feito, mas, a favor do rei, só vocês querem fazer...* O “grognard” aderira tambem. O bom humor era simpatico; as sessões, espirituais. O filho do anfitrião, uma criança, e que se chamou José de Alencar, diria que tanta gente junta o impressionára; porém um criado, com grande bandeija, servia o chocolate quente, e por isso acreditava que o fim daquilo era sómente a perfumada bebida... Agudeza infantil! O futuro romancista andou perto da verdade. Tudo era por causa do chocolate. O nectar do poder... Ia fazer-se a mais branda de todas as revoltas, a mais segura: proclamava-se maior a Pedro II, e este chamaria para o governo os autores da bonita idéa.

A conspiração infiltrou-se no paço, instalou-se em S. Cristovão, com Aureliano ou Itanhaen, seu agradecido amigo. Os conluiados orientavam-se — como os gascões atraz da pena de galo do seu capitão — pelo

(16) Martim Francisco, *Contribuindo*, p. 140, S. Paulo 1921.

chapéo de castor do antigo ministro. Onde estivesse ele, lá se acharia o caminho do imperador! Aureliano dominava S. Cristovão. Expulsára José Bonifacio. Nomeára Itanhaen, frei Pedro, o mordomo Paulo Barbosa, e reintegrara a Dadama, as quatro principais pessoas dali. Nada acontecia na Quinta Imperial que ele não soubesse. Podia influenciar sem aparecer, dirigir sem se comprometer, á sombra das relações sociais da chacara da "Joana".

Joaquim Nabuco teria de escrever: "A influencia pessoal de Aureliano, de 1840 a 1843, constitue um dos enigmas da nossa historia constitucional..." Em 1840, a "Chacara da Joana" se transforma no mais famoso sitio da cidade, onde estão as pontas do fio que agita os fantoches. E' uma casa grande, ao pé do rio Joana, que murmura nos limites da Quinta, cascadeando sobre pedras: em 1833 fôra restaurada, para residencia do mordomo, destino que conservou até 1889. Ali morava Paulo Barbosa. Em S. Cristovão, reinava o Regulamento de Itanhaen executado inexoravelmente por professores e camaristas. No retiro da Joana campeava a ambição dos estadistas. Os liberais reputavam-no reduto do partido. Era sem duvida o seu observatorio. Paulo Barbosa não aspirava ás posições: era um nobre temperamento de homem de bem, fiel ao dever; contentava-se com a mordomia. Mas Aureliano tinha largas pretensões; e ao abrigo do seu nome se acolhiam as hostes desbaratadas em 37.

Não falaram diretamente ao imperador dos projetos da precipitada maioria.

Em 13 de Maio de 40 rejeitou o Senado, por 18 contra 16 votos, a moção de Holanda Cavalcanti em favor disso.

Referiu Teofilo Ottoni (17), vinte anos depois: naquela tarde, conversava D. Pedro com alguém, sem partido (decerto o tutor), sobre a questão, que já o sensibilizava. “Durante o colloquio appareceu um dos mestres de S. M., senador, que havia votado contra a maioria. E o imperador ordenou silencio ao seu interlocutor, e passou placidamente a entreter-se com o seu illustre mestre em objetos de litteratura...” Outra tarde, de volta da cidade, D. Pedro disse animadamente: “Vi hoje... deputados maioristas...” Nesta occasião entrava Honório Hermeto, primeira figura da Camara, autor do projecto que fazia depender a maioria de reforma constitucional. O Imperador tomou-o suavemente pelo braço e se afastou com ele, para conversarem longo tempo. Deu isso na vista, repercutiu no parlamento, emocionou a opinião: havia um valido, um confidante, o sr. Honório... Este não cuidou de dissuadir a critica. Em 19 de Maio, com superioridade, aludia á gente do “club” por cima do hombro, “como a homens rasteiros, para seduzir o animo do imperante... perturbar os seus estudos...” Iludia-se. Acha Ottoni que D. Pedro “habilmente mystificou o estadista mais sagaz do país”. Por força, desnorteou-o. Dous mezes mais tarde os “rasteiros” estavam donos do Imperio.

Antonio Carlos renovou a proposição, em 20 de Julho. Dizia só: “O sr. D. Pedro II é declarado maior desde já”. Formou-se, invencivel, a corrente parlamentar de apoio ao golpe de Estado assim concebido. Vibrou nas ruas o povo, a tropa inquietou-se nos quartéis, as amarras estalaram, em efusões civicas.

(17) *Circular aos eleitores*, 2.^a ed., Rio 1860.

Cantava-se, pela cidade:

Queremos D. Pedro II,
Embora não tenha idade,
A Nação dispensa a lei,
E viva a Maioridade!

Araujo Lima, para conter a onda, precisava de uma forte mão, de uma coragem heroica. Chamou Bernardo de Vasconcelos.

Esse homem, que mal podia locomover-se, vergado pela “tabis dorsalis”, obrigado a discursar sentado, era um combatente feroz. As almas duras habitavam tristes carcassas. A vontade mais firme da Regencia, no principio, fôra um padre rustico: Feijó. A decisão mais corajosa do fim da Regencia, um entrevado: Vasconcelos. Nada de meias medidas. Insurgia-se o parlamento? Dissolvia-se. Um decreto aplacaria a tormenta. Mas não contou com Aureliano, seu rancoroso adversario, em 1835 (18).

Lido na Camara o decreto de dissolução, estarreceram os deputados, no pasmo do desafio. Tirou-os da estupefação o senador José Bento, outro sacerdote, chefe liberal em Minas, o Alencar de Pouso Alegre. Concitou os deputados a se reunirem no Senado, onde, em sessão conjunta, responderiam a Vasconcelos. Para lá correram. Nas escadas do antigo paço do conde dos Arcos o encontro foi patetico. O povo ficára na praça, debaixo das janelas, aclamando os politicos. Trepitava, aos gritos de fóra e á matinada do plenario, a casa dos *anciãos da pátria*. Saiu uma delegação a pedir a

(18) Vd. Octavio Tarquinio de Souza, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Rio 1837.

D. Pedro II que aceitasse, com a maioria, o governo, isto é, que tomasse a dianteira dos acontecimentos. Tudo dependia do exito dessa embaixada. Lá iam os Andradas — Antonio Carlos e Martim Francisco, — o antigo regente Vergueiro, o ruidoso Hollanda, Alencar, Montezuma, Paula Cavalcanti e o conde de Lages, assim reunidos na mesma aflita missão, veteranos da Independencia, da revolução, da reação. Antecipara-se-lhes um mensageiro: o afamado medico Tomaz Gomes. Já rodeavam o rapazinho, cujo destino se jogava nesse episodio, o regente, o tutor, frei Pedro: cêna preparada, os figurantes a postos, tudo dependendo do que dissesse o menino...

No Senado, para aquietar a multidão impaciente, assomara a uma sacada José Bento, suspendendo nos braços um busto do imperador. Elevou-o á altura da cabeça. “Parece-me estar vendo ainda aquella fisionomia móbil e ardente”..., nol-o descreve Ottoni. Maria Tereza não apresentou mais dramaticamente aos magiares o pequenino José II. Estrugiram aplausos, rodopiou, em estertores, a massa, rugiu as suas ameaças, aos “inimigos” do menino...

Que parte tivera ele nisso — o “sujeitinho”?

Fingia nada saber. Que não lhe falavam, não o ouviam... Mas no “club maiorista” correria que o gentil-homem Bento Antonio Vahia levara o memorial dos conspiradores e o devolvera, “com um sim escrito pelo proprio punho do imperador” (iria asseverar, na “Circular aos eleitores”, Teofilo Ottoni). Esse fidalgo, em 2 de Dezembro de 40, recebeu o titulo de conde de Sarapuhy. Murmurava-se, que Aureliano o puzera a par da trama, suggestionara-o, com a idéa de reinar logo. Atribuia-se-lhe até uma frase: que estimaria fosse tudo feito pelos Andradas, seus amigos...

Recebeu serenamente a comissão. Escutou-lhe, sem pestanejar, a mensagem. Consultou “particularmente o seu tutor, o marquez de Itanhaen, e o seu aio, frei Pedro de Santa Mariana”. Conheciam tudo. Cinco lustros mais tarde (19), confessaria D. Pedro II: “Eu não tive arrebatamentos. Se não fosse aconselhado por diversas pessoas que me cercavam, teria dito que não queria”. Voltou, a face energica, a decisão dando-lhe aos olhos claros um lampêjo de aço, e declarou — que concordava.

— Quererá Vossa Majestade assumir o governo em 2 de Dezembro, quando completa seus 15 anos, ou quer já?

Respondeu com duas palavras:

— Quero já.

E olhou Araujo Lima, que se perfilava junto do marquez-tutor, o ar tranquilo, a atitude resignada de quem espera ordens... Ele curvou profundamente a cabeça. Os senadores apertaram-se as mãos, numa explosão irreprimível de alegria. Frei Pedro enternecia-se, pensando na gloria do pupilo, nos tons evangelicos daquele espectaculo, da Criança entre Doutores... Circulou pelo paço a noticia feliz. D. Pedro II começava o seu reinado!

Regressaram os delegados. Em sessão extraordinaria do Senado Antonio Carlos transmitiu a palavra imperial: Sua Majestade respondera que queria já!

Por um ato de vontade, o Cesar minusculo galgara de um salto o trôno vazio.

Um imperador de procissão do Santissimo: 14 anos!

(19) *Revista do Instituto Historico*, XLIV, parte 2.^a; vd. Octavio Tarquinio, *op. cit.*, cap. X.

VI

REI E SENHÔR

Os fatos encadeiaram-se, numa sequencia de alegorias magnificas, depois daquele dramatico 22 de Julho de 1840.

De começo, foi o pequenino imperador conduzido, impellido como um barco sem governo, na crista das ondas que espumavam e corriam debaixo de suas vistas vertiginosas. Algum dia lhe falaram de sua cumplicidade com a conspiração maiorista: não tinha idade para preferir, entre politicos, este ou aquele. “Dava-me com Aureliano, estimava-o por suas qualidades; porem não o impuz como ministro, nem começando então a governar, com menos de 15 anos de idade, faria questão de ministros”. Faziam por ele, levavam-no, tutelavam-no, porém o vestiam com uma farda doirada, o Tosão de Ouro ao pescoço, a sua banda azul do Cruzeiro, beijavam-lhe a mão em interminaveis audiencias, cercavam-no de um entusiasmo asfixiante. Eram cenas inesqueciveis: mascaravam uma atroz comedia politica. No fundo da festa, despedaçavam-se, em odios tragicos, os partidos irreconciliaveis. Mandavam, os que na vespera, proscritos pela “reação monarquica”, refugiavam

numa sociedade secreta as forças exaustas. Causa rara, os conservadores, dez anos á espera do advento do imperador como uma promessa de paz, amargavam no ostracismo uma situação surpreendente, dominada pelos velhos inimigos do seu idolo... Alencar, José Bento, o antigo carbonario Manuel de Carvalho, em 1831 capazes de exterminar uma dinastia, escudeiravam agora a corôa, de cima; e debaixo, os atlétas parlamentares, que haviam demolido Feijó, os condestaveis da Menoridade! O mago desse equívoco, o feiticeiro da embrulhada juntava na casa do Mordomo — o “club da Joana” — os adeptos e parceiros: era Aureliano. O fio, que mexia os bonecos, passava entre os seus dedos aristocraticos. Governava ele!

Que jubilo, entretanto, fôra do povo todo, quando, no dia 23 de Julho, subiu D. Pedro II as escadas do Senado, para prestar o juramento! Trajava o seu resplandecente uniforme de generalissimo, quasi sem uma polegada de pano azul, chamarrado d’oiro, arrastava o espadim com o punho em cruz, segurava marcialmente o bicornio de plumas e elevava a cabeça loira e grande, com um ar de dignidade apenas suavizado pelo vago sorriso comovido. Não abandonaria nunca o seu inconfundivel aspecto de majestade, que o distinguiria entre todos, realçado depois pela estatura imponente, de rei merovingio.

Frei Pedro de Santa Mariana podia dar-se por bem pago.

Poucas vezes terá um aio preparado para a sua missão official tão completo monarca.

Foi, em 1840, prodigioso, quasi sobrehumano. Não o perturbaram as manifestações populares, o espetaculo das Camaras, que lhe conferiam o poder, as cerimoniaes

a que devia presidir, instruído em todos os movimentos pelo preceptor, por D. Mariana de Verna, pelo inevitável Aureliano. Representou corretamente o seu papel. Fatigou-se dele muitas vezes. Aprendeu longamente a dissimular, conter-se, sacrificar-se, com o tempo retalhado pelo horário, escravo do protocolo, um pouco mecanizado pela etiquêta nova, que lhe mudara a vida, e fugindo disso quanto podia, para as leituras predilêtas, o esquecimento de tudo, na ampla bibliotéca onde o esperavam, como brinquêdos amados da infancia interrompida, os livros que devorava...

E numa atmosfera mística!

Apezar de ainda no sul lutarem “farrapos”, em incessantes cavalgatas, os republicanos tinham desaparecido, silenciados os écos de 7 de Abril, como uma religião extinta por morte, apostasia, conversão...

Em 14 de Junho de 41 faleceu José de Rezende Costa, o último sobrevivente da Inconfidência Mineira. O necrologio do Instituto Historico (20) habilmente escondeu esse titulo: porque falar em Tiradentes, na época de Pedro II?

Não havia Camara Municipal que não reclamasse um retrato de Sua Majestade, para dar-lhe ás sessões um “espírito” imperial e ordeiro. A louça burgueza que mais se consumiu então tinha efigies e escudos imperiais. O beija-mão, aos sabados, na recepção publica, enchia S. Cristovão. A gente representativa para lá abalava, em prestito, aos cumprimentos, achando o caminho do trôno, dez anos deserto. Na galeria do Paço acolhia-os, fardado, com um camarista junto, minuscuro, sério, quasi atônito, o franzino rapaz, que não compre-

endia bem a politica, mas gostava que lhe falassem de livros.

Os seus primeiros afétos, entre a turba que o cercava, e que investia o paço nas manhãs de audiencia, foram feitos pelos seus livros. Rebentara-lhe — antes da outra, da vaidade de sua propria independencia! — a da memoria, sempre pronta. Queria que se certificassem disto. Dizia o que lêra, citava autores, aterrava os cortezãos ilustrados — os velhos fidalgos que ha meio seculo ruminavam umas latinidades de seminario — com a literatura franceza que ia desbravando, como o pequeno solitario entre os robles da floresta, dos contos dos irmãos Grimm... Os mais eruditos procuravam-no; não os largou. Almeida Garrett lembrara tres condiscipulos de Coimbra, cujos versos latinos honrariam um concilio: Araujo Viana, Alves Branco, Odorico Mendes. O imperador fez deles seus amigos: o primeiro, mestre e confidente, o leal Sapucahy; o segundo, seu ministro, de uma sublime probidade; o ultimo, tradutor de Virgilio, correspondente assiduo e admirado. Forneciam-lhe jornais e livros: exultava com esses mimos, os melhores que poderia receber. Sempre distinguio o professor, Felix Taunay, pelo amor que lhe incutira da bôa literatura, nobre e amena. Guardava de memória os nomes, os assuntos, as novidades: em breve o lisonjeavam, como sendo a primeira cabeça da côrte. Ficou-lhe, de então, o orgulho, quasi infantil, dessa retentiva nitidamente bourbonica. Não esquecia mais quem lhe conversasse, os incidentes narrados, apelidos, parentescos, informações. A idade acentuaria essa faculdade, dar-lhe-ia uma argucia desconcertante. Repetia-a nas reminiscencias literarias e scientificas: seriam estas, na Europa, em 1871, motivo de um benevolo as-

sombro, no Instituto de França, nas universidades inglezas e italianas, num rapido contacto com as sumidades do mundo...

Não pensara decerto n'alguma especialidade: a avidez de saber lhe derramava, entontecida, a atenção no terreno indiviso do enciclopedismo: queria entender de todas as cousas, entre a quimica e a astronomia, o lirismo de Lamartine e o grego de Felix Taunay, a economia politica e as matematicas que frei Pedro, até dez anos depois, continuava a ensinar-lhe. Umamaveis matematicas pelas ruas cheirosas da Quinta num fim de tarde, á helenica, intermeiadas de conselhos e histórias...

Cristiano Ottoni não lhe perdoaria, a critica desfavoravel ao seu compendio de aritmetica... Até o fim, gabava-se de acompanhar os progressos da ciencia dos numeros. E a melhor lisonja que podia circular na côrte era o espanto do diretor da Faculdade de Medicina, que fôra falar-lhe do regulamento do ensino:

— E esta! O Imperador sabe mais medicina do que eu! (21).

As publicações francêsas levavam-lhe a imaginação para o Instituto. Apenas não via o que se passava á volta, ou melhor, ao pé de S. Cristovão, na casa da "Joana".

O ministerio de 23 de Julho tinha por eixo Aureliano, na pasta de Estrangeiros, e se dividira por familias: os irmãos Andrada (Imperio e Fazenda), os irmãos Cavalcanti (marinha e guerra). Eleitoralmente eram as duas oligarquias: do sul e do norte... Durou o tempo

(21) Martim Francisco, *Contribuindo*, p. 88.

que Aureliano quiz. Destruiu-o, como o creára: por um arremesso de sua vontade. Incompatibilizou-se com os companheiros; e largou-os. Em 23 de Março de 41 formou-se um gabinete conservador, com os decaídos de 1840. e continuou Aureliano ministro de Estrangeiros. Não poderia governar com uma Camara hostil, constituída ao sabôr da politica da vespera. Ia ella inaugurar-se em 3 de Maio. Se esperasse pela sessão solene, ficaria patente o absurdo: os ministros numa humilhante minoria. O proprio imperador, se lá comparecesse, compreenderia a gravidade do caso: uma assembléa histórica, contra cinco estadistas em situação difficil. O geito era dissolvê-la. E logo! D. Pedro II, em 1 de Maio, assinou o decreto da dissolução. Vinte e cinco anos depois (22) diria: "Confesso que foi um erro, o maior talvez do meu reinado, mas os liberais, queixosos ainda hoje, para que entregaram o poder a uma criança de 15 anos?" De fâto, não derrubára o ministerio: "é attribuir demais a quem tão pouca idade tinha!"

Um sobresalto extranho percorreu as esféras do Estado: sentiram-se ludibriados os antigos republicanos, convertidos á monarchia e cortezãos do dia anterior. Mas a população neutra gostou. Pelo menos a politica readquiria a sua logica. Emergiam do velho naufragio as criaturas do primeiro reinado: Paranaguá, na marinha, José Clemente, na guerra... Araujo Viana, o professor de litteratura, ficava com a pasta do Imperio. Iniciava-se na administração Paulino de Souza, com a da justiça. Miguel Calmon, com a pasta da fazenda, reatava a tradição de 1837, da "reação monarchica". Gente indicada para representar, na festa da coroação, o partido da ordem, enraizado na aristocracia territorial, no

(22) Cristiano Ottoni, *Autobiografia*, p. 84, Rio 1908.

grosso commercio — varrera das posições os adventicios, restaurava a coerencia dos principios. Eram os orthodoxos.

Mas, na primeira reunião do ministerio, algo de insolito aconteceu. Pediu Aureliano licença para introduzir no salão, onde, á volta da mesa grande, se sentavam o imperador e os novos titulares, seu irmão Saturnino de Souza, indicado para presidir o Rio Grande. Assim ouviria as instruções sobre a delicada missão... Entrou Saturnino e abancou-se a par dos ministros, que logo entenderam o alcance da novidade. Aquilo exprimia a superioridade, a preeminencia ostensiva do “arbitro”, do artifice das “combinações”: Araujo Viana franziu o sobr’olho, lobrigou talvez um movimento de enfado do imperial discipulo, e advertiu, com frieza: Saturnino que o procurasse, na secretaria ou em casa, no dia immediato, pois o decreto de nomeação não fôra ainda lavrado, nem redigidas as instruções... O funcionario levantou-se, agastado. Levantaram-se os ministros. Houve rapidos cumprimentos. Quando a porta se fechou sobre o irmão do chanceler, a crise se desvanecera, e tambem as veleidades de direção pessoal dos acontecimentos, que este tivéra.

D. Pedro II percebeu o segredo daquele entremez. Sentiu as forças que se mediam nas suas ante-camaras, sobretudo o estarreceu o fantasma de uma tutela, a modo do velho regimen, dos poderosos ministros sobre reis fracos, que fazem “fraca a forté gente”... As tradições da dinastia eram o catalogo desses despotismos. D. João VI, toda a vida, fugira de um possivel Pombal. D. Maria I, a devota, preferira ter um confessor tiranico, em lugar de um ministro absorvente: oprimiam-lhe o espirito, mas aliviavam o Estado. Aterrorizara-a o dominio

de Sebastião José, sobre o displicente D. José I. A literatura pintava o grão-vizir como intermediario maligno, entre o povo, medroso, e o soberano, enganado... O joven imperador aprendera isso nos livros de sua instrução. Mais tarde, quando soubesse dirigir-se por si, repeliria os que pareciam fadados a guia-lo, desterraria os mais íntimos, isolaria o trôno, para que, longe deles, pudésse utiliza-los com uma imparcialidade limpa de suspeitas: que optassem, entre a politica e a amizade! Compararia alguém: “Tarquinio mandava cortar as cabeças das papoulas; D. Pedro II, que não era cruel, impedia com geito que elas crescêsem” (23).

A algidez, que lhe seria, pelo transcurso do reinado, proteção contra os impulsos, segredo de sua equanimidade, provinha um pouco dos mestres, que assim o crearam. Bem dissera Bernardin de St. Pierre: “um preceptor ensina, a mãe faz amar”. Faltara-lhe esta!

Porque não afastou nunca o seu frei Pedro, de macerada fisionomia, os olhos mansos encovados, uma rêpa de cabelo grisalho esvoaçando sobre a testa enrugada e ampla? Porque era discreto e modesto, silencioso e desinteressado, e, já o imperador homem feito, o acompanhava pelos passeios da Quinta arguindo sobre matematica e latim...

Em 1848, conta o visconde de Nogueira da Gama (24), D. Pedro II lhe falou dele: “Sabe quanto tem sido caluniado!” “Até alcunhado de frei Malagrida”, ajuntou o veador. “Pois bem, assevero-lhe que nunca me pediu cousa alguma, sabendo que eu nada lhe negaria do que de mim dependesse”.

(23) Cristiano Ottoni, *Advento da Republica*, p. 115.

(24) *Minhas Memorias*, p. 129, Rio 1893.

Não fôra essa a politica de seu avô, habil e metódica? Tinha de desvencilhar-se das facções para não lhes correr os riscos, como sucedera ao pae. Porisso aquelle, o bonanchão, morrera regaladamente, no seu leito, emquanto este, o heróe, arrazado de paixões e lutas, em plena mocidade, depois de uma odisséa lancinante... Ao contrario de D. João VI, entretanto, a individualidade ganhava-lhe uma nitidez tão precoce quanto a intelligencia. Adquiria prontamente a consciencia dos problemas, a sensibilidade do poder, o conhecimento das pessoas. Á força de representar de rei, encarnara-lhe a dignidade. O sentimento de majestade, na brandura natural a inflexivel afirmação de sua qualidade, a ciosa resalva da obediencia, que lhe deviam, não sofreu a menor quebra no respeito que aprendeu a impôr, fingindo não se aperceber disso. O caso de Honorio Hermeto Carneiro Leão o revelou, como havia de ser.

Em 23 de Julho de 1842 — por exemplo — lançava no seu “diario” estas notas: “Quanto me não custa um cortejo, como móe, mas cle é signal da gratidão dos meus amados súditos; devo recebe-los com bôa cara”. Repetindo essas frases, corrigia-se... Mas, para si mesmo, desabafava: “Baixei á capela onde assisti a um “Te Deum” entoado pelo vagarosissimo, em logar de Reverendissimo, bispo capelão-mor...” (25).

Lá fóra, florescia, resurgia o país.

A coroação — terceiro cerimonial assim que o Rio de Janeiro viu, no espaço de vinte e tres anos — não era um festim, mas um jubileu. A nação inteira como que affluia á côrte, para brindar o imperador criançaola. O governo deu á solenidade um aparato memoravel.

(25) Ms. no arquivo do castelo d’Eu, n. 5066.

Depois de um decênio convulsivo, precisava informar ao Imperio que a ordem voltára ás provincias, a paz aos lares. Bem alto seria o farol que iluminasse, com o clarão esperado, as largas trévas. Para que lhe divisassem o lume do Rio Grande em guerra, do Pará devastado, do Maranhão apenas apaziguado, da Bahia ainda fumegante do brazeiro republicano — era necessario que se elevasse acima de tudo o que antes comemorára a realza e a unidade nacional. Os ministros, os cortezaõs, o commercio fluminense seduzido pela perspectiva do excelente negocio, os fidalgos das fazendas de café, não pensaram senão naquilo. A politica, suspensa, aguardou que passasse a temporada das alviçaras. A vara de Moisés abriu, entre as ondas, um caminho de rosas: D. Pedro II seguiu por aí, até ao pé do altar onde foi ungido. Houve a trégoa risonha da exaltação do menino.

O fervôr monárquico extremou-se, a ponto de escrever Aureliano ao general Guido — veterano do exercito dos Andes, delegado de Rosas — em 17 de Julho (26). Sua Majestade lamentava — na farta distribuição de condecorações — não poder agraciá-lo, como fizera aos ministros estrangeiros, por ser a Confederação Argentina... uma republica.

O sol de 18 de Julho aqueceu a côrte com um famoso fulgôr tradicionalista.

D. Pedro I não tivera espetaculo igual; nem a coroação de D. João VI — na qual predominara a côr encarnada, da gala real — fôra mais brilhante.

Agora, prevalecia o tom verde, dos mantos das damas das princezas, dos uniformes dos camaristas, das

(26) Doc. no arquivo de Guido, Archivo General de la Nacion Argentina, ms., inéd.

fardas dos senadores, das bandeiras que tremiam, no espaço, a sua tinta fresca. Araujo Porto Alegre deseñhára o monumental pavilhão, em cujas linhas classicas Roma e França, Augusto e Napoleão, os arcos remotos e a nova apoteóse se combinavam. Igreja e Estado, a nobreza, de antigos ou recentes diplomas, o luxo, a pragmatica, o moroso rito da sagração, entre espirais de incenso os personagens fulgurantes, a pompa religiosa, todos os esmaltes, os lampêjos, o esplendôr do grande ato, eram ali apenas uma moldura.

O conde de Lages, a uma das sacadas do Paço, proclamou:

— Está sagrado o muito alto e muito poderoso principe, o Senhor D. Pedro II, por graça de Deus e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil.

E, trovejante:

— Viva o Imperador!

Vestido de setim branco, de calções, sapato bordado, á cinta a espada do Ypiranga, aos hombros a murça de papos de tucano de D. Pedro I — o Imperador parecia arrebatado do solo pelas visagens de uma festa absurda. Celebrava-se — como num delirio, que continuou muitos dias, entre jubilos populares, fógos de planta, bailes de rua, espetaculos de gala — o advento do menino providencial. Era um ingénuo messianismo, que empolgára o país. Algo sobrenatural. Pois não parecia, isto tudo, milagre?

Durou pouco.

* * *

Duas lei energicas, votadas por uma assembléa reacionária, desencadearam a tempestade, e limpam o

céo: a de 23 de Novembro, que restabeleceu o Conselho de Estado, e a de 3 de Dezembro de 41, que armou o governo com extensos poderes de policia, para manter a ordem no Imperio.

Os maioristas, na opposição, sentiram-se duplamente burlados.

Tinham perdido a cartada, e o direito de renova-la. Soou outra vez o clarim de 7 de Abril.

A jornada de 22 de Julho fôra promovida por um *club* maçónico. Outro, a "Sociedade dos Patriarcas Invisiveis", ateou o incendio de 1842.

Na presidencia de S. Paulo, José da Costa Carvalho substituiu o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, parente dos Andradas, o mais prestigioso chefe local. Nenhuma nomeação apunhalou mais fundo o partido liberal. Partiu uma comissão da assembláa provincial para pedir ao imperador a suspensão daquelas leis impopulares. A linguagem da queixa aumentava a impertinencia da embaixada: não foi sequer recebida. Os emissarios voltaram indignados. Os Andradas perderam os seus cargos do Paço. A 13 de Maio, em Sorocaba, Tobias proclamou a rebelião. Um velho padre, contrafeito pelas enfermidades e a estoirar de entusiasmo, pela reinvidicação dos principios da Regencia, pelo desagravo de sua obra, juntou-se ao caudilho: era Feijó. Os Ottoni e seus adeptos desfecharam em Barbacena, em 10 de Junho, o golpe desesperado. Rangeu o edificio do Estado: susteve-o a mão firme de Caxias. Aquilo teria sido, tres anos antes, uma catastrophe: em 1842 não passou de um sobresalto. Se Minas Gerais e S. Paulo ouvissem os apêlos da insurreição *farroupilha*, estrebuchante, sêmi-morta já nas cochilhas do sul, o Brasil mudaria de fórma. Mas não os ligavam

uma ideologia identica. Cada qual atirava em alvo diverso. Bento Gonçalves queria ser o Lavalleja de uma pátria pequena, Tobias um Amador Bueno, cioso da autonomia paulista, Ottoni a reincarnação de Evaristo da Veiga e Miguel de Frias...

Poude assim o barão de Caxias bate-los separadamente: a mesma espada os venceu; devéras, atraz do Pacificador voavam esperanças e votos de uma sociedade descrente da violencia. Perdera, em dez anos de tragédias exparsas, a fé nas sedições, embora sublimes. Pouca agua extinguiu o fogo de palha. Rendeiram-se, em Sorocaba, Feijó e o seu pugilo de bravos. Em Santa Luzia do Sabará foram desbaratados os rebeldes mineiros. Valeram ao general triunfante ambos os sucessos, para ser enviado, com a mesma urgencia, aos campos do Rio Grande: chegou a tempo de fazer prender em Passo Fundo o brigadeiro Tobias, que, só, no seu cavallo "tobiano" (como ficou sendo conhecida a côr do cavallo-fantasma) procurava encontrar-se com as guerrilhas gaúchas... E acabaria apaziguando a provincia.

D. Pedro II, aproveitou-se dos ventos favoraveis para ultimar a conciliação.

Não deixou que os conservadores tirassem de sua vitória todas as vantagens.

Condoêu-se do desterro de Feijó, da prisão de outros cidadãos que, nove anos, tinham carregado a bandeira da Regencia. Aborreceu-se do aspecto patriarcal que tomára o governo. Melindrou-se com o ápodo frequente: o menino continuava sob a férula de mestres, o guante de Aureliano! Começou a tactear, na obscuridade da situação, uma porta de saída. Deu-lha o proprio ministerio, que se demitiu em 16 de Janeiro

de 43, por não se entenderem mais os titulares. Esperava-se que fosse Aureliano convidado terceira vez, para recompôr o governo. D. Pedro II, porém, formára o seu plano.

Queria um homem altamente representativo.

Chamou Honório Hermeto.

O parlamentar mineiro grangeára o direito de guiar os acontecimentos, desde 1832. Era vê-lo! De sobr'olho carregado, um traço de amargura nos lábios finos, a testa sempre franzida e um ar de permanente severidade, inspirava na Camara respeito e confiança. Apon-tavam-no, como a um Feijó de casaca, que antes que-brava que torcia, mais habil que o padre, porem equi-valente a ele na firmeza, um tanto mística, dos seus pontos de vista. Nascera para primeiro ministro do seculo XVIII... O Imperador ouviu-o. E imitou o gesto que tivera o pae com Barbacena: incumbiu-o de organizar o gabinete. Limitar-se-ia a aprovar a lista. Á semelhança da Inglaterra: poupava-se, e exper-imentava.

Honório objectaria: os antigos ministros, embora desunidos, tinham o apoio do parlamento. D. Pedro II fingiu não perceber a importancia disto. Sabia, aliás, quanto valia tal apoio, incluído no vicio das eleições falsas, seu pesadelo quarenta anos. Deixou-se levár pela necessidade de mostrar o seu poder. Pedia-lhe que accitasse. Honório accitou; e pouco depois sentiu que a imperial vontade não revelava mais uma criança dubia, porem um homem caprichoso.

A nomeação dele desmanchou a lenda da Menoridade indefinida, instrumento do "club da Joana"; a sua quédia, desfez o boato do "vassalo igual ao rei".

David provocára Golias, afim de estender, diante dos filisteus, o corpo de um gigante...

VII

TEREZA CRISTINA

O problema do casamento de Sua Majestade era angustioso.

Unico soberano na America, tinha de atrair alguma princeza disposta a renunciar á Europa, desligar-se para sempre de suas velhas côrtes, aventurar nos tropicos uma adaptação insipida... Havia, além disto, entre ele, e elas, a sombra do pae, a lenda do Minotauro, a triste historia de Leopoldina, morta de dôr, e o caso de Amelia, expatriada cêdo...

Que juizo faziam então do Brasil aquelas filhas de reis, que floresciaam á sombra dos palacios medievais, imaginando sem fim a paz das realezas? Confundiam, comparavam varias noções diferentes, de livros exóticos, de viajantes aturdidos, e formavam uma idéa assombrosa do novo mundo, com indios, fêras, negros, governantes como Rosas, rebeldes em constantes guerrilhas como Artigas e Rivera, xenofobos, tartaros... D. Pêdro I em segundas nupcias se casára com uma princeza de meio sangue real, Leutchenberg-Beauharnais, neta de uma antilhana. Evidentemente,

D. Pedro II não poderia aspirar á mão de uma grande herdeira.

Como em 1827, não se poderia tratar de matrimonio imperial sem ouvir a Metternich, rodeado de arquiduezas, de sobrinhas pobres da esquecida Leopoldina, austriacas, alemãs, italianas, pretendentes a um trôno secundario.

Mas o chanceler votava á casa do Brasil um desprezo coerente. Amargava o lôgro de D. Pedro I, que nunca o atendêra, dando ás dinastias o perigoso exemplo de seu liberalismo; e jurára a seus deuses não despachar outra augusta noiva, para as surpresas do equador. Se o ministro brasileiro insistisse, passaria a mão engêlhada pelo mapa da Europa, num gesto vago, de quem aponta muitos paízes: e fixaria em Napolles o dêdo. Havia lá um nobre ramo Bourbon, sem fortuna, mas respeitado; um baluarte "vieux regime", sobre o Mediterraneo; o tacão Luiz XV, da bota italiana...

Foi assim que se achou o representante do Imperio na capital dos Estados sardos, á procura de princezas casadouras, em 1842.

D. Pedro II não definira as suas aspirações quanto ao assunto. Gostaria de casar na Austria. Tinha pela côrte dos Habsburgos uma veneração particular; as tias loiras de Viena exerciam sobre o seu espirito a fascinação de imagens que olhos infantís viram uma vez, e nunca mais se esquece. Lá ficára a raça materna. Mas não podia sobrepôr-se a Metternich. Que lhe déssem mulher de nobre serenidade, de linhagem igual á sua, inteligente, e que não fôsse feia...

O rei Francisco II das Duas Sicilias tinha tres irmãs solteiras. Dizia-se que eram bonitas, prendadas, religiosas e gentis, merecendo maridos imperadores...

Na impaciencia, de quem quer depressa concluir a missão espinhosa, Bento da Silva Lisbôa, encarregado de encerrar as negociações, se viu em Napoles como em terreno conquistado. Tudo lhe correu facil, portas abertas ás conversas, politica em harmonia com os designios, a família reinante satisfeita com o acôrdo, e no fundo do cenário, “carbonari” e “lazzaroni” ameaçando surdamente a corôa... As duas moças, a quem Francisco II repetiu a proposta do plenipotenciario, recusaram, assustadas. A terceira disse, com decisão: Pois eu aceito!

Tereza Cristina seria a imperatriz.

Bento Lisbôa não era exigente quanto aos predicados fisicos da noiva. Tres anos mais velha do que D. Pedro II, era muito baixa, e claudicava de uma perna. Dissimulava o defeito andando pouco; e para corrigi-lo, apoiava-se a uma bengala. Junto do imperador, de alta estatura, contrastaria singularmente, pequenina e morena, de cabelos negros, lustrosos e lisos, e um ar de candura e bondade que não possuíam, nos seus retratos rubescentes, as arquiđuquezas austriacas de sua gloriosa estirpe. De rosto, era quasi bela. Luziam-lhe largos e húmidos olhos claros, principalmente lhe iluminava a fisionomia um sorriso generoso, que dava ao seu modo modesto e timido, suavemente feminino, de cumprimentar as pessoas, um tom sedutor de meiguice e simpatia. Era sadia, afavel, instruida e — como toda a aristocrata italiana — cantôra e musicista de arte eximia. O diplomata hesitou, entre acabar logo, fixando a solução, do casamento em Napoles, ou desaconselha-lo, porque a pretendente era côxa e baixinha, para reiniciar a perigrinação, de resto incerta... Resolveu-se, amparado por um retrato lisonjeiro.

Tomou de uma formosa miniatura, na qual a princeza, de busto firme e esguio, sorria um duplo e lindo sorriso de juventude e graça, na pompa do seu penteado de côrte e das suas espaduas descobertas; alinhou alguns elogios aos dotes morais, e mandou para o seu governo a proposta.

O retrato supriu os elogios, encheu-lhes as reticencias. Parecia documento mais convincente. Entretanto ocultava as duas circumstancias infelizes: o tamanho, e o defeito...

Porque o embaixador não foi sincero?

De fáto, tudo nesse episodio se passou exquisitamente. Em Viena, esquivança, desinteresse, orgulho sêco. Em Napoles, precipitação, dissimulações extravagantes. No Rio de Janeiro, a mesma préssa em rati-ficar as sugestões de Bento Lisbôa, ordens instantaneas, a impressão excelente, produzida por um desenho favorecido, sem se lembrarem que o avô e o pae do rapaz tinham sido vitimas da benevola infidelidade dos pintôres. Marialva mandára uma miniatura de Leopoldina em que a sanguinea senhora rivalizava com a linda tia, Maria Antonieta, e o duque de Fernan Nunez figurára Carlota Joaquina — uma das mais feias herdeiras da Europa — como um anjo...

A linhagem da princeza sarda — isto sim — correspondia rigorosamente ás pretensões do noivo.

Bourbon de quatro costados, aparentava com todas as dinastias do velho mundo, brazonava com os seus lizes, as suas cruces, as suas aguias: pelo lado do pae, Xavier-Francisco, duque de Calabria, depois Francisco I das Duas Sicilias (1825-30), bisneta de Carlos III de Hespanha; por sua mãe, Isabel Maria, filha de Carlos IV, portanto irmã da rainha de Portugal Carlota Joaquina, e da duqueza de Parma, era ainda uma vez

prima consanguinea de D. Pedro II... Pertencia redondamente áquella progenie de reis católicos, de infantas religiosas e artistas, de magnificentes senhores, tambem de semi-loucos, agitados e lipemanos, nevrosados pelos terrores misticos, pela angustia politica, a hereditariedade recosida na endogamia, sempre concêntrica — do Escorial, de Vila Viçosa... Bourbon de Hespanha e Napoles, de Felipe V, o apavorado, de Isabel Farnesio, a inflexivel, de Carlos IV, o inerme: porem do sangue de mulheres inquietas, dominadoras, absorventes, em cujas belas mãos — unico encanto que lhes ficou tradicional — cem anos de historia européa foram um fio de sêda... Damas, maiores que os maridos: Maria Cristina, que fizera Fernando VII legar a côroa á filha Isabel II; a outra princeza das Asturias, Maria Antonia, que creara, contra o sogro, o “partido fernandino”: Maria Amelia, alma do Orléanismo, o genio da França de Luiz Felipe; Maria Luiza, a energica, junto do rei Carlos, o conformado; a nossa Carlota, conspiradôra, ambiciosa, a par do manhoso D. João; Maria Carolina, a intelectual; sobre tudo a meia-irmã, a Minerva do seculo, a infeliz duqueza de Berry; e as anteriores, rainhas efetivas, estadistas, guerreiras...

E tinha traços fisionomicos das avós temiveis. A fronte e os cabelos de Maria Cristina, do quadro de López, os labios finos de Maria Luiza, da tela de Goya, inconfundivel perfil boubónico, nariz forte, queixo solido, o oval do rosto primorosamente modelado...

Essa flôr de nobiliarquia possuia comtudo um temperamento brando, inefavel doçura, os predicados de uma esposa sem aspirações fóra do lar silencioso... Havia de ser — a descendente das infantas intrigantes, das grandes mulheres politicas — a imperatriz mais

retraída do seu tempo; a que devia atravessar o tablado da vida em pontas dos pés, sem fazer ruído...

O pae fôra sempre um irresoluto, um céptico, um desanimado. A Revolução francêsa, a expulsão da família do seu pequenino reino de praias idílicas, a restauração, sobre os destroços do cesarismo de Bonaparte, deixaram-lhe n'alma impressões fundas, um permanente desencanto que se cifrara no gosto da imobilidade, no amôr da penumbra e do socêgo (27). Já a rainha Isabel, com o sol andaluz a estalar-lhe nas veias, era alegre, inquiéta, expansiva. A condessa de Boigne nol-a descreve (28). Em confronto com a caducidade precoce do rei, gorda, barulhenta, divertida, contente de si... Viuva, quinquagenaria, casou-se, em 1839, com um general de 34 anos... Os filhos de Francisco I não se pareceram com ele. Da primeira esposa, a arquiduqueza Clementina, tivera a duqueza de Berry, a heroína da aventura legitimista da Vendéa; do segundo leito, a rainha Maria Cristina, terceira mulher de Fernando VII, caracter varonil que mudou o destino de Hespanha; Fernando II, despota iluminado, como se diria outr'ora, á bôa maneira antiga, inteligente, reformador de civilização, um príncipe da Renascença confinado em Napoles dos "lazzaroni"; Leopoldo, conde de Siracusa, Maria Amelia, que se casou com o primo, o infante D. Sebastião, neto amado de D. João VI, nascido no Brasil; Tereza Cristina, Maria Antonia, mulher do grão duque de Toscana, Luiz, conde de Aquila...

(27) *Della Monarchia di Napoli e delle sue fortune*, 2.^a ed., Napoli 1876; G. Poincot, *La vie Romanesque de la Duchesse du Berry*: Marquês de Villa Urrutia, *Las Mujeres de Fernando VII*, Madrid 1925.

(28) Comtesse de Boigne, *Mémoires*, III, 300. Paris 1909.

Familia tão numerosa, dividida, sacudida ha pouco pelo rude temporal napoleonico, disfarçava em etiqueta e prosapias a sua pobreza. Afigurou-se-lhe brilhante o casamento da America. Como que revivia a tradição da não "D. João VI", que fôra buscar a arquiduezza Leopoldina, com 500 passaros do tropico cantando a sua musica nas camaras doiradas, verdadeira arca de Noé, na risonha frase de Metternich...

Tambem D. Pedro II mandou buscar a noiva por uma esquadra, a fragata "Constituição", de 64 peças, do comando do chefe Teodoro de Baurepaire, e as corvetas Euterpe e Dous de Julho. O embaixador especial José Alexandre Carneiro de Campos, visconde de S. Salvador de Campos, representaria Sua Majestade na cerimonia do casamento. A camareira-mór marquesa de Maceió, a dama de honor, esposa daquele diplomata, a açafata D. Isabel de Baurepaire, e algumas senhoras de servir, fariam, na viagem, a côrte da imperatriz. Em 5 de Março de 1843 partiu a frota. A 21 de Maio fundeou na baía de Napoles. No dia 30, festa de S. Bernardo, nome do rei, celebrou-se na capela palatina a bençam nupcial, precedida da leitura do breve de Gregorio XVI que dispensava os nubentes dos impedimentos de parentesco, respondendo pelo noivo o conde de Siracusa, D. Leopoldo de Bourbon. Perguntou o arcebispo capelão-mór: "Princeza real das Duas Sicilias, D. Tereza Cristina Maria de Bourbon, quereis tomar por vosso legitimo esposo S. M. o Imperador do Brasil D. Pedro II de Bragança, por si mesmo ausente, mas presente na pessoa do seu procurador, o principe real D. Leopoldo, conde de Siracusa, segundo o rito da Santa Madre Igreja?" "S. A. R. — viu o cronista — voltando-se primeiro para o trono e depois para a tribuna, baixou a cabeça a S. M. o rei e a sua augusta mãe, para

implorar o seu consentimento, e tendo-o recebido, respondeu: Quero". A cõrte inteira, — os officiaes brasileiros, desfilarão diante da familia real. Logo, a 1.º de Julho, aprestaram-se para largar os navios do Imperio e tres fragatas napolitanas que deviam comboiá-las, a "Amelia", a "Parthenope" e a "Isabel". Pela primeira vez ia atravessar o Atlantico uma esquadra sarda. Bastara um mez e dez dias para a nova soberana organizar a partida, deixando para sempre a terra natal. O povo correu ao porto, para saudar a saída dos grandes barcos, que associavam, no golfo, a novidade de uma bandeira auri-verde, de remota região, á gravidade do pendão branco, da velha monarchia. O palacio Chiaramonte resplandecia nos seus marmores, á luz quente da tarde. Ás 6 horas, embarcou Tereza num escaler brasileiro (29). Acompanharam-no outros, com os officiaes do Brasil, e, em seguida, os napolitanos, cujas remadas ritmicas lembravam uma procição maritima. Salvaram, com 21 tiros, os navios de guerra. A marinhagem, alinhada nos lais das vergas, agitava os gorros. O rei, a bordo da corveta Cristina, autorizou o sinal da partida, ás 6 e meia. Em seu nome, o irmão, D. Luiz conde de Aquila, faria a entrega da imperatriz, no Rio de Janeiro. Iria na fragata "Amelia". A viagem valer-lhe-ia a mão da princeza D. Januaria: se o imperador não tivesse successão, seria o herdeiro-consorte... Ás sombras da noite baixavam sobre o Vesuvio, quando, panos desprendidos, a divisão de Napoles adiante, os navios aprobejaram para o largo. Reboaram os canhões ainda uma vez, em honra da Senhora de Piedigrotta, cujo santuario recebia os adeu-

(29) Eugenio Rodriguez, *Viagem da Imperatriz* (Tradução e notas de Gastão Penalva), Rio 1937.

ses e os votos dos navegantes — e contemplando, de bordo da “Constituição”, o traço escuro da costa, onde tremiam as luzes da pátria, Tereza Cristina rezou constrictamente...

Para ella, a cortezia do marido desconhecido tinha os requintes de uma civilização antiga. A fragata, splendidamente preparada para a travessia, oferecia a comodidade dos hiates reais: antecâmara com as cortinas de damasco, mobiliario artistico, espelhos enormes, altar portatil, aposentos brancos filetados d’oiro, sanefas de cambraia alva e verde ou ornatos com as armas do Brasil e de Napoles, um retrato do imperador por Barandier, os moveis estufados, com as iniciaes, P. e T., dimensões para 24 pessoas... Lavatorio de prata doirada fabricado por Marin, Léger, Ferrez, o leito monumental, de jacarandá e setim, acanoado sobre quatro cisnes dormentes, de talha inexcedivel, sustentando o cortinado de musselina e, simbolo da casa de Bragança, um dragão de bronze — completavam o majestoso ambiente, digno da augusta passageira... Correu-lhe suave, monotona, a viagem de dous mezes. N’outro crepusculo — em 3 de Setembro — embandeirados em arco entraram os navios a Guanabara.

Como tudo era diferente, para a princeza que nunca saíra antes de sua Italia decorada de colinas aveludadas, cidades de marmore, praias beijadas pelo Mediterraneo azul! A meia-luz do ocaso tornava-lhe fantastico o quadro da violenta e bruta natureza, com a enseada refulgindo entre as paredes das penedias, e todos os barcos ali fundeados empavezados e festivos como num dia da padrocira do mar...

Eram 7 horas.

Estrugem, apesar disto, as salvas das fortalezas. Linguas do fogo tremeluzem sobre os baluartes negros.

Iluminam-se, no porto, os patachos, e, dos dous lados da baía, o casario. Sente-se, palpa-se, na serenidade da noite clara, a alegria da terra, a vasta lisonja de uma população enternecida pela surpresa daquela moça, que vem como uma encantada rainha, trazendo, nas suas fragatas embandeiradas, o interesse da Europa pelo Imperio rude... Á claridade que se estende pelas aguas vê-se corta-las, á força de remos, uma lancha. Encosta á "Constituição", cuja escada se desenrola, para deixar subir um alto mancebo, e uma rapariga esguia, cujos amplos e leves vestidos alvejavam na escuridão... O chefe da esquadra, a officialidade, a marujada, correram-lhes ao encontro. Circulou o clamôr: S. M. o Imperador, e a princeza D. Francisca! E na coberta do navio, mal alumiada pelas lanternas de bordo, entre alas de imperiais marinheiros, D. Pedro II se curvou profundamente diante da imperatriz que lhe estendia a mão nivea e trémula.

VIII

RAZÕES DE “DADAMA”

O solene desembarque e a bençã confirmatoria foram combinados para a manhã seguinte. Logo o imperador e a irmã voltaram para a terra, deixando a bordo a imperatriz.

Ninguem saberia as impressões desencontradas que guardou, no seu teimoso silencio, D. Pedro II. Não as confiou a ninguem. Aprendera dos mestres uma reserva fria e mansa, que devem manter os reis, diferentes dos outros homens, e de suas fraquezas. Transpirou apenas a sua decepção.

O retrato mentira. Bento Lisbôa ocultara os detalhes que mais resaltavam agora a desproporção no casal: Tereza Cristina, apesar dos seus olhos ternos, dos lindos cabelos e do semblante quasi formoso, era muito baixa, e coxeava...

Um começo de protesto morreu-lhe na garganta, como um soluço. A politica podia faze-lo casar com uma prima pobre, de familia decadente, espirito religioso e solidas virtudes; porem tinha o direito de deseja-la bonita... Sonhara por certo o seu tipo feminino. Que lhe diziam as aias, nas suas histórias do Paço? Que D. Pedro I fôra infeliz, porque lhe tinham

gado, sem amôr, uma esposa feia. Mas a ventura lhe entrara pela casa como um raio de sol matutino, com D. Amelia, a bem amada. Com 18 anos, um soberano pensa decerto na sua rainha, recortada nas iluminuras dos velhos romanceiros, de tranças fulvas e palidez gentil, como eram as damas dos cavaleiros e trovadores... Renunciara á infancia para reinar na idade dos brinquêdos; agora queriam que renunciasse ao sentimento, para continuar a ser distinto dos demais, dos que pôdem amar, dos que vivem livremente a sua dôr e a sua alegria... Era isso justo? A imperatriz, pequenina, claudicava de uma perna...

Abriu á Dadama o coração. Abraçou-a, chorando. Que fazer? D. Mariana de Verna apertou-o de encontro ao peito magro. Uma chispa de piedade materna ardeu-lhe nos olhos vivos. Aconselhou-o suavemente. A Europa e a America tinham testemunhado aquele casamento, que já não podia romper-se. O amôr viria, com o tempo. Da princeza se diziam maravilhas. Tinha a candura das almas santas, a fibra das esposas leais. Um monarca não é dono de si: sacrifica-se, para servir; é uma vitima, silenciosa e digna, do dever, que Deus impõe. Que falariam os governos estrangeiros, se houvesse o escandalo, da devolução da noiva de Sua Majestade, afóra o problema, do matrimonio ajustado e ratificado, ouvidos o Papa e as côrtes?... E que conhecia do mundo, tão jóven, o imperador? Tereza Cristina fôra-lhe consagrada; era, sua mulher.

As palavras da illustre senhora ganhavam nitidez e força, no tumulto de suas idéas aflitas; decerto falaria assim D. Leopoldina, se vivesse a mãe verdadeira, ha tanto tempo ausente, no vazio de sua orfandade...

A manhã de 4 de Setembro parecia encomendada pelo seu tormento: nuvens densas rolavam no céu, e

uma chuva intermitente e ligeira refrescára a paizagem cinzenta, de tons uniformes.

Na fisionomia de D. Pedro II, ao surgir no Arsenal, difficilmente se leria a emoção de sua vigilia. Conservava a habitual austeridade; a voz persuasiva de *Dadama* não lhe saía dos ouvidos; cumpria — com um rigor exemplar — o seu dever!

A fragata capitanea içou a insignia imperial, e immediatamente todos os navios se coloriram de galhardetes e flamulas, sacudidos pelo sudoeste ponteiro e frio. Formigava no porto a multidão. Um tiro de peça annunciou o cortejo de lanchas. O povo, espalhado pelas abas dos morros, prorompeu em aclamações. Destacou-se, impelida por sessenta remadores de barretinas redondas, a galeota de D. João VI, que tinha á prôa, enroscado, um dragão de cobre, bicho simbólico da dinastia. Na camara desse barco, entre cortinas verdes, tambem côr de Bragança, avultava o imperador com a farda de almirante. Seguiam-se duas outras galeotas, desprovidas de camarim, com os ministros e os camaristas. Nas suas aguas, remavam os demais bateleiros do sequito. Os representantes e negociantes estrangeiros enfeitavam a comitiva com os pavilhões dos seus paises.

A imperatriz e o conde de Aquila esperavam no alto da escada.

Reboaram as salvas, das fortalezas e da armada.
Foi breve o cerimonial.

Minutos depois desciam, com Tereza e D. Luiz de Bourbon. Volveu entre escalares, o lindo barco dos 60 remadores de gorras chapeadas de prata. As duas carruagens do paço aguardavam no caes, a que se déra o nome de caes da Imperatriz. Numa toma-

ram logar as duas princezas, na outra os principes. D. Pedro II parecia enleiado. “Vestido com discreta elegancia, bem posto no uniforme militar”, “sua apparencia deixava adivinhar uma alma educada na ternura latina”, disse o official sardo Eugenio Rodriguez. Representava o seu papel. Nada se podia desejar mais perfeito. Atraz do seu, uma centena de carros, os homens em fardas doiradas, as mulheres de vestido branco bordado de prata e capas verdes, segundo o estilo da côrte de D. Pedro I, em alas as massas, e pelas ruas, repletas, densas de ofegante respiração, de tropa, burguezia, plébe, um borborinho festivo, e gritos: Viva a Imperatriz — desdobravam, enormizavam o espectáculo novo. Flores e folhas de cravo e canela juncaavam as calçadas, amortecendo o ruido das rodas, perfumando o trajeto. Cavalgava á estribeira o condestavel, acompanhado dos alabardeiros, com os estandar-tes, e dos guardas a cavallo...

Apeiaram-se na capela imperial, no meio do povo. Tiveram de inclinar-se, numa cortezia, ante o temporal de aplausos, ele alto e resplandecente, ela baixotinha e suspensa do seu braço, que lhe roçava os cabelos negros. Finda a solenidade religiosa, seguiram, com o mesmo sequito, para S. Cristovão, onde houve jantar de gala, enquanto estrelavam na cidade os fôgos chinezes, estrugia a musica, dansava a patulêa, e no ar, gradualmente enxuto, drapejavam bandeiras... Ditosas nupcias! Como deviam ser felizes — suspiravam donas e donzelas.

E não eram.

— Seria a mãe dos brasileiros! — profetizava a Camara Municipal. Mas o imperador — diziam outros — quizêra esposa; aquella parecia bondosa e modesta...

Como o avô português, D. Pedro II fôra educado fôra das paixões, que dilaceram a alma. A planta do sentimentalismo não achou clima no seu espirito. Ao contrario do pae estouvado, não deixou histórias de amôr, entre as do seu longo reinado. Vultos ou fantasmas femininos naturalmente lhe passaram pela vida: nenhum ficou. Foi monarca sem cortezãos e sem afetos ocultos. Murmurou-se que... Que importavam boatos? D. Pedro I tivera as suas Pompadour, as validas, as favoritas. De D. João VI só se contou a incerta intriga de uma D. Eugenia de Menezes, raptada pelo medico do paço. São assim vagos os rumôres que cercaram a obstinada compostura de D. Pedro II, impalpaveis os vestigios de enrêdos amorosos, em que o disséram envolvido, numa epoca tão fértil em maledicencia e galanteria, dos salões do Casino Fluminense, dos bailes semanais de Petropolis, das temporadas teatraes de 1843 a 70, da gloriosa sociedade imperial atenta ao seu comando.

Nesse terreno jamais foi expansivo, mesmo com os amigos mais confiantes. O pouco que se sabe do seu pensamento sobre os casos sentimentaes está n'alguma nota lançada á margem dum livro, rapida confissão d'um homem que aprendera a não falar.

Em 1884 leu uma pagina de Garcia Merou sobre o drama de Dumas Filho (30), no qual Margarida Gautier dá, com a morte, a medida do puro amôr.

D. Pedro II escreveu, com desdém: "Não penso assim". — Não entendia a velha historia de doidas ou mortas de amôr. E o dever?

(30) *Revista do Inst. Hist.*, LVI, 403. "Les Brésiliens connaissant l'éloignement de S. M.^{té} pour les femmes...", escreveu, em 1848, o ministro francês, Alberto Rangel, *No rolar do tempo*, p. 207, Rio 1937.

Tinha razão Dadama.

O dever antes de tudo!

Essa noção do seu dever é essencial na vida de D. Pedro II. Foi a sua idéa imutável: a de quem cumpre a obrigação, e não vê heroísmo nisto. Limitava-se a exigir dos outros igual honestidade. No trôno, nos seus horarios de rei metódico, que ainda tinha professores, no casamento, também foi um cativo de sua missão.

Nascera para servir.

Não se rebelava contra isto. Silenciava as suas impaciências com um pudor invencível. Os lábios não o traíram. E quando a fadiga começou a derrear-lhe os hombros, não maldisse as tiranias do destino; contentou-se em sonhar com um retiro, onde o tempo corresse discretamente, entre livros... Não lhe surpreenderam a desilusão do seu episodio nupcial: foi impecável no seu papel de esposo, como fóra da sua intimidade, nas funções do Estado. A calúnia não se insinuou sequer pelo paço, a morder nas apparencias. A avó espanhola dissera que reputação de reis é parede branca, em que se escreve a tóa... Pois lha respeitaram, toda a vida! Não permitiu que se confirmasse a noticia, do primeiro descontentamento. Admirável também na sua branda e humilde attitude foi a imperatriz, que não aspirava a um grande amôr, consolada com a felicidade, que ha mesmo sem ele. Inteligente e perspicaz, comprehendera a situação, o meio novo, o homem da raça austriaca, que escondia na sua bibliotheca as fantasias da juventude, precocemente politico, num ambiente proprio para os governos patriarcaes. E resolveu o seu problema, retraindo-se, como se a valorizasse apenas a penumbra, onde vivem melhor os temperamentos macios. Encan-

tou-o, prendeu-o, venceu-o, porque foi mansa e desinteressada.

Esqueceu as tradições da família, quanto ás rainhas de pulso forte, ás mulheres dominadoras e hábeis. Deslumbrou-se facilmente com a cortezia do belo rapaz que se esforçava por não a desagradar. Amou-o decerto, mesmo com o ciumento e intenso amôr das italianas, porém revestido de tal dignidade, que nunca lhe pezo. Dir-se-ia que a gratidão, da amizade dele, toda lhe iluminava a existencia calma e recolhida: teve a majestosa sabedoria de não desejar mais do que isso.

“Disse-lhe que se limitasse á dupla missão de esposa e mãe. Que nunca indagasse das cousas politicas, nem atendesse a pedidos de quem quer que fosse, pois para cada pretendente servido haveria duzias e centenas de pretenções malogradas.

“A Imperatriz assim fez. — *Isso é lá com o Imperador* — dizia sempre, aos que se atreviam a importuna-la com pedidos” (31).

Apreendeu tenazmente o português. As suas primeiras cartas, sobretudo para a bôa menina Beaurepaire, eram em francês. Deliciou-se com a musica, o canto italiano. Viveu...

Em Fevereiro de 44 um diplomata em trânsito, Jules Itier, visitando a Quinta da Bôa Vista, parou, espantado, junto ás janelas do Paço. “Era uma voz feminina, admiravelmente timbrada, que emitia as notas da famosa ária rossiniana “una voce poca fá”. Um bom piano acompanhava a cantôra”. Quiz aplaudir; conteve-se. Porque surgiu, no balcão, a propria Imperatriz.

(31) Mucio Teixeira, *O Imperador visto de perto*, p. 30, Rio 1917.

Era o seu lindo gorgeio napolitano, que perfumava de poesia a triste tarde de S. Cristovão... (32).

* * *

O casamento das princezas Francisca e Januaria aumentou a solidão em S. Cristovão.

D. Francisca achou noivo fóra da politica e dentro de sua classe, o primeiro marinheiro de França, o príncipe de Joinville. Luiz Felipe, o melhor pae de familia da Europa, reservava aquele filho para as glórias da armada: déra-o ao oceano. E com a fragata mais veleira do reino, a "Belle Poule". Fôra buscar em Santa Helena os despojos de Napoleão: "son voyage de charretier", dizia espirituosamente. Na ida, aportara á Bahia, metera-se a caçar pelos arredores, e escapara de ser vitima de autoridades desconfiadas, que não podiam reconhecer no excentrico estrangeiro um Orléans. Em quatro dias — em 1842 — cobrira a distancia de Brest a Lisbôa. Em Portugal, tornou-se popular, pela extravagante liberalidade, irresistivel, na bonhomia de joven official aventureiro e alegre. Na "Revista Universal", anotou Castilho, ironicamente, que o príncipe quebrava a louça nas estalagens e pagava-a depois, como um inglez jocoso! Aprovejara em seguida para o Brasil. Acolhido no Rio como excelente partido para uma das imperais meninas, apaixonou-se pela mais moça. Quando em Paris se soube do compromisso, já não havia tempo para as habituais confabulações. O rei tentou zangar-se. Valeu-se do barão de Langsdorf, no-

(32) Afonso Taunay, *No Brasil de 1840*, p. 110, S. Paulo 1935.

meou-o ministro e encarregado de pedir a mão da brasileira, recomendou-lhe os contratos, trocas de vistas... Ficou a côrte franceza á espera das cartas do plenipotenciario. Em vez delas, foi a "Belle Poule" que chegou a Brest. Joinville appareceu ás commissões municipais em companhia de uma bonita rapariga, e lhes disse apenas: "Mes enfants, je vous amène la femme d'un matelot; elle est gentille, n'est-ce pas?"

Nas suas Memorias, a condessa de Boigne classificou isso de "un peu à la flibustière...": era encantador. Divertiu, comoveu a aristocracia sensata que rodeava o "roi-citoyen". Muito tempo, no Rio de Janeiro (recordou Josefina Neuville, num livro de reminiscencias) ficou o espanto causado pelo simpatico casal, atravessando a pé a rua do Ouvidor (33) — uma exquiritice... Mesmo em S. Cristovão não seria mais esquecido. Conta Sarmiento, que as grandes obras da Quinta, dirigidas pelo botanico alemão Konig, resultaram dos protestos de Joinville em face do arvoredos selvagem, dos bosques incultos... (34). E como o amava, a bôa D. Francisca, ao energico e romantico marujo que a tirára do socego de S. Cristovão para o esplendor dos mais elegantes salões do mundo! Chamaram-lhe, os Orléans, *Chicá*. A meiga e singela Chica. De começo, riram-se dela á socapa, as duquezas despeitadas. E inventaram histórias cruéis. Não conhecia as arvores européas. Agarrava-se sempre ao esposo, medrosa de tudo. E uma vez, doente, rejeitando a diéta que lhe davam, pedira, estalando a lingua, caldo de papagaio... Era falso!

(33) Josefina Neuville, *Memorias da Minha Vida*, p. 60, Lisboa 1864; Contesse da Boigne, *Mémoires*, III, Paris, 1909.

(34) Sarmiento, *Viajes*, I, 113.

Acabaram enfeitados pela simplicidade e doçura de suas maneiras.

D. Januaria não teve a mesma sorte. O seu futuro politico — a regencia do Brasil — fôra cortado pela Maioridade. Tornou-se, pelo casamento com D. Luiz de Bourbon, condessa de Aquila. Alem de pobre, a casa das Duas Sicilias, na crise italiana, se dividira em partidos, quebrava-se em correntes, os principes desavindos, sobre a aflição, dos dias aziagos, a intriga dê uma côrte espavorida, onde cruzavam os espiões internacionais, conspiravam os franco-maçons, a nobreza aguçara o seu sentido religioso e o rei continuara a arruinar-se, manobrando um exercito colossal... Levitaria sempre vida mediocre e descontente. Debalde tentaria o conde residir na America. Não combinavam os genios, ou a sua inquietação o impelia para outros climas, saudoso dos grandes meios. Num destino simetrico, foram os tres irmãos iguais: sacudidos na infancia pelo terremoto de 7 de Abril, assistiram de novo á queda de um trôno, e comeriam em silencio o pão do exilio, molhado de lagrimas. D. Francisca primeiro, logo em 1848; D. Januaria depois, com a unificação de Italia, que suprimiu a penosa monarquia dos Bourbons napolitanos; D. Pedro II, já no limiar da morte. Um dia, velhinhos, se encontrariam num inverno europeu, para lembrar os tempos tristes da meninice sem sorrisos, e as ilusões da mocidade cheia de esperanças.

IX

“MENINO” E “HOMEM”

Honorio sentiu-se forte.

Contava com a massa maior conservadora.

Foi quando, com a morte de Feijó, senador pela provincia do Rio, concorreram-lhe á vaga, de um lado os candidatos officiaes (os ministros da marinha e fazenda, Rodrigues Torres e Joaquim Francisco Viana, e o presidente de Minas, marechal Andréa), do outro Saturnino, irmão de Aureliano, em opposição ao gabinete. Venceu a chapa ministerial. Mas a campanha azedou os animos; indignou-se Honorio com a combatividade do adversario, que era inspector da alfandega e guerreava sem rebuços o governo; e, para acentuar o triumpho, arredando do campo o inimigo isolado, propoz a demissão dele ao imperador.

Estava isso na logica partidaria. Vitorias incompletas escondiam funestas surpresas. Os conservadores da provincia só considerariam bem derrotado Saturnino, se fosse expulso da alfandega. Assim, ficaria provada a desvalia da Aureliano. Estaria aniquilado o “club da Joana”. Na certeza de que tudo obteria,

Honorio Hermeto, marquez do Paraná, adiantou-se: exigia a exoneração do funcionario imprudente!

Chefe de parlamento, arbitro da politica do país, caracter firme e vontade rija, só faltava ao estadista a agudeza de observação, que lhe descobrisse os mistérios de certas almas. Não comprehendera D. Pedro II. Ou não julgára importante entende-lo. Disfarçára o lôgro de 1840, quando o enganára ele, attribuindo a culpa ás velhas raposas liberaes, Alencar, os Andradas, Aureliano e o mordomo. Agora, ufano de sua solidez, senhor do terreno conquistado pelas eleições triunfantes, julgava impossivel a opção, entre um ministério de pedra e cal, e os "aulicos" da chácara de Paulo Barbosa... Pois o imperador ouviu a sua queixa; e, com a polidez habitual, recusou demittir Saturnino. Não via motivo. Recusava: por duas razões, recordaria, em nota ao livro de Tito Franco, em 1867: "Em 1.º lugar, não me provára... nenhuma irregularidade da-quele funcionario honestissimo. Depois, eu era então muito moço:... entendi dever mostrar que tinha vontade e resolução". "Depois que meu caracter foi conhecido eu teria acedido..."

Honorio saú furioso do salão do despacho. Declarou-se ofendido "pelo menino".

Em 31 de Janeiro — escreveu ao Imperador, demittindo-se de ministro, e tambem de membro do Conselho de Estado. A colera fazia que se exonerasse da função vitalicia... (35). Queria ser livre, para atacar o "poder pessoal".

Na Camara, não o poupou. Dando a cada vocabulo a intenção de uma denuncia, declarou com des-

(35) Carta ms., no arquivo do castelo d'Eu.

prezo: "A administração sabe muito bem o que são os cortezãos, os aulicos..."

O imperador não podia responder.

Vinte anos depois, em nota ao livro que reproduziu a censura, escreveu apenas: "Entendi que a demissão era injusta e pelo modo por que o Carneiro Leão insistiu entendi que, se cedesse, me reputariam fraco. Ninguém influiu no meu espirito para assim proceder..." Precisava não parecer submisso; só depois de rei de verdade, transigiria, sem caprichos. Não admitiria, isto sim, os equívocos, que enxameiam nas côrtes dominadas pelos grão vizires!

Quem substituiria, entretanto, o poderoso Honório?

O partido governista cerrou, a seu lado, fileiras disciplinadas. Chamado Monte Alegre, repetiu a condição: que se demitisse Saturnino. Então D. Pedro II convidou o conselheiro Almeida Torres, que acabava de presidir S. Paulo, inimigo da sedição liberal embora não militasse sob qualquer bandeira partidaria. Fez ministerio em 2 de Fevereiro. Era homem para crear situações. E creou-a. Os conservadores enjeitaram-no. Só poderia governar mediante uma aliança com os decaídos de 1842. E a maneira de atraí-los seria a anistia, a um tempo perdão generoso e recomposição do panorama constitucional: as duas facções...

O imperador bateu palmas á conciliação.

Até 1853, decepcionado pelas agitações parlamentares, muitas vezes envolvido nos doestos da opposição e mal defendido ou coberto pelos ministeriais, sonhou um útil congraçamento, no terreno neutro do patriotismo. Os odios politicos, no interior, consternaram, por esse tempo, a opinião publica: o senador José Bento fôra ignominiosamente assassinado em Pouso Alegre,

e João Facundo, no Ceará. Matava-se, por sistema, no sertão! Era preciso estrangular a barbarie, impedir as vinganças, sériadas no desespero e na raiva dos grupos, sem policia imparcial, que os contivesse... Honorio não quizera ouvir falar em anistia. Não estenderia a mão aos que brandiram armas, contra a ordem. Pois seria o remedio heroico! Apagava nodos de sangue, fronteiras tragicas. O imperador fez isto mesmo. Decretou-a, em 14 de Março, e mandou Aureliano governar a provincia do Rio.

Restava a dissolução da Camara: foi consumada em 24 de Maio.

Naufragaram assim os conservadores.

O velho e azêdo José Bento vingava-se d'alem tumulo: caíra, espingardeado, arrastando consigo — feroz politico! — os antagonistas...

Em nome da fórmula, que Alves Branco, novo ministro da fazenda, levou ao parlamento: "parcere subjectis et debellare superbos".

Era um verso de Virgilio, do livro VI da Eneida, e traía o latim do humanista de S. Cristovão.

Honorio fizera discursos; o imperador extraíra da Eneida a advertencia.

O duelo resumia-se nesse aviso, contra o temporal armado nos cenários da representação. Aureliano, no seu governo fluminense, esfregava as mãos de contente: frci Pedro e Felix Taunay ensinaram vantajosamente a sua literatura! Às vezes um distico de poeta vale toda a retórica de um Congresso. E olhassem isto: o rapazinho subira ao trôno aos 14 anos, tinha 18, e os que o declararam maior, tombando das posições ao báratro dos renegados, emergiam de novo, para governar o Imperio. Mandava ele; e ele só!

Aureliano escrevia ao ministro do Imperio: "Póde V. Ex. tranquilizar sua majestade quanto ao receio que hontem me manifestou. Nenhum dos Lobatos ha de vir deputado por esta provincia".

* * *

A anistia dos liberaes, de um lado, do outro a extinção da revolta rio-grandense, graças a triunfos e diplomacia de Caxias, puzeram em plano secundario — em 1845 — todos os valores politicos; reinava e governava o supremo artifice das situações, o sr. D. Pedro II.

Chegara o tempo, pois, de mostrar-se aos súditos, do sul e do norte, empenhando-se pessoalmente pela paz do seu vasto Imperio.

Teve a imperatriz um filho, o principe imperial D. Afonso, em 23 de Fevereiro: refloria o antigo tronco de Bragança e Bourbon. A herança da corôa pãssava de D. Januaria, casada com um estrangeiro, para outro brasileiro, nascido, como o pae, na Quinta da Bôa Vista.

A 1.º de Março, os farroupilhas depuzeram as armas.

Em Outubro, a bôa saúde da criança permitia a viagem.

Foram, com o imperador, Tereza Cristina, as aias, o bispo conde de Irajá, o ministro Almeida Torres.

Comandava a esquadra o visconde de Tamandaré, primeiro marinheiro do país.

Caxias soubera da excursão com a conveniente antecedencia: logo escrevera ao coronel Manuel Luis Osorio: "...Até o dia 20 de Novembro esteja-me no ponto indicado, pois o — homem — tem apenas 20 anos de idade e pode teimar em querer sair para o

campo mais cedo que eu tenciono...” Fôra seu mestre de esgrima. Tratava-o assim — o homem — num mixto de estranheza e affecto. Iludira-se Honorio, que lhe chamara “menino”. Caxias não se enganava. Ao pae, o ex-regente, confidenciara em carta de 15 de Julho de 45: “...Fico fazendo votos para que S. M. me escolha para senador” (36). Não se ensoberbecera, com a gloria...

Ficaria, o apelido, entre os militares. O rapazinho de S. Cristovão era, apenas, o *homem*...

E o mais curioso do mundo!

Viajava vertiginosamente.

Queria ver tudo, perguntando, ouvindo, investigando.

Santa Catarina recebeu-o em festas. Desembarcou em S. José do Norte a 10 de Novembro, na cidade do Rio Grande a 11, em Porto Alegre a 21. Visitas protocolares, dous dias na colonia alemã de S. Leopoldo, espetaculos civicos, cumprimentos do povo. Dez anos de dura guerra tinham empobrecido e debilitado a provincia, dessangrada em cem batalhas, talada pelos beligerantes, esgotada e coberta de luto. Agora, na volta ás estancias dos farrapos anistiados, renascia, para o trabalho. Facilmente as multidões ligavam o fim da luta á pessoa do monarca: e seguiam-no, comovidamente, em apoteoses espontaneas. Em 10 de Dezembro, em audiencia particular, recebeu ele um encanecido e robusto veterano que se sentia docnte, prestes de morrer, apresentando na face morena e triste os vestigios de um decennio de jornadas, combates, cativoiro, fuga novelesca, tragédias e vitórias. O brigadeiro Bento Gonçalves da Silva quizéra falar-lhe. Conversaram be-

(36) Carta ms., no arquivo do castelo d'Eu.

nevolamente: o caudilho acabando, o imperador iniciando a vida, vencido e vencedor, este, todavia, extremamente interessado no caso daquele — a sua grande aventura, que lhe enchera de pavores tantas noites da infancia... Arruinado, retraído na amargura dos seus pensamentos e de sua enfermidade, isolado entre fantasmas, de centenas de companheiros mortos, ambiçionando apenas um pouco de esquecimento nos “pagos” tranquilos, o heróe declarava confiar no seu reinado de justiça. O sabre de Piratiní só lhe sairia da bainha contra estrangeiros! O imperador abraçou-o. Terminara com honra a guerra civil: agora, ao sol matutino, levassem os pastores o gado ao pampa. E foi vel-o, até S. Gabriel, escoltado pelo 2.º regimento de cavalaria, o mais galhardo do Rio Grande do Sul, que Osorio comandava.

D. Pedro II montava bem. E tinha préssa. Nunca deixou de ter muita pressa. O cavalo e aquela precipitação, de fatigantes excursões, encantaram os gaúchos. Parecia-se — juravam os antigos — com o pae, que ali estivera em 1827. Segurava convietamente as rédeas do ginête: assim empunharia as do Estado. E emoldurava-lhe a face corada uma barba de tons d’oiro esplendidamente combinada com os galões do uniforme: um guapo imperador adolescente! A 1.º de Janeiro entrava na vila do Rio Pardo, onde ficou, fatigada, a imperatriz; a 7 em Cachoeira, a 13 em S. Gabriel. Daí voltou para Porto Alegre. No dia 4 de Fevereiro pousava em Pelotas. Distribuiu condecorações e titulos, premiando adesões, festejando serviços, exaltando valôres. Alegrava-se da paz que havia; era feliz, pela prodigiosa transformação operada — guerrilhas ferozes, que de chiripá e lenço branco tangiam agora pelos campos verdejantes as boiadas, como se a

epopéa tivesse sido um pesadelo remoto... Em 11 de Fevereiro, após proveitosa triunfal viagem, embarcava, de regresso, para S. Paulo e a côrte. Com seus olhos se convencera da reconciliação rio-grandense. Custára pouco. Justiça e tacto. Assim acalmaria o Imperio, meio seculo...

* * *

Depois do Rio Grande, S. Paulo. Cada viagem imperial era uma aduêla, que firmava o feixe das provincias... D. Pedro II precisava conhecer o seu país. Queria que o vissem. E tinha de ver tudo! Aquela inquiéta S. Paulo de 1842, onde as grandes plantações de café iam avançando para o oeste, atraía-o particularmente. Ali se proclamara, em 22, a independencia; e funcionava a mais illustre Academia do Imperio.

Desembarcou em Santos, na tarde de 18 de Fevereiro de 46. A imperatriz acompanhava-o. Continuava seu ministro itinerante o conselheiro Almeida Torres. Representava a marinha o almirante Grenfell. Naquele porto, o entusiasmo popular foi delirante. Prolongou-se, serra acima, enquanto durou a excursão. Iasse de coche até o Cubatão. Daí, a cavallo, pelas aspezas da cordilheira, á beira do planalto, no Ypiranga. O presidente da provincia era o marechal de campo Manoel da Fonseca Lima e Silva. Escudeiravam suas majestades deputados provinciais, nobreza, officiais superiores. A triunfal entrada em S. Paulo foi em carruagens, sob arcos alegoricos, entre alas de povo. Junto do hospital da Santa Casa se simulára, com um altar do padroeiro, a porta da cidade, para o efeito da entrega das chaves, segundo o costume medieval. Na

Igreja do Colégio — a de Anchieta — ouviu-se *Te Deum*. Orou no pulpito, o conego Amaral Gurgel. As trepidações intellectuais da acadêmica e pequena capital principiavam por esse sermão. Ali resoava a colmeia alvoroçada dos estudantes: e com que amavel solicitude lhes visitou as arcadas, em 3 de Março! Percorreu, indagador, lento, respeitoso, a Faculdade de Direito. Ouviu, no salão dos atos, o discurso do director, Avellar Brotero, e poesias de alguns rapazes. Nos dias 6 e 9 voltou, para assistir a exames. Gostava disto. Presidia á mesa. Ás vezes perguntava tambem. Embaraçava os alunos, espicaçava os professores, ufano de sua memória, de sua erudição. Dizia, que o ensino devia elevar-se, e dava o exemplo, fiscalizando-o, com uma tenacidade que se tornaria proverbial. Com a idade, seria uma de suas manias: ir revêr as aulas, arguir discipulos, questionar com as congregações, imprimir a concursos e exames a solenidade de um rito publico... Moralizassem a instrução! O menino aperiado em S. Cristovão por uma côrte de mestres, aprendera a estimar assim a formação da mocidade. E não confiava nas informações officiais: ajuizava, com os proprios olhos...

Um dos estudantes que bateram palmas ao imperial visitante na sua rumorosa academia, mandou para os parentes bahianos este retrato: "E' afavel com todos, dirige-se a qualquer, faz-lhe perguntas e procura informar-se das menores particularidades. Tem andado a pé como simples cidadão, só acompanhado daquellas pessoas que o querem acompanhar sem aparato nenhum; enfim, desapareceu a distancia que na côrte o separa do povo e isto sem a menor québra de sua dignidade, pois sua circumspeção, suas belas maneiras fazem com que todos o estimem e respeitem. O

entusiasmo tem sido grande e ele está muito contente... E' muito vivo, e segundo dizem todos, tem instrução superior á sua idade (37)".

O rapaz que isto escreveu chamava-se José Antonio Saraiva. Ajuda-lo-ia a transformar o Imperio!

O excelente diretor Brotero costumava atrapalhar-se, invertendo as palavras. Constou que apresentara ao imperador o conego Fidelis Sigmaringa de Moraes Cordeiro, lente de retórica, neste burlesco equivoco: "... O sr. conego Retórica, professor de Fidelis, e, por consequencia, Sigmaringa, mais ou menos, de Moraes Cordeiro!"

E' imaginar a perturbação do jurista, quando voltou D. Pedro, em 2, e 6 de Abril, para apreciar a defesa de tésse de dous bachareis, um dos quais foi reprovado. Nunca mais uma congregação de academia se deixaria surpreender pela visita imperial. Ter-se-ia o cuidado de preparar estudantes, ensaiar cerimonias, prevenir imprevistos, afim de que a impressão do soberano fosse lisonjeira. Datam de 1846 as primeiras anedótas sobre a sua severidade como fiscal de ensino. A Europa toda sorriu, quando, uma feita, em Cannes, desabafou: Se não fosse imperador, quizéra ser mestrescola... Pareceu uma influencia de Jules Ferry: que disséra não desejar morrer sem voltar ao ministerio da instrução publica. Era moda — depois de 1870 — a superstição das primeiras letras, base democratica... Devéras, o imperador não mudou. Começou, aos vinte anos, um officio que desempenharia pelo resto da vida: inspector geral da educação no Imperio!

(37) Wanderley Pinho, *Politica e politicos no Imperio*, p. 26, Rio 1930,

A Imperatriz, exausta, não o acompanhou na excursão pelo interior. Em Itú, presidiu a um "oiteiro" literario. Improvizou (38):

O sincero acolhimento
Do fiel povo itúano,
Gravado fica no peito
De seu grato soberano.

Correram glosas. Tocado pela simplicidade e encanto dessa festa, o senador Vergueiro arriscou tambem as suas rimas. O velho politico, que tantas vezes, regente do Imperio, se curvára diante dele, foi cativante, como todos:

Do dever o cumprimento,
Que se estende a muito mais,
Vós, senhor, por bom, chamais
O sincero acolhimento.. .

(38) Barão de Paranapiacaba, *Reminiscencias*, *Revista da Instituto Historico*, LXVIII, parte 2.^a, p. 16 e segs.

X

A LÂMPADA DE S. CRISTOVÃO

A Maioridade, o casamento, o governo pessoal, não modificaram substancialmente os hábitos e horários do imperador.

Seu primo Francisco José, subindo ao trono com 18 anos, exclamára: Adeus, minha bela mocidade! Ele, que a não tivéra bela, continuava simplesmente a vivê-la, á sua mocidade cativa dos compromissos que a educação forjára, o seu tempo e o seu espirito. Jules Itier viu-o em 1844. “Tinha o imperador préssa, provavelmente de voltar ao convívio de seus livros, no meio dos quais a vida lhe corre amena. As ciências e a literatura são as suas mais agradáveis occupações do trono” (39). Na mesma ocasião, surpreendido pela sua face impassível, o conde de Suzannet achou-o um enigma: parecia doente, fraco, inerte; e num grande silencio sepultava a sua melancolia. . . (40). “Não é um homem fagueiro e de maneiras insinuantes”, reconheceu um apo-

(39) Affonso Taunay, *No Brasil de 1840*, p. 111, S. Paulo 1935.

(40) *Souvenirs de Voyage*, Paris 1846.

logista (41). Domingo Faustino Sarmiento passou pelo Rio em 1845: o Imperador afigurou-se-lhe, discipulo de um frade, humilde e desaclimada ave triste, que enlanguescia, na gaiola de S. Cristovão. Que especie de governo — e o idealista meridional sacudia os hombros atléticos — poderia esperar-se daquella personagem retrógrado e calado! Quasi não reparou nele: Rosas e D. Pedro II, seriam extemporaneos productos históricos, num continente arejado...

Lêra Sarmiento as impressões de Suzannet? O destino, em todo caso, deu-lhe sete anos para retificar a caricatura.

A sériedade dos deveres retocára-lhe, de um tom grave, a mascara serena.

A secura, certa altivez natural, o ar distante, quebravam-se-lhe entretanto na bondade mansa e simples da palavra, do olhar, do gesto. Vivia nas nuvens — juravam uns. E' uma vítima do isolamento e do estudo — perdoavam outros.

Ao contrario, o príncipe Adalberto da Prussia (1842) se maravillára de “sua avidez em adquirir toda sorte de conhecimentos”; e exclamára: “Que felicidade para este belo país!”

Do Instituto Historico do Rio, recebeu o visconde de Santarem, por esse tempo, um aviso: “Sua Magestade lê sempre com grande gosto as obras do Visconde. Os tomos que tenho recebido acham-se ainda em seu poder...” (42). Escreveria Alexandre Herculano, em 1847: “E' geralmente sabido que o joven imperador do Brasil dedica todos os momentos que póde sal-

(41) Felizardo Pinheiro de Campos, *Bosquejo do reinado*, ms. no arquivo do Instituto Historico, inéd.

(42) *Correspondencia do 2.º Visconde de Santarem*, VI, 473, Lisboa 1919.

var das occupações materiais de chefe de Estado aô culto das letras..." (43). Voltára, em 1848, a ouvir na Quinta a "quotidiana lição de mathematicas" de frei Pedro de Santa Mariana (44), para quem pedira o titulo de bispo de Crisopolis.

Puzéra-se em dia com os autores da moda, completára o trato dos classicos, e escrevia, prosa e verso, embora lhe faltasse inspiração ou arte literaria. Incapaz de lirismo, propenso ás meditações pezarosas, imbuído da grande poesia que lêra no original grego ou latino, metrificava corretamente, "réduisit la muse aux régles du devoir", segundo a norma de Boileau. Sabia quasi de cór o "Caramurú", de Santa Rita Durão... (45).

Foi por isto que começou o seu "salão" de letrados, instalado no torreão do paço destinado á bibliotéca.

D. Pedro I tivera um "gabinete secreto", de reacionarios; ele, a sua roda academica, de intellectuais. A corôa auxiliaria a inteligencia: preferiu aos amigos politicos os escritôres, que lhe falassem de mundos distantes, de outra humanidade, para lá de sua côrte pacata. Sapucahy, Frei Pedro, Aureliano, Paulo Barbosa, Gonçalves Dias, Porto Alegre, Odorico Mendes, Gonçalves de Magalhães, o velho prégador Monte Alverne, que lhe dedicou o mesmo respeitoso carinho de Herculano por D. Pedro V — fecharam o circulo, alargado mais tarde, com os poetas indianistas, os tradutôres, os regeneradores do idiona, diretamente protegidos pelo Mecenas de S. Cristovão.

(43) F. Wolf, *Le Brésil Littéraire*, p. 139, Berlin 1863.

(44) Visconde de Nogueira da Gama, *Minhas Memorias*, p. 128.

(45) Visconde de Taunay, *Homens e cousas do Imperio*, p. 121.

A poesia lisonjeia-o. Saboreia a gostosa adulação das musas.

“As belas artes teu bafejo esperam
E as musas te preparam mil grinaldas...”

canta Odorico Mendes.

“Teu nome, entre mil nomes figurando” — encarcêra Gonçalves Dias, ao completar ele 20 anos.

Escrevera também o seu louvôr do 7 de Setembro (em 1843):

“Juro, — nas aras da fidelidade:
De meu Pae — recebeste a Independencia,
Receberás de mim — a Liberdade!”

Trabalhava mais que todos.

Borboleteava pelos jardins melancólicos do passado: começára a verter os dramas de Crebillon, o “Asno de Ouro” de Apuleo, a Divina Comedia, o Paraiso Perdido, um pouco de cada sublime espécie. Estimava entender Homero, Longfellow, Schiller, Tasso, nas respectivas linguas. Na sua viagem á Europa, em 1871, falou com estadistas húngaros em latim. Metia-se com a mesma sofreguidão pelos segrêdos da ciência: as inesgotaveis mathematicas, biologia, cosmografia, quimica... Gabar-se-ia de ser dos primeiros a conhecerem as hypotheses de Darwin; fugiu á influencia de Augusto Comte; pelas publicações do Instituto, acompanhou a evolução da cultura franceza. Desordenadamente; mas com tal sinceridade, que os estrangeiros eruditos o ouviam confusos, custando a crer naquele caso, de um chefe de nação douto como um catedratico, sonhando decifrar em

hebraico as sagradas escritas, inteirado dos progressos da fisiologia, e rodeado de livros espantosos: egiptologia, gramaticas coptas, astronomia...

Que significava essa curiosidade? “Le roi s’amuse”.

Corrigia as impressões triviais do seu officio com a illustre convivencia dos sabios. Ganhava um novo prestigio: o do homem superior, pelas preoccupações habituais. D. Pedro I preferia manobrar um regimento; D. Pedro II, sem geito para os exercitos militares, que hão de constituir a prediléta tarefa de um rei, traduzia Horacio e Tertuliano. A lição era de Dante: “Vivere nell’uomo e ragione usare”.

Correu o universo a fama do imperador letrado.

O tenente Strain, celebre explorador, de visita a S. Cristovão, encantou-se com o seu interesse pelos phenomenos da natureza. O Dr. Reinhardt admirou-lhe a paciencia que dedicava á quimica, horas a fio, entretido em experiencias num quarto fechado, quando lá fóra a beleza da tarde convidava ao movimento, ao regosijo... (46). Deixando o desenho á mão livre, fazia trabalhos de engenharia. Chegou a pintar retratos. Inscrevera-se entre os protetôres de Lamartine. Numa carta á esposa, do Rio, Antonio Feliciano de Castilho não calára o seu conceito: O Imperador “é realmente um literato e, talvez, um sabio”.

Conta Expilly que se lhe apresentou, ouvindo este acolhimento animador:

— Conheço este nome.

— E’ sem duvida o de Claude, comentador de sentenças...

— Não, não.

(46) Rev. Fletcher and Kidder, *Brasil and Brazilians*, p. 233, Boston 1866.

— V. M. quer falar então de Alexandre Expilly, deputado pela Bretanha em 89...

— Charles Expilly! Eis o nome que li por baixo de varios folhetins e jornais parisienses. E' o seu, ou de algum de seus parentes?

— Sou forçado a convir que é bem o meu nome esse que V. M. reteve, respondi, justamente maravilhado de que um nome tão obscuro em França fosse conhecido do imperador D. Pedro (47).

Assim era em S. Cristovão.

Em Roma — em 1871 — sustentaria uma tertulia na Universidade, de 4 ás 7,30 da noite. Discutiria, em Paris, com as sumidades. Mais depressa captaria a benevola atenção de um sabio que a de outro soberano, seu parente. Timbraria até, em reverenciar poetas e cientistas, tratando com frieza os reis. Um "dilettante" sem duvida: não se especializára em cousa alguma. Não se deixára aprisionar por nenhuma obsessão intellectual. Ainda nisso, cumpria a sua obrigação de chefe, que tem de ver do alto, panoramicamente: se fosse homem de especialidade — quimico, astronomico, filologo — pertenceria a um grêmio estreito. Devia informar-se de tudo — aconselhára frei Pedro, apesar de matematico; e, na dispersão dos estudos, sem tempo de aprofundá-los, mas insaciavel na exploração de novas paragens da verdade e do mundo — reforçava o seu útil critério de tolerancia, de predisposição para o acêrto e a lealdade.

Principiava pela religião. A despeito do preceptor frade, era um crente, corrétamente catolico, sem a antiga rigidez das almas desbastadas em bôa e pia pedra. Tinha pelo livre exame um culto voltaireano;

(47) Expilly, *Mulheres e Costumes do Brasil*, trad. de Gastão Penalva.

cra um racionalista, contente de suas conclusões: que na Igreja — depois de bem meditados os problemas — residiam justiça e salvação! Separava as cousas. Praticaria sempre os seus encargos de protetor da fé, de príncipe cristão, segundo as praxes da côrte, com capelão em S. Cristovão, as missas solenes na Capela Imperial, as procissões, de acôrdo com os velhos costumes. E poderia ser, no fundo, um céptico. Não era. Limitava-se a ser um liberal; um pouco filosofo francez do seculo XVIII; um *corajoso* espirito, que olha alternadamente para clarões e trévas, sem que a vista se lhe ofusque. Tudo provinha dos mestres: moldára-se-lhe assim a consciencia. Embeberam-na em tolerancia; mas deixando que o dogma e a curiosidade se ajustassem. Porisso não foi clerical. Frequentava o convento de Santo Antonio; e fechára os noviciados... Zelou orgulhosamente as prerogativas do poder civil, do “seu” poder. E permitiu que reinasse á volta uma larga liberdade. O aio carmelita formára-o deste geito: para rei leigo; apenas virtuoso... Escapou ao panteísmo, senão ao agnosticismo, pela suave pressão que sofreu do seu meio, da familia piedosa, primeiro de Dadama, depois da imperatriz, completada pelas filhas, de exemplar devoção; e por um lento desbaste de duvidas, com a idade, as dôres que torcem a irreverencia juvenil, uma superior compreensão do universo. Ainda assim, entraria em Londres numa sinagoga — em 1871 — para lêr em hebraico os canticos, como um judeu; e rezaria na Palestina, ás margens do Jordão, como um santo! Confessaria, numa apressada nota lançada a um livro que o fez pensar — grito d’alma, só para si (48). “Sou religioso; porque a moral, condi-

(48) *Revista do Instituto Historico*, LV, 2.^a parte, 2.

ção da intelligencia, é a base da idéa religiosa”, “mas sem exageração, graças á educação, de que sempre se-rei grato áqueles a quem a devo. A fé religiosa não a separo nem da *esperança*, pois espero da infinita mizericordia de Deus que serão por fim premiados todos os homens que houverem cumprido os seus deveres conforme o permite a imperfeição humana, nem da *caridade*, a que repugna a intolerancia”. Pensamento de filosofo... Isto, principalmente, quizera ser. Curioso como um naturalista, irrepreensivel nas suas crenças como um cidadão que será imitado, discutido, modelo dos demais. “Sou evolucionista...” — afirmou, lendo a obra de Presseusé, “*Les Origines*”. “Il aimait, je ne dirai pas la tolerance, mais la liberté”, acrescentou, por êle, Adolfe Franck (49), confidente de sua inquietação espiritual, quando da primeira viagem á França. “Praticava-a (continúa o sábio autor de “*La Kabbale*”) em relação a todas as crenças e sistêmas; mas não suportava ateismo ou materialismo. Via nisso falta de humanidade e uma perene ameaça contra a ordem social”.

A confissão de D. Pedro II, transcrita, é de 1883; foi divulgada pelo conselheiro Corrêa depois de sua morte. O testemunho de Franck é de 1888, em reminiscencia transmitida a Benjamin Mossé, rabino de Avinhão, biografo (com o barão do Rio Branco e Eduardo Prado) do imperador do Brasil.

Um “displícente” ou eclético em artigos de fé? Não; um católico simples, primitivo, individual, infenso por natureza ao proselitismo, gostando da sinceridade em todos os seus climas intellectuais, respeitando, com um indiscreto sibaritismo mental, todos os crédos,

(49) Benjamin Mossé, *D. Pedro II*, Paris 1889.

mas armado de prevenções invencíveis contra os ateus. Permitia a dispersiva adoração de Deus sob todas as fórmãs: contanto que um benefico deismo enchesse a alma de doçura e magnanimidade. Inimigos do genero humano — eram os irreligiosos... Em 1871, ao ter noticia, em Paris, da fundação de uma liga contra o ateismo, foi dos que primeiro se inscreveram (50). Protestava assim — lá fóra apenas D. Pedro de Alcantara, viajante estudioso — a fidelidade ao culto dos seus maiores... E defendia a sociedade!

O visconde de Taunay notou no seu diario (27 de Março de 1888): “Na estação, á espera do trem tivemos conversa interessante com o Imperador, a principio sobre crenças e salvação eterna. Citei a S. M. as suas palavras á Imperatriz no dia do enterro do seu estimado e antigo professor de alemão, Lietpold. “Pena que tivesse sido protestante”, observou a Imperatriz. “Pois então, replicou ele, por esta razão meu bom Lietpold ha de ir para o inferno?” Falamos depois em Lacordaire, Didon e Daguerre...” (51).

O enciclopedismo — rêde que atirava a todas as manifestações culturais — atendia-lhe á indole liberal, á neutralidade que se impuzera, em livros de todo genero: uns aridos e praticos — das descobertas do seculo, applicadas ao progresso das nações — outros mimosos e sentidos, seus poetas, seus romancistas, seus ensaistas prediletos. Evidentemente não se ha de entender por igual Manzoni e Lecomte de Lisle, Bichat e Laffitte. A tortura e avidez de sua curiosidade forçavam a logica e a graduação dos estudos. Bracejava num pé-lago estranho; salvava-se da tirania dos assuntos pelo recurso de novas indagações. Da quimica passou á fi-

(50) B. Mossé, cit.

(51) Visconde de Taunay, *D. Pedro II*, p. 60, S. Paulo 1933.

sica, da botanica á electricidade, das maquinas de vapôr aos misterios do som, do grego ao hebraico, de Dante a Victor Hugo, da historia ao tupí-guaraní — como um judeu errante da literatura, que não pudesse parar jamais, á sombra de uma devoção... Fugia tambem aos têmeas da moda, seduzido pelos exóticos, os bizarros, de iniciados, de poucos, numa indisfarçavel inclinação pelo isolamento majestoso: quiz ser egiptologo, no Rio de Janeiro de 1856, onde de faraós só se sabia a passagem da Biblia, e a historia das tres mumias do Museu Nacional; orientalista, sem professor competente na côrte; tupinologo, para estimular as pesquisas sobre o indio; e porque eram vulgares as “novidades” francêsas, apaixonou-se pela poesia provençal... Esse amôr á raridade dava que falar.

Pensava-se num luxo de ostentação. Duvidava-se das imperiais leituras. As gazetas politicas faziam comentarios ironicos. O “homem” desvairava-se em exquisitas cogitações; ou intrujava, fingindo uma ciência que não possuia, sem tempo de aprende-la, superficial e vaidoso, graças ao privilegio de perguntar o que queria, sem que lhe perguntassem, a ele... O proprio Alfonse Franck, ouvindo do imperador, ao lhe ser apresentado, que lêra os seus grandes livros, Kabbala, Dicionario das Ciências Filosoficas, se permitira não crêr. A insaciavel leitura de jornais europeus antecipava a sua exploração nos terrenos defêsos, da alta ciência. Visitava depois as Escolas superiores munido de informações, que distribuia aos mestres, tendo para todos uma linguagem propria. Era surpreendente, imprevisito, perigoso.

Associára aos trabalhos poéticos Magalhães e Gonçalves Dias; e ás indagações scientificas Guilherme Schuch de Capanema, filho de seu bibliotecario, com-

panheiro de infancia. Mandára-o estudar na Europa, em 1841.

De Viena, em 18 de Dezembro daquele ano, lhe escreveu ele: “Cheguei á Europa aonde a generosidade de V. M. me mandou habilitar-me para poder ser útil ao país em que tive a fortuna de nascer” (52).

Professor de fisica da Escola Militar, instalára as primeiras linhas telegraficas do país, entre S. Cristovão e o Quartel General. Passára a chefiar esse serviço. Em 1855 estendia os fios até Petropolis. Dirigia ele o telegrafo elétrico do Imperio; de fato o inspirava, numa colaboração intima e febril, D. Pedro II. O outro desenrolava os arames, montava a aparelhagem; o imperador apontava maquinismos, aconselhava soluções, vencia resistencias. Desse tempo foi uma extensa carta que enviou a Capanema (53), resenhando, com o seu impertinente ar didático, as surpresas do ano: Niepce expuzera o seu invento da fotografia em côrcs; produzira-se vapor sem fogo; e desejava ser informado “a respeito das seguintes invenções: transmissão de noticias por meio do som num tubo, applicação da agua para movimento das locomotivas”, novas demonstrações fisicas da rotação da Terra, utilizações da electro-dinâmica, “enfim tudo o que lhe parecer que me interessará sobre fisica e quimica”. Continuava: “Passando á literatura, não s’esqueça das traduções”, do Fausto de Gerard de Nerval, para comparar com a de Henri Blaze... “Veja se me encontra a obra de Lepsius sobre as antiguidades egipcias, e o que tem publicado o visconde de Rougé sobre esta materia, e a obra de Champollion intitulada — *L’Egypte sous les Pharaons*”. Não

(52) *Ms. no arquivo d’Eu.*

(53) Doc. cm. pelo filho do barão de Santo Angelo, sr. M. Porto Alegre, ms., sem data, inédito.

imaginasse Capanema que se desinteressava das cousas á volta! “Vamos melhor do colera (prosegue a missiva); em Campos e vizinhança causou estragos horri-veis”. E a seguir: “O poema de Magalhães já tem impresso até parte do 1.º canto; vae menos devagar do que poderia ir; sempre é consôlo. O Dias sempre cuida do seu poema”. Animador, despertando do seu letargo a sabedoria indigena: “Que é feito desse trabalho de Candido Batista sobre a experiencia da pen- dula de Foucault? Que pensa aí das nossas efemé- ridas? Tenho muito mais que perguntar; mas o tempo é curtissimo; comtudo sempre lembrarei as informações sobre as escolas militares.” Um cosmorama: preconí- cio do telefone, que devia encontrar realizado em Phi- ladelphia, vinte anos depois; melhoramento de locomo- tivas, arte fotografica, descobertas especulativas, arqueo- logia, essa mesma que em 1871 lhe daria, junto das Pi- râmides, uma expressão exagerada, de quem lêsse na vespera indices de tratados, para comover os peritos do museu do Cairo — e poesia, dos outros, que es- timulava com a impaciencia bemfazeja d’um diretor de colégio, acotovelando alunos morosos...

Aquela carta é um retrato. Traduz a mobilidade mental de D. Pedro II aos trinta anos. As excursões por longes plagas completariam a sua verdadeira fisio- nomia, de inconstante e ansioso caçador de conhecimen- tos: a que lhe veriam os homens eminentes de sua épo- ca fóra do seu palacio modesto, de sua côrte consterna- da pelo turbilhão espiritual em que ele se envolvia, e das lendas desencontradas, que a proposito corriam.

Porque chamava para o seu terreno os ministros. Ostentava a sabedoria. Informava-os.

* De 1855 é uma carta a Wanderley — ministro da fazenda: “Remeto-lhe incluso o requerimento do sr.

André, que pretende introduzir no Brasil a criação de sanguessugas. Segundo um artigo do "Courrier da la Gironde", foi concedido um premio a M. M. Behade por terem concorrido para esse melhoramento perto de Bordeaux. Semelhante industria já occupa 5.000 hectares de terras e rende 40 milhões de francos".

Excusava-se: não atrazava um papel, em virtude dos seus livros.

Dividia as horas com um metodo inflexivel. Igualmente governava, superintendendo os ministros, e instrua-se, sem faltar, em Petropolis, aos bailes semanais, no Rio ao teatro lirico, ás escolas, ás cerimoniaes, ao seu colégio Pedro II, ao seu Instituto Historico, recebendo no primeiro sabado de cada mez o corpo diplomatico, em uniforme, pomposamente, dando, todos os sabados, uma exhaustiva audiencia pública, a quantos lha pedissem, fidalgos ou plebeus, o fazendeiro rico, o soldado invalido, o magnate e o pobre, presidindo uma vez por semana ao despacho colétivo, e festejando, no Paço da Cidade, com os cumprimentos do estilo, as datas jubilaes...

Continuava a despertar ás 6 horas. Almoçava ás 9, depois de ter lido, lapis em punho, o "lapis fatidico", os jornais, ou recórtres deles, arrançados pelo secretario. Passeava a pé uns momentos pela Quinta, com o seu semanario de farda e chave de ouro pendurada d'um botão da casaca. Excursionava pelas repartições, de carro, puxado por seis cavalos, com dous cadetes adiante. a galope; atendia ás visitas que tinham audiencia concedida; trabalhava, até ás 5 da tarde, hora do jantar, apressado e frugal, de dez minutos. Quando funcionavam as Camaras, o despacho ministerial era á noite, de 8 a 1 e duas da manhã, os titulares sempre uniformizados, com a casaca azul de gola bordada, e a obri-

gação de narrar os negocios e casos de sua pasta. Desdobrava-se, animada, sistematica, a “sabatina”: o imperador inqueria, objetava, discutia, aprovava, ou então, quando o assunto reclamava exame, ou não lhe parecia bem, pedia os papeis. Decreto que não assinasse ficava para maduras meditações, a estudos sérios, muitas vezes do Conselho de Estado, consultado nos de importancia capital. Não escondia, e exagerou com a idade, uma predileção meúda pelos inquéritos pessoais, ácerca dos candidatos a honras e emprêgos, não o burlasse a politica, favorecendo indignos, excusos caracteres, gente suspeita, que desmoralizassem os titulos conferidos, os cargos publicos! Podia deixar passar o beneficio de uma comenda, de uma patente da Guarda Nacional, aliás cobrada na razão das forças do pretendente, personagens do sertão apadrinhados pelos parlamentares: mas sujeitava a triturante inquisição os lentes, os juizes, os burocratas graúdos, partindo do principio de que as tricas partidarias não deviam violar o calmo recinto da escola, a majestade do fôro, a sériedade do serviço nacional. Gabava-se de nunca ter demitido um funcionario por suas idéas, de nunca ter sobreposto ao merecimento de um professor as convicções filosoficas, de jamais ter suportado a corrupção, premiado o desleixo dum magistrado, de devêres tão rigorosos, na sociedade, como o soberano, que lhos vigiava.

Porque aposentou, com violencia, acima da lei, ministros do Supremo Tribunal de Justiça, num escandalo administrativo que enervou o país? Por intima convicção: o conde de Barral, esposo da preceptôra de suas filhas, a espirital senhora de Barral e Pedra Branca — queixára-se, ao partir para a Europa, que parte da herança do sôgro ficára nas engrenagens do fôro, co-

mida por juizes fáceis... Hein? Abriria inquerito... Viu que isso não produziria nenhum resultado. Já, n'outra feita, justificando semelhantes aposentadorias disciplinares, Nabuco de Araujo confessára, que nunca se provam acusações assim... Então, furioso, impuzé-
ra ao ministerio o decreto corrétivo, que arrancava á nobreza das togas o melhor privilegio, a intangibilidade. O ministerio aprovou. Resistiu, com uma impávida teimosia, o presidente da côrte, Monserrate, velhinho e irreductivel, estadista da Independencia e como enfiado de aço, que preferiu demitir-se, a ceder. Foi, pelo povo, pela opposição, homenageado, com uma corôa de oiro. D. Pedro II conservou-se mudo. Não explicava, não falava mais, não retrocedia, como se o lapis azul, o "fatidico", lhe tivesse traçado, no seu papel de rei, uma fronteira sagrada.

E a cátedra!

Onde houvesse concurso de professores, e pudésse ir, lá o encontrariam, na mêsá, "pince nez" acavalado no nariz fino, ouvindo a arguição. O ultimo ato publico a que assistiu, no seu reinado, seria um concurso no Pedro II, de inglês. Por isso mesmo os ministros lhe mandavam, para seu julgamento inapelavel, a papelada de todos os concursos realizados no país. A politica, era deles; o professorado, do monarca. Compartimentos estanques; magistraturas apartadas. Insensivelmente tornára-se o grande Censor. Mestre-escola do Imperio. Inspetor de ensino. O policiador da moralidade. Instrução, justiça, Senado...

O mesmo arbitrio punha na nomeação dos senadores, indicados na lista triplíce das provincias, na oportunidade da despedida do gabinete, na escolha do presidente de conselho em substituição dele, na seleção das

figuras recomendadas pelo partido dominante, para os cargos de confiança. A esse conjunto de faculdades, sobretudo á facilidade do seu *vêto* ás propostas ministeriais, chamavam indignadamente, os prejudicados, o “poder pessoal”, a “corôa absorvente”, “caprichos do Olimpo”, o “despotismo do trôno”. Exerceu-o sem duvida, com uma centralização crescente e macia de atividades, a cujo sistema se acomodaram os politicos mais intrataveis e autoritarios. Quem procurasse em S. Cristovão, depois de 1847, ou da bôa fase parlamentarista, um traço da equilibrada monarquia inglêsa de rei apagado e venerado, formando a útil harmonia de instituições que o dispensam inteiramente — encontraria a antitese da grande Vitória, e do seu Alberto. Muito menos — reconheceu o exilado Ribeyrolles — acharia Napoleão III. Daria ali com um rei de outra estirpe moral, de outra categoria historica, provavelmente de outra familia politica, que á feição do seu meio e do seu povo misturava velhos e modernos processos de reinar: como São Luiz, debaixo do seu carvalho de Vincennes, como um presidente dos Estados Unidos, na Casa Branca, como um tzar patriarcal, no imenso império.

“E” um recluso, é um especulativo, é um inestético”, resumiria Ramalho Ortigão, quando o viu passar -- sombra a escoar-se na noite — em 1890.

XI

O GRANDE JOGO

O Imperador tinha de seu preceptor eclesiastico, de seus estudos pacientes, da educação regrada o hábito da minucia, que a idade agravou, tornando-se-lhe afinal um embaraço para ver bem e largamente as questões publicas.

Munido de lentes grossas, espiava os escaninhos da administração e perdia os aspectos globais e amplos, da politica.

A sua curiosidade excessiva andava nisso, como segunda natureza: a ansia de informar-se se lhe completava, comtudo, com uma leve irritação, quando, por sua vez, era inquerido. — Já sei, já sei! — respondia sempre, por já saber, ou não lhe interessar... Fadado por isso, talvez, á pequena vida burocratica, que fazem os reis constitucionais debruçados sobre o expediente dos ministerios, como um honesto guarda-livros á sua banca, de pena de pato gastando-se em rubricas... Um super-ministro, de mediocres e pontuais atividades, sobrecarregado com a continuidade, que devia dar, ao governo, na instabilidade dos gabinetes parlamentares... Com quem seria penoso trabalhar: porque tu-

do perguntava, em bilhetes, escritos depressa, de má caligrafia, nervosos, imperativos, ás vezes irrisorios. O caso dum sub-delegado de arrabalde, a reclamação dum amanuense, o atrazo de um vapor, o custo duma mobilia, a notificação duma doença contagiosa, exagerada na gazeta oposicionista... Mas atento aos minimos detalhes do seu officio, lendo os memoriais, investigando o passado dos candidatos, intolerante só para os desconceituados, intratavel quando lhe falavam de gente indigna, incapaz de promover um juiz desmoralizado, implacavel no julgamento dos deshonestos... Metido em tudo, fiscal de todos os ramos do poder, auxiliar dos proprios secretarios, no exame dos assuntos, absorvente, meticoloso, prudente, como se na dobra de cada papel houvesse um alçapão, por onde se afundasse o Imperio... Um terrivel funcionario inexoravel, vigilante, incansavel!

De quando lhe data a intervenção diréta, permanente, nos negocios triviais do Estado? Dos seus 18 ou 19 anos. Desde que Alves Branco, com a despedida de Honorio, recitou, na Camara, o verso de Virgilio. O Poder Pessoal aí se revelou. Caxias disséra bem: o Homem era incontivel. Não se póde mais abstractaír a sua influencia da evolução brasileira, de 1844 até 89. Tomára as redeas.

Aquela, era a sua pequena politica: da super-visão diária dos acontecimentos, das audiencias do Paço, do infindavel petitório dos súditos agarrados ao seu pronto senso de justiça.

Havia, entretanto, a grande, a politica exterior, cuja direção assumiu, comunicando-lhe a mesma hábil e tolerante cautela dos seus metodos de governo.

De um lado, e para além da pacificada fronteira rio-grandense, flutuava o pavilhão vermelho de Rosas.

Emquanto não se abrisse o rio Paraná á livre navegação, e os barcos do Brasil não pudessem ganhar desimpedidamente Mato Grosso, a conciliação no Prata seria precária e falsa. Do outro lado, complicada com o problema da navegação negreira — a infame —, pungia a opressão inglêsa, a proposito dos tratados de commercio repudiados pela opinião nacional.

Forte era o Imperio em face de Rosas; e débil diante da Inglaterra.

D. Pedro I não resolvera nenhuma das questões essenciais: a comunicação franca com o Mato Grosso, a extinção do trafico africano, a independencia economica. Não se pudera pensar nisso enquanto *farrapos* e imperiais pelejaram nas cochilhas gauchas: sem ordem interna, não ha diplomacia aceitavel. Congraçados os fronteiriços, a solução parccia singela: o Imperio dava as mãos aos descontentes, paraguaios, orientais, entre-rianos ou correntinos, numa liga contra o governador de Buenos Aires.

Até aí, os fatores externos colaboravam com ele, para o equilibrio sul-americano.

Grave, porém, porque indecifrável, era a situação dos pactos britannicos.

Enfrentou-a D. Pedro II com uma argucia pacifica: o governo da rainha Vitória era obstinado e violento, ele, tranquilo e oportunista.

Os crueis tratados de commercio, que provinham da transmigração de D. João VI, terminavam em 1843. O *Foreign Office* exigiu um ano mais. Não se brigasse, por tão pouco! Foram extintos em 44. Mas o imperador não admitiu a renovação — daquele regimen de favor para os produtos inglêses, de baixa tarifa que os protegia, do preço que continuara a pagar-se, indefini-

damente, pelo socorro que nos trouxera a salvamento a casa de Bragança, em 1808... O Brasil inteiro foi contra os tratados. Sobretudo porque a Inglaterra era avida no lucro, mas prepotente na policia — na sua feroz policia dos mares, caçando os brigues negreiros, que nos abasteciam de carne moça os cafezais. Humilhára-o, com o apresamento sucessivo desses sinistros barcos, numa ingerenciã frequente no seu movimento marítimo; mantinha, nos portos brasileiros, estações navais; o conde de Castelnau viu no Rio de Janeiro, em 1842, um pontão, com a bandeira inglêsa, cheio de escravos tomados aos traficantes; exercia uma pressão incômoda (54). Desta, as vitimas eram os conservadores, os latifundiarios, os barões-fazendeiros, a elite escravocrata; portanto, o governo.

Vingavam-se, açulando a campanha xenófoba, de odio aos pactos mercantis, que agrilhoavam a nação, soberana, mas subordinada.

D. Pedro dava razão aos inglêses, na perseguição aos contrabandistas do oceano. Participava do horror que tinham eles á escravidão. Se dependesse de um ato de vontade, acabaria com ela, de um golpe, como a serpente, que se mata com uma cajadada.

Mas não dependia.

A escravidão era a fórmula economica propria do Brasil, a sua estrutura agricola, a riqueza vertebrada. Abolindo-se o cativo, que ficava? Plantações vazias, uma flutuante massa negra desprotegida, e raros trabalhadores brancos, repelidos pelo clima, pelo monopolio africano da lavoura, pelas tradições lamentaveis da economia tropical. Nos Estados Unidos assim era...

(54) Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, p. 2, Londres 1883; Augustin Cochin, *L'Abolition de l'esclavage*, I, 243, Paris 1861.

Mas a vassalagem imposta pelos tratados se tornára intoleravel. Teimou; e denunciou-os definitivamente.

As represalias exerceram-se no Atlantico, contra a odiosa navegação dos “tumbeiros”. Comentou-se, que a rainha Vitória não mandára a D. Pedro II a Ordem da Jarreteira, presente que fazia aos principes, mesmo secundários. A exorbitancia dos cruzeiros ingleses estendeu-se ás aguas territoriais, ás enseadas e estuarios do Imperio, chamando á fala os navios suspeitos. E ai dos delinquentes! A lei dos mares era impiedosa... O golpe de morte nisso vibrou-o ainda D. Pedro II: forçou, com Eusebio de Queiroz, a passagem da lei de 1850, que extinguiu o trafico, e empenhou-se pessoalmente para a sua rigorosa execução.

A destruição de Rosas foi mais dramatica.

Mediram-se, á distancia, dez anos.

Uma historia comprida, pontilhada de equívocos, tecida por Penelope na sua teia preguiçosa — defeito de noite o ordume do dia, num incessante recommençar... Não que o general D. Juan Manuel de Rosas inquietasse o Imperio, de sua quinta de Palermo e das altas ribanceiras do Prata: assustava-o a occupação do Uruguai, com a possivel recomposição do vice-reinado, fazendo estalar, nos limites do Rio Grande do Sul, a fraca resistencia dos vizinhos... O “Protector de las Leyes” apoiava a Oribe, presidente resignatario, depois em reconquista do cargo, da Republica Oriental: contra Rivera, os “colorados”, Montevidéo, cujas muralhas fechavam o recinto da Troia Americana, como lhe chamou Dumas. Caíndo a praça, entrando Oribe, instalado no Cabildo defronte da Cathedral, de cujas janelas se disséra, entre bandeiras auri-verdes e alvi-azúes, o juramento da Independencia uruguaia, seria brilhante e inabalavel o poder de Rosas. Saíu então o Imperio,

em defesa de Montevidéo. Começou pela atitude precipitada do ministro brasileiro Sinimbú, mesmo sem ordem do seu governo, negando-se a reconhecer o bloqueio da cidade pela armada da Confederação. Enquanto os navios brasileiros metessem lá os generos apetecidos, ela se conservaria, atulhada de legionarios estrangeiros, posta num cerco de fogo e entretanto com as familias espaiecendo nas açotéas, com uma impavidez cartagineza, no estoicismo quotidiano, a desdenhar da morte... No ano seguinte, a paz do Rio Grande parecia valer mais do que a sorte do Uruguai.

Realmente, os “farrapos” se davam bem com Fructuoso Rivera; mas não se ligavam a Rosas. Bento Gonçalves disséra: liberais ardentes, não se uniriam á tirania... O general Tomaz Guido era um magnifico diplomata. Juntava á sua respeitavel fé de officio — redigira as instruções do exercito de San Martin! — o conhecimento das pessôas; vinha do tempo de Dorrego, da paz definitiva entre a Argentina e D. Pedro I. Não se igualara aos militares estouvados, semsaborões e gloriosos, que a caudilhagem formava nas nascentes republicas: culto e afavel estadista, estaria bem ao lado de Rivadavia, Belgrano, Sarratea. Montara luxuosamente a legação. Estendera a sua influencia. Tinha amizades preciosas na côrte: Bernardo de Vasconcelos, o visconde de Olinda... Apresentava a outra face do “rosismo”: a defesa “criolla” da America, contra as potencias européas. Era ele no Rio de Janeiro e Carlos Alvear em Washington. Um adversario comum inquietava-os: a Inglaterra. D. Pedro II achou excelente uma convenção — em 1843 — que abatesse os odios estéreis. Que Rosas se sustentasse como pudesse: lucraria o Imperio — embora com o sacrificio de Rivera — o rapido fim da insurreição rio-grandense. Evitaria um

entendimento definitivo entre os republicanos de Piratini, Rivera e os fornecedores de cavalos e armas, de Buenos Aires.

O tratado foi assinado por D. Pedro II e Guido. Rosas, entretanto, rejeitou-o. Como pretexto: não se ouvira Oribe, cujo governo, no Uruguai, tinha de ser reconhecido. E divulgou-se, que era o proprio Imperio que repudiava, depois de feito, o acôrdo apaziguador!

Mais ferido ficou o plenipotenciario. Escreveu Guido a D. Felipe Aranda, seu chanceler: "A los 33 años de carrera, de experiencia y de estudios he tenido el desgusto de ver desaprobado por mi Gobierno un acto..." Evidentemente, lá não se apreciára ainda a personalidade de D. Pedro II: seria impossivel obter o reconhecimento de Oribe "sobre un consejo de Estado maduro en sus acuerdos, y mucho más difícil sobre el ánimo de S. M. el Emperador!" (55).

O agravo atingia a corôa. Respondeu-lhe o imperador com a "missão de Abrantes".

Emquanto, nos Estados Unidos, invocava o general Alvear a doutrina de Monroe contra o bloqueio Anglo-Francez, iria o visconde de Abrantes pedir a cooperação franco-britanica em defesa de Montevideo, contra Rosas. Um duelo de fórmulas: americanismo contra equilibrio; repulsa de estrangeiros e ordem domestica...

Guido tivera razão. A partir daquela embaixada, as horas da ditadura portenha estavam contadas. A missão de Abrantes foi o começo, a de Pimenta Bueno, em Assunção, o proseguimento, dessa politica, que se não inflectiria, em contra-marchas, nem se interromperia,

(55) Correspondencia de D. Tomás Guido, ms. inéditos, no Archivo General de la Nacion Argentina, onde a consultamos.

hesitante, até o objetivo implacável: porque a dirigia o monarca.

Abrantes trouxe de Paris e Londres — de Guizot e Aberdeen — uma certeza: de que o Brasil lutaria só, para derrubar o colosso. Aberdeen não lhe perdoava a denuncia dos tratados; e Luiz Felipe horrorizava-se com a idéa de uma expedição militar. Pimenta Bueno foi o homem providencial no Paraguai: dotado de palavra convincente, de simpatia pessoal, de sagacidade rara, surgira em Assunção com uma bandeira festiva: a Independencia da Republica mesopotamica. Rosas pensava no vice-reinado, as tres partes reunidas, Buenos Aires, Paraguai, Montevidéo. Pimenta Bueno replicava, reconhecendo, em nome do imperador, a soberania paraguaia. A diplomacia do Brasil empenhou-se junto aos governos da Europa, para que lha reconhecessem tambem. Sucedera ao desconfiado Francia o presidente Carlos Antonio Lopez, inteligente, arguto, suggestionavel: gostou do ministro imperial e fez-lhe corretamente a politica. O Brasil podia continuar de braços cruzados. O Paraguai apoiava a rebelião de Corrientes e, se vingasse esta, atacaria de flanco as forças “federais”, de Rosas. Quanto á resistencia de Montevidéo, ajudava-a indiretamente, com a ininterrupta navegação sob a bandeira do Imperio, amparada pela sua esquadra.

D. Pedro II não tirára ao pae no amôr das armas. O seu espirito pacifico não entendia o esplendor das conquistas; aburguezava-se, ao contrario, nas suas habituais atividades mansas, de quem desprezasse a violencia, como uma inferioridade. Tanto era assim que, poucas vezes, envergou a sua farda de general, de gola e punhos bordados, com a placa do Cruzeiro ao peito. Quando tinha de fardar-se, preferia o uniforme de almi-

rante. Porque? Não nascera para as lides marítimas e só fez viagens oficiais, reclamadas por um interesse imediato. Explica-se o hábito: não se comprazia com as paradas, os desfiles de tropa, os exercícios, á testa das fileiras num cavalo nervoso, de espada desembainhada. O fulgôr dos regimentos não o seduzia. Menos, no imperialismo, os seus aspectos agressivos, o feitio épico, de capacete reluzente, á moda austriaca. A lição suave de frei Pedro, o carmelita, penetrára-lhe o sangue: os grandes reis não são os guerreiros; precisamente são os que, sem batalhas, engrandecem os seus Estados. Adia o conflito platino. Estava nas suas mãos, pacificado o Rio Grande, arremessar-lhe as milicias, de cambulhada farrapos e legalistas, sobre o exercito de Oribe, assim entre dous fogos, nos campos de Montevidéo. Mas não pretendia aproveitar-se daquela áspera luta: não aspirava a uma geira de terra alheia, a uma irritante preminencia nos assuntos estranhos. Se Rosas recolhesse a Palermo as tropas que apoiavam Oribe, se Lopez, mais tarde, franqueasse o Paraná á navegação internacional, não se envolveria o Imperio nas contendas da vizinhança; só se meteu nelas, a contragosto de D. Pedro II, pela fatalidade dos acontecimentos. Iniciada a ação, entretanto, iria ao extremo. E foi ao extremo.

De Montevidéo, apelavam para ele. Fingiu-se surdo, até 1849 (56). A revolução de 1848, em Paris, decidiu-o. Ruindo o orléanismo, os auxilios francezes, para a defesa da “nova Troia”, também se extinguíam. A Inglaterra mudara igualmente de rumo. O seu idealismo tinha um solido lastro economico: faria as pazes com D. Juan Manuel de Rosas quando perdesse a es-

(56) Adolfo Saldias, *Historia de la Confederacion Argentina*, v. 218, Buenos Aires 1892.

perança de abrir no Uruguai — como sonhara Strangford — um porto franco, para o seu commercio. Restabelecidas essas relações, o triunfo rosista espantaria o mundo. Foi quando o velho general San Martin, ufano do “protector de las Leyes”, lhe legou, em testamento, a espada de Maypu. O leopardo britânico dissimulára as garras... Então D. Pedro II se abancou á mesa do jogo: a sua cartada salvou Montevidéo.

A historia repetia-se. O estandarte de seu pae, as flamulas do avô, tinham drapejado sobre os muros da cidadela, cuja posse fôra o mais bello sonho ambicioso — e tivera tão poucos! — de D. João VI, cuja perda fôra o pungente desapontamento de D. Pedro I. Cem anos, a sua familia olhára, cobiçosa, aquella nêsga de costa americana onde ha um serro, e sobre ele, isolado e esquinado como um castelo antigo, uma fortaleza espanhola. A atração fatal do Prata fôra a obsessão dos seus maiores, refugio do orgulho conquistador da raça, debilitada pelos fracos reis, sucedaneo de Asia e Africa desprezadas dos lusiadas de fibra de aço, operarios bravios de imperios... Lá estava um seculo todo de diplomacia, de guerra, de dinheiro, nas pedras dispersadas da colonia do Sacramento, tostadas de quatro incendios, nas paredes de Montevidéo que encerravam, em cintura de cantaria, a Numancia americana, dez anos investida, e incólume... Aquele vasto rio fôra uma linha simbolica, uma linfa de Juventa que devesse desencantar a monarquia portuguesa, a barra da gloria lançada longe, para que a alcançasse, em altos feitos... Antes, porem, entre o Prata e o Brasil, havia um deserto; agora, havia a palavra, dos solenes compromissos. A soberania uruguaia resultára deles, e parecia tão indispensavel á vida do Imperio (o proprio Thiers o dis-

se na Camara franceza, em 1860) (57) como a propria tranquilização do Rio Grande.

Então reatou D. Pedro II a tradição da avó d'Hespanha, que mandára ao cabildo de Montevidéo, para a sua defesa, as ricas joias: tratou de organizar o socorro financeiro, que a amparasse de novo. Antes de mexer batalhões, movia créditos.

* * *

A 4 de Dezembro de 1847 chegára ao Rio de Janeiro D. Andres Lamas, emissario dos sitiados, com o titulo de ministro da Republica Oriental.

O general Guido não se inquietou com a presença do joven uruguaio, logo benevolmente recebido pelo imperador, festejado na côrte por uma imprensa favoravel. Contava com a politica conservadora, sobretudo com o visconde de Olinda, que era manifestamente contra um conflito armado, preferindo que o Brasil não se metesse nas disputas platinas.

A linguagem de Lamas fez planger as cordas sentimentais do partido liberal; mas o ministro de Rosas fala razoavelmente, uma doutrina de neutralidade que agrada aos pacifistas da côrte. A revolução dos *farrapos* fatigára o país; seria detestavel recommear, alem das fronteiras, uma aventura sangrenta... Entretanto o plenipotenciario oriental é ativo, vivaz, infatigavel: ilumina-lhe a missão a fé, a consciencia entusiastica de sua causa. A 14 de Dezembro de 48, escrevia Guido a Oribe: "A 9 de Novembro estive, com efeito, em conferencia com o visconde de Olinda, que, sendo muito duro de ouvido, necessita se lhe alce a voz... notei na saída

(57) A. Thiers, *Discours*, VIII, 364.

que na mesma ante-sala se achava Lamas...” E conhecia-se, no rio da Prata, o assunto da entrevista! Em 28 de Abril de 1849 assegurou a Oribe: tinha a promessa “del vizconde de Olinda de occuparse immediatamente en el restablecimiento de las relaciones con el Rio de la Plata”. Compromisso de Olinda... Deixava de parte o tratado combinado com Lamas em 4 de Fevereiro, porque o convencera Guido (dizia aquelle, para Montevidéo, em 31 de Março) que o abandono de França seria o definitivo triumpho rosista. E D. Pedro II? Ousaria o antigo Regente avançar tal aviso sem o ter acertado com o imperador, pessoalmente interessado em salvar Montevidéo? Por força, Sua Majestade fechava os olhos ás preferencias de Olinda pela “bôa vizinhança”; e deixava que se esgotassem, nos parapeitos da praça cercada, os ultimos cartuchos da resistencia... Em 8 de Outubro, porém, com geral espanto, annunciou Olinda o seu pedido de demissão do ministerio; foi substituido por Paulino de Souza, cuja energia severa era mais propria para um governo de combate.

O golpe estarreceu a politica. Parecia-se com o de 44, que alijára Honorio... Mas não se tratava d’uma impertinencia, de ministro a sobrepôr-se ao soberano. Como o explicar então? Pereira da Silva, nas “Memorias do meu tempo”, ensaiou uma justificativa: o acesso que tinha o general Guido na casa de Olinda, o que o tornava pouco propicio á campanha contra Rosas... Tanto que Paulino, assumindo a pasta de Estrangeiros, transferiu para a sua residencia o expediente do ministerio, dando-lhe um curso confidencial, que prescindia dos funcionarios subalternos... Proviéra tudo — isto sim — de uma carta particular que Olinda escrevera a Tomaz Guido em 21 de Setembro, na qual positivára: “tratava e trato de afirmar a paz e bôa harmonia en-

tre os dous países”. Adiantara-se mais: elucidava as intenções anti-belicas do governo no Rio Grande, confessava ignorar a abertura de estradas estrategicas, certamente de interesse nacional, e convidava-o a concluir um tratado, que acabasse com as reciprocas desconfianças! (58). Não se podia resumir numa epistola maiores contradicções com o imperial pensamento: D. Pedro II não renovaria tratados, mandára estudar os caminhos militares, e cuidava de intervir no Uruguai!

A exoneração do Visconde desorientou Tomaz Guido, que assim lhe exprimiu o assombro: “Apenas libre de una penosa sorpresa por la inesperada demission solicitada... (no “borrador”, do arquivo do general, ha duas palavras riscadas: “pedida”, “oferecida”) por V. E. del cargo...” Bernardo de Vasconcelos, em 10 de Outubro, procurou aquiétal-o, dizendo que Paulino continuaria a politica de Olinda. Mas Vasconcelos já não pezava nos negocios do Estado; D. Pedro II, na boléa, agitava as rédeas. Paulino era a antitesese de Olinda.

(58) Carta de Olinda, em papeis de Guido, no Arch. Gen. de la Nacion Argentina, ms, inéd.

XII

TRANSAÇÃO

Depois de Honório, o ministerio de Almeida Torres aguentara-se mal. Desconjuntou-se em 5 de Maio de 45, mas, dando a demissão de tres ministros, negou-a o Imperador a Holanda Cavalcanti, titular da marinha. O pensamento imperial foi por ele definido, com uma singularidade maravilhosa. Interpelado na Camara, respondeu: “Os ministros são escolhidos e demitidos pelo monarca. A politica é a mesma. Que mais explicações quer que lhe dê? Não sei”.

Sabia. D. Pedro II queria a conciliação dos partidos. Uma ampla tolerancia, no desarmamento geral... Holanda julgou-se capaz de promove-la, porem foi vencido pelos interesses regionais. Discordou de duas escolhas senatoriais por Pernambuco, sua provincia, e largou o cargo. Alves Branco — em 22 de Maio de 1847 — aceitou o convite, para formar um gabinete liberal. Neste entraram Vergueiro, Candido Batista e o inquieto Saturnino.

A nomeação de Saturnino era um desafio: Alves Branco a excusaria, descobrindo o amo: “esse candidato viéra do Paço...”

A imprensa conservadora enfureceu-se. Honorio tomou a ofensiva. Os ministros saíram em defesa do Imperador, dado agora como facioso, empenhado em sustentar os amigos, protetor de corrilhos. A luta encrespou-se, excessiva, e D. Pedro II, surpreendido por ela, doeu-se das diatribes pessoais. Encheu-se de espanto, naquele temporal enervante, da tribuna e das gazetas os conservadores a compara-lo a um Cesar malevolo, os panfletos insultando o trôno, tristes os palacianos, pela subita impopularidade da corôa.

E', entretanto, o seu esplendor social.

Tem as suas fraquezas, o augusto jóven. Deixou-se arrastar pelo turbilhão das elegancias, na côrte inebriada de bailes, musica, mundanismo. A temporada galante de 1847 nutre-se com a graça e os estímulos do Imperador adolescente. Não o poupa a maledicencia. Francisco Otaviano regista, pasmando: "S. Majestade tem dançado doze quadrilhas por noite" (59). Indigítam-se as primeiras favoritas. Não passarão, é verdade, de tres ou quatro nômes, pilhados nos bastidôres de uma côrte que finge alegria, pela bisbilhotice das damás velhas, pela malicia dos "leões" curiosos. Mas é uma atmosfera de prazer, em que se aturde ele, numa breve aventura de mocidade que abandona cêdo, num prematuro cansaço.

A fatalidade antecipa-se ao arrependimento.

Prova-o a dôr, nesse mesmo ano glorioso.

Foi-lhe duplamente amargo, o mez de Junho.

Lá fóra, denegria-o a politica, com furia; em casa, havia a consternação dum filho perdido.

(59) Wanderley Pinho, *Cotegipe e seu tempo*, p. 596, S. Paulo 1937.

O príncipe D. Afonso, de dous anos, em poucos dias morreu, de uma febre, que os melhores medicos, esgotada a sua ciencia, não souberam debelar. Foi sepultado, nos jazigos de Santo Antonio, com a pequenina farda doirada, como um rei de conto de fadas. A estranha maldição historica! Não vingavam os primogenitos da familia de D. João IV, através das gerações, do primeiro ao derradeiro...

Explodiu-lhe o desespero, num soneto lancinante:

Pode o artista pintar a imagem morta
Da mulher, por quem déra a propria vida.
A' esposa que a ventura vê perdida
Casto e saudoso beijo inda conforta.

A imitar-lhe os exemplos nos exórta
O amigo na extrema despedida...
Mas dizer o que sente a alma partida
Do pae, a quem, ó Deus, tua espada córta.

A flôr de seu futuro, o filho amado;
Quem o pôde, Senhor, se mesmo o Teu
Só morrendo livrou-nos do pecado,

Se a terra á voz do Golgota tremeu,
E o sangue do Cordeiro Imaculado
Até o proprio céu enegreceu!

A desolação de sua pequena catastrophe entrou-lhe o lar com outras aflições.

Não podia continuar exercendo caprichosamente o seu officio de rei, superior ao parlamento, aos partidos, á propria opinião nacional...

O *club da Joana* incompatibilizava-o com os puritanos do parlamentarismo, que não admitiam, Honorio á

frente, influencias alheias ao legislativo, rebuçadas na privança de Sua Majestade. Paula Souza batia-se por uma reforma de métodos. O mal estava — dizia o velho paulista — na divisão dos ministros, sem coesão o gabinete, escolhidos mercê de qualidades individuais. Sem presidencia de conselho, isto é, sem que a responsabilidade se transferisse do imperador, muito em cima, para um primeiro ministro, baixado ao nível dos debates, o respeito pelo soberano seria amanhã o desabalado ataque ás suas “manobras” e arbitrios: arriscava-se a monarquia...

Diria Jobim, na Camara: exploravam “essa rica mina das joanas, dos gabinetes, dos frades, dos farricôcos, de certos predomínios, emfim, de que uma alta entidade se deixa levar...”

Honorio, Ottoni, lobrigavam, além das arvores de S. Cristovão, a batina do preceptor, especie de lugubre frei José, acólito do cardeal escondido — Aureliano...

Que era, afinal, o *club da Joana*? Reduzia-se á ligação de Aureliano, apartado, na provincia do Rio, com Paulo Barbosa, o mordomo, atarefado nos trabalhos de Petropolis, frei Pedro de Santa Mariana, homem mais do céu que da terra, que Sarmiento, de passagem pelo Rio, sem tempo de observar as cousas, imaginou governasse o pupilo, como um Mazarino atilado...

Mas não importava. Se suspeitavam de sua imparcialidade, dissolveria o tal *club*, privar-se-ia dos mais diléto amigos, cortando na carne, para ensinar aos mal-dizentes.

Paulo Barbosa antecipou-se-lhe: foi queixar-se ao imperador de que tramavam assassina-lo, na estrada da Serra, conforme aviso de Aureliano, informado da conspiração (19 de Novembro de 45). Um escopeteiro, emboscado no caminho, despejaria nos peitos do mordomo

o bacamarte, como se fizera a José Bento... D. Pedro II ouviu-o consternado. Pensou muito. E despachou a supplica: nomeara Paulo Barbosa ministro do Imperio junto ao Tzar da Russia; e, para temperar o ostracismo, nomeava-o tambem mordomo-mór (59-a). Punha entre ele e os adversarios metade do globo terrestre. Pelo menos não repetiriam mais, a ironia das ruas: Pedro II e Paulo I... S. Petersburgo era muito longe; beirava a Siberia! O fidalgo, imagem de altivez, a dignidade em pessoa, fôra poderoso, mas se conservára pobre. Não seria isto o contra-tempo: o imperador adiantou-lhe 2 contos de réis. Necessario era, immediato, o embarque.

E mandou passar nas Camaras a lei que creava a presidencia do Conselho. Instituida ela, Saturnino não seria o homem do paço, o candidato da "roda", mas um expoente de partido... Parlamentarismo sério; renuncia ao poder absoluto; a sua oferta de paz. Ficaria de fóra, encolhido, em posição invejavel: artista do maquinario ainda, e "ponto" dos atôres, que se substituiam na cêna... Esse teatro convinha-lhe. Nunca mais lhe diriam que tinha validos, instrumentos, mascaras. Como abriu mão de Paulo Barbosa, cuja lealdade tanto lhe valera na infancia, exilaria Aureliano. Cortava progressivamente as arvores gigantes. Os Andradas, Feijó, Honorio, os personagens do *club da Joana*, todos... A revolta da *Praia*, em Recife, se de um lado esgotou a capacidade de violencia, na politica interna, do outro lado foi o Calvario daquele forte espirito, que em 1833 abatera José Bonifacio — rasgando o leito para o rio da Revolução — e em 1840 fulminára a Regencia — represando-o...

(59-a) Cm. por Americo Lacombe, que prepara um livro sobre Paulo Barbosa.

Poude mais um jornal vindo de França do que um parlamento irritado. Porque esse jornal noticiava a quêda de Luiz Felipe. A sedição republicana e socialista. Outro incendio, como o de 1830. Out'ora, uma gazeta destas abalára o trono de Pedro I: depois, um sôpro derrubou-o. D. Pedro II foi informado da grande novidade no teatro. Leu, "dizem que agitado", os lugubres artigos (60). No dia seguinte, a cidade andava cheia deles. Que sucederia?

O primeiro imperador desdenhára da rebelião; o segundo, em cujos ouvidos retiniam os écos de 7 de Abril, contornou-a. Precisava amainar, na Camara, a tempestade preparada para 3 de Maio. Deixou que se pronunciasse ela — na resposta á fala do trono — contra o gabinete conciliador, de Macahé. E entregou o poder a Paula Souza, para que governasse com os liberais puros. Faria reformas substanciais. Aplacaria a desconfiança publica. Mostraria uma cabal concordância com as idéas do tempo. E não falaria muito tempo na intervenção da corôa...

Mas Paula Souza não teve geito de consolidar uma maioria, a que se apoiasse. Os "praieiros", de Pernambuco, pré-gavam a insurreição. A opposição ao governo recrudescceu. Suspeitou-se da intenção do Imperador, de esperar que o ministerio liberal caísse por si, para então reconstruir a igreja conservadora, de Olinda. Deixára que o terror, de 1848, passasse: então chamaria os reacionários, de mão forte. Estrangularia a revolução!

"Obra espontanea do monarca" (61), foi, em 29 de Setembro de 48, o ministerio que Olinda organizou, tra-

(60) Wanderley Pinho, *Cotegipe e seu tempo*, cit.

(61) Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, *Chronica da Rebelião Praieira*, f. 17, Rio 1850.

zendo á tona os conservadores. Era um gabinete de salvação nacional. E destinava-se a pacificar o Imperio. Eusebio de Queiroz, na pasta da justiça, tomaria a responsabilidade de cumprir a lei da extinção do trafico. Vieira Tosta e Honorio debelariam a desordem, aquié-tariam Pernambuco... Lá, a revolta estourou pouco depois: sangrenta, instantanea, nefasta. O deputado Nunes Machado, que lhe assumira o comando, sacrificando-se pelos correligionarios, tombou morto, na rua, como um "comissario do povo", da Grande Revolução, ao pé da barricada... Esmagada, entretanto, deu Pernambuco aos conservadores. Apagou a lenda do *club da Joana*. Arredou definitivamente do cenário politico Aureliano, que não lograra intervir no momento propicio, e preferiu isolar-se, deixando as honras do poder para a geração que surgia...

A intimidade do Imperador era gloria e holocausto: daí por diante, os amigos seriam tambem apolíticos.

Não lançariam mais sobre o soberano a suspeita de ser um prisioneiro, de forças secretas, dominantes...

Aureliano utilizou os seus ocios em compôr uma geografia para os filhos; minou-o a dôr de um ostracismo prematuro; viveu mais cinco anos; e morreu sem ruido.

Quando Paulo Barbosa, em 1855, a instancias da princeza D. Francisca, que lhe relatava as dificuldades da mordomia imperial em mãos bisonhas, regressou ao Brasil, o seu programa foi simples: repatriava-se, para servir sem ambições e acabar sem odios. Frei Pedro de Santa Mariana, estranho a tudo isso, não precisára mudar: passava pela vida como uma sombra, sem se importar com os outros, contente do sulco que deixára

numa alma — do traço que a sua educação marcára no character do discipulo... Em seguida, caíu Olinda.

Alternavam-se os preságos e risonhos dias.

Mais tres filhos tivéra a imperatriz: duas meninas, Isabel e Leopoldina, e — em 19 de Julho de 1847 — um varão, que se chamou Pedro.

Essas vidas em flôr renovavam o pezaroso ambiente de S. Cristovão, povoavam-lhe a solidão conventual, completando a ventura caseira.

XIII

GOLPE DE MESTRE

O general Guido foi muito tempo o esteio de Rosas na côrte brasileira. Destruído ele, cairia tambem o "Protector de las Leyes". Eram destinos conjugados. Quando a colera dominou o ditador, e forçou o diplomata a pedir os passaportes, desmanchou, num momento, o paciente trabalho de anos a fio; deixava livre o campo para D. Andres Lamas.

O ministro Herrera y Obes vira claro: "Rosas es mi unica esperanza. Todo lo que él no haga para que el diabo se lo lleve, refluirá en nuestra ruina."

Decerto as pazes com a Inglaterra (62), a mudança da politica franceza, a crise no Imperio, de que resultára a sedição pernambucana, enganaram Rosas.

Guido protestou contra a incursão de fazendeiros rio-grandenses no Uruguai; e exigiu providencias drasticas. Seria contra os pioneiros gaúchos envolvidos nas guerrilhas orientais, ligados ao partido conservador desde a campanha farroupilha. Um deles, o barão de Jacuí, fôra o vitorioso inimigo de Garibaldi.

(62) Antonio Dellepiane, *Rosas y Palmerston* (Boletim de la Junta de Historia, vol. IX, Buenos Aires 1936, p. 363).

Em 20 de Junho — Guido a discutir com o ministro de Estrangeiros — um novo figurante entrou em cena.

Paulino chamára o negociante Irenêo Evangelista de Souza, rio-grandense como Jacuí, apesar de moço, grande industrial, financeiro hábil, e reputado um dos guias do alto commercio, no Rio de Janeiro. Esse homem de largas vistas era também um ideologo. Abri-gára outr'ora foragidos farrapos; os seus negocios eram gigantescos; rompera com a rotina, creando a fundição da Ponta de Areia, onde se fabricavam navios e, antigo caixeiro de uma firma inglesa, tinha credito em Londres. O assunto da conversa foi sumamente grave. O governo não queria envolver-se na guerra de Montevideó, mas precisava de um preposto, que entrasse em communicações — explorando o terreno — com os sitiados. Evidentemente se arriscava nisso a sorte de quantos estancieiros do Rio Grande andavam pelo Uruguai: sómente esse motivo decidiria Irenêo, se não o deslumbras-se logo a expectativa de realizar a mais generosa transacção de sua carreira mercantil: o endosso de uma pátria. Ia ajudar a resgatá-la!

Dias depois, subiu ele as escadas da casa da Pedreira da Gloria, onde morava o ministro oriental (63). Lamas não o conhecia.

Recebeu-o com visivel desconfiança, temendo as artes do general Guido, ou um engôdo dos oribistas. Mais assombrado ficou com a proposta de Irenêo Evangelista de Souza. Levava-lhe um formal oferecimento: salvaria Montevideó, com um subsidio mensal em dinheiro, armamento, munições... Na excitação em que vivia

(63) Alberto de Faria, *Maíá*, Rio 1926.

Andres Lamas, atezado pelas noticias do Uruguai, ferido com as de Buenos Aires, que davam Rosas como invencivel, aliado já da Inglaterra, os acontecimentos mais incriveis se tornavam perfeitamente naturais. Caí-lhe do céu um arcanjo vingador! A' mingua de recursos sossobraria a praça cercada; com o subsidio, não a tomariam jamais... Isto mesmo escreveu, num memorial, que ficou secreto. Vimo-lo no seu "borrador de cartas". Que garantias de um emprestimo daria Montevideo? A do futuro; tanto confiava na resistencia da cidade, que lá deixára os seus melhores bens — mulher e filhos. Como um duque medieval, no desespero das negociações argumentava com um penhor de sangue: a propria familia! Quando a porta se fechou sobre o estranho capitalista, foi que uma acerba duvida atormentou o espirito do diplomata. Um charlatão, um louco, um agiota? Não pensou em informar-se com Paulino. Na manhã seguinte tocou-se para S. Cristovão. O imperador tinha-lhe afêto; e sabia tudo...

D. Pedro II sorriu. Afastou-se com ele, falando baixo. O sr. Irenêo, distinto negociante, era um intermediario do governo, que appareceria no momento oportuno.

Não precisou ouvir mais. Saíu do paço radiante, seguro do triumpho, disposto a não largar mais o persuasivo milionario, que discutia o financiamento de um país com a elegante simplicidade dos assuntos comuns... Em 7 de Agosto, positivou Irenêo a oferta: supriria com 12 mil pesos por mez o tesouro uruguai. Em 6 de Setembro firmaram-se os acôrdos, na secretaria de Estrangeiros, com a garantia do ministro da fazenda, Rodrigues Torres.

Seria fiador da adesão de Urquiza o general José Maria Paz (64). O ilustre unitario, indignado com a “politica indecisa” do Brasil em 1846 (65), recolhera-se em 1848 ao Rio de Janeiro, para ocultar, num deserto pobre e calado, os seus infortunios politicos. Cercava-o uma aura de respeito, sublinhada pela austeridade de sua vida de trabalho e isolamento, numa chácara de S. Clemente. E’ aí que Lamas o procura, que estudam a situação sul-americana, que Paz reconhece e proclama as honestas intenções do Imperio. Lamas falou dele a D. Pedro II. Um amigo incognito protege misteriosamente o exilado. Ele recebe continuamente os socorros de que póde necessitar, na humildade do seu asilo: não sabe a quem deva devolve-los — se os não aceitasse — ou agradecer — se ficasse com eles... A mão benefica que o ajuda é magnanima e discreta: só mais tarde diria Sarmiento, que era do Imperador (66). Este, nunca autorizou palavra, que o revelasse.

José Maria Paz representava o pensamento de Urquiza: era o terceiro fator, de que precisava o Imperio, para sacudir o torpôr platino. Em conselho de ministros (narra Sarmiento) responde por ele (67). A formalidade do tratado é precedida dessa confirmação; seguiu-se-lhe a linda esmeralda que D. Pedro II enviou, em penhor de amizade, ao novo aliado.

(64) Juan B. Terán, *José Maria Paz*, p. 143, Buenos Aires 1936.

(65) *Memorias postumas del General José Maria Paz*, III, 200, Buenos Aires 1926.

(66) Domingo F. Sarmiento, *Obras*, XIV, 291, Buenos Aires 1898.

(67) Sarmiento, *Obras*, XIV, 292.

Guido pediu os passaportes em 23 de Setembro. Certamente só então se convenceu da vitória do rival. Teve-os no dia 30. Abandonando o Rio de Janeiro, declarava irreconciliáveis o Imperio e Rosas. Calaram-se então os apóstolos da concordia; e não descansou a diplomacia das alianças militares: em 23 de Dezembro de 50 se coligava o Imperio com o Paraguai, para onde seguia brilhante missão de oficiais brasileiros; em 16 de Maio de 51 passava a defender ostensivamente Montevideo; e em 29 do mesmo mez se combinavam, para combater o governador portenho, D. Pedro II, o governo oriental e os de Entre-rios e Corrientes, Urquiza e Virasoro. Outras lanças platinas (68) se cruzariam, forçado o passo de Toneleros, com as armas rosistas: “para libertar o povo argentino” — dizia o documento.

Assinado o pacto triangular, nenhuma esperança mais restaria ao antigo dominador do deserto, cuja estrela, vinte anos reluzente, se ofuscára no horizonte americano.

Mais o indignou a attitude de Urquiza.

Daria o que lhe pedissem, sem regatear, só para esmagá-lo: o ministro Southern foi a S. Cristovão, com instruções de lord Palmerston e de Buenos Aires, para, a qualquer preço, desligar o Imperio do tríplice acôrdo. Pouco depois, o proprio Paulino narraria a Cuyás y Sempere, mensageiro de Urquiza, as estupendas propostas encaminhadas pelo representante britânico e rejeitadas pelo imperador: retirada das queixas, convenio mercantil á discreção, “aliança defensiva e ofensiva para dominar com rapidez os movimentos republicanos e rio-grandenses no caso de se repeti-

(68) Eugenio Garzón, *La Tragedia del Plata*, p. 93, Montevideo 1937.

rem, e outro que não explicou”, com a garantia inglesa, e a condição apenas de largar o Brasil á sua sorte Entre Rios e Montevideo. Era tarde: havia um compromisso (respondeu a Mr. Gore) e isto não permitia uma saída decorosa... “Com prejuizo de nossos interesses” — valorizou o chanceler, falando ao emissario catalão; a eles se sobrepunha o decôro (69).

A resposta a Mr. Gore trocava o pretexto pela razão. O Imperio completaria a sua ação contra Rosas apoiado por Urquiza, ou sem esse formidavel apoio. Sarmiento, depois de Caseros, esteve no Rio. Falou ao imperador. Balanceou os acontecimentos. E garantiu — na sua opposição nascente ao caudilho de Paraná — que o Brasil teria feito a guerra “con él, sin él, contra él”: o tratado fôra de 1851, e os preparativos datavam de 49... (70). Adivinhou? Ao contrario; é verdade documental. Em carta confidencial de 14 de Julho de 51, o chanceler uruguaio Herrera y Obes prevenira ao general Garzón: “...Repito a V, el Gobierno Imperial está apuradissimo; lo agitan no solo los temores externos, sino también los internos, pues la exaltación y la desesperación de los Rio-Grandenses no puede llevarse mas lejos; y si en tal situacion nosotros demorásemos (a invasão)... no seria extraño que nuestras prevenciones y exigencias fuesen desatendidas... por el paso del Ejército brasileiro, antes, o fuera de tiempo” (71). E

(69) Garzón, *op. cit.*, p. 84.

(70) O fornecimento de armas, da Inglaterra a Rosas, pôde ser documentado, cf. papeis da “Secretaria de Rosas”, anos de 1850-51, ms., inéd., no Archivo General de la Nacion Argentina, onde estudamos este episodio (1935-1937).

(71) O maior erro de Rosas foi não ter compreendido Urquiza, Julio Irazusta, *Ensayo sobre Rosas*, Buenos Aires, 1935.

ajuntava: “Entre as comunicações que me viéram do Rio de Janeiro, encontrei uma do governo imperial, manifestando, sem reбуços, os temores que deixo mencionados, e pedindo em consequencia autorização para que o exercito imperial entre no territorio”. O tenente coronel Osorio correu a Entre-Rios para fixar, num acôrdo secreto, a data da investida; quando o minuano apagou nos caminhos a poeira levantada pelo seu cavallo, estava determinado o destino da campanha.

O golpe foi magistral. Herrera e Paulino derrotaram Palmerston com vinte linhas de um topico do “Times”: a publicação da circular de Urquiza declarando guerra a Rosas (72). No mesmo dia, o gabinete de S.M.B. ia apreciar a nota de Southern em que o homem de Buenos Aires pedia a intervenção inglêsa contra os invasores (73). Já nada havia que evitar. Os ministros olharam com enfado a mensagem tardia; convenceram-se de que o Brasil “estava no seu perfeito direito.” (resume Herrera); e felicitaram-se pelo fim do episodio. Displiciente, risonho, enigmatico, lord Palmerston mudou de assunto: a Russia...

Contentou-se em mandar proteger pessoalmente a D. Juan Manuel de Rosas, se apelasse para a hospitalidade britanica, refugiando-se n’algum navio da esquadra...

Talvez a exorbitante fiscalização inglêsa nos portos do Brasil, em 1850, o insolito apresamento de brigues suspeitados de trafico negreiro, nas aguas territoriais, até a perseguição deles nos ancoradouros, correspondessem á intenção de tornar dócil e dialética a politica do

(72) Ramon J. Carcano, *De Caseros al 11 de Septiembre*, p. 69, Buenos Aires 1933.

(73) Alberto Palcos, *Sarmiento*, p. 126, Buenos Aires 1929.

imperador. Mais escandaloso foi o caso da fragata "Carmonrath", que entrára a barra de Paranaguá na esteira dum navio mercante, tentando captura-lo debaixo dos muros da fortaleza colonial que guarda a baía. Um official de artilheiros impacientou-se com a imprudencia, convocou a soldadesca, e deitou fogo a uma peça. Certo tiro abalou o barco, que retrocedeu, de longe ameaçado pelo entusiasmo desatinado dos brasileiros... Uma provocação bélica? Não; a lição servia, para provar a indignação do povo; tambem para resolver o governo a decepar de um golpe a cabeça da hidra. Acabár-se-ia a navegação negreira, ou arruinaria ela o Imperio.

Não se iludira D. Pedro II.

Rosas teria um aliado oportuno no almirantado britânico, se, por amôr dos contrabandistas de escravos, perseverasse o Imperio na sua desidia, em relação aos traficantes. Amanhã trocariam balas as náos inglêsas e os fortes do litoral; e o universo, sentimentalmente solidario com os inimigos da escravidão, faria um côro de injurias contra a terra desprezível, mercado de homens... Por filantropia, em 1840, libertára os negros de seu serviço; por generosidade e convicção, estimulára a alforria dos cativos, pelos proprietarios idealistas; por habilidade e politica extinguiu o trafico, em 1850. Para isto contava com a firmeza de Eusebio de Queiroz.

Foram atos progressivos. Ensaíram uma resistencia surda e malevola ao projéto de lei que logo transitou pela assembléa, proibindo de vez a importação de africanos. Fez valer a sua influencia diréta. Houve quem lhe attribuisse uma frase: Preferia abdicar, a ter de governar um país humilhado por tão miseravel commercio... (74). A mesma frase lhe emprestariam em

(74) Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, p. 2, Londres 1883.

1871, quando deu ao visconde do Rio Branco a incumbencia de extorquir a um parlamento conservador a primeira lei abolicionista. Se não disse exatamente aquilo, agiu como se pensasse assim. Foi obstinado em forçar o legislativo, para que o ajudasse naquella satisfação á Inglaterra e ao mundo; e não repousou, enquanto a lei repressiva do trafico não produziu todos os seus efeitos — expulsos estrangeiros recalcitrantes, punidas autoridades fracas, rastreados e descobertos os ultimos infratôres... Em 1856 o ministro inglêz communicava a lord Clarendon: Paranhos confirmára, estava disposto o governo a acabar a escravatura, e protegia a sociedade abolicionista “Ypiranga”... (75).

Cortara igualmente o pretexto para interferir a Grã Bretanha — aplacadas as iras anti-negreiras — na crise do Rio da Prata. Mal, em Londres, chegára a noticia do tratado que juntava Urquiza, uruguaio e brasileiros, o edificio rosista começou a desabar. A Europa inteirou-se da novidade, quasi ao tempo em que Oribe depunha as armas, uma divisão imperial, de 4 mil homens, se unia ás cavalarias de Entre-rios, resfolegava no Paraná a armada de Grenfell, levando nos mastros as bandeiras do Brasil e da Argentina, e em Santos Logares as tropas encarnadas se dispersavam, como pezadas nuvens ao raiar o sol... O proprio sol do pavilhão argentino. Tres homens rompiam á dianteira das forças atacantes: Mitre, Sarmiento, Alberdi. Sonhavam uma Constituição liberal, Estados Unidos, imigração, civilização, justiça... Rosas não morreu na luta. Agazalhou-se, com Manuelita, a bordo de uma fragata inglesa. A primeira noticia que teve dele D. Pedro II, depois de Caseros, foi a

(75) Augustin Cochin, L'Abolition de l'Eclavage, I, 243, Paris, 1861.

que publicaram jornais da Bahia, onde, para refrescar, aportou o navio, na sua viagem para Southampton, donde nunca mais voltaria o "tigre de Palermo".

Foi em 1852. A divisão brasileira cooperára para a quédá de Rosas. Dias depois embarcou em Buenos Aires, repatriando-se, antes que a sua presença acolá provocasse detestáveis equívocos. D. Pedro II derrubára o adversário; mas não permitia que lhe caluniassem os sentimentos, taxando-o de imperialista. Não empreendera uma campanha conquistadora; desvencilhara-se de um obstáculo comum — da sua, e da alheia tranquilidade; porisso, em Caseros, comandára Urquiza.

O não-intervencionismo — apesar do tempo em que isso ocorria, da renascença do espirito napoleónico, do cesarismo na Europa — não era um cálculo, porém uma doutrina do imperador.

Na sua instintiva aversão aos episodios militares, aborrecia guerrilhas. Via a permanente inquietação dos vizinhos como um contágio pernicioso. Não se prestaria a manobra-los, uns contra outros, senão por força das circunstancias. Começou a malquistar-se com Irene Evangelista quando ele se meteu imprudentemente na economia uruguaia, exagerando as funções, de limitado alcance, que lhe déra. As intervenções brasileiras em agitações orientais não partiram de D. Pedro II: não fosse o caso do Paraguai, e as evitaria definitivamente. Mas "el Supremo", de Assunção, fechava o rio! A paz seria precária emquanto os navios do Imperio tivessem de bater, cada vez, numa áspera alfandega, que os vi-giava. Entre Cuiabá e o Rio de Janeiro havia um tirano aduaneiro: Lopez. O Imperio pouparia Rosas, se tivesse ele concordado com a abertura do rio, em 1843 ou 47; não toleraria que repetisse a inabalável resistência daquele, o seu aliado de Assunção,

Lamas conseguira a amizade do imperador. Em Petropolis, passeavam juntos. O seu interesse pelos homens cultos removia as desconfianças e reservas, que opunha aos diplomatas: o aféto que dispensaria a Gobineau não seria maior do que o dado a Andres Lamas, de palavra florida, imaginação cálida, espirito flamejante de literatura social, ingerida no cerco de Montevidéo, quando os jovens alertavam a coragem com panfletos francezes. Pois, a despeito destas relações, não quiz auxiliar-lhe os objétivos na politica da pequena Republica: amparou-os Irenêo.

A correspondencia entre o ministro oriental e o negociante brasileiro revela a abstenção do imperador, sistematica, mesmo teimosa, nos problemas d'além-fronteira. Em 5 de Abril de 52, queixara-se Irenêo: a hesitante attitude do Brasil lhe ameaçava os interesses, desprotegidos... Informava da proxima suspensão dos auxilios pecuniarios. E queria ser pago do que lhe deviam, antes que os "blancos" provocassem um conflicto internacional. De Montevidéo, em 21 de Abril, chamava Lamas, para empolgar a situação, e lamentava-se "da forte soma que por infortunio confiei ao governo" uruguaio. Em 11 de Outubro, resolvera Paulino mandar entregar ali os dous mezes de subsidio, e corria o capitalista a avisar o amigo, que respondera com evasivas, "em consequencia de me ter V. Ex. dito que não convinha manifestar que o dinheiro ficava aqui, ao sr. Paulino". Aconselhava: "creio que se V. Ex. se declarasse *comprometido* o sr. Paulino não duvidaria mandar pagar aqui". Porque não se devia nutrir o adversario — o partido em Montevidéo dominante — fornecendo-lhe os recursos, embora o ignorasse o governo imperial, extranho á intriga. Desabafava Irenêo (já com o titulo de barão de Mauá), em 17 de Abril de 1853. Estava

alcançando nos seus haveres: “além das promessas do Governo de proteção por parte do meu país, a *confiança* que V. Ex. me inspirou, pela sua linguagem franca e leal, é quem me induziu a alargar-me tanto”. A intervenção de 1854, executada por um exercito auxiliar, foi pedida pelo presidente D. Venancio Flores, como unico meio de governar em ordem. E a revolta de 55, que deu por duas semanas a direção da Republica a D. Luis Lamas, pai de Andres, deixou “irritadissimo o imperador” — escreveu Mauá, em 12 de Setembro daquele ano. Esta a verdade; mas lá se dizia que era D. Pedro II, aliado de Lamas... Como procurador deste foi que agiu o barão, conversando com o novo plenipotenciario para o Prata, Abaeté, e cuidando de persuadir o ministerio cauteloso, infenso ás aventuras de caracter provocador. Disto deu conta, em carta de 18 de Setembro de 55: “Paraná inclina-se a abandonar toda a influencia no Rio da Prata; diz que aqueles países são a *cruz peçada* para o Brasil, e que julga melhor deixá-los inteiramente a *si*; creio porém que está disposto a ouvir a V. Ex. e lhe escreverá a respeito — nem mesmo julgo *impossivel* trazê-lo a bom caminho”.

Paraná — ocultava o imperador, que pensava assim.

Não se devia alimentar uma infundada, nociva suspeita sobre as legitimas intenções do Imperio, na sua protetora politica de vizinhança...

Mas o Paraguai o inquietava.

Numa curva de rio havia um guarda de transito, que fazia parar os vapôres da linha de Mato Grosso!

XIV

ESPLENDÔR

Por isso tudo Petropolis de 1852 foi mais do que o refugio poetico: o exito total. De sua politica, de sua cidadezinha, de sua côrte. “*Victrix causa Dei placuit*”. Nunca o imperador esteve mais contente. A’ propria febre amarela, que consternava o Rio, ajudára-o a povoar o seu pedaço de serra. Áquele tempo, já se subia a montanha em carros guiados por alemães, através de um caminho calçado, com parapeitos bordando o abismo. Lá em cima, seis hotéis, tres colégios e duas capelas, o palacio em construção, as chacaras, encantavam o viajante. Nenhum se sentiu ali tão bem como Sarmiento, a quem o imperador viu com assombro num camarote do teatro, em companhia de Mansilla, homem de Rosas, um mez depois de Caseros. Fugira á vitória... André Lamas possuía os mais belos rosais de Petropolis. O imperador ia procurá-lo pela manhã, com o pretexto de jardinar, entre as roseiras: e ambos, com grandes chapéos de palha, removiam a terra e falavam de poesia, do Rio da Prata, de autôres. Sarmiento retificou as impressões de viagem de 1846: D. Pedro II não era mais o pupilo do frade retrogrado...

Foram numerosas e longas as entrevistas do exilado e do monarca.

“O imperador (emenda-se Sarmiento) é um joven estudioso que no decurso da luta argentina tanto se ocupou de examinar a carta geografica, para a demarcação de limites e a marcha dos exercitos...” (76). Além disso, lêra Echeverria, Mármol, Alsina. E a sua injúria de 1846? A generosidade dele estava no silencio. De fato, lêra e perdoára. No desastrado capitulo tambem aludira a Rivera: um “bavard”. Exatamente áquele tempo apareceu Rivera, velho e desgostoso, a falar ao imperador. Sarmiento perguntou, com interesse: Que tal o personagem? Limitou-se a responder, com dupla intenção: “Não é bavard”. Como se dissésse: erraste quanto a ele, e a mim... “Eh diablo! — escreveu a Mitre — me dije yo para mi coletto; ha leido mis viajes!” Nenhuma palavra mais: a mão subtil que se estendera ao general Paz no infortunio abria-se, franca, para Sarmiento no ostracismo. E como conversaram! Horas a fio, o mais curioso dos mortais — D. Pedro — indagou do mais impaciente dos homens — colonização, metodos americanos de ensino, costumes indigenas, historia dos pampas, idéas sociais, ciência, literatura, politica. “Pareciamos dous estudantes...”

Lamas era o estrangeiro mais de sua intimidade. Sofreram juntos as primeiras decepções que lhes causou Urquiza. A nomeação de Guido para ministro no Rio transbordou a taça: Urquiza enveredava por uma estrada desconhecida. Emquanto prometia fuzilar o general Paz, seu correspondente, levantava a gente de

(76) Sarmiento, Obras, XIV, 71.

Rosas. Uma carta severa de Lamas desfez a nomeação de Guido. Mas o imperador se encheu de tristeza. Compreendia cada vez menos o sul. “Sua natureza branda, formada no habito da moderação e da ordem moral e legal que o rodeia — pintou Sarmiento — se impressiona vivamente com aqueles caracteres duros, energicos, que tracei em alguns dos meus escritos.” Nos ultimos dias do rosismo, perguntára a Lamas pelas occurencias do Rio de Janeiro. — Morre-se de febre amarela, confessou o diplomata. — Que quer! exclamou D. Pedro II; nem todos têm a mesma sorte, de morrer degolados... (77).

Esqueciam os dissabôres politicos com a infindavel tertulia, o mundanismo das festas de verão, o perfume das letras européas.

A quéda de Rosas foi como uma barreira derruida, que fende a reprêsa. Golfaram as ondas do progresso: o ano de 1852 foi de audazes iniciativas. Havia dinheiro, respeito internacional, paz interna, vontade creadôra. A extinção do trafico desembaraçára um braço, o exito exterior do Brasil o outro braço do gigante... A Inglaterra de má vontade vira isto, com cepticismo e desconfiança, aquilo: mas não guardava rancôres; e mandava capitais. Uma cousa é o “Foreign Office”, com o “bill Aberdeen”; outra a casa Rothschild, com os hábeis prestamistas dos imperios, preferindo contratar com os reis, sempre melhor pagadores do que as Republicas. Atraz dos creditos, vinham os engenheiros: era um país novo, de incalculaveis possibilidades, que ainda não tinha industrias, transportes, melhoramentos urbanos... Passára a fase dos naturalistas com o caderno de notas,

(77) Cm. pela sra. Sylvia Saavedra Lamas de Pueyrredón, neta de D. Andres Lamas e grande dama argentina.

impacientes de ver o Brasil, para depois irem á Africa, á Australasia; era agora a dos negociantes, desinteressados do algodão, que os Estados Unidos lhes forneciam, mas animados pelo surto das culturas fluminense e paulista, pelo largo mercado de utilidades, aberto — com a denuncia dos tratados ingleses — á competição europeia... Agita-se, nesse ambiente de frenesi, a delgada figura de Mauá, na sua ubiquidade de capitalista no Uruguai e fabricante no Rio de Janeiro, fazendo correr o primeiro trem de ferro, na direção de Petropolis. Quando resfolegou na baixada a locomotiva “Baroneza”, puxando os coches cheios de encantados passageiros, estava inaugurada a outra época do país: das máquinas, das empresas, das sociedades anónimas, da gradual exclusão das manufaturas estrangeiras, do economismo, que mudava a fisionomia da terra, e das classes... Desdobraram-se de repente, já no plano das soluções, os “problemas nacionais”: estradas, produção fabril, penetração, colonização; assim, aos poucos, o trabalho escravo seria substituído pelo assalariado; a raça se opulentava, com a cruz germânica ou italiana; o burro, carregado com dous sacos de café, não passaria da cancela da fazenda; e o comboio fumarento e ruidoso, sobre trilhos, aproximaria da costa o sertão selvagem. Começava-se pelo principio: banco central, navegação de vapor, o estudo das vias ferreas sobre a Mantiqueira, iluminação de gaz, transformação dos engenhos de assucar em usinas, imigração alemã, telegrafo elétrico, saneamento e remodelação das cidades. Com isso a vida social se requintára, o teatro lirico resplandecia, o commercio lembrava os empórios da Europa, a rua do Ouvidor era um trecho de Paris entalado na modestia portugueza do velho Rio, e, nas equipagens de luxo, o fazendeiro ricoço passeiava pelo bairro de S.

Cristovão a prosápia e a elegancia, de novo titular da monarchia...

A metamorfose generalizou-se, por Bahia, Recife, Maranhão. Reluzia na côrte, sobretudo, a elite adventicia, dos “cafézistas” da serra fluminense, em contraste com a fidalguia, aprimorada pelos dous seculos de indolencia rural, dos engenhos do norte. O fenomeno do café espantára o mundo. Em cinco anos o pioneiro, com quarenta negros, abatia a floresta, á beira da plantação levantava a *casa-grande*, espiava dos pendôres da serrania a primeira floração, colhia avidamente as bagas vermelhas, e de volta dos tropeiros recolhia uma fortuna. Construiam no campo mansões senhoriais; e, na cidade, os sobrados apalaçados, que abriam no inverno, para as festas de um delicado tom romantico. A casmurra aristocracia de 1830, emocionada em 32 pelos sorvetes de Aureliano, encantada em 41 pela coroação do imperador, aprendêra em 52 a arte insigne do sorriso: os “salões”, as tertulias, os bailes, os concertos, a opera encheram-lhe de futilidade e exótismo os ocios, votados outr’ora á preguiça caseira, á humildade feminina. Sómente um lar carioca não se alterou substancialmente, nesse periodo de renovação obrigatoria: foi o de Sua Majestade o Imperador.

A fatalidade perseguia os rebentos masculinos da dinastia.

O principe D. Pedro, o futuro Pedro III, que a Providencia mandára para substituir o pobre D. Afonso, faleceu com um ano e meio de idade. Ao primogenito matára — sussurravam os supersticiosos — a maldição que rondava a familia, desde o dia em que D. João IV espancára um frade, na éra de seiscentos. Tambem se acreditava que não vingassem os filhos mais velhos que levavam o nome do pae. Seria por

isso que ao seu primeiro chamára Pedro I de João Carlos, e D. Pedro II de Afonso?... Confiava no segundo. Perdeu-o quando lhe era já, com a esperança — seu sucessor! — a alegria da casa...

Comentou, n'outro soneto, a sua perplexidade.

Duas vezes a morte hei já sofrido,
 Pois morre o pae que vê seu filho morto;
 Para tamanha dôr não ha conforto,
 Diluê-se em pranto o coração partido!

Para que ninguem ouça o meu gemido,
 Encerro-me na sombra do meu horto,
 Entregue ao pranto, no sofrer absorto,
 Querendo ver se vejo o bem perdido!...

Brota a saudade onde a esperança finda;
 Sinto n'alma ecoar dobres de sinos!...
 Só a resignação me resta ainda.

Coube-me o mais funesto dos destinos:
 Vi-me sem Pae, sem Mãe, na infancia linda:
 E morrem-me os meus filhos pequeninos !

Dôr oculta, chôro que se escondia com pudôr no recato e no silencio d'uma vida que não devia ser vista, resignação contemplativa, são as fórmãs do seu pezar em Janeiro de 1850.

Não ha nisso exprobrações, desespero, orgulho de aguia ferida por um céu desatento ás desigualdades humanas: o imperador desaparecia, na mágoa simples e infinita do pae, a quem morriam os filhos pequeninos.

XV

PAZ E TRABALHO

O pesadêlo da Regencia pertencia á história. A geração de 7 de Abril desaparecêra. Fôra um milagre: mas acontecêra! Wellington, em 1850, achára aquilo — a restituição do Brasil á ordem imperial, depois da longa aventura, os nove anos da menoridade — um dos mais surpreendentes fátos do tempo... Os nóvos, educados no clima pacifico da Maioridade, não se dignariam examinar as téses do passado: separação das provincias, republica, xenofobia. O que no estrangeiro ocorria apoiava D. Pedro II: Luiz Napoleão apossára-se da democracia francêsa, a rainha Vitória restaurára, em Londres, o prestigio da corôa, a Prussia era uma escola militar, os carbonarios italianos preferiram um rei, o de Piemonte...

Em 1848, escrevêra Salles Torres Homem “O Libello do Povo”, injuriando o imperador e a familia. Em 1852 o flamante pasquim não teria sentido: o autor acabaria ministro, visconde e senador. Epoca imperial: dominavam, nos Estados Unidos, os aristocratas do sul, ufanos da guerra do Mexico; a Austria refizêra-se da perda de Metternich; a Russia resistiria ás potencias,

na Criméa; mesmo no Paraguai o espirito das armas tremulava as suas alegorias. O mundo tem as suas estações morais, como as do ano: era a primavera, das espadas e dos uniformes. E locomotivas silvavam... O progresso, o seculo XIX, então “das luzes”, mais tarde “o estúpido”, — o liberalismo!

D. Pedro II aproveitou-se da situação para experimentar uma politica adequada.

Desde 1844 falava em conciliação.

Os partidos, entre si hostis, dêram a simetria parlamentar; mas esgotavam o país. O odio, as eleições falsas, as diatribes de tribuna e imprensa, asselvajavam a opinião das ruas: pelo abuso das altas notas, não se ouvia mais a harmonia suave do pensamento. E, no sertão, os adversarios se exterminavam. Os assassinatos de José Bento e Facundo, a conspiração contra o mordomo, a revolta da *Praia*, bastavam como advertencias. Se lhe fizessem uma tolerante e inteligente politica, o Imperio recobriria, num ano, os dez que perdera, de lutas internas... Restava achar o homem, para a função. Só havia um, o chefe do partido conservador, que dominára a rebelião de Recife, o altivo Honório, marquês do Paraná.

Não lhe esquecera a intratavel sobranceira, o desdém, ao largar o governo, depois da intimação: ele ou Saturnino. Os temperamentos frios costumam a olvidar. Mais irritára o moço a aureola de Honório, de quem se dizia, aludindo-se á majestosa firmeza, “vassalo igual ao rei”. O bisneto de D. Maria I não queria marquêses de Pombal. Ainda lhe doíam os ataques ao “poder pessoal”, as ferinas insinuações, contra o *club da Joana*, a sua amizade a Aureliano e Paulo Barbosa. Sacrificá-los, á atoarda. Escrevendo a Olinda, em 17 de Abril

de 1850 — já Honório encarregado de varrer em Pernambuco, as cinzas da rebelião “praieira” — aconselha a atendê-lo, “afim de lhe abrandar o *despeito*” (78). Neste comentario, dirigido aliás a um correligionario do estadista, que dele se valera para aquiétar o norte — ia o julgamento. Detestavam-se, talvez. Mas respeitosa-mente. A Honório sobrava patriotismo, consciencia do seu primado politico, a vangloria da disciplina e obediencia do seu partido; e D. Pedro II forçava por ser superior aos ressentimentos, deshumanizando-se, no seu apêlo aos servidores. Honório governára com férrea mão a provincia do Rio em 1842. Em Recife, restabele- cera a ordem. Convidado, aceitou, com carta branca. Circunstancia nova: o presidente da provincia, subal- terno ao ministerio, de fáto o dirigia. Era um mare- chal, comissionado em batedor. Dali voltou, disponi- vel para uma delicada missão ao Rio da Prata. Tam- bem não a recusou. Que não alegassem prevenções pes- soais, na hora de grave crise externa. De premio á so- licitude, conferiu-lhe o imperador a grã cruz do Cru- zeiro. Tivéra-a Olinda como consolação, ao ser despe- dido do governo; Honório, como penhor de paz, ao re- tomar o bastão de mando. Nas hostes conservadoras sómente ele poderia destacar-se, com a bandeira da facção, para chamar á fala os liberais, québrando a ás- pera intransigencia das correntes.

D. Pedro II fez disto programa de ação. A per- manencia dos *saquaremas* no poder ameaçava transfor- mar-se numa asfixia oligarquica. Obtivéra deles tudo: a intervenção no Prata, a extinção do trafico, a destrui- ção da *Praia*. Recrudescia o descontentamento das opo-

(78) Carta, ms., inéd., no Instituto Historico Brasileiro (arq. Olinda).

sições, que se encorpava, numa ebulição crescente. Capacitára-se da conveniencia de aplacar os temôres, com uma oportuna revisão de autoridades. Em 42 esmagára o levante liberal; pouco depois, submetia os vitoriosos á prova do ostracismo. Em 49 abatera a *Praia*; queria agora moderar o exito dos conservadores, obrigando-os a pactuar com os antagonistas. Na Inglaterra, deixar-se-ia o caso ao sabôr das eleições; o povo falaria por ultimo. No Brasil, falhavam as eleições. O governo tinha nas mãos os fatôres do triunfo: as presidencias das provincias, as delegacias de policia, a guarda nacional. Se abandonasse o problema á mecânica das eleições, transformaria o Imperio em patrimonio duma casta de politicos; e o submergiria, numa onda vermelha, a revolução, tantas vezes evitada!

Como um patriarca, que conhece os segrêdos da tribu, a sua arte consistia em graduar os desesperos.

Não bastava amparar como pudesse a liberdade dos inimigos do governo, pondo-se de permêio, numa atitude de concórdia, que recalrava as represálias officiais; tinha de mudar, de vez em quando, o cenário; renovar as figuras; fazer girar a roda do poder... Do "poder pessoal"! — gritavam os que caíam; da justiça do alto — agradeciam, os que sobrenadavam.

Em 1853, porém, não podia simplesmente abandonar o partido de cima, e chamar o de baixo, como em 1841, em 44. Tentaria antes a conciliação; e para isto ouviu Honorio Hermeto Carneiro Leão. De resto, traçado aquelle designio, não recuaría mais.

Em 5 de Setembro de 53 confidenciou Mauá a Andres Lamas: "Reservadissima. Exmo. amigo Sr. Lamas. Não é satisfatorio o estado da questão do dia, pois não ficou organizado o Ministerio por se ter o sr. Limpo recusado obstinadamente a fazer parte dele. —

Os srs. Wanderley e Pedreira até este momento estão de acôrdo, porém o sr. Paraná não está satisfeito, havendo mesmo possibilidade de abandonar ele a organização, o que complicaria a questão sériamente" (79).

No dia seguinte, constituiria-se o gabinete, sob a chefia de Paraná: o "obstinado" Limpo de Abreu, liberal anistiado, ficou com a pasta de Estrangeiros, o presidente do conselho com a da fazenda, Pedreira, o amigo diléto do imperador, e Nabuco de Araujo, adversario da Praia, com as pastas do Imperio e da Justiça, exprimindo todos o "pensamento augusto", que Olinda — no ostracismo então — irá indicar como fonte e base da Conciliação. E era verdade.

A circumstancia de ter o imperador redigido o programa, a que deu o nome, mais positivo, de "instruções", para esse governo, denota a paixão de que se tomára, na luta contra a má politica. Começara a vencer, obtendo de Paraná plena aquiescencia ás suas idéas. Não era o primeiro ministro que as impunha ao rei, senão este que definia a sua vontade. Resta saber se as "instruções" resultaram de um acôrdo prévio, entre ambos. Escreveu-as, porém, D. Pedro II: e, o que é mais importante, foram seguidas quasi pontualmente pelo ministerio de 6 de Setembro (80). Têm, além disso, para a biografia do monarca, a significação de um corpo de doutrina, de um código de conduta publica. Cotejando-se com a "fé de officio", de 1891, é que se póde deduzir a sua inexoravel coherência.

(79) Carta, ms., inéd., no arquivo nacional do Uruguay, em Montevidéo (arq. Lamas).

(80) Instruções de D. Pedro II ao ministerio de 6 de Setembro, ms. de letra do Imperador, na Biblioteca Nacional.

As “Instruções” começavam:

“Ministerio do Imperio. — Reforma eleitoral (eleição dirêta e por circulos), do Conselho d’Estado, harmonizando-o com a indole do nosso sistema e creando na classe dos auditores uma escola de alta administração; da Instrução primaria e secundaria; das Camaras municipais. Execução da lei das terras creando quanto antes nucleos de colonização. Lei de pensões e aposentadorias. Regulamentos do Censo e das obras publicas (incluindo o serviço dos incendios). Exames do terreno por onde devem passar as estradas de ferro, tendo-se muito em vista destruir a rivalidade que as duas ultimamente annunciadas suscitaram entre a Bahia e Pernambuco”. Que se acabasse com o desembarque de mercadorias por marinheiros estrangeiros. “Medidas de salubridade publica”. “Navegação do S. Francisco e outros rios, e da costa”.

Indicava: “Desmoronamento dos morros de Santo Antonio e Castelo e mais melhoramentos materiais. Despacho gradual das graças.” Na pasta da Justiça: “Repressão energica do trafico; julgamento da lei de 51 para os que cometerem esse crime...” “Reforma judiciaria”, como a propuzera Nabuco. “Nomeação para os logares de magistratura de pessôas que não possam ser dominadas pelos partidos das localidades e muito apurada escolha na promoção á primeira intrancia. Cuidar da instrução do clero e influir para que as dioceses regulem melhor o modo das oposições. Todos os recursos de graça deverão subir á minha presença...” Na Fazenda: “Tarifas baseadas sobre os principios d’uma *bem entendida* liberdade de commercio.” Estrangeiros: “Relações com os Estados Unidos e Republicas vizinhas a respeito da navegação do Amazonas e seus tributarios,

e com o Paraguai. Questão do empréstimo ao Estado Oriental. Negociação com a Inglaterra (politica seguida até agora); manter intelligencia assidua com as folhas da Europa". Na Guerra: "Lei do recrutamento. Movimento dos diversos corpos d'armas para outras provincias. Afastar os militares quanto fôr possível da politica. Guarnições das provincias fronteiras, cuidando-se principalmente de Mato Grosso". Marinha: "Conselho naval. Obras do dique. Aquisição de vapôres. Conservação e córte de madeiras. Estudo dos motivos do descontentamento que lavra pela officialidade." Ao Conselho d'Estado seriam submetidos todos os assuntos importantes. Sob o titulo "Idéas gerais", não cogitára de disfarçar o "poder pessoal": ao contrário, excedia-se. "O ministro que se desculpar com o meu nome será demitido". Ficassem sabendo... "Só lavrar decretos depois de discutidos em conselho". "As nomeações dos logares politicos ou que possam influir na politica recairão em homens do partido podendo eu rejeita-las ou lembra-las...; as outras, só poderão esses mesmos obtê-las em igualdade de condições. Continuarão a mesma politica a respeito das provincias; sobranceira aos partidos e recomendar-se-á aos presidentes que esclareçam ao Governo sobre quaisquer acusações que se lhes façam. Influenciar na não interferencia do Governo nas eleições. A correspondencia entre estes e o Governo sobre tudo o que fôr relativo á bôa marcha d'administração, será toda por officio".

Assim pensava, aconselhava e queria: "*placet, arbitror...*"

Gizava os limites de sua magistratura e das lides partidárias; assegurava as suas funções arbitrais; retirava dos interesses subalternos as peças nobres do Estado;

evitando equívocos futuros, acentuava a sua severa vigilância; e se permitia prolongar as pautas, em cujo espaço a “conciliação” rolaria livremente... Paraná aceitou; entenderam-se; não se desavieram mais. O imperador acertára, falando-lhe sem mistérios: na franqueza daquele papel está a solidez da situação nova. Entre os políticos e a corôa havia palavra de rei: era uma especie de “ato adicional”...

Decretos sucessivos ratificam as imperiais, secretas “instruções”: lei territorial (30 de Janeiro de 54), reforma do ensino (17 de Fevereiro), estatutos da estrada de ferro central (9 de Maio de 55), conselho naval (23 de Agosto de 56), relações sul-americanas, tarifa aduaneira (28 de Março de 57), esgotos do Rio de Janeiro (26 de Abril)... A reforma eleitoral encalhou na resistencia insuperavel das facções: o melhor que se obteve foi a divisão em circulos de um deputado; sómente vinte anos mais tarde a “eleição diréta” — primeira linha daquele programa — seria triunfante iniciativa liberal. D. Pedro II, o colaborador efetivo ou o idealizador autoritário, contentára-se em falar primeiro. Tanto proibiu que os ministros o descobrissem, que só lhe atribuíram o que perturbava a inteligente atividade do governo: mal se soube da inspiração superior e confidencial que os orientava.

Os outros ministros procuravam decifrar a esfinge de S. Cristovão: com Paraná, era diferente. O imperador é que o comprehendia. Ottoni garantiu que ele o enganára em 1840. Dizem que na escolha para senador de Ferraz, a que se opunha Paraná, andou com o mesmo tacto. Perguntára-lhe antes, numa consulta vaga, se a nomeação de senadores era da exclusiva competen-

cia da corôa. Que sim, respondeu convictamente, pondo nas palavras um vigôr definitivo. Deixou correr uns dias. Quando quiz o presidente do conselho embargar a designação de Ferraz, em nome dos interesses do governo, o imperadôr sorriu com doçura e lembrou a doutrina do marquês de Paraná (81). Este sentiu-se immobilizado na armadilha: não podia insistir, sem razão, para cair, sem gloria... E o decreto passou.

(81) Vd. Tobias Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos*, p. 15, Rio, 1913.

XVI

O ESTUDANTE

A Conciliação produziu de começo os seus efeitos; falhou, quando não se ouviu mais a advertencia do imperador, de que não importava a fusão, porém uma harmonia entre os partidos.

E fracassou afinal, porque os conservadores, na aproximação dos liberais do governo, se sentiram abandonados, estranhando a bandeira de paz — tão diversa do seu pendão de luta — sob a qual Paraná pretendia dirigi-los. Os outros aproveitaram-se da cisão dos *saquaremas* para envolver o ministerio. Acabaria a Conciliação em Liga, e a coligação de antigos liberais e conservadores, em partido progressista, cuja côr ambigua tingiu assim mesmo dez anos de vida parlamentar. Duas lições, entretanto, colhêra D. Pedro II de sua iniciativa pacificadora: certificára-se da impossibilidade de um congraçamento superior, entre as correntes desavindas, profundamente antagonicas; e percebêra a importancia de eleições veridicas, para o deslocamento das situações.

Bem o valeu a trégua celebrada. Esfriando as paixões, na surpresa de uma larga e nova politica, repontavam as atividades creadôras. O trôno estimulava o tra-

balho. Rége o imperador uma vasta orquestra de intenções, de realizações saint-simonianas. Os politicos, imitando o governo, cuidam de idéas praticas. Surgem os presidentes de provincia que transformam cidades, canalizam rios, rasgam avenidas, o barão da Bôa Vista em Recife, Francisco Gonçalves Martins na Bahia... O monarca animava-os, interessado pessoalmente pelos melhoramentos, premiando as bôas obras, honrando, com titulos e comendas, os modernizadores do Imperio. Ao ritmo da côrte tinha de ser compassada a civilização, do Pará ao Rio Grande. Seguem-se os anos construtivos. O Hospital da Santa Casa, o dos Alienados, a Casa da Moeda, o palacio de Petropolis, têm a mesma idade. Mauá ilumina de gás o Rio, a Ilustrissima Camara lhe pavimenta as ruas, vem a Estrada de Ferro de D. Pedro II, já os omnibus levam á Tijuca e ao Rio Comprido os passageiros, chegam as companhias liricas, Francisco Otaviano e Silva Paranhos escrevem criticas nos jornais, Manuel de Almeida e Macedo fazem romances, Magalhães continúa a chefiar o romantismo poetico, e na tipografia de Paula Brito se reúnem os letrados, com senadores e boêmios, numa roda de espirito...

O Brasil modifica-se, na sua crise de crescimento, estremece, estoirando de seiva e impaciencia... Mas o ano de 55 enrola-se em efluvios pestilenciais. O cólera-morbus penetra os portos; devasta a Bahia; alia-se, na côrte, á febre-amarela, instalada aí desde 1850, data da epidemia inicial, que matou Bernardo de Vasconcelos — e assusta os estrangeiros.

D. Pedro II é um administrador que se multiplica por todos os ramos do governo, centralizando-o, impelindo-o. Em 1852 fôra a sua temporada de maquinismos, de experiencias de fisica, de invenções e novidades. Os americanos do transatlantico "City of Pittsburgo", que

naquele ano passou pela Guanabara, com destino á California, pelo estreito de Magalhães, admiraram a freme-mente curiosidade do imperador numa visita minuciosa ao navio, aos seus motôres e segrêdos, ás instalações e maravilhas. A criação dos telegrafos começa no paço; os laboratorios da Escola Militar, de Candido Batista e Capanema, estão ligados a S. Cristovão; ele é um disci-pulo impertinente e insatisfeito, dos técnicos. Em 1853, governa e reina, com uma ação propulsôra que enerva todas as celulas inteligentes do Imperio.

Não tolera, por exemplo, o silencio de Monte Al-verne.

Obtem que o velho franciscano, vinte anos calado, volte á tribuna sacra, em 19 de Outubro de 54, para elogiar S. Pedro de Alcantara. “E’ tarde! E’ muito tarde!...” — geme o prégador, cégo, tacteando, as mãos trémulas, o pulpito, e ainda admiravel de eloquencia, a bradar: “...se um adorno renascer destas vergonteadas sêcas, deposita nas mãos do imperador, para que a sus-penda, comò um troféo, sobre o altar do grande homem, a quem ele deve seu nome, e o Brasil a proteçãõ mais decidida”. A voz é forte e profética, quando desce do louvôr do santo á mençãõ do homem: “Animando as artes, favorecendo as ciências, dando á instruçãõ literaria o desenvolvimento, de que é susceptivel, restaurando os costumes, e sendo ele mesmo um modelo de honesti-dade publica e domestica, o novo Augusto marcará uma época nos fastos do seu reinado...” Dias após, subiam as escadas do convento de Santo Antonio — onde, em 1821, ia D. Pedro I conspirar com frei Sampaio — o imperador e a imperatriz, em visita a Monte Alverne. Recebeu-os na sua cêla, a um canto o catre de ascêta, entre livros, na dôce indigencia de sua velhice solita-ria... Essa visita, o sermão, restituiram-lhe a celebri-

dade. Já arrastado por ela, prégou, pela ultima vez, na Gloria do Oiteiro, em 15 de Agosto de 56. Por pouco não caíu, prostrado por uma sincope, em meio do discurso. Terminou-o com as palavras apagadas pela angustia, mas ardentes de um grande amôr á familia reinante: pedia que a Senhora da Gloria dêsse á imperatriz nóvos filhos, a ela, tão digna “por um proceder sizado e uma vida imaculada”.

Desse periodo (1855-57) é o mecenato de D. Pedro em relação aos “estudos brasileiros”. Escrevera de Petropolis, na carta a Capanema cheia de noticias de máquinhas, invenções, egiptologia: publicava-se o poema de Magalhães, e Gonçalves Dias sempre trabalhava... A “Palestra Cientifica” era o esboço de uma academia. A primeira reunião dos sábios (Candido Batista, Capanema, Freire Allemão, Ferreira Lagos, Burlamaqui, Porto Alegre) foi em 25 de Junho de 56; e é de 13 de Setembro o decreto imperial, referendado por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, aprovando-lhe os estatutos (82). O imperador mexia os cordeis, movia os homens, puxava-os, para os eruditos concilios: e brotaram os planos. O melhor deles foi a expedição de naturalistas ao norte do país: custeava-lhês a viagem, publicava os trabalhos, protegia-os com dignidade. As gazetas, extranhando que fossem uns botânicos buscar ao Ceará vinte mil plantas, para o Museu, chamou-lhes (quanto se riram os leitores!) de “comissão das borboletas”... O imperador teimou. A sua astronomia valeu-lhe outra pilheria: o lunatico... Dava d’hombros, citando os exemplos estrangeiros, a universal sabedoria que só devagar, sorrateiramente, se insinuava pelas Americas...

(82) Artur Neiva, *Esboço historico sobre a botanica e zoologia no Brasil*, p. 28, S. Paulo 1929.

Creou a Pinacoteca Imperial: o país precisava de artes.

E queria poetas!

Lembrou-lhe Porto Alegre, em 1866: “Se eu aí estivesse talvez tivesse a fortuna de alcançar grandes melhoramentos na forma e na materia do meu poema, como alcançaram Magalhães e o Macedo, que tiveram a felicidade de ouvir e aceitar os conselhos daquele que sobreleva a Majestade com o triplice diadema da ciencia, do heroismo e da benignidade” (83). O interesse que punha na “Confederação dos Tamoios” exagerava-se, com a idéa de fundar uma literatura oficial, um monumento verbal da raça, algo de semelhante ás grandes, cíclicas construções intellectuais da humanidade. Convencera-se, com aqueles homens de letras, da importancia do indio como simbolo, retrato sentimental do Brasil, força nativa e estética: e os impelira, a fazerem livros duraveis. Essa paixão pelo seu assunto, pelo tema de seu estudo, pela sua convicção artistica, arrastou-o a uma pequena aventura de imprensa: saiu á liça, anônimo e veemente, em defesa do poema de Magalhães, recebido pela critica com certas reseryas, que pessoalmente o magoaram.

Redigiu quatro artigos, para o Jornal do Comercio: era “Outro amigo do poeta” (84).

Saíu o primeiro em 4 de Agosto: escondia o polemista. “Procurei o poema, obtive-o emfim com algum custo, pois só ha pronta a edição imperial...” Mas adiante se revelava, escusando-se: “atentas as minhas obrigações e a pouca pratica das polemicas literarias...” Nem — para mais se encobrir — fugia ao proprio lou-

(83) Carta de 14 de Abril de 1866, ms. no arq. d'Eu.

(84) Documentação no arq. do Inst. Hist. Brasileiro.

vor: "... O reconhecimento do merito real do poema, depois que este fôr lido com calma, será o unico elogio completo do poeta e da ação praticada pelo monarca amigo das letras". Em 10 de Agosto — metido a fundo no debate — escrevia a Sapucahy: "Talvez seja ocasião de uma pena florida escrever alguns artigos..." Apelou para Monte Alverne e Porto Alegre. Mobilizou a ala dos defensôres dos Tamoios: contra a dos que atacavam o convencionalismo elegante e europeu desses selvagens... José de Alencar estava entre os hostís. Dataria daí a invencível — retribuida — prevenção que alimentou o romancista contra o imperador? Recorreu este ás opiniões portugêsas. Andava preocupado com a corrução da linguagem. Queria que se escrevesse com os pronomes certos, um vernaculo puro, como Gonçalves Dias nas "Sextilhas de frei Antão"... José Feliciano de Castilho estabeleceu-se no Rio com este proposito: regenerar, pelo exemplo, a escrita publica. O imperador era coerênte na sua politica de cultura. Achava que a monarquia significava aristocracia, idéas polidas, portugêes corrêto, tradições indigenas equivalentes ás medievas, em lugar do Rei Artur os Timbiras, caboclos de alma romântica, indianismo... gótico. Como a sua realza. Na Europa, os reis se embuçavam em arminho: no Brasil, a murça era de papos de tucano. Passaro do país: ornamento de murubichaba, no Amazonas, e de imperador, na côrte... Conciliava ambos os Brasis: o que se fizera, passando o oceano, e o que descêra, da floresta para a praia... Alexandre Herculano advertiu-o do equivoco: não se fizesse americanismo em estilo greco-romano! (85).

(85) Carta de Herculano, publ. no "*Jornal do Comercio*", de 20 de Novembro de 1934; e ms. no arquivo d'Eu, cm. por Heitor Lyra, *Jornal do Comercio*, Rio, 25 de Dezembro de 1934.

O país tinha fracos leitôres. Mas ótima acustica. Os teatros trepidavam com grandes platéas. Se fizesse a opera imperial? Lembrou-se de um compositor rebelde e exilado que, áquele tempo, amargava em Paris a prostração dos incompreendidos. Espantára, irritára a Europa com o "Lohengrin". Não achava um teatro para o seu "Tristão e Isêo". Chamava-se Ricardo Wagner. No outôno de 1857 (é o musico genial quem o diz) recebeu dum senhor brasileiro de Leipzig uma "carta surpreendente". O imperador do Brasil convidava-o a instalar-se no Rio de Janeiro e lhe pedia partituras do gosto italiano, unico tolerado na America. A "proposta alegrou-me extremamente" (86), aceitou-a; e enquanto aguardava os detalhes do negocio pensou como faria a opera italiana, em vez dos Nibelungen (87). Perdera a esperança do apoio do grão duque de Weimar; a Alemanha repudiara-o; as côrtes européas repe-liam-no; viria recomeçar, nos tropicos... Não recebeu resposta. Certamente o imperador, cujo magro orçamento não consentia grandes despesas, mudou de idéa; temeu a aventura; relegou-a a definitivo silencio. Contentar-se-ia em contribuir para a construção da casa de Bayreuth, que outro principe filarmônico, Luiz II da Baviera, dedicou a Wagner. Não reinou muito, o alucinado rapaz: afundou na loucura o espirito deslumbrado de arte e sonho... Em 1877 — voltas que o mundo dá! — poderia D. Pedro II assistir nesse teatro magnifico, a alegoria das Walkyrias (88). O Kaiser Guilher-

(86) Richard Wagner, *Ma Vie*, III, 164, trad. de N. Valentin et A. Schenk, Paris 1911.

(87) Wagner, op. cit., III, 74.

(88) Adolphe Jullien, *Richard Wagner*, Sa vie et ses oeuvres, p. 114, Paris 1886.

me I fôra de Berlim, com a côrte, applaudir oficialmente a tetralogia de Wagner. Mas chegára tarde. Vinte anos antes, o descobrira, cá do Brasil, o sr. D. Pedro. . .

A crise financeira de 57 — éco amortecido da guerra da Criméa — envolveu no seu torvelinho o gabinete de Olinda. Bernardo de Souza Franco, com a sua politica de emissões bancarias, tinha a audacia e o entusiasmo, mas a imprudencia e a obstinação dos reformadores violentos. O imperador não autorizava experiencias ousadas: exigia cautela, moderação. Pensava como um economista que, escondido no pseudônimo de “Veritas”, enchia o “Jornal do Commercio” de considerações sensatas. Lá estava o homem, para a dificuldade! Quando Abaeté fez o ministerio de 12 de Dezembro, pediu-lhe que consultasse o misterioso jornalista. O visconde empalideceu. Voltou, com a fisionomia pezarosa, sem saber como explicar. — Vossa Majestade não imagina. . .

Enganava-se! Já sabia.

— Sim, senhor. Não importa. E’ Salles Torres Homem, o “Timandro”, do cruel “Libelo do Povo”. Mas o serviço publico devia superar ressentimentos, perdoar ofensas. O sr. Abaeté que convidasse o Timandro, para ministro da fazenda.

Com a magnanimidade de Cesar, rasgava o difamador alegremente o Libelo. E aceitou a pasta.

A primeira audiencia no Paço foi efusiva, mesmo enfática, principalmente quando Torres Homem, abrindo os braços, protestou: Senhor, para os grandes crimes, as grandes expiações. . .

O crime, fôra o panflêto. Pecados de mocidade — teria emendado o soberano. Deu-lhe a mão de amigo. Quiz que sentisse a lealdade daquela conciliação. A’

fúria da imprensa, que atassalhava a conduta do ministro, respondeu com grandes honras, em desagravo dela.

Restava a imperatriz.

Torres Homem solicitou a graça de ir beijar-lhe a mão.

Demoveu-o, com brandura:

— Não, é no seu próprio interesse que não consinto. O senhor iria assim expôr-se a uma nova decepção. A imperatriz, ferida nos seus melindres de esposa e filha, talvez não tenha a magnanimidade precisa para esquecer uma ferida que ainda sangra... Lembre-se de que é italiana, e as italianas não perdôam tão facilmente como nós, brasileiros.

No "Libelo", insultára a casa de Nápoles... Terêza Cristina, calada e escondida no fundo de sua côrte, não pudéra ajudar a família, enrolada pelo tufão revolucionario. Limitára-se a rézar. Mas não esquecia!

XVII

POR MONTES E VALES

A viagem á Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagôas, Sergipe e Espirito Santo, em 1859-60 (89), descortinou ao imperador o panorama da bôa e solida civilização do norte, das velhas cidades, dos engenhos de açúcar, dos baluartes eleitorais do partido conservador.

Saíu da côrte a bordo do “Apa”, comandado por Tamarandé, e comboiado pelas fragatas Amazonas, Paraná e Belmonte, cujos capitães eram Teotonio Raimundo, Mariz e Barros e Delfim de Carvalho — em 1.º de Outubro. Mandára instruções exatas ás provincias. O marquez de Abrantes escrevera aos amigos baianos: nada de festas, dispendios e ostentações, pois Suas Majestades, cientes da crise economica que sofria a região açucareira, recomendáram parcimônia... Foi em vão. Ornára-se o palacio do governo com as baixelas do negociante Pedroso, as alfaias de Cerqueira Lima. Devia surpreender-se o monarca com o luxo das casas ricas da

(89) *Memorias da viagem de S. S. M. M. ás Provincias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe e Espirito Santo, Bahia 1861.*

terra. O leito era uma maravilha de talha. A banheira, de prata. Talheres, de ouro... 4 mil homens formaram. Quiz subir a cavalo as ladeiras, recusando a cadeirinha, suspensa ao hombro de escravos. Repugnava-lhe essa condução mesquinha, a braço humano. Num pavilhão, no largo do Teatro, recebeu as chaves da cidade. No Arsenal de Marinha perguntou noções de aritmética a um aprendiz. Mandou remover o celeiro publico dos porões do hospital de marinha. No quartel de policia, provou o rancho; lendo no livro da tesouraria o nome de um arrematante de construções provinciais, estranhou que fosse o assassino do juiz municipal de Tucano. Lembraram-lhe que não, eram homônimos... Saiu contente da lição: tinha na memoria os nomes dos inaproveitaveis. Comoveu-se com a guarda de honra que prestaram setenta veteranos da Independencia, ufanos de servir ao filho com o garbo com que tinham servido ao pae. O poeta Muniz Barreto, um deles, recitou versos patrioticos. Nobre gente, velhinha, vinda de 2 de Julho, quizera permanecer duas horas, com as suas fardas desbotadas, de fuzil ou espada desembainhada, á porta do palacio! A imperatriz achou aquilo maravilhoso. D. Pedro deu á Bibliotheca Publica um distico latino. De passagem pelo hospital da Mizericordia desejou ver um preso, que lá estava a terminar a pena, em virtude de um crime celebre. Era o professor João Estanisláo da Silva Lisbôa, helenista e geógrafo, anglófilo (nascera em Calcuttá) e sábio, que obtivera o privilegio de ensinar meninos na sua célula. Conversou com ele, medindo-lhe os conhecimentos, avaliando os recursos do seu espirito. No fim, aconselhou que pedisse o indulto. Matára por muito amor, a mulher apetecida. Lisbôa recusou. Cumpri-

ria, até o ultimo dia, a sentença... Viajou D. Pedro II pelo reconcavo. As Camaras de Santo Amaro e Cachoeira constituíam-se de titulares, que o acolheram splendidamente. Eram vereadores viscondes e magnates. Pulsava, naquele país de remotas e grandes casas, o sangue dos patriarcas insignes: a Camara de Nazareth ainda o recebeu de capa, espadim e chapéo de plumas, á moda joanina. Atrazára-se um seculo, na indumentaria. Em Santo Amaro, correram-se cavalhadas, ao gosto seiscentista. Esses anacrônicos espetaculos recompunham as linhas fidalgas do passado: honravam e ensinavam. Pelas vilas do interior, a guarda nacional surgiu, com uniformes nóvos, em desfiles pinturescos.

A cachoeira de Paulo Afonso foi um dos objetivos da viagem. Lá chegou, a imperial comitiva, na manhã de 20 de Outubro. Um dos companheiros de D. Pedro II, o Dr. Francisco Bonifacio de Abreu, ali mesmo escreveu uma bela poesia: as naiades do S. Francisco recebiam no seu Paço o imperador do Brasil! Muito tempo sondaram o abismo, diante das massas d'agua que se despenham sobre penedias, estremecendo, até bem longe, o sertão... Batia, acolá, o coração do Brasil.

De volta, na Bahia, instalou o imperador o Instituto de Agricultura, cuja séde seria em S. Bento das Lages, para remediar, com a formação de técnicos, a languidez da lavoura.

E partiu, para Pernambuco.

O exito das viagens, o esplendôr do reinado, a solidiez do Imperio, contentavam-lhe o espirito, entretanto enublado d'uma permanente nostalgia.

Rabiscou, numa pagina de diario — em 31 de Dezembro de 1861 — uma confidencia melancólica. Quanto á occupação politica, preferiria a de Presidente da Re-

publica ou ministro, á de imperador. E calculava: “Se ao menos meu pae imperasse, estaria eu ha onze anos com assento no Senado, e teria viajado o mundo!” (90).

“No Brasil — diria alhures — só ha duas posições invejáveis: senador, e professor do colégio Pedro II”.

Que era um Presidente (imaginaria, levantando os olhos das noticias norte-americanas, que enchiam as folhas) — senão um forte, um livre, um resoluto?

No Senado, por outro lado, estaria como em concilio, de velhos sábios, a experiencia, combinada com a austeridade...

Saturava-se devagar, do seu difficil officio. E escondia de todos essas idéas, de renuncia e insatisfação. Cumpria, resignado, um dever difficil: e cumpria-o com uma pontualidade impecavel. Como ao tempo de frei Pedro de Santa Mariana, de Dadama...

(90) Heitor Lyra, art. no *Jornal do Commercio*, de Julho de 1935.

XVIII

CHRISTIE

As relações com a Inglaterra, depois da denuncia dos tratados, não conseguiram devêras repousar num plano razoavel e tranquilo. Entre D. Pedro II e a rainha Vitória havia a escravatura. Lord Palmerston não perdoava ao imperador o repudio da politica de D. João VI, produto de dous seculos de intima aliança luso-britanica. Alem disso, a ingerencia do Brasil no rio da Prata sem o consentimento do “Foreign Office” alarmára e irritára a “rainha dos mares”. Derrubára-se a ditadura de Rosas contra os seus designios. Pacificára-se o Uruguai sem ela. Os “colorados”, da Republica Oriental, alardeavam a sua fidelidade ao Imperio, os “blancos” o hostilizavam — como se afêtos e prevenções sul-americanas devêsem agora limitar-se á America do Sul. Por fim, tentára em 1855 o Brasil forçar o presidente Lopez a uma attitude cordata em face do duplo litigio pendente com o Paraguai, o de limites e o de navegação fluvial — sem ouvir o governo de Londres, mesmo em desobediencia aos seus conselhos.

A impopularidade da Inglaterra nos meios brasileiros crescera com a impertinencia das represalias anti-

negreiras, os incidentes marítimos, depois a pressão de sua diplomacia, em torno dos africanos aprésados pelas autoridades depois de extinto o tráfico. O jacobinismo rolava, com o seu sangue moço, nas veias do povo recentemente torturado pelas iras xenóforas, da Independência, das lutas da Regência, das agitações liberais. Na colônia o estrangeiro fôra um inimigo comum; uma longa preparação social e econômica seria precisa, para que o tolerassem as massas, após os distúrbios nativistas de 1831-40. A perseguição ao negociante português desaparecera; ficavam os despeitos contra os ingleses. A “questão de Christie” acabou com isso; no ano imediato a crise platina envolvia o Brasil numa guerra imprevista, extensa e difícil.

Ambas as querelas — inglesa e oriental — provaram a moderação e o patriotismo sem arrogancias nem fantasmagorias de D. Pedro II.

Parecia-lhe absurda uma guerra com os ingleses. E longe andava dos seus planos uma agressão a qualquer das vizinhas Republicas.

No primeiro caso, uma desinteligencia áspera, capaz de provocar um conflito tremendo, resolveu para sempre o mais antigo problema exterior do Imperio: as suas pazes, em base equitativa, com a potencia que lhe fôra protetora e guia.

No outro caso, a fatalidade de indiscretas afinidades internacionais arrastou o Brasil a uma campanha longa e cara, inutilmente qualificada, pelos seus adversarios, de aventura imperialista, de intervenção indébita... Porque foi um sacrificio, com muita gloria: e dele não retirou influencia, interesse ou doutrina, que modificassem a sua honesta tradição americanista. Esta justiça fizera antes Charles Ribeyrolles ao imperador:

jamais tão serena cabeça de monarca dirigira uma nação.. Por ele, destruído Rosas, não nos meteriamos mais nos assuntos uruguaios; e as divergencias inglêsas se liquidariam com util e mutua bôa vontade.

Mas era aquilo a herança do passado. Christie lembrava Strangford e Ponsomby. A Republica Oriental, de 1863, continuava a de 1849.

A indignação do ministro William Dougal Christie explodiu com dous pretextos policiaes: o saque dos salvados da barca "Prince of Wales", na costa rio-grandense, em 1861, e, em 17 de Junho de 62, a prisão, por engano, na Tijuca, de tres officiaes de marinha seus patrios. O ministro de Estrangeiros, o velho marquez de Abrantes, fôra talhado para essa polêmica, que principiou exasperada e ameaçadora, para concluir em preparativos bélicos, manifestações de rua, emoção mundial. Conhecera Canning, Aberdeen, Wellington; vinha da diplomacia anglófila do primeiro reinado; tinha trinta anos de carreira. Não se assustou com as notas vibrantes de Christie. Quanto á barca, tinham sido completas as providencias das autoridades locais; e as da Tijuca se excusavam, com o fato de não terem os officiaes alegado a sua qualidade. Apelou nervosamente o plenipotenciario para o seu governo: Lord Russel e Palmerston confirmaram-lhe a confiança: "Mr. Christie acted in entire conformity with the instructions..." Mas as instruções — datadas de 4 de Novembro de 62 — eram explicitas: "as last resource"... e sem se desprezar o recurso da arbitragem. Não se deteve em considerações prudentes: desfechou, em 5 de Dezembro, um "ultimatum", dando a Abrantes uma quinzena para satisfazê-lo.

O povo, nas ruas, atraz do lenço branco de Teófilo Ottoni, associou-se á indignação do governo.

A temperatura era de febre.

Não se poderia tratar com o enfurecido ministro. No dia 18, recebeu uma resposta desnorteante: o imperador preferia submeter diretamente a questão ao gabinete britânico, em Londres. Sentiu fugir-lhe a “oportunidade”. Redarguiu, a 20: não admitia a dilação, nem que se transferisse para a Europa o caso encaminhado no Brasil. Azedára-se assim um desentendimento de frívolas origens. Resaltava a exagerada importância que lhe dá o ministro inglês, para forçar o governo imperial a acomodar-se, sujeitando-se ás satisfações exigidas, prologo, sem duvida, de outras, embrulhadas na mesma orientação internacional. Não seria dos mais remotos resultados dela uma alteração substancial da politica brasileira no Prata. Surpreendeu a Christie a nova fisionomia do negocio, depois de sua desabrida nota de 20 de Dezembro. Mudou-se, como num golpe de teatro, a natureza do cenário. Caíram as mascaras de cortezia paciente, de mansidão e placidez. D. Pedro II achou excessivo o agravo. “Como não estará o nosso pobre imperador!” exclamou Caxias... (91). O seu temperamento calmo perturbou-se, com o reflexo das cóleras populares. Mediu a extensão da ofensa e teve a consciencia do momento historico. Se recuasse, para evitar as consequencias inauditas de uma guerra desigual, cuja sorte devia temer, porque então os Estados Unidos se dilaceravam na sua contenda interna e a França concentrava no Mexico a sua ambição ultramarina — perderia o prestigio exterior, ganho em 1852, e

(91) E. Villena de Moraes, *Novos aspectos da figura de Caxias*, p. 51, Rio 1937.

as vantagens obtidas, desde 1844, sobre o expansionismo britânico. Se resistisse, porém, encerraria um capítulo já prolixo e monótono da história nacional: romper-se-iam os últimos laços de 1808... Relanceou os olhos para o exercito e a armada. Aquele, era diminuto e dispersivo; esta, sem um só navio encouraçado, superior ás demais frotas americanas, não poderia opôr-se aos modernos e poderosos barcos inglêses. Ouviu, ao mesmo tempo, o clamôr da praça publica. A multidão fremia, em entusiasmos hostis. A mocidade gritava os protestos civicos pela rua do Ouvidor. Os jornaes revidavam a Christie. Ressentimentos vinte anos recalçados esfuziavam, nas excitações de um nacionalismo belicoso. A literatura correrá em socorro da pátria. Poesias sonoras cantaram o “auri-verde pendão dos brasileiros”.

Abrantes respondeu a Christie: “por muito que deplorasse os males que dessa sua deliberação poderiam resultar, julgava preferivel e mais honroso sofrê-los do que sacrificar o decôro e a dignidade nacional”. Protestava contra o insólito procedimento do representante de Sua Majestade Britanica e apelava para o juizo das nações civilizadas!

A 30, preconizava o Jornal do Comércio um remate satisfatório para a questão; no mesmo dia, ordenou Christie ao almirante Warren, comandante da estação naval inglêsa no Rio de Janeiro, o inicio das represalias. Foi assim que, no dia 31, deixaram o ancoradouro os navios inglêses e, na barra, á vista das fortalezas, aprezaram seis barcos mercantes. Ato continuo, espalhou-se a noticia de que seria bombardeada a cidade. — Qual histórias, bombardeado estou eu com os “codilhos”... — gracejou o marquez de Abrantes, que jogava o seu voltarête. Nem vacilou o imperador. Foi recebido, em

caminho para o Paço da Cidade, pelo povo, aos gritos, aclamando-o, jurando defendê-lo. Disse: preferia perder a corôa, se não pudesse mantê-la com honra, em harmonia com a dignidade nacional.

Isto sacudiu Christie da sua alucinação: a 1.º de Janeiro, cercado virtualmente por uma cidade em armas, responsável pessoal por uma catástrofe, se insistisse nas medidas repressivas que autorizára, inseguro do apoio do seu governo, de cujas vistas, por certo, fugiam as perspectivas de uma campanha sul-americana extemporanea e incerta — retrocedeu. Entrassem num acôrdo arbitral! A injuria de 31 de Dezembro requeria um cerimonial de desagravo. Abrantes consentiu em marcar-lhe hora, em sua residencia, a 3 de Janeiro, para confabularem. Faltou á entrevista, alegando indisposição. O marquez incumbiu um secretario, João Batista Calógeras, de ouvir-lhe as propostas.

No dia 7, Abrantes escreveu a Olinda este bilhete:

“Neste momento veio o sr. Christie em pessoa ter comigo, acompanhado do consul inglês, para informar-me que o povo, que desd’hontem se achava tranquilo, começou agora a reunir-se em grupos pela rua Direita, produzindo susto e alarma entre os inglêses, e outros negociantes. Ao mesmo tempo declarou-me o sr. Christie que faria responsável o governo por qualquer conflito ou agressão feita aos seus compatriotas, etc. A Policia deve empregar todos os meios para evitar a ovação. O Sr. de Lamare que trate de embarçar a saída de escaleres para irem dar vivas aos prisioneiros e o sr. Cansansão fará bem em ir á Cidade amainar os entusiasmos dos agitadores” (92).

(92) Carta, ms., inéd., no arq. do marquez de Abrantes; sobre o episodio: o nosso livro “*O Marquez de Abrantes*”, Rio 1933.

A conciliação fez-se ao sabôr do bom senso do Conselho do Estado: a reclamação sobre a "Prince of Wales" seria paga com 3.200 libras — sendo desprimoroso discutir por tão pouco — e o caso dos officiaes submetido á decisão de um arbitro. Christie tentou impugnar o "modus vivendi", ao que obtemperou o chanceler: "se, contra o que é de esperar, o governo de Sua Majestade Britanica não aquiescer a este ajuste, o governo imperial manterá a sua posição primitiva, que é a de não sacrificar o decôro e a dignidade nacional por mais que deplore os males que desse seu proposito possam resultar."

Venceu esta firmeza. Os navios apreendidos entraram na Guanabara, de pavilhões ao vento. Em Julho, o rei dos belgas — arbitro convencionado — lavrava a sentença, dando ganho de causa ao Brasil; em Agosto, Maximiliano, imperador do Mexico, protestava apoiar o primo brasileiro (93); e até 1865 ficariam interrompidas as relações com a Inglaterra. Nesse periodo chamuscava a fronteira do Rio Grande o intermitente incendio uruguaio. Abrazaria quatro nações!

De fato, encerrára-se o cíclo de D. João VI: reabria-se o de D. Pedro I.

(93) Ms., doc. n. 6546, no arq. do castelo d'Eu

XIX

O RIO TRÁGICO

O governo de Assunção, depois de 1852, desvencilhado da ameaça de Rosas, tratou de resolver com o Brasil as suas dificuldades.

Enquanto exigia a neutralização de territórios entre os rios Branco e Apa, fortificava as barreiras do Paraná, obstruindo o acesso de Mato Grosso. Achou o gabinete imperial de bom aviso despachar o chefe de esquadra Pedro Ferreira de Oliveira com alguns navios de guerra, e instruções para negociar com o presidente Carlos López. A expedição contrariou os ministros de França e Inglaterra. Teve o cuidado, Pedro Ferreira, de deixar a armada em Corrientes, subindo até a capital do Paraguai num só navio. Correra que era aquilo uma expedição de conquista... Encontrou ali, para conversar, o filho do presidente, que acabava de chegar da Europa e fôra recebido no Rio de Janeiro pelo imperador que lhe dêra a grã-cruz de Cristo: Francisco Solano Lopez.

Num clima de desconfianças bélicas, falaram de concordia. Fingiu o marinheiro ignorar que os canhões dos fortes ribeirinhos podiam, a cada momento, inter-

ceptar-lhe a volta. Forçou uma atitude cordial. Firmaram um tratado inútil, cuja clausula mais interessante adia de um ano — mais armistício do que pazes! — a pendencia de limites. E regressou, com a consciencia do seu insucesso.

D. Pedro II logo notificou a Lopez, que não lhe ratificaria o tratado: e lembrou-lhe o de 1850, que franqueava a navegação do rio Paraná aos súditos de ambas as nações. Abaeté, que largára o gabinete, substituído por José Maria da Silva Paranhos, foi de novo destacado para a Argentina: aliciaria Urquiza contra o Paraguai — explicou o representante britânico para a sua côrte. Um jogo inverso ao de Pimenta Bueno, que lançára Lopez contra Urquiza... Evitou o governo paraguaio a coligação, enviando ao Rio José Berges, a convenção o "modus vivendi". Afastava-se, por seis anos, a hipótese da luta: mas a oportunidade ajudou o plano politico do 2.^o López, que viéra da côrte de Napoleão III deslumbrado com a pompa marcial, o esplendôr e o espirito de Cesar. Teve do pae carta branca, para armar o país. A Republica mediterranea transformou-se numa pequena Prussia. Tremeu-lhe o sólo, com a marcha dos regimentos. A bandeira tricolôr drapejou sobre tres praças fortes que dominavam, inexpugnaveis, o rio, clausurando Assunção. Graças ao impeto desse militarismo teve voz — e logar — nas combinações posteriores de que resultava o equilibrio platino. Desmanchou-o a invasão de D. Venancio Flores, com a "Cruza da Libertadora", no Uruguai.

Os exilados orientais eram amparados pelo governo argentino, de D. Bartolomé Mitre, a cujas ordens servira Flores. As simpatias portenhas pela causa "colorada" combinavam-se, nos distritos fronteiros, com o apoio dos *estancieros* gaúchos aos inimigos de Berro. O Im-

perio não movera uma palha para que D. Venancio atacasse os “blancos”. Retraiu-se, numa exemplar neutralidade. Debalde o ministro Juan José de Herrera fez ver á legação brasileira a parte que tomára Buenos Aires na expedição rebelde. A sua intervenção foi solicitada, mas pelo proprio presidente Berro, contra Mitre. Em 1860, suprimira o governo uruguaio a sua legação no Rio. D. Andres Lamás fôra transferido para a capital argentina. Em 1862, restabeleceu a legação, ao tempo em que instalava outra em Assunção. Esta devia atraír a atenção de Lopez, para o caso dos “colorados”, aliados de Mitre. Batia a duas portas: do Império esquivo, susceptibilizado por prevenções e hostilidades, desde 1857, pouco disposto a envolvêr-se na disputa; e do Paraguai, pletórico, ansioso pela sua hora, chamado habilmente pelos emissarios orientais, Herrera e Lapedo, a defender o “statu quo” internacional.

D. Pedro II recomendára prudencia, condenára os disturbios fronteiriços, protestava uma imparcialidade teimosa. O marquez de Abrantes fulminou as impacencias dos brasileiros, adeptos da “cruzada” de Flores, com uma nota incisiva: não contassem com a proteção imperial, se, esquecidos do dever de neutrais, ousassem misturar-se com os partidos, em luta... Não obstante essa cautelosa attitude da chancelaria brasileira, interceptára Flores, e fizera publicar na imprensa de Buenos Aires, uma ordem de Berro para o seu general Medina, em que o autorizára a invadir o Rio Grande, se positivas incursões armadas, de rio-grandenses na zona uruguaia... (94).

(94) Eduardo Acevedo, *Anales Historicos del Uruguay*, III, 300, Montevideo 1933.

Esse papel juntou ás exacerbações do momento uma chama incendiaria.

Os meios militares do Imperio alarmaram-se.

Pensou-se numa séria defesa de fronteiras. Os entendimentos, de “blancos” e paraguaios, entenebrece-ram ainda o horizonte. Estava certo o governo de Montevideo de que a aventura de Flores se apoiava á Argentina (ele, o novo Oribe!) e ao Brasil — prônto para recuperar o terreno perdido, com o dominio dos adversarios de Lamas. Deste presupôsto resultou uma politica de desconfianças, cujo violento desfêcho não se quiz prevenir.

Não convinha igualmente ao gabinete de S. Cristovão ou a Andres Lamas a repetição dos episodios oribistas.

Ensaïaram — para remediar a iminente catástrofe — um golpe eximio: concordariam a Argentina e o Uruguai (Elizalde e Lamas) em manter uma reciproca e respeitosa neutralidade, obrigando-se a constituir arbitro das dificuldades supervenientes o imperador do Brasil. Era a aliança triplice, firmada na isenção espirital do governante mais experimentado...

Foi o ministro brasileiro em Montevideo, Loureiro, encaminhar o pacto, ao qual não seria estranha — insinuava o representante britânico — a influencia interesseira de Mauá, a exigir paz, para os seus negocios disseminados...

Lamas, alma da combinação, déra os papeis a um emissario, recomendando: “eram os documentos mais importantes que já tinham sido assinados na America do Sul”.

Mas o Presidente Berro os repeliu: “Está loco el señor Lamas? De quando acá pretende erigir al

emperador del Brasil en tribunal supremo para los asunto internacionales de la nacion Oriental?" (95).

Desprezou o acôrdo, e chamou o Paraguai, para a coligação que poria distante — e inútil — a "liga" de Mitre e Pedro II...

Esse tremendo erro — foi a guerra.

Desembarcara D. Venancio, em 19 de Abril de 1863, no Rincón de Haedo; em 1.º de março de 64 assumiu o poder Atanasio Aguirre, sem que, de forças equilibradas, vencesse qualquer dos beligerantes.

As tropelias cometidas contra brasileiros, os prejuizos, por estes sofridos, as complicações policiais e as reclamações diplomaticas, decidiram o imperador a pôr côbro á situação.

Fê-lo com a "missão Saraiva".

A um politico liberal, conhecido pelo gênio moderado, de brandura instintiva, mas de uma firmeza estoica, confiou a delicada tarefa da alcançar todos os desagrvos pedidos, levando para tanto uma esquadra, enquanto no Rio Grande, em direção da fronteira, se movimentava uma divisão do exercito.

Proçurára D. Pedro II intimidar — com a demonstração naval — convencer com a "missão Saraiva", o governo de Aguirre, e, de uma vez por todas, dirimir as questões pendentes.

Mauá, pelas colunas do "Jornal do Comercio", opôz-se a essa novidade, da embaixada dividida entre um estadista tranquilo e um almirante energico, "com ares de ameaça", que melindrariam os vizinhos...

Conhecia-os!

(95) Pelham Horton Box, *Los origenes de la Guerra del Paraguay*, p. 106, Asuncion 1936.

Premeditara simplesmente o imperador forçar o epilogo da guerra civil, afim de que Flores tomasse o governo antes de uma aliança militar entre Aguirre e Lopez? Ou se deixára arrastar pelo clamor do parlamento, em favor dos súditos prejudicados pela revolução oriental, e a necessidade de renovar o seu “prestigio” no rio da Prata, agora que os inglêses não lhe embargariam os passos, o Paraguai ainda hesitava, e Mitre oferecia ao Imperio a compensação de uma leal amizade?

A “missão” com palavras de paz, armou a luta. Precipitou-a. Mas, sem a “missão”, e em condições imprevisíveis mais tarde, viria do mesmo modo. Estava na entrosagem, na logica, na sinistra conjugação dos fátos. Se é uma arte politica, desencadear o conflito, quando o exito é seguro, em lugar de desprezá-lo, até que desabe a catastrophe — essa arte não faltou aos homens do Rio de Janeiro. Ficou a tradição da infalibilidade de sua diplomacia. Ignorava ela, talvez, a imprudencia, a paixão que cêga, a ansiedade que entibia. Sabia esperar; e acertava sempre. Tolerára dez anos Rosas; outros dez permitira que os tratados com a Republica Oriental fossem interpretados á feição dos antagonistas, varridas as vantagens da intervenção de 51. Assistira, impassivel, ás mutações, que, n’outro clima, provocariam medidas preventivas, represalias prôntas. Em 1864, porém, como em 1849, declarára encerrado o seu ciclo de observação: e iniciava o da ação diréta.

Levara José Antonio Saraiva uma longa conta em cobrança.

Pelo estuario do Prata deslisaram as fragatas do Imperio, que Tamandaré comandava.

Era o "ultimatum".

Mas as instruções de Saraiva o obrigavam a proceder em harmonia com o governo argentino e o ministro inglês Thornton, que deviam estar cientificados dos verdadeiros propositos do imperador. Não podiam ambos desinteressar-se da iminente conflagração, possivelmente atalhada se, á pressão das exigencias externas, "blancos" e "colorados" se entendessem. Era isso, aliás, uma tradição local. Em 1812, D. Diogo de Souza retrocedera, porque portenhos e orientais preferiram apaziguar-se, a enfrenta-lo. Em 1851, Urquiza e Oribe trataram o seu acôrdo antes da chegada de Caxias. Se Flores e Aguirre se ajustassem, numa conciliação patriótica, o novo governo, resultante deste desarmamento, daria cabais satisfações ao embaixador do Imperio. Elizalde e Thornton foram heroicos nessa tentativa pacificadora, que Saraiva aguardou de bôa vontade: fracassou, entretanto, porque Flores pedia muito, e Aguirre oferecia pouco...

Saraiva poderia afirmar, no "ultimatum" de 4 de Agosto de 64: "os dous governos a quem se imputava a guerra civil eram precisamente os empenhados em extingui-la".

E dava tres dias para serem atendidas as suas reclamações, findos os quais exercito e marinha passariam a proteger os residentes brasileiros!

A chancelaria uruguaia devolveu a nota, por inaceitavel; rôtas as relações diplomaticas, embarcou Saraiva, restituindo a Tamandaré o destino — e a direção — da contenda. Já então, seria sobrehumano evitar a guerra.

De Montevidéo partira Vasquez Sagastune, a obter o apoio do Paraguai.

Irritado com o desfêcho da “missão Saraiva”, pedira Lopez explicações a Mitre, e oferecera ao Brasil uma mediação preliminarmente recusada, porque, ao tempo, as negociações prometiam o seu epilogo tranqüilo.

Retirando-se Saraiva, Tamandaré procurára o contacto de Flores, reconhecendo-lhe a beligerancia e combinando investi-lo na posse das praças occupadas em represalia, nos termos do “ultimatum”.

O almirante exorbitou. Assegurára a Flores: “Creio que V. ex. avaliará o quanto eficaz é o apoio que lhe garanto debaixo de minha responsabilidade...” (96) Ostentava os seus plenos poderes. Por certo realizava um plano combinado com o Imperador. Ou interpretava melhor que o conselheiro Paranhos — sucessor de Saraiva, na “missão ao Prata” — o pensamento augusto. Realmente, em 6 de Dezembro as forças de Mena Barreto e Flores investiram Paisandú. Seguiu-se a marcha sobre Montevidéo, pósta em bloqueio pela esquadra imperial. Expirára em 14 de Fevereiro o mandato de Aguirre. Herrera y Obes alcançou os bons officios de Paranhos para que Flores anuisse na capitulação incruenta da cidade. O acôrdo foi assinado em 20 de Fevereiro. Poupava Montevidéo — aberta aos vencedores — e suspendia os efeitos terribéis da guerra... Era, porém, a diplomacia, arrebatando á armada o direito de falar por ultimo. Tamandaré rugiu a sua colera. Dias depois Paranhos teve, insolita, a sua demissão. Porque a côrte recebeu com espanto e desgardo o ato de 20 de Fevereiro? Mais do que isto: porque o almirante escrevera a D. Pedro II pedindo exoneração, não só do comando, como do

(96) Pinheiro Guimarães, *Um Voluntario da Patria*, p. 40.

serviço da marinha (97). Essa carta de Tamandaré decidiu-o: entre o seu lobo do mar e o seu inteligente ministro, preferiu aquele. Paranhos ficaria para mais tarde, para quando a habil politica fosse chamada a organizar, na penumbra duma campanha prolixa, a vitória racional.

Francisco José fez assim com o general Golgotzy, o homem que ocupou a Bosnia-Herzegovina. Mandá-ra-lhe um relatório, laconico: recolhera 20 mil florins, gastára 20 mil florins. Se alguém duvida, é um asno. O chefe da contabilidade reclamou, ao imperador. E este, risonho: — Então duvidais?...

O ministro de guerra, Ferraz, anunciando a Tamandaré a nomeação do general Osorio, confirmou: “A direção politica da guerra continuará a pertencer a V. Ex.”

E quando lá se apresentou Francisco Otaviano, para negociar a Aliança, foi logo prevenindo:

— Almirante, sabe o que venho fazer no Prata? Venho ser seu Secretario. Nem mesmo accitaria outras funções, tendo de servir á sombra dos seus louros (98).

A campanha, de fato, começára: em 12 de Novembro aprisionára Lopez o vapor “Marquez de Olin-da”, com o presidente de Mato Grosso, coronel Frederico Carneiro de Campos; logo — desfechando um golpe no vazio — fizera invadir por uma coluna aguerrida aquela provincia, e violando, com outra columna, o territorio argentino em Corrientes, lançára Mitré nos braços do Imperio. Perdera a unica oportu-

(97) Ms., no arquivo do castelo d’Eu.

(98) Almirante Arthur Jaceguay, *Reminiscencias da Guerra do Paraguay* (prefacio do contra-almirante Raul Tavares), p. 85, Rio 1935.

nidade de ferir em cheio: se tivesse socorrido, em Paisandú, Leandro Gomez.

Era quando se alarmava Caxias:

“Se o Paraguai intervir na questão, como se supõe, e eu hoje creio, e se Urquiza fizer alguma das suas contra Mitre, de que nos valerá a aliança?... Podemos sair airoosamente da rascada, que armou Saraiva?...” Retardara-se — e penetrára numa rua sem saída. Esse corredor tragico — simbolizado, no mapa, pelo rio Paraguai, o conduziria, no seu destino, á barranca de Cerro-Corá.

Em 1.º de Maio de 1865, a Triplice Aliança isolou, na sua mesopotania, “el Mariscal”.

O GENRO DE FRANÇA

Em 1860 prestára D. Isabel o seu compromisso de princeza herdeira. Presidira-lhe á educação a condessa de Barral: estudára, para rainha. Urgia casá-la. As princezas Januaria e Francisca informavam sobre os pretendentes. Não eram brilhantes nem numerosos. Evidentemente não poderia a futura imperatriz ir á Europa, dar-se a conhecer nas côrtes, onde havia, em caça de noivado ilustre, multidão de principes resplandecentes. Tinham eles de passar o Atlantico, e vir solicitá-la, no recato provinciano e pitoresco da Quinta da Bôa Vista...

A bordo do vapor "Paraná", em Agosto de 64, fizeram a travessia dous rapazes do melhor sangue europeu, com a elegante justificativa de um turismo ás regiões tropicais, que dissimulava a verdadeira intenção, de agradar ás meninas do Brasil.

Eram primos: um Orléans, outro Coburgo. Gaston, conde d'Eu, filho do duque de Nemours, neto de Luiz Felipe; e Augusto, duque de Saxe.

A impressão dos principes foi inicialmente de surpresa pela vida simples, pela desataviada e grossa burguesia daquela côrte pacata...

O Paço da Cidade, onde se hospedaram, tinha uma triste vastidão mosteiral: pinturas mediocres punham-lhe nas paredes coloniais umas tintas crúas e humildes.

O conde d'Eu, familiarizado com as guardas reais da Europa, estranhou os alabardeiros mestiços, um ordenança negro montado á Marialva junto da portinhola da carruagem que o levou a S. Cristovão, a curiosidade do povo, quando passaram as equipagens... Na Quinta, achou um ambiente patriarcal, docemente modesto, sem nenhum dos traços flamejantes que distinguem as residencias imperiais. D. Pedro II, "un esprit distingué, un regard fort sérieux et presque rébarbatif", recebeu-o com uma cerimoniosa amabilidade; a imperatriz, "une bonté parfaite", não escondeu a sua simpatia pelo jóven pretendente... Á irmã Margarida, descreveu Gaston as suas nitidas observações: "Les Princesses sont laides; mais la seconde *decidelly* moins bien que l'autre, plus petite, plus forte en somme, moins sympathique. Telle a été ma première impression, avant bien entendu de savoir quelles étaient les intentions de l'Empereur à mon égard". "Quanto ao seu espirito — continúa a narrativa — elas nada deixaram perceber nas primeiras entrevistas, limitando-se, como era natural, a responder por monossilabos". Preferiu, pois, Isabel. Leopoldina ficaria para o alemão.

Quem quereria D. Pedro II para principe consorte?

O Coburgo sobrinho do rei Fernando de Portugal, seu cunhado, cuja inteligencia muito apreciava, ou aque-

le Orléans de familia proscrita, destinado a jamais aspirar á realza na Europa, porém sobrinho da mana Francisca, a Chicá de Joinville? Decidiu-se pelo francez.

Ele, e a filha...

Isabel foi retirada da singeleza de sua vida re-traída e estudiosa por um despertar de sonho: davam-lhe um guapo marido que envergava, com impecavel correção, o fulgurante uniforme dos capitães espanhóes, e trazia nos olhos azúes a poesia de aventuras e viagens que a deslumbravam... Lutára contra os mouros, como um cavaleiro medieval; pertencêra ao regimento da rainha; ilustrara-se em batalhas e serviços; e invejava a romantica vocação marítima do tio Joinville, que ali deixára a lembrança de um "noivo encantado", que arrebatára da melancolia tropical a princeza do seu agrado...

Logo o panorama do Rio se modificou, na sensibilidade complacente do conde d'Eu.

A expectativa da bela situação, de co-herdeiro de uma corôa, em resgate dos dezeseis anos de ostracismo e decepções de sua Casa, alegrou-lhe a mocidade ambiciosa. Apressára-se o sensato duque de Nemours em enviar a autorização. A condessa de Aquila, D. Januaria, recomendou ao irmão o bom casamento. Tratava-se de um sério e corajoso moço, capaz de fazer feliz D. Isabel de Bragança. Em 11 de Outubro lavrou-se a escritura pre-nupcial. Não poderia ele aceitar emprego ou posto no estrangeiro; entraria para o exercito; aqui residiria, embora com licença para viajar. O duplo consorcio realizou-se em 15 de Outubro: pouco mais de um mez depois da chegada dos principes!

Apezar dos breves preparativos, da evidente precipitação da festa, correu ela grandiosa. A côrte inteira participou das cerimoniaes. Desde S. Cristovão até o largo do Paço, as casas se enfeitaram. O sequito de carros desfilou, com a guarda da cavalaria, dignitários e damas em uniformes esplendidos, os titulares — como na coroação — com os papeis marcados, o povo jubilosamente solidario com o regozijo da nobreza. Esperava á porta da capela imperial o arcebispo da Bahia D. Manoel Joaquim da Silveira, que fôra o capelão da imperatriz na viagem de Napoles. Findo o ato religioso, o imperador conferiu aos genros todas as insignias do Imperio; e o ministro leu, em voz alta, os contratos. Reboaram então as salvas de fortes e navios, e o prelado cantou o *Te Deum*. Das janelas do Paço, assistiu a familia imperial as continencias da tropa, e, na sala do trono, recebeu os cumprimentos dos convidados. Dous decretos, nomeando o conde d'Eu marechal e o duque de Saxe almirante do Brasil, completaram as alviçaras. As princezas mostravam-se radiantes: "Figure toi (confidenciára o Orléans, para os parentes) que ces infortunées princesses n'ont jamais de leur vie été à aucun bal ni à aucun théâtre, et elles grillent d'y aller" (99).

Libertavam-se. A lua de mel sorriu-lhes em Petropolis. Continuou, na viagem que o casal d'Eu empreendeu á Europa, para que conhecesse Isabel a numerosa gente de Claremont, o nobre sôgro Nemours, a bôa Chicá, os condes de Paris... D. Pedro II afeiçoára-se prontamente a Gaston.

(99) Alberto Rangel, *Gastão de Orleans*, S. Paulo 1934.

Germanico de raça, o imperador era latino nos sentimentos: escreveu no seu diário da viagem ao Egypto, que era filho espiritual de França.

Sempre se inclinou para os francêses, a sua cultura, as suas letras, principalmente a sua politica.

Não fôra em vão que a influencia de Felix Taunay, de Sapucahy, de frei Pedro, lhe rodeára a juventude de filosofia, de poesia, de espiritualidade gauleza. A gravidade da alma alemã, a sua minucia erudita, a sua frieza digna, eram-lhe traços pessoais, da herança habsburgica: mas, como Henri Heine, puzéra o coração do lado da França escaldante. Compreendia-lhe o liberalismo romantico, o respeito das fórmulas sonóras, a tolerancia religiosa, a ciência estética, o seu quê de allegorico, de luminoso, que lhe tornaria Paris o centro ideal, a Méca dos pensadores... Revelava-se-lhe a predileção — ou a discreta francofilia — na evidente incompatibilidade com os primos da Prussia e da Austria, trabalhada certamente pelas queixas e agravos da infancia que não lhes interessára, do seu caso matrimonial, das campanhas de imprensa contra a imigração para o Brasil, do militarismo de Bismarck... Em 1871, não soube ocultar o comovido respeito pelo infortunio da França, o cuidado que lhe mereciam as lamentações dos vencidos, a préssa em desvencilhar-se da pomposa etiquêta de Berlin e Vienna, afim de ganhar, na Italia e no Cairo, os climas risonhos da arte... E acertára, associando a seu destino aquele bisneto de Felipe Égalité, em cujas veias tumultuava um sangue liberal e generoso; dos inimigos da monarchia archeologica, mumificada nas cavas de Saint Denis, dos principes populares, dos eternos candidatos, que através de muitos seculos vinham rolando a pedra de sua ambição —

a cobiça de um trôno... E abraçavam-se á bandeira tricolôr; sempre antecipados ao seu tempo; como D. Pedro I, o enfeitado das nóvas idéas...

O conde d'Eu não lhe creou embaraços, não exorbitou de sua restrita qualidade politica, de marido da herdeira presuntiva, não se envolveu nos problemas do Estado, igual ao sôgro na resignação do seu silencio, na forçada quiétude de sua vida.

JORNADAS GLORIOSAS

Começou Lopez a sua guerra tripartindo o exercito: Robles, com a coluna mais poderosa, atacou Corrientes, Estigarribia, com 12 mil homens, partiu de Itapúa para S. Borja, e tres mil soldados investiram o forte de Coimbra, dispostos a ocupar a provincia de Mato Grosso até Corumbá, ou mesmo Cuiabá.

O tratado de 1.º de Maio de 65 consolidára a aliança do Imperio, da Argentina e do Uruguai, para a luta sem quartel, até a derrubada de Lopez. Paunero, á frente de tropas argentinas, surpreendeu em Corrientes os paraguaios. Em 11 de Junho a sorte da Republica central foi jogada nas aguas escassas de Riachuelo: protegidos pelas baterias dos barrancos, os oito vapores do chefe Mesa se atiraram sobre a esquadra imperial. A vitória do chefe Barroso, destruindo a frota adversaria, depois de um combate glorioso e rude, trancou o Paraná, encerrando nas suas defêsas geograficas "el Mariscal". Têcnicamente, não poderia aspirar ele, depois do seu fracasso fluvial, a um satisfatorio desfecho de luta, isolado, sem livre comunicação com o exterior, entre tres nações coligadas, e com

as forças divididas em grupos de exercito que seriam batidos parcialmente, no territorio estrangeiro. Que faria o Dr. Francia? Esperaria, sobre as cortinas de Curuzú, a ofensiva aliada. Lopez, porem, tinha a audacia incontivel de quem se julga instrumento e favorito de um destino espantoso. Na vespera da batalha que lhe fechou o estuario, os primeiros piquetes de barretinas encarnadas surgiam na margem oposta a S. Borja: no dia 12, foi a vila saqueada pela vanguarda invasôra. Em 5 de Agosto entrava Estigarribia em Uruguaiana e assentava as tendas num campo devastado, rodeado da razos horizontes atraz dos quais se agitavam, convocadas pelo clamor patriotico, as lanças gaúchas de Caldwell e Jacuhy, e serpeavam os caminhos atulhados de retirantes... Violado o territorio nacional, tremulando acolá a bandeira do estrangeiro, distraídas as tropas do Imperio na occupação do Uruguai, incerto o panorama da campanha que se iniciava, D. Pedro II mediu as suas responsabilidades. Diziam-lhe que a volta de D. Pedro I do Rio Grande, antes de uma ação decisiva, em 1827, tinha causado o transtôrno daquela guerra antiga desarticulada e impopular. A sua presença concorreria, como um alto fator moral, para mobilizar prontamente os recursos indispensaveis á resistencia e, por sua vez, á ofensiva: alem disso, renovaria o milagre de apaziguamento e união de sua viagem de 1845, assumindo pessoalmente a direção dos acontecimentos...

Foram noticias chegadas juntas: o exito de Riachuelo, a invasão. Ao ministerio expoz o imperador a sua vontade: iria para o teatro das operações.

O gabinete fôra remodelado em 12 de maio. No parlamento, Furtado se sentira sem apoio. E renun-

ciára. Ouviu o imperador os homens que dispunham da Camara: aceitou Olinda — que inspirava a necessaria confiança aos nomes eminentes de quem devia valer-se, para a organização do novo governo — e para este entraram Ferraz, Saraiva, Paula e Souza, Nabuco, Dias de Carvalho. Um “ministerio de aguias”; constelação política; os chefes, embora sem ligação com os conservadores, amparados ou favorecidos pela sua tolerancia: verdadeiro governo de salvação publica. Não quiz consentir na viagem do imperador. Nabuco de Araujo escrevia, por esse tempo, ao conselheiro Dantas: “Creio que ele aqui comnosco moveria a todo o Imperio, quando lá só move o Rio Grande do Sul”. Em 4 de Julho, comunicára Olinda a Nabuco: “Recebo agora carta do Imperador, o qual diz-me que para que se anuncie nas Camaras a viagem e com o adiamento é necessario que ás 9 horas da manhã estejamos em S. Cristovão, para as medidas precisas” (100).

Ninguém o deteria.

Partiu a 10 de Julho.

Seguiam-no o ministro da guerra, Ferraz, o genro, duque de Saxe, os ajudantes de campo, Caxias e Cabral.

O conde d’Eu apressára a volta da Europa, para prestar algum serviço, agora que no Imperio se guerreava. No Rio, não achou mais o sogro. Em 1.º de Agosto embarcou, para encontrá-lo no Rio Grande. Alcançou-o em Caçapava, em 15 de Agosto.

Ali — soprando o “pampeiro”, em contacto com um povo pastoril e energico, atento aos ruidos da campanha, tinha D. Pedro II, enrolado num poncho de gola bordada e de chapéo de feltro como os coman-

(100) Joaquim Nabuco, Um Estadista do Imperio, II, 265.

dantes da cavalaria voluntaria — os dous genros e alguns amigos experientes. Apenas Ferraz, ativo, lúcido, expedito, todo ele um feixe de nervos, era velho, irreconciliavel desaféto de Caxias; e, na sua altivez sêca e réta, fingia este limitar o seu officio á assistencia pessoal, que dava ao imperador.

O general Cabral — Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral — nascera, por assim dizer, em S. Cristovão. Filho da condessa de Itapagipe, sobrinho de João Egidio, que creára o 1.º de Cavalaria, da côrte, major de Ituzaingó, conhecêra aqueles campos na éra trágica de 1827. Combatera apeiado, a golpes de espada, salvando as reliquias do seu regimento de elite, no Passo do Rosario. Depois, adido ao serviço do monarca, ganhára os fóros de seu official de confiança: sobrava-lhe sensatez, exáta e bôa visão das cousas. D. Pedro II sentia não estar Caxias á frente do exercito. Politico conservador, adversario de Furtado e Ferraz, não aceitára nenhuma comissão, que importasse familiaridade com os atuais governantes. Por outro lado, não podia sacrificar o ministro da guerra: se o momento não era para desavenças parlamentares, muito menos lhe seria possivel expedir decretos sem ministro, que lh'os referendasse. Mitre ou Flores, presidentes de Republica, podiam nomear os generais que quizessem: mas o imperador — equilibrando o seu sistêma constitucional — não tinha essa liberdade!

Tolerando Ferraz, vingava-se a seu modo: estava-o. E contrariava-o. Em 5 de Setembro, do Passo do Rosario, communicaria o ministro a Nabuco, na côrte: “Galopei hoje cinco horas para o encontrar, apenas pude falar-lhe no caminho... Suas viagens precipitadas vão cançando e matando animais. Só hontem

entre cançados e mortos tivemos 120 e hoje o mesmo se deu. A despesa é imensa". Atraz daquele veloz Quixote arrebatado no trote do patelheiro manchêgo, arrenegava-se o Sancho esqualido. Que não fosse adiante, que parasse, que não era concebível se arrojasse ao perigo d'algum encontro funesto, ele, o imperador do Brasil! Não se mostrava mais contente o marquês. "O Caxias anda muito amuado: em parte tem razão, mas ele é o culpado. Nunca se deve vir fazer de sota ou valete no lugar em que se foi rei. Isto enraivece. Ha muita intriga entre os fâmulos, não me poupam, mas querem se devorar". Estes desabafos consolavam Ferraz, disposto a demitir-se, em pleno campo, se o imperador não o escutasse. Para não o ouvir, só tinha D. Pedro II de apressar-se, esfalfando cavalhadas, sem esperar pelos retardatarios, marcando entrevistas sempre para a frente, apresentando ao estadista a medalha bifronte, da resignação — de rei constitucional — e da vontade — de chefe exclusivo... Mais de uma vez recusou a exoneração de Ferraz, aconselhado pelo proprio Caxias. Fôra impolitico, embaraçador. Por fim, na expectativa de desempenhar uma função celebre, entre os generais aliados, silenciou o ministro da guerra os seus protestos, engrolou a fúria, proseguiu a caminhada, guiado pela poeira que os cavalos de Sua Majestade levantavam na planicie calada. Um extenso suplicio, iluminado apenas pela esperança de um dia glorioso: o da recepção dos presidentes...

Pitorescas jornadas, Rio Grande a-dentro, através dos rios cheios, das cochilhas molhadas por uma chuva intermitente, das povoações pobres e das estradas desertas!

Em carretas, ou a cavalo, com um sequito de lanceiros, de longada pelas cristas das “canhadas”, em cujo sopé rumorejam as “sargas”, aquele grupo de viajantes, de grandes botas, ponchos guascas e chapéos amplos, difficilmente poderia ser identificado como uma côrte em trânsito, para os riscos de uma batalha.

Tiveram, muitas vezes, de “carnear” rêzes, á moda da terra, para retalhar, no espêto, o “churrasco” sangrento, tardio, que substituiu a ceia górada. D. Pedro II e os principes habituaram-se á cuia de “chimarrão”. Sorriam ás asperezas divertidas e imprevistas da sua travessia pelos descampados, “pousando” em ranchos mesquinhos, esperando, ao amanhecer, que os peões reconhecessem a cavallada, aflitos pelas noticias do sul e do norte, marchando para o terreno perigoso, ás vezes quinze legoas num dia...

29 de Agosto. Na estancia abandonada, onde ha uns pecegueiros junto de uma velha cerca, e uma tapéra. Aquilo parece, no êrmo, um palacio. Acomodam-se os cavaleiros á sombra do pomar. Eis que apontam no horizonte ginêtes em tróte. “Lá vem a missão castelhana!” — bradam officiaes ás ordens. Pensa-se em D. Venancio Flores, que se sabia ter acorrido ás vizinhanças de Uruguaiana, e deixando de observação a tropa, viria saudar, em caminho, o imperador. “O General Cabral (narra o conde d’Eu, no “Diario da viagem”), sempre zeloso da dignidade do trôno, pediu ao imperador que entrassemos na casa, porque se não coadunava com as suas idéas de etiquêta que o imperador recebesse em pleno campo o enviado de uma nação estrangeira. Emquanto o imperador acedia

sorrindo” (101), aprontaram-se todos para receber os estranhos. Não era o vencedor de Coquimbo. Mas, por ele, o coronel Barnabé Magariños, com amáveis recados, que recitou pomposamente, tal um embaixador a apresentar credenciais no Paço. Nem por ser o Paço, ali, uma tapéira triste, o ato deixou de ser majestoso. Sobretudo punha D. Pedro II em contacto com as realidades: o desbarato paraguaio de Restauración, a exáta situação de Estigarribia, a confluencia de Mitre e Flores, para o assédio, no seu epilogo.

S. Gabriel, em 31 de Agosto. “Logo ás 7 horas começa o imperador, segundo costuma, a sua visita aos estabelecimentos militares...” De tarde honra com a sua visita o general Mena Barreto, barão de S. Gabriel, heróe de Paisandú, já prostrado no leito, tuberculoso, para não mais se levantar (102). Ouviu depois tres prisioneiros paraguaios, um dos quais foi inquerido tambem sobre o seu idioma guaraní que o imperador verificou ser o mesmo guaraní brasileiro. Em seguida, a indefectivel visita aos hospitais... O que é digno de admiração é a paciencia do imperador, que pára ao pé de cada um daqueles 89 doentes a perguntar-lhe, ele proprio, de que se queixa, de que provincia é, e, sempre que o seu rosto mostra excessiva mocidade, que idade tem”. 4 de Setembro: desvia-se uma legoa da estrada, para ver duas cruces de madeira plantadas numa calva ondulação de terreno. E’ tudo

(101) Conde d’Eu, Viagem Militar ao Rio Grande do Sul (edição de Max Fleiuss), S. Paulo 1936.

(102) Almirante Artur de Jaceguay, Reminiscencias da Guerra do Paraguai (edição de Raul Tavares), ps. 108-10, Rio 1936.

o que lembra Ituzaingó. No dia 8, é Alegrete; e a 11 pela manhã, o acampamento diante de Uruguaiana, e o barão de Porto Alegre, Caldwell e Tamandaré, que se precipitam, para receber o monarca. 15 mil homens lá estavam, sob os pavilhões aliados. Chegára Mitre na vespera. Flores ansiava também pela oportunidade de significar a sua amizade. O conde d'Eu contava com um encontro pinturêsko: tres chefes de Estado, como os reis de Leipzig, que se cumprimentam, resplandescentes, no campo da luta... "Mas foi ao voltar a esquina do muro de um pomar de laranjeiras que ambos apareceram, a tres passos do imperador, seguidos de numerosissimo estado maior. O imperador a principio um tanto surpreendido, estendeu a mão a Mitre, depois a Flores, e fez-lhes sinal para se collocarem cada qual a um lado dele." "Aparearam-se todos diante da barraca do barão de Porto Alegre, depois de alguns minutos de breve conversa, despediram-se com muitos "shake-hands", e todos os nossos aliados tornaram a montar... A impressão que nos deixavam era decididamente favoravel." "Mitre é homem de aparência extraordinariamente simpatica." "Flores apresenta um perfeito contraste com Mitre. E' de pequena estatura, ainda mais feio de rosto que de figura..."

Quem comandaria a carga final, a parada de honra?

A letra do tratado de 1.º de Maio assegurava a Mitre esse comando, se em perseguição do inimigo, embora em territorio brasileiro. Porto Alegre contestára: o inimigo entrára no Rio Grande sem ser perseguido. Já a chegada do presidente da Argentina evitára que aspirasse á chefia do exercito aliado o general Flores. D. Pedro II resolveu argutamente o deli-

cado problema. Ali estava para assegurar a cordialidade entre os seus colaboradores e dispensar-lhes graciosa cortezia. Despira-se preliminarmente das exterioridades de sua jerarquia: não era um rei, entre burguezes, mas um chefe de Estado, que procura equiparar-se aos outros dous. Devéras, acentúa com isso a majestade que lhe é natural. Só os principes, educados para o trôno, pódem ser simples, familiares e agradaveis, sem que ousem, os demais, romper a zona de respeito, de que insensivelmente se cercam. Silveira da Mota, secretario de Tamandaré, assim o disse: “Por minha parte, confesso que nunca vira, nem antes nem depois, na pessoa de D. Pedro II, tanta força de sedução. Tudo o que havia de simpatico e nobre na sua fisionomia, apresentava-se naquela epoca com o aspecto mais favoravel. A cavallo, com o seu poncho de gola bordada a ouro e chapéo negro de feltro de largas abas, parecia ser o monarca da cochilha idealizado pela gauchada. Ele não teve sequer o seu batismo de fogo; mas a fleugma com que se aproximava ao alcance do fuzil das trincheiras paraguaias, quando ainda se parlamentava com Estigarribia, foi o bastante para que os circunstantes fizessem uma alta idéa da sua coragem.” “Em todos os seus atos, e gestos, naquela breve campanha de Uruguaiana, D. Pedro II esteve, realmente, feliz de tacto, de bom senso e de cordura.” Em conferencia, propoz: “Cada um dos generais em chefe comandará uma coluna de tropas aliadas. Eu servirei de élo entre os senhores para o que se houver de deliberar ulteriormente; eu me conservarei sempre ao lado dos senhores.” Mitre concordou, lisonjeado; Flores apoiou, satisfeito; Porto Alegre e Tamandaré regozijaram-se, como se tivessem

ganho a partida. Cada qual se deu por honrado com o papel arbitral que se reservára o imperador, assim efetivo marechal da guerra: ás 7 da manhã de 13 de Setembro, começou a morosa e solene cerimonia de rendição da praça.

Faltaram-lhe os tons teatraes. Aquela gente não tinha o senso estético das cousas. Cem dias de sitio, a derrota de sua ala do outro lado do Uruguai, a esquadra interceptando as communicações, a inferioridade material, desmoralizaram os invasores. Estigarribia prometera uma reacção de Leonidas. Referindo-se á artilharia imperial, disséra que combateria á sombra de sua fumaça. Mas tudo acabou num acôrdo humano. O vasto exercito moveu-se devagar. Intimado a entregar-se em duas horas, o capitão de Lopez não pôde esperar pelo fim do prazo. Desconjuntou-se-lhe a defêsa, a tropa se dispersou, houve a debandada, antes que um tiro siquér reboasse sobre a hecatombe. Não foi propriamente a capitulação de uma fortaleza: tombaram as espingardas, famintos e maltrapilhos os soldados de blusa encarnada e chirapá em torno dos rins agitaram os braços, e quando os piquetes rio-grandenses passaram, rentes das trincheiras, correram aflitamente a elles, para que os levassem. Cada lanceiro guasca apanhou na garupa um paraguaio andrajoso. Dir-se-ia um incendio, donde se fugia saltando os parapeitos, que protegiam a cidade: por pouco, com grave decepção dos generais, o ato da rendição não se transformava numa lamentavel confusão de gente fúgitiva e tonta. Sempre trouxeram ao imperador, que olhava consternado e sério a cêna, Estigarribia e o padre Duarte. O sabre do primeiro foi-lhe entregue pelo ministro Ferraz. O sacerdote, acusado de ações atrozes, agarrou-se ao

braço do general Cabral. D. Pedro II dirigiu-lhe a palavra: Nada devia temer. Os prisioneiros, com efeito, nada sofreram. Somente o vigário de S. Borja, padre Gay, enfurecido contra o padre Duarte, exprobrou-lhe aos gritos os malefícios, fazendo vibrar o chicote vaqueano. Foi contido, sob o severo olhar do imperador. Calou-se, ofegante. Desfilaram em seguida, desarmados, perto de 5 mil paraguaios; e os chefes aliados entraram lentamente em Uruguaiana, deserta, revolvida, inhabitavel, tão depredada e imunda que preferiu D. Pedro II voltar para a sua barraca, no descampado.

Aí acolheu, num cerimoniaal brilhante, a visita do ministro inglez Thornton, que de Buenos Aires fôra encontrá-lo no acampamento, para dar as satisfações da rainha Vitória pelos incidentes de 1862, reatando assim as relações entre os dous países.

A sua estrela refulgia.

Se a punição do estrangeiro o premiava das tribulações da viagem, a nova attitude britanica lhe fazia justiça perante o universo.

Não seria mais, na imprensa da Europa, o soberano de uma terra de traficantes negreiros, com quem falava a Inglaterra a linguagem militar usada pelos seus "commodores" na India e na China. Ela mesma penitenciara-se do seu equivoco, mandando cumprimentá-lo na larga planicie gaúcha, com os presidentes da Argentina e do Uruguai por testemunhas, entre regimentos triunfantes: "urbi et orbe"...

XXII

ANTES QUEBRAR...

Aproveitou-se o imperador da viagem de retôrno para descer o Uruguai, inspecionando as localidades de fronteira; embarcou em Pelotas, de volta para a côrte.

Sussurrou-se, que fôra o episodio de Uruguaiana uma caçada real. Corroborou esse boato uma ordem do dia do general Canabarro, dizendo que a invasão e o sitio tinham correspondido a planos combinados entre ele, Osorio e os chefes aliados. O governo imperial protestou: “como se coubesse no possivel haver algum plano razoavel ou salutar que deixasse livre o inimigo para entrar, marchar sem resistencia ou incômodo e devastar o territorio de uma nação, no extenso perimetro que percorreram as forças paraguaias...” Estigarribia metera-se voluntariamente num valado, onde teve de entregar-se. Assistindo-lhe á capitulação, D. Pedro II levára aos póvos do sul a certeza de que o trôno não abandonára o país á sorte da guerra: consolidára a triplice aliança, falara aos generais, providenciara sobre o proseguimento da campanha, em terra estrangeira, e podia regressar de animo tran-

quilo. O resto da luta correria sem grandes imprevistos: estava em Lopez abreviá-la, renunciando á presidencia, exilando-se da pátria. A guerra tinha este destino implacavel: era expulsá-lo. Com esta condição, a paz se faria *in continente*. O Imperio não trataria mais com “el mariscal”. Sabia que, em Assunção Francisco Solano Lopez, o problema platino jamais seria resolvido; pezaria sempre sobre as potencias limitrofes a ameaça de um conflito; manteriam exercitos vigilantes; alimentariam desconfianças alarmadas; no alto da cochilha, o barão de Jacuhy teria permanentemente um peão de sobreaviso, espreitando a planicie... Para que o pampa unisse e não separasse os povos, Lopez tinha de deixar o Paraguai.

O tratado de 1.º de Maio de 65 fôra feito, em Buenos Aires, por inspiração propria, de Francisco Otaviano e Tamandaré, juntamente com os ministros Rufino de Elizalde e Carlos de Castro. Submetido ao imperador, em 15 daquele mez, comunicára ele a Saraiva as suas impressões, que importavam aprovação cabal do acôrdo: pretendia mais, “a occupação do Paraguai por forças nossas, até serem cumpridas as condições de paz que exigimos” — exatamente como o presidente do conselho, Furtado, escrevera a Otaviano, em 23 de Abril.

No dia 18, juntou um pensamento áquel'outro: “Não se esqueça (recomendou a Saraiva) de falar a Otaviano na neutralização do Paraguai, para ele ir dispondo tudo nesse sentido”.

Desejava um completo exito do sacrificio, a que se expuzera o Brasil: seria este um entendimento triangular, que resalvasse a independencia do Paraguai, a modo do que se estabelecera em 1828 com o Uruguai.

Concordára com a prudente clausula do comando em chefe dos aliados conferido a Mitre, se as operações se realizassem em territorio argentino: mas, bem entendido, com exclusão da armada. Essa insistencia era de subido alcance. “Espero que possa d’ora em diante a nossa esquadra obrar livremente”, dizia a Saraiva, em bilhete de 2 de Junho; prevenindo: “Cumpre fazer marchar quanto antes para o Rio da Prata toda a força que estiver prônta...” Em 29 de Novembro, Saraiva transmitia a Otaviano as bases de um tratado de paz com o Paraguai... quando fosse vencido Lopez! (103). A coerência, com a madura reflexão, era uma das virtudes de D. Pedro II. Uma vez adotado um sistema ou aceito um plano, não mudava facilmente. Foi a alma da guerra do Paraguai: porque os ministerios se sucederam, assim os chefes combatentes, a politica dos países amigos, as circunstancias em que a luta se desdobrou; mas permaneceu ele, seguro dos seus objetivos, sem esmorecer nem precipitar, arbitro das soluções, fiel ao programa.

Se a politica exterior do Brasil teve então uma logica inflexivel, foi porque a fez o imperador.

Fez pessoalmente. De um extremo, Lopez, “el Supremo”; do outro, D. Pedro II. Não alterou para isto o ritmo constitucional: exerceu simplesmente a sua autoridade absorvente. Governavam os ministros, deliberavam as Camaras, aconselhava o Conselho de Estado: mas a ultima palavra lhe cabia. Assim com o emprestimo inglez: escreveu a Saraiva, em Dezembro de 65: “Já tive ocasião de dizer as razões porque não

(103) Correspondencia do Imperador e Saraiva, ms. no arquivo do Instituto Historico.

sou favoravel ao emprestimo; porem, é negocio a tratar em conferencia, e depois comigo, e far-se-á o que fôr resolvido". "Depois *comigo...*"

Metia-se em tudo. Entendia de tudo. Mexia, com as mãos febris, todos os cordeis. De Caçapava, por exemplo, agitara o ministro: "Pergunte ao seu colega da marinha, da minha parte, pelos encouraçados encomendados. Veja se não se descuida das obras que se fazem no porto do Rio de Janeiro, para defesa deste. Veiu pouco armamento pelo "Santa Maria". E os obuzes encomendados? Desejaria estar informado do andamento das encomendas da Guerra e da Marinha". Mais tarde, outra vez na côrte: "Que disse Fortunato de Brito no officio de 14 de junho a respeito dos bons officios e da mediação (do Perú)? Que se comunicou a nosso ministro no Rio da Prata?" E avisando: "Já sabe como penso a respeito da mediação. As instruções expedidas são bem terminantes; com o Lopez não trataremos, e com outro só conforme os fins da guerra, que faremos embora sem aliados. Cumpre que saibam isto lá bem claramente. Quanto ao Flores, será máo que ele se retire; mas é preciso que a linguagem de Otaviano e dos nossos generais não revele que precisamos dos aliados e de sua força moral, sem contudo offendê-los."

Traçára o seu caminho. Seguía o seu camínho.

Passára Osorio com o seu exercito, em 16 de Abril, o rio Paraguai e rechassára, em 24 de Maio, nos campos de Tuiuti, as melhores forças inimigas. Fechára-se Lopez nas posições defendidas, do lado do rio pelas tres praças, Curusú, Curupaití e Humaitá, e sobre a planicie pelas linhas de Rojas. Tornára-se mais perigoso na imobilidade do seu quadrilatero: porque se embuçara

no misterio. Tinha por si a incerta geografia: ninguém sabia como se atravessava a pantanosa região do Sauce para chegar, de pé enxuto, aos muros de Humaitá. Espreitavam, atraz da sua incognita, fuzileiros encarnados: a conquista daquele país devêra começar pelo levantamento do seu mapa. Parecia intuitiva a manobra dos aliados: prevalecer-se-iam da esquadra e, com tropa de desembarque, investiriam progressivamente as fortalezas, até Assunção. O conde de Porto Alegre, comandante do 2.º exercito, acariciára esse sonho; D. Pedro II assim pensava. Em 21 de Julho de 66, encarecia a Saraiva a necessidade desse movimento: "Para a esquadra operar com vantagem real carece de força de desembarque, ou de que o Exercito tenha meios de marchar. Se o exercito podia atacar Curupaiti, a imobilidade da esquadra não se explica." "Assim possa a infantaria de Porto Alegre descer prontamente" (104).

A fulminante ação de Curusú corroborou-lhe os planos. Os navios, e um exercito lançado em terra junto das trincheiras paraguaias, expugnaram a fortificação. Adiante, desenvolviam-se as cortinas de Curupaiti, que Lopez não tivera tempo de reforçar. Porto Alegre pediu a Polidoro, comandante do 1.º exercito, acampado em Tuiuti, 4 mil homens, para, sem tardança, assaltar a segunda posição. Reuniram-se entretanto os generais, e resolveram outra cousa. Decidiram que Mitre assumisse a chefia do ataque, deslocando consigo o exercito argentino. Escoára-se o momento insubstituível. Melhor o aproveitou Lopez, solicitando aos comandantes adversarios uma entrevista, que se

(104) Ms. no arquivo d'Eu, n. 6690.

realizou, entre ele e Mitre, no descampado de Iataití-Corá, enquanto Diaz completava ás pressas a defesa de Curupaiti. O triplice contratempo — recusa do auxilio pedido por Porto Alegre, a entrevista, a demora da ofensiva — armou nos fóssos, bordados de abatizes, da fortaleza de Lopez, o Calvario do 2.º exercito.

Mitre e Lopez conversaram cinco horas. Este solicitava um acôrdo impossivel, aquelle, uma desinteressada e inteligente attitude de renuncia, que estancasse a sangureira. Afastaram-se polidamente, sem um entendimento, que suspendesse o curso dos fátos. Perdeu Lopez o ensejo, que se não repetiria, de encerrar dignamente a sua aventura.

Já em Dezembro de 65 o conde d'Eu confidenciára ao pae: “Seulement les idées de paix ont été rejetés bien loin par la découverte de la rémarquable correspondance échangée entre Lopez et Mitre”. “Le dictateur paraguayen semble avoir pris soin de raffermir lui-même la Triple Alliance” (105). Esta, consolidou-se num interesse mais firme: foi a segurança comum. Elizalde, em 11 de Agosto de 67, haveria de propôr a Sinimbú, que se *eternizasse a Aliança!* (106).

Começára Polidoro por negar-se a participar da conversa. Depois, ficou mais claro o ponto de vista, da primeira hora: a base de qualquer acomodação seria a saída de Lopez do Paraguai. Se imitasse a Rosas, o seu país renasceria, como a Argentina: num governo liberal, proseguiria a evolução... Desengañado, creara Lopez alma nova. Passeou orgulhosa-

(105) A. Rangel, O conde d'Eu, p. 125.

(106) Carta de Elizalde, arq. d'Eu, n. 6870.

mente pelos parapeitos de Curupaiti, sobre tres linhas intransponiveis, que surpreenderiam, como outras tantas armadilhas, a infantaria de Mitre e Porto Alegre. Em 22 de Setembro atirou-se ela, ao som dos clarins, sobre os entrincheiramentos que ao longe, razos ou encobertos, só se assinalavam pelas bandeiras tricolôres. Bombardeou a esquadra. Pelejou-se, com uma fúria estupenda e inútil. Os assaltantes foram morrer debaixo da reduto, embaraçados nas ramagens das arvores cortadas, sumidos nos fósos, varridos pela metralha. A noite desceu, trágica, sobre o rio coalhado de corpos.

O desastre acabrunhou os rijos espiritos, doeu aos melindres patrioticos, repercutiu lugubrememente no Brasil, como se de repente os loiros conquistados secassem, como cipestres. Abalou-se o crédito. Caíram, na bolsa, os titulos do Estado. A propaganda anti-brasileira recrudesceu, na Europa e no Prata. As occultas simpatias, que acompanhavam Lopez, viéram á luz. A mortandade de Curupaití revelou os perigos de uma campanha obscura, em territorio impreciso, diante de enigmatico inimigo, rebuçado na terra como um indio na selva.

Que fazer, então?

Ao imperador pareceu simples.

Chamou Caxias.

Menino ainda, ouvira o conselho: para as crises militares, era o homem. Nas horas boas, reluziam outras espadas; mas, para o momento doloroso, nenhuma inspirava mais confiança. Nunca fôra vencido!

XXIII

O HOMEM QUE FEZ A GUERRA

Terminára a revolução nos Estados Unidos com a vitória e assassinato de Lincoln. A Inglaterra e a França tinham interesse no exito do sul; o Brasil, apesar de sua escravatura, do Imperio, da aristocracia de fazendeiros, guardou uma neutralidade sincera. Escondia ela as suas simpatias pela causa abolicionista. Adivinhou-as talvez o presidente americano. Falaram-lhe em mediação duma potencia européa. Respondeu: se tivesse de recorrer aos bons officios de uma nação estrangeira, iria pedí-los ao imperador D. Pedro II. Porque era um monarca escravocrata? Não; porque era outro descontente, aterrado com a realidade social do seu país, de alma triste diante das massas negras que não podia redimir, contentando-se em aconselhar brandamente a substituição dos cativos pelos livres...

Quando soube da morte de Abrahão Lincoln, apressou-se o imperador em mandar á viuva as suas condolencias. Foi isto comentado pelo ministerio, onde enristavam armas as sentinelas do "statu quo". Em carta de 7 de Junho de 65, advertiu a Saraiva:

“E’ preciso explicar no despacho que a demonstração de pezar a Mrs. Lincoln de minha parte e da Imperatriz é particular”. Mas deviam os povos saber que entre as corôas, oferecidas ao heróe da liberdade dos pretos, estava a do monarca brasileiro. Chegava, sem duvida, a hora de enfrentar o mesmo problema. E havia de resolvê-lo sem sangue. Assim pensava Pimenta Bueno. Das suas conversas confidenciais surgiram os cinco projétoes que, em 23 de Janeiro do ano seguinte, entregou o jurisconsulto ao Conselho de Estado. Entregou-os por inspiração do amo. A idéa, a iniciativa, a intenção de provocar os debates, sondar os espiritos, era do imperador. Porém a semente caíu no cascalho. Olinda horrorizou-se. Não lhe falassem naquilo! O Conselho achou inoportuna a questão, enquanto durasse a guerra do Paraguai. D. Pedro II preferiu retrair-se. Poderia dizer que palpára, em Uruguaiana, os sentimentos hostis e desconfiados que a escravatura no Brasil despertava, nas elites platinas. Os jornais da opposição chamavam-lhe de imperador de negros, de chefe de escravos. A linguagem dos pasquins filtrava-se na ironia dos acampamentos, rastilhava nas censuras de caserna. A Europa espiava-nos, através da bruma e do pó daquela desventura. Uma Africa americana sobrava, entre coqueiros, deixada pelos portuguezes; o Brasil era uma fazenda, um feitor, rebanhos humanos; a filantropia universal voltava-se para os cristãos da Armenia, os polacos trucidados pelos cossacos, os cativos do Brasil... Até quando seria assim? Pessoalmente, desprendera-se dos de sua herança; e os ultimos cativos, da nação, que tinham officio em S. Cristovão, foram despachados, fôrros, para a guerra, logo que o desastre de Curupaití exigiu nóvas

remessas de tropa. Partiram até os trabalhadores da Quinta, com prejuizo dos serviços do parque — admirou o conde d'Eu, escrevendo ao duque de Nemours. Iam soldados; voltariam cidadãos. Mas não bastavam as medidas parciais, rasgando bréchas na muralha do elemento servil:urgia derruba-la afinal.

A mensagem da Junta Franceza de Emancipação impressionou profundamente o imperador. Dirigiam-se a ele algumas personalidades eminentes de França, os Broglie, Guizot, Laboulaye, Montalembert... — reclamando, em nome do seculo, a liberdade dos escravos. Era facil calar a sua opinião entre politicos. Possuia, como raros, o dom de ouvir com atenção e silenciar com cortezia. Ensinaram-lhe isto, desde criança... Mas aquela voz dos sábios o abalou, como se fôra a citação do futuro, perante um tribunal de consciencia. Meditou na resposta. Estava a vespuras de demitir-se o gabinete de Olinda, desarticulado em face da crise financeira, ou cançado da responsabilidade do governo em tal dificuldade. Não quiz Nabuco, a quem enviou o imperador a minuta da resposta, endossá-la na grave situação em que se achava a politica. Foi Martim Francisco, ministro de estrangeiros do gabinete de Zacarias, que a remeteu para Paris, em 22 de Agosto. "Por letra do imperador", a minuta, conservada no arquivo de Nabuco, coincide com a carta publicada no "Journal des Débats": nesta, dizia o chanceler brasileiro: "Chargé par Sa Majesté de vous répondre en son nom et au nom du Gouvernement", "je suis heureux de pouvoir vous donner l'assurance que votre démarche a trouvé l'accueil d'une juste sympathie"... "Et c'est avec la plus vive satisfaction que le Gouvernement Brésilien a vu vous rendez justice aux senti-

ments personnels de Sa Majesté l'Empereur..." "L'émancipation des esclaves, conséquence nécessaire de l'abolition de la traite n'est donc plus qu'une question de forme et d'opportunité".

Furtado, no Senado, chamou de "fanfarronice abolicionista", essa replica. Comoveu a Europa. Causou, nos meios conservadores do Imperio, uma indignação ruidosa. Desculpavam-na, com a vaidade intelectual do soberano. Não fôra propriamente uma definição oficial, mas um dialogo illustre. Aos ideologos celebres respondêra o rei filosofo. Agassiz, Araujo Porto Alegre, Guilherme Midosi, mandaram-lhe planos de abolição (107). Ficava aquilo no plano mental: não se remove uma montanha com tres frases espirituais. Esqueciam-se, que é bastante a fé... De fato, o imperador resolvêra intervir na questão. E quando se decidia a alguma cousa, ia devagar e inevitavelmente: assim exterminára Rosas, batia Lopez, confinára os partidos nas áreas da legalidade, chamava a debate o problema da escravatura... As coordenadas do reinado eram estas: paz, civilização, liberalismo. A paz, fizêra-a com habeis anistias e armas triunfantes; a civilização corria pelos "rails" da Mantiqueira; o liberalismo necessitava, para completar-se, da redenção dos negros, e eleições sinceras. Seriam as magnas soluções do periodo construtivo, depois da campanha do Paraguai. A reforma eleitoral esbarrava num escôlho: a revisão constitucional. Hesitava em alterar esse velho texto, que não devia rolar, desamparado, pelo recinto duma Constituinte imbuída de novas teorias. A titulo de melhorarem o sistema, poderiam investir as instituições tradicionais. E a nenhum preço consentiria nessa aventura. A abo-

(107) Ms. no arq. d'Eu.

lição chocava-se com a lavoura. Era sobre o trabalho negro que a fortuna agricola se sustentava. O Samsão, que destroçasse a coluna, abateria tambem o templo... Jurára demonstrar que, mesmo sem o pilar de ébano, a casa continuaria de pé. Comtante que terminasse a guerra! Renan atribuiria o desastre de 1870 á preeminencia que se dera em França ás questões sociais sobre as questões nacionais. Antes de eliminado o perigo externo, não provocaria a crise interior...

Tudo fez para contorná-la.

Olinda e os companheiros, desunidos, apesar de terem a maioria parlamentar, demitiram-se.

Relutára em largá-los. Exigiu até — novidade que scandalizou — que cada um dos ministros declarasse a intenção de saír. “A mudança do Ministerio em tais condições — escreveu por esse tempo o imperador a seu medico, o visconde de Itaúna, na Europa — foi um mal, porém impedi-a quanto pude.” A’ guerra, sacrificava o resto. Queria que renunciassem todos ás paixões habituais, consagrando-se ao grande dever. “Nas atuais circunstancias (confidenciava a Itaúna), em que o governo precisa de algumas medidas legislativas para não assumir a ditadura”, não iria ao extremo de mudar a politica, concordando com o retraimento dos liberaes, em cujo logar subiriam os conservadores. Uma dissolução de Camara repercutiria infaustamente na sensibilidade nacional, tensa e dolorida. Ascenderem sem ela os “saquaremas”, não era possivel. Tinha de recompôr o governo com os liberaes, embora de fisionomia partidaria mais nitida.

Zacarias de Góes aceitou o fardo. E a condição: para que não soffresse descontinuidade a administração

militar, permaneceria na pasta da guerra o inquieto Ferraz.

Tanto o ministerio anterior tinha de harmônico, na placidez politica dos seus elementos principais — a calma de Olinda, a jurisprudencia de Nabuco, a moderação de Saraiva —, como est'outro de trepidante: a rigidez de Zacarias, a mocidade liberal de Martim Francisco, a ação vertiginosa de Afonso Celso, o espirito partidario de Souza Dantas. Ferraz era-lhes o denominador comum: dir-se-ia o porta-estandarte da causa. Onde ele estivesse, estava a falange dos irreductiveis "luzias".

O imperador amargára muitas vezes a "inverosimil vaidade" (como disse o conde d'Eu) de Angelo Muniz da Silva Ferraz. Contava-o entre os "frondeurs" veteranos, infensos ás *regalias* da corôa, argumentando com a vontade das Camaras, vinculado, pela sua tradição de lutas ásperas, ao espirito da Regencia democratica. Mas lhe respeitava o dinamismo: não havia, nos quadros do Estado, quem fosse mais capaz e energico. E o momento exigia aquele pulso, a um tempo de organizador civil e administrador militar. Seria, como nenhum, o ministro da vitória. Em 3 de Agosto, formára Zacarias o seu governo. Tudo foi bem, até o revéz de Curupaití.

A noticia desse desastre abalou o gabinete, o credito, a opinião nacional: dissiparam-se as lendas, sobre um breve e facil fim de guerra, e o pavor de um fracasso estarreceu, no Paço, os conselheiros.

O imperador disse apenas: Chamem Caxias...

Que se mandasse novo exercito! Na sua experiencia, indicava antes um homem. Mais do que um gene-

ral, seria a alma do triunfo: para reparar uma derrota, bastaria a presença do comandante nunca vencido.

Zacarias reuniu apressadamente os colegas. Caxias era inimigo de Ferraz. Foi destacado Dantas para falar-lhe. Ferraz consentiria no apêlo ao marechal, ou então se exoneraria o ministerio. Replicou sem hesitação o duro estadista: Nomeie-se o marquez; eu me demito. Era uma renuncia necessaria; saíu em 7 de Outubro; sómente no dia 10 foi nomeado Caxias comandante em chefe do exercito brasileiro em operações no Paraguai, com poderes extraordinarios, livre de movimentos.

Entrou para a pasta vaga João Lustosa da Cunha Paranaguá: tinha a amizade pessoal do imperador, e a ductilidade indispensavel para ligar, a um governo liberal, um general conservador com os preconceitos e incompatibilidades do grande marquez.

Plenos poderes levava este: apenas, o imperador excluira de sua alçada o convênio da paz.

Incumbira-lhe a guerra: retirára-lhe a faculdade de restabelecer o equilibrio sul-americano.

Essa função, era indelegavel. Porque era sua! Sacrificou-lhe Tamandaré. Caxias pediu a substituição do comandante da esquadra. O almirante cometêra o maior erro de sua carreira: envelhecera. Perdera no Prata a antiga intrepidez: immobilizára-se, inativo e resmungão, farto de loiros, irresoluto. Em 20 de Fevereiro de 65, indignado com a "missão Otaviano", chegára a pedir demissão da armada. Mas, fiel ao imperador, resignára-se. Agora, tinha de ser afastado. Chamou-o á côrte; em logar dele foi nomeado José Joaquim Inácio, sadio, audaz, prometendo passar Humaitá com os seus barcos. Quanto á diplomacia, não! Em 22 de

Outubro, esclarecia a Paranaguá: “Já disse aos ministros ter declarado ao Caxias que eu não aprovarei nenhum ato seu que se opuzesse á parte das instruções relativas ás relações e ajuste de paz provisoria com o inimigo. Não lhe dou liberdade neste ponto; e creio que foi essa também a deliberação do governo.”

Antes de Curupaití, a campanha do Paraguai parecia-lhe um dever pezado, que se cumpria com um digno rigor. Depois de 22 de Setembro de 66, definiu-se a paixão imperial: encaprichou-a a dôr daquele imprevisto. Antes da infeliz jornada, a triplice aliança se afigurára a D. Pedro II a arca santa, inviolavel e alta; depois, com ela ou sem ela, empreenderia a luta, até o extremo. A realidade lá estava: um país a ser tomado, palmo a palmo, porque Lopez jamais pensára em render-se; a Argentina, a braços com as dissensões provinciais; a politica uruguaia temerosa e obscura; assim, Mitre e Flores embaraçados pelas suas dificuldades nacionais; e, no acampamento de Tuiutí, um grande exercito bloqueado pelas febres da planicie empantanada, chumbado á paizagem nostalgica pelas inexpugnaveis trincheiras inimigas. Qualquer acôrdo com Lopez seria então a ruina da diplomacia imperial e, na Europa, a sua desmoralização. Atribuiriam o recúo á inferioridade das armas; e o insucesso de Curupaití, assumiria proporções de Waterloo. Após a desventura, a humilhação... Este pensamento atormentava o soberano: em 9 de Dezembro, escrevia a Paranaguá: “Força e mais força ao Caxias que o ponham independente do Mitre, que é arrastado e me pretende arrastar a uma paz que nossa honra não nos permite aceitar”. Neste protesto, confidenciado ao amigo e ministro, estava exposta a sua politica: traçára a réta, entre Tuiutí e As-

sunção, e, enquanto reinasse, não se tomaria outro rumo. Em 12 de Janeiro de 67 acentuava: “Sr. Paranaгуá. Cumpre responder ao Caxias pelos vapores que partem depois d’amanhã; porque não sei qual dos dous chegará primeiro e no sentido das instruções que ele levou. É preciso que ele se convença bem da firmeza da resolução do governo, e no caso de poder operar sem o Mitre o faça, para conseguirmos o que a nossa honra exige, ou a derrota do Lopez numa batalha, ou seu rendimento sem condições. Qualquer demora, que não fôr exigida pela necessidade de não sermos batidos é “prejudicialissima”. Ouça seus colegas; mas é esta minha opinião. Tenho muito medo da diplomacia e do Mitre. — D. Pedro II”.

Os Estados renovavam uma proposta de bons officios... “Parece-me conveniente — apressára-se em prevenir Paranaгуá — informar o Caxias do que ha a respeito de mediação por parte dos Estados Unidos. Saiba ele que por ora ganhamos tempo, e depois não havemos de aceitar mediação, devendo ele proceder sempre conforme as instruções que levou, afim de quanto antes conseguir qualquer dos resultados que unicos me farão depôr as armas. Logo que puder mande-me as comunicações que tiver relativas ao plano de ataque a Curupaiti”.

A capitulação ou o completo destroço “me farão depôr as armas”...

Personificava a questão. Para que os politicos soubessem.

Lopez estava em Humaitá; ele em S. Cristovão: eram, individualmente, os antagonistas. A “nossa honra” desprezava tentações medianeiras, artificios diplomaticos, que não vingavam os 4 mil mortos de 22

de Setembro. Por isso também voltava ao passado: um inquerito confidencial sobre os motivos do desar de Curupaití, copia das atas da reunião dos generais, a explicação de Polidoro (“Eu não o acusei; apenas reparei em ele não ter atacado na jornada de Curupaití”), de Porto Alegre... Ardia em entusiasmo: opunha ás más noticias de Buenos Aires esta advertencia: “confio na justiça da causa que defendemos, e nosso patriotismo deve desenvolver-se com as dificuldades”. Em 7 de Fevereiro acrescentava: “Chame na conferencia de hoje a atenção dos seus colegas mais sériamente para os negocios da guerra. Sabem que estou disposto *a todos os sacrificios* para que triunfem brevemente as armas brasileiras”. “Sem um grande arrojado nada alcançaremos, e confio em que o Caxias o praticará cooperando a esquadra, desde que houver oportunidade”.

Tinha idéas de estrategia, os seus planos de ação. “Parece que cumpria não demorar a passagem de Humaitá pela esquadra”, lembrava em 19 de Abril de 67: essa proeza só poude ser realizada em 19 de Fevereiro do ano seguinte. Em 29 de Abril, previa: o inimigo “retirar-se-á para Humaitá, emquanto o Caxias fizer o movimento de flanco”. Este movimento só foi iniciado em 22 de Julho.

Porque a dilação enervante?

Conjugavam-se os contratempos. O cólera invadira os acampamentos de Curusú e Tuiuti. Caxias confiava nos balões cativos, vindos dos Estados Unidos, para explorar a região do Sauce, e o caminho da “marcha de flanco”. Por outro lado, a marinha reclamava navios de ferro, para forçar Humaitá com os seus 200 canhões, cadeias fechando o rio, torpêdos e minas á flôr das aguas. A ofensiva demandava um pre-

parativo industrial: aerostatos de sêda, monitôres encouraçados, artilharia alemã, espingardas francêsas... Somava-se a todo esse esforço a morosidade da máquina burocratica. O organismo do Estado movia-se lenta e penosamente. D. Pedro II arrepelava-se, em iras exemplares, contra essa sônlencia: "Para o Sr. fazer uma idéa da diligencia que ha ás vezes no serviço publico (censurara, em bilhete a Paranaguá, de Março de 67) observar-lhe-ei que de Porto Alegre a S. Borja haverá cem legoas, das quais 20 de navegação, e comtudo um officio leva a chegar de S. Borja de 23 de Janeiro a 19 de Fevereiro". "O Herval é muito ativo, mas ele tem que lutar com os embaraços dos homens; muito maiores que os do céu e da terra". "E' preciso recomendar que haja prontidão da parte dos postos telegraficos de anunciarem a chegada da tropa. Este vapor fundeou hontem ás 9 da noite e só ás 10 da manhã se soube a chegada do batalhão".

Esmerou-se em evitar atritos entre Caxias e o ministerio. Politica em tal ocasião horrorizava-o, como se profanasse o misticismo da Pátria. Foi infatigavel, no seu zelo de intermediario, entre o marechal, que detestava o gabinete, e este, que o tolerava. Em 16 de Setembro dizia: "As circumstancias são muito graves, e todos devem concorrer para o fim patriotico de concluir a guerra, como só posso admittir que termine: com honra para o Brasil". "E' preciso tambem que se responda quanto antes ao Caxias e com a segurança da remessa de mais soldados, esperando todavia, *com inteira confiança*, que ele saberá entretanto aproveitar todos os meios de vencer o inimigo". "O Caxias está animado; porem ele merece, e o bem do Estado exige, que receba como até agora o maior apoio do Governo".

Zacarias — o que era peor — tornára-se pacifista...

De um modo ou d'outro, que se declarasse finda a campanha... — E os tratados, o desagravo, a dignidade nacional? — argumentava o Imperador, contornando o atrito. Martim Francisco revelou, meio seculo depois: todas as semanas, o presidente do conselho renovava as objecções, e o soberano, a sua resposta implacavel. Era um duelo calmo, uma luta surda e obstinada: quem vencesse, decifraria a sorte do Paraguai... (108). O Imperador contestava, retardava, adia; e a sua voz se tornava monotona, terrivel:

— Para a vitória...

Não poderia, comtudo, impôr silencio á intriga partidária. O marquez movimentou-se triunfalmente: atingindo a sua vanguarda o Taji, estava condenada Humaitá. Mitre entregou-lhe o comando em chefe — forçado a recolher-se á Argentina — em 10 de Fevereiro; no dia 19, Joaquim Inacio lançou a esquadra aos fôgos de Humaitá; operada a passagem, a Dermstadt americana teria de render-se; ficava aberto o caminho de Assunção. A guerra, técnicamente, terminava. Mas a imprensa, que não perdoava a Caxias o mandarinato conservador, dera de criticá-lo. Apoiava, comtudo, o governo. Escandalizaram-se os correligionarios do general: 'os liberais doíam-se dos exitos do comandante em chefe, receiando que voltasse irresistivel, dos campos de batalha... Tanto tempo submisso ás conveniencias militares, não suportou ele mais aquele jogo. Achou responsavel, pelas impertinencias das fôlhas, o

(108) Martim Francisco, artigo no Jornal do Brasil, de 4 de Fevereiro de 1922. Fontes: Correspondencia de Pedro II, em Contribuições para a Biografia; W. Pinho, Cartas de D. Pedro II a Cotegipe, e Politicas e Politicos do Imperio; Tasso Fragoso, Historia da Guerra da Triplice Alliança; Joaquim Nabuco, Um Estadista do Imperio; Alberto Rangel, Gastão de Orleans.

proprio Zacarias, e respondeu-lhes, com um formal pedido de demissão.

Essa carta de Caxias, de 4 de Fevereiro, deixou perplexo o governo. Zacarias declarou-se por seu turno, exonerado. Não permitiria que o imperador escolhesse, entre um e outro. Largava o poder, para que a guerra proseguisse. D. Pedro convocou o conselho de Estado. Queria a conciliação. Os conservadores, outrosim, julgavam prematura a subida. Receberiam em hora intranquila uma herança perigosa. Era, o governo, presente de grego: “lançariam sobre nós o desfecho incerto de uma guerra ruinosa”, disséra Paranhos a Cotegipe. “Pezou no animo do gabinete (confessaria Zacarias, no parlamento) a razão produzida pela corôa, de que na presença de uma guerra estrangeira a mudança de ministerio podia ter más consequencias”. O conselho de Estado, em maioria amigos de Caxias, opinou pela conservação de ministerio e general, congraçados no objetivo comum. S. Vicente, Muritiba, Bom Retiro e Paranhos (decerto externando o pensamento do imperador) escreveram ao marquez uma carta conceituosa, apelando para o seu civismo. E o incidente “desapareceu sem deixar vestígios”, declarou no Senado Zacarias de Góes.

Em 4 de Março, elogiava rasgadamente o vencedor do reduto do “Estabelecimento”. Podia, em 6 de Junho, notar o imperador: “O Zacarias recebeu uma carta do Caxias que me causou grande satisfação”.

Tratava-se de recompensar a tropa. O imperador sugeriu a Paranaguá: “Julgo que ele recorde o que meu Pae fez ao dele, e talvez seja conveniente considerarem se será ou não bem cabido que pelo Caxias comece tal distinção...”

Não podia ser contrariado; levava a bandeira do Imperio á vitória final; e sobretudo isto preocupava o monarca. “E’ preciso não pensar somente nos feitos gloriosos, que a todos os Brasileiros encham de jubilo, e prevenir o que possa crear embaraços á terminação da guerra do modo que todos a desejamos e esperamos”.

O embaraço, era a situação liberal.

De olhos fitos em Assunção, D. Pedro II alijou-a, em Julho de 68.

O caso da senatoria de Torres Homem foi o motivo aparente; na realidade, removendo um gabinete, contrario, por definição e natureza, á estrella de Caxias, precipitava o golpe de misericórdia em Solano Lopez. Deslocaria todos os obstaculos. Zacarias em 68; o proprio Caxias em 69, se fosse preciso... Não havia misterio; “l’affaire était la question du commandement en chef de l’armée du Paraguay” — escreveu o conde d’Eu ao duque de Nemours. Escolheria, entre o parlamento e o condestavel: “L’empereur, qui a mis tout son espoir dans Caxias, n’a pas voulu cela. Les événements lui donneront raison ou tort”.

* * *

O Imperador sabia como desmanchar e construir situações politicas. Em 1868 — a guerra a vespervas de acabar — não precisava forçar a mão; nomeou Salles Torres Homem senador pelo Rio Grande do Norte, humilhando a Zacarias, e este, agastado e arrogante, demitiu-se.

Porque fizera questão de gabinete tal nomeação, reservada ainda ao arbitrio do trôno?

Não era por opposição apenas ao antigo panfletario, anistiado generosamente, durante o governo liberal, conselheiro de Estado e presidente do Banco do Brasil. Vinha das linhas dianteiras do partido; entre os seus troféos, ostentava o mais cruel ataque ainda desferido contra a corôa; e os conservadores o abominavam.

Cristiano Ottoni revelou parte da verdade: Silveira Lobo pensára formar ministerio, de liberaes puros, cindindo a facção, e na iminencia da quêda de Zacarias, precipitára os seus intuitos, falando a varios companheiros... O orgulhoso estadista tolerava a ambição dos adversarios; não concebia a indisciplina dos amigos. Ele, ou nenhum outro! Faltára-lhe, de muito, a intima, indispensavel confiança do soberano. Os debates no Senado, em torno do incidente com o comandante em chefe, desapontaram afinal o imperador. Enquanto os liberaes declaravam só ser possivel a subida dos conservadores, numa subversão constitucional, em "ditadura", Itaborahi, chefe proclamado da opposição, num discurso sóbrio e nitido, affirmára ser a mutação mais simples do que se imaginava... Por ela devia ansiar Caxias.

D. Pedro II poderia ter sacrificado a Zacarias o senador pelo Rio Grande do Norte. Mas preferiu enfrentar a crise.

Em 11 de Julho, Paranaguá exaltára Caxias no parlamento. No dia 12, escrevia-lhe ainda o imperador, encomendando numerosas providencias, de caracter militar. A 16, Zacarias estava substituido por Itaborahi. Com espanto geral, a flâmula do partido conservador tremulava sobre a fortaleza liberal, que era a Camara dos Deputados.

Itaborahi cercou-se de um estado-maior de chefes e oradores da sua facção: Paulino, José de Alencar,

Cotegipe, Muritiba e Paranhos, nomes da primeira plana. O governo de 3 de Agosto fôra inconfundivelmente partidário; assim o de 16 de Julho. Não houve meias-tintas, atenuando a transformação num colorido transitório. Operou-se a “derrubada”. Oposicionistas de hontem, eram agora os donos da maquina. No Senado, tinham um largo apoio; na Camara, imensa maioria contrária. Daí o tom revolucionario das reacões que despertou; o ruido de catastrophe, que percorreu o subsolo da politica; a exasperação incontivel dos vencidos. Não alvejou apenas o grupo triunfante: mas o magico dos bastidôres, que invertêra o cenário. Fixado o Poder Pessoal, correram a golpeá-lo os descontentes: e acharam a fórmula. Reforma ou revolução!

A dissolução da Camara abafou por algum tempo os protestos. Refugiaram-se nos clubs, nas academias, na imprensa. Ganhou folego a ideologia republicana. Os liberais decepcionados consideravam em falencia as instituições. O imperador exorbitára... Saraiva chamou-lhe de Napoleão III; sobre a falsa democracia, a aguia corôada... José Bonifacio, orador do partido tombado, foi recebido em S. Paulo pela mocidade delirante. Numa temperatura de insurreição se moveu, cautelosamente, a coorte conservadora. Dissiparam as nuvens as vitórias de Caxias e a bôa politica financeira do governo.

A passagem de Humaitá fôra o começo da “débacle”: as batalhas de Dezembro acabaram com o exercito de Lopez. Escapou-se este das Lomas Valentinas com um punhado de cavaleiros: e achou Caxias — incomparavel de atividade, valentia e espirito militar, naquelas sangrentas jornadas — desimpedido o itinerario de Assunção. Enquanto enveredava o “Mariscal”, com as reliquias de suas forças e uma população fugitiva

para as escarpas de Ascurra, entranhando-se nas montanhas para aí resistir até o fim — entrava o marquez na capital deserta, em 5 de Janeiro de 1869. Em ordem do dia de 14 de Janeiro, regozijou-se com as tropas aliadas por estar a guerra concluída. E na manhã de 17, assistindo á missa na Catedral com o seu estado-maior, caíu de uma sincope, que fez recear crise mais grave, da saúde combalida, do coração fraco. Além das velhas enfermidades, doíam naquela alma estoica as dóres de tantas tragédias: perdera em Dezembro, na ponte de Itororó, em Avahí, amigos dilétos, officiais brilhantes, companheiros de longa data. Atirara-se pessoalmente á refrega, desafiando as balas. Recolhera, das emoções e tormentos dessa campanha gloriosa, um consolo grande e uma tristeza invencível. Aos 65 anos, o heroismo raramente é deshumano. Cançara-se, ademais: e queria voltar. Pouparam-no os tiros; morreria de doença, se ficasse. O cirurgião-mór Bonifacio de Abreu exigiu, que partisse quanto antes, para Montevideo, donde se repatriaria, bem recompensado das tribulações do seu comando pelos louros ganhos. Não esperou que se lhe concedesse licença: passou o cargo ao general Guilherme Xavier de Souza e desceu o rio.

D. Pedro II não tolerava que se falasse em fim de guerra, com Lopez no Paraguai.

Em 24 de Dezembro de 68, prevenira a Cotegipe: “Quanto ao fim da guerra já tenho tido o que penso estando certo de que o Caxias á testa do exercito entusiasmado pelos recentes feitos se apressará em livrar o Paraguai do Lopez, vencendo os ultimos obstaculos que restam”. Era mais claro, escrevendo ao ministro da marinha em 25 de Janeiro seguinte: “Lopez ainda pode manter-se no interior do Paraguai, e cada dia que nos demoramos em tomar as providencias necessarias para que ele se renda ou desampare o Paraguai

maior trabalho nos dará para se alcançar isto. A diplomacia só o obterá, se o obtiver, revelando a nossa fraqueza, e eu não posso considerar a guerra terminada com menoscabo de nossa honra, sobretudo quando creio que persistindo se conseguirá o fim da guerra como todos desejamos". E a Muritiba: "O Caxias dá a guerra, a parte principal dela pelo menos, por acabada, na Ordem do dia que reenvio; mas segundo desconfio, e Deus queira que me engane, o Lopez quer manter-se no interior e aguardar os sucessos, e quanto mais tempo ele ali puder conservar-se maiores serão os nossos sacrificios. Evita-los quanto antes não é facil, sobretudo se o Caxias não permanecer á testa do exercito, e por isso depois de tudo que tenho meditado, ainda mais insisto na opinião que já manifestei. Não creio que ele passasse o comando a Guilherme Xavier de Souza..." "O coronel Rufino Galvão disse-me que o Caxias pensa que toca á diplomacia acabar agora com o resto do dominio do Lopez. Mas como, sem ficar provado que pela força não o pudemos conseguir? E se ele apenas se refere a medidas que auxiliem o emprego da força, a quem cumpre pôr o remate da ação desta senão a ele? Estou certo de que o Caxias não ha de ter esquecido Lopez..." Sieyès pedira uma vez a Fouché, um sabre e uma cabeça... A espada embainhara-se. Urgia o cerebro organizador.

Paranhos foi encarregado de estudar no Prata as condições de paz — depois de expulso ou preso Lopez. Era essencial a alternativa, como o imperador determinava ao seu diplomata, em 1.º de Fevereiro: "Lopez ha de ser capturado ou expellido do territorio paraguaio brevemente, e sem a menor québra da dignidade da nossa Patria". O proprio marquez, em carta a Paranhos, de 10 de Setembro, dizia confiar em que se acabasse a guerra "quanto antes do modo

unico por que o Imperador admite que ela se acabe”. Nunca D. Pedro II usára dubia linguagem ou variára de propositos. O principal objetivo de Paranhos seria induzir Caxias a retomar o comando em chefe: negocio a que o imperador dava a maior importancia — advertia, em carta ao ministro itinerante, Rocha Faria, que lh’o ouviu.

Chegou Paranhos a Montevidéo em 5 de Fevereiro. A entrevista entre o grande capitão e o plenipotenciario imperial revestiu-se de patéticas e nobres confidencias. Caxias estava realmente enfermo, débil das pernas, de semblante desfeito. Foi peremptorio: Se a minha morte assegura a captura ou expulsão immediata do Lopez, voltarei, para ir morrer em Assunção! Paranhos deu por finda essa preliminar de sua missão: “O que me restava era inspirar confiança no completo exito da causa da Aliança e apressar minha ida para Assunção, afim de animar com o meu fraco exemplo, e prestar ao general Guilherme o apoio moral...” Despedindo-se do exercito, porém, com a ordem do dia de 7 de Fevereiro, Caxias mudára de tom. Retrocedera. Não dava mais a campanha por encerrada. “Se, por ventura, tiver ainda a fortuna de restabelecer-me nos lares pátrios, contem os meus bravos companheiros de glorias e fadigas, que ainda voltarei um dia para continuar a ajudá-los na ardua campanha, em que nos achamos empenhados”.

Vencia o ponto de vista do soberano. De fáto, os espiritos exaustos com a guerra longa já consideravam aquilo inferior á estrêla dos heróis. “Deus queira que o Guilherme tenha saúde para continuar a caça a Lopez, que é o mesmo que procurar agulha em palheiro” — desabafára Caxias, escrevendo a Osorio, em 19 de Março. Seria “uma caçada no mato”, dizia Mauá a

Paranhos, em 29 de Fevereiro... Mas o imperador não se preocupava com o lado exterior das cousas. Via as consequencias de uma conclusão imperfeita e precipitada do conflito: Lopez fortificando-se nas cordilheiras, Urquiza, em divergencia com Buenos Aires, e a Bolivia, de mãos dadas, depois, ao guerreiro de renome crescido com a lenda de sua incolumidade, e, quando retirassem os aliados, a represalia, “razzias” de fronteira, o caso de Mato Grosso, a inquietação interminavel, fóra o desar, de quarenta ou cincoenta mil vidas em holocausto por uma politica... Tinha ele, mais que todos, o sentido dos problemas permanentes, das soluções totais. A visão de Mitre era generosamente nacional: mas esbarrava no final de um mandato periodico. O assassinio de Flores comprometera a defesa “colorada”, do Uruguai. As potencias européas ansiavam pela abertura do Paraguai ao seu comercio. Os partidos brasileiros, o liberal mais helicoso, porque opcionista, reclamando vitórias esmagadoras, o conservador mais razoavel, porque no governo, desejando um prônto desenlace, que lhe permitisse economizar as imensas somas despendidas no estrangeiro com aquele mofino epilogo de guerra— moviam-se, agiam por explosões sentimentais. Os conservadores pensavam com Caxias: uma paz feliz seria o remate de tantas desgraças. Os liberais não estavam longe de concordar com Osorio: tratava-se de uma caçada ingloria. Sómente o Imperador argumentava com a experiencia histórica. A paz tinha de ser precedida da fuga ou detenção de Lopez: que abandonasse as suas montanhas, como Artigas e Rosas, rumo do exilio; ou que se entregasse, como Estigarribia!

Quizeram-no uma vez convencer do contrario.

— “Nunca! Nós não provocamos a guerra, não proporemos a paz! Se o sacrificio é enorme, maior

seria a humilhação. Agora, é irmos até ao fim. Eu partirei de novo para a guerra, se se tornar precisa a minha presença lá. Trocarei o trono por uma tenda de campanha. E quero ver se ha algum brasileiro que não me acompanhe!”

Foram-lhe atribuídas estas frases candentes. Se não as proferiu assim, seguramente as pensou sempre. Porque não dobrou!

Acontecia que a saída de Caxias alarmára, descontentára, estarrecera o exercito. Ninguem, no duro clima de Assunção, se sentia satisfeito, não encontrando mais sugestões de gloria militar nas serranias selvagens do país vencido, e ardendo no desejo de regressar á pátria. Enrolavam-se bandeiras. A retirada de Osorio, ferido, preludiava a da cavalaria riograndense. A de Caxias, doente, era o sinal do licenciamento em massa, dos voluntarios... Para evita-lo, devia um general respeitado e illustre assumir a chefia das tropas, reencetar a guerra na sua fase terminal. D. Pedro II lembrou-se do genro, o conde d'Eu, marechal do exercito, e, desde quatro anos antes, indignado com os ministros e o sôgro, que lhe não permitiam fosse exercer algum comando, mesmo subalterno, no Paraguai.

O Imperador afastara sempre o principe consorte dos negocios do Estado. Ás suas cartas, lembrando, com indisfarçavel irritação, que podia ser útil nos campos de batalha, respondera branda e firmemente, que melindraria assim os velhos generais, crearia questões de hierarquia, ofenderia os aliados... O Orléans devia conformar-se. O Imperio não oferecia horizontes de gloria para um neto de Henrique IV, veterano das lutas marroquinas. E D. Pedro II era o mais tranquilo dos reis. Para socegar a inquietação do rapaz, incumbira-o, em Março de 67, de rever a tradução franceza

do Catalogo da Exposição de Paris. Em 1 de Março, escrevia-lhe o imperador tres cartas sobre o mesmo assunto. Dava uma importancia extrema a esse meúdo trabalho, corrigindo estatisticas, acrescentando informes, desesperado com as demoras da tipografia. “Ce sont les occupations que l’Empereur aime à imposer, parce qu’elles son sûres de ne pas faire trop bruit” — queixava-se o principe, forçado a trocar a espada pela pena. Impacientára-se. Escreveu energicamente, reclamando um posto, no teatro das operações. O imperador desviou o pedido para o conselho de Estado, que lho negou. Correu, mais tarde, que a divergencia entre ambos se acentuára e o conde d’Eu estava resolvido a partir para a Europa. Era excessivo, o boato. D. Pedro confortou o genro: “Não se aflija; lembre-se de como o estimamos todos, e faça dos ditos de certa gente, o mesmo caso que da matinada dos sapos nos charcos”. Mas esse ruido tinha a sua razão: “il est impossible de nier le fonds de dissentement qui existe toujours, à savoir l’opposition de l’Empereur à ce qui j’aïlle au Paraguay”.

Foi em 2 de Agosto de 1868 que mudou de attitude.

No jantar daquela tarde, em S. Cristovão, D. Isabel falou na possibilidade de um passeio ao velho mundo.

O Imperador respondeu, discordando: não terminára a guerra, e podia vir a ser chamado o conde d’Eu, para succeder a Caxias.

E os aliados? — objetou a princeza. — Ha circumstancias imprevistas — respondeu, deixando no espirito do genro uma duvida, sobre a sinceridade dessas palavras: obstava-lhe apenas uma viagem inoportuna, talvez escandalosa, pela repercussão politica, ou, de fáto, pensava na substituição eventual do marquez?... D. Pedro II adiantára-se depois de reflexões maduras.

Nem alvoroçaria as ambições do herdeiro, para desencatá-las depois. Apenas, a ninguém revelou o pensamento que lhe ocorrera: por isso, quando renunciou de vez Caxias, a “idéa ocorreu instantaneamente a mais de um” dos ministros (comunicou Cotegipe a Paranhos, em 22 de Fevereiro): “é ele o unico — que por sua posição pode conter uma especie de debandada, dar esperanças a uns, e animar todos”. Paranhos replicou: “Não me surpreendeu a idéa que aí tiveram quanto ao Comando em Chefe. Passou-me ela pela mente, ou como necessidade ou como insistencia do indicado. Não vejo hoje grande inconveniente”. Mas tudo partia do Imperador: o alvitre, o convite, a ordem. Em 13 de Fevereiro, autorizára ele a Muritiba, sondasse a proposito Paranhos. Em 20 de Fevereiro, escrevera ao conde d’Eu: “Em tais circumstancias, propuz a Você para este cargo; porque confio em seu patriotismo e iniciativa. O governo que pensa como eu a respeito de Você e que é preciso livrar, quanto antes, o Paraguai da presença de Lopez, julgou que deve-se conceder a demissão a Caxias e nomear Você”.

A impressão no principe foi de desconfiança e espanto. Arredado tanto tempo dos acontecimentos, surpreendia-se com tão extraordinaria nomeação: os que não o toleraram mesmo como coronel, o faziam generalissimo! Não aceitou prontamente. Esteve tres horas em conferencia com o sôgro, no dia 21. Este — “avec une impatience que je ne lui avais jamais vue” — queria que seguisse *in continente*. Opunha uma condição: que se obtivesse preliminarmente a aquiescencia de Paranhos, que diria da ressonancia que a sua ida para o campo de operações teria no Rio da Prata. Era “falta de fé”, dizia D. Pedro II; apenas prudencia, replicava o conde d’Eu. Prevaleceu-lhe a objeção: e

seguiu no dia immediato a carta para José Maria da Silva Paranhos. Então foi a princeza que interveiu, para que o marido não se aventurasse á arriscada comissão.

Atirou-se, com a veemencia de uma sagrada colera, em defesa do seu amôr. “Lembro-me, Papae, que na cascata da Tijuca, ha tres anos, Papae me disse que a paixão é cega. Que a sua paixão pelos negocios da guerra não o torne cego”! E enfurecida: “Alem disso, Papae quer matar o meu Gaston...” Que a perdoasse, pelas más palavras: mas era atroz (109). A propria filha espantava-se da frieza do rei, que atrelava ao serviço publico, com uma serenidade romana, a vida da familia. E não cedeu. O principe valeu-se do ultimo recurso: Consulte-se o conselho de Estado! — alvitrou, recordando a anterior decisão do conspicuo grêmio. O Imperador pegou-se na palavra: Sim; porém com a condição de embarcar immediatamente após a resolução do Conselho! Nesse caso — respondeu — esperaria sempre a opinião de Paranhos...

Incutiu-lhe realmente a fé! Em 24 de Fevereiro, já era o conde d’Eu que participava ao antigo preceptor, general Dumas: “... cette expulsion de Lopez des régions de La Plate n’est pas seulement une question d’honneur national pour le Brésil, mais c’est aussi une question de vie et de mort pour l’organisation pacifique des républiques nos alliés. Pour elles, plus encore que pour nous, l’existence de Lopez serait toujours une épée de Damocles”.

A resposta de Paranhos — a Muritiba — chegou: e logo, a 22 de Março, com a demissão, foi dado a Ca-

(109) Carta, cm., por Heitor Lyra, artigo no Jornal do Commercio, de 16 de Setembro de 1934,

xias o titulo de Duque, o maior da monarquia, e nomeado, a 23, o conde d'Eu comandante do Exercito no Paraguai. "Lorsqu'hier (a 23 de Março dizia ao pae) je suis allé à Saint Christophe quelques heures après avoir écrit ma decision à l'Empereur, il m'a montré une extrême satisfaction. Jamais je n'ai vu une pareille expression d'allégresse".

No dia 30 de Março seguiu ele — para concluir a guerra: "l'épouvantable tâche de pourchasser Lopez jusque Dieu sait où"!

XXIV

ENTRE AGASSIZ E GOBINEAU

A guerra do Paraguai envelheceu D. Pedro II: foram cinco anos que valeram vinte. Em 1864, embora aparentando mais idade, como disse Agassiz, tinha a robusta saúde, as côres belas, a barba aloirada de um forte homem cheio de vida. Em 1870 um inverno precoce alvejara-lhe os cabelos de tons doirados. A barba encanecida dava-lhe um aspecto respeitavel, de sexagenario pensativo: e não passava dos 45 anos!

Trabalhou, todo aquele tempo, com as energias centuplicadas pelos multiplos problemas de uma campanha árdua e difficil; de uma administração que aos poucos fôra centralizada nas suas mãos absorventes; de uma politica que exigia vigilancia, clemencia e justiça; de uma diplomacia delicada, de finanças precárias, de espirito publico super-excitado pelas emoções de uma luta penosa, longinqua e decisiva. Em S. Cristovão concentrára-se o governo do Imperio: os negocios municipais e provinciaes terminavam ali; as necessidades do exercito expedicionario ressoavam, como prementes apêlos, no gabinete de estudos do imperador; a crise interna e os assuntos exteriores corriam por suas vistas; e devia sobrar-lhe vagar para ver tudo: os vo-

luntarios que chegavam, os artefactos encomendados, o material belico, os vapôres, a correspondencia, os feridos nos hospitais, milhares de pessoas que, nas audiencias do Paço, reclamavam um direito, uma pretensão, uma reparação; a imprensa nervosa, estalando em diatribes contra os adversarios politicos; o povo, as idéas, o país... Nunca talvez um rei o foi tão inteiramente como, entre 1864 e 70, D. Pedro II, depois de ter construido o seu sistema de governo (a macia direção pessoal do Estado, em harmonia com um gabinete representativo) e imposto aos politicos a sua maneira de agir e de conciliar, de resolver e de negar, de conduzir e de orientar.

Gastou prodigamente a vida, naquela fase tribulada da evolução brasileira. Não descansou, não esmoreceu, não tergiversou, emquanto na linha das fronteiras ou no territorio vizinho tremularam, ao vento dos combates, as bandeiras imperiais. Olhassem-lhe as janelas iluminadas até altas horas, do seu salão de despachos. A luz perene projetava-se sobre os horizontes da nacionalidade: sabia-se (o mundo todo soube) que o imperador dormia pouco, empenhado em dar á sua terra o completo esforço, por que vencesse a tormenta com dignidade e gloria.

O seu epistolario do quinquenio é torrencial. Antes do ministro, tinha conhecimento dos navios que entravam, dos batalhões em trânsito, das noticias essenciais: e gostava de abrir as cartas dos seus generais, para que não ficasse pedido sem solução, entre as requisições confusas de um exercito afastado dos seus centros de abastecimento, enquadrado pela voracidade dos fornecedores, tangido pelas conjunturas de um meio estranho e de um plano incerto, mas de peito

voltado para o inimigo. Não se retardasse, de um dia, o socôrro dos bravos!...

Uma vez, noite velha, o correio imperial entregou ao ministro da marinha, Afonso Celso, este bilhete: "Sr. Celso. Arribou hoje á tarde, em nosso porto, um navio que talvez possa levar os objetos que o almirante pediu em officio recebido ha dias. D. Pedro II".

Sua Majestade vélava... E o ministro:

"Senhor. Os objetos pedidos pelo almirante seguiram hontem. Fique v. m. tranquilo, certo da minha vigilancia no pronto cumprimento de todos os meus deveres, mesmo quando não m'os lembram".

As duas da madrugada, volveu o correio. O Imperador excusava-se: "Sr. Celso. Não fui bem comprehendido. Sei que a sua vigilancia patriotica é tão grande quanto a minha. Mas, nesta quadra de difficuldades e preoccupações, devemos todos, mais do que nunca, ajudar-nos uns aos outros" (110).

As pausas desse trabalho hercúleo são preenchidas por ciencias e letras.

O americano Fletcher enviára-lhe o póema de Longfellow, que traduziu com enternecida paciencia, em 13 de Agosto de 64. Apenas a agitação em que vivia não se harmonizava com o enlêvo da inspiração lirica. A astronomia fascina-o algum tempo. Em 25 de Janeiro de 65, escreve-lhe Emmanuel Liais, "remerciments... pour la communication... de ses observations de l'ellipse". O sábio encoraja-lhe as pesquisas, quando, a espiar pelo telescopio instalado em S. Cris-

(110) Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, p. 16, Porto Alegre, 1935.

tovão, consome parte das noites com os olhos no céu. Depois, presumirá ter descoberto um novo astro. Não perderá o gosto de sondar os espaços, de aplicar ás suas noções astronomicas a matematica que lhe ensinou frei Pedro, de discutir com os eruditos esses calculos, que espantam e surpreendem — enchendo de um sa-grado respeito — os familiares do Paço.

A correspondencia com Liais datava de 1858. Agassiz, porém, o naturalista suiso, nacionalizado ame-ricano, que em 1837 devassára os segredos da Amazonia, exerceu sobre a intranquilidade espiritual de D. Pedro II uma influencia decisiva. Se o ano de 1869, na vida do Imperador, foi o ano de Gobineau, o de 1865 foi o ano de Agassiz. O homiem e o cientista são admira-veis: a senhora Agassiz, escritôra primorosa, completa o encantamento que dele se irradia, na lhaneza, na simplicidade, na sabedoria. Graças a essas qualidades, conquista o Rio de Janeiro: o seu primeiro discipulo aqui foi o Imperador, que a senhora Agassiz achou “um pouco envelhecido”, com a “fisionomia mascula e cheia de nobreza...” (111). As teorias sobre geleiras anti-diluvianas apaixonaram-no: repetiu as proezas de D. Pedro I, metendo-se pelas florestas da Tijuca em busca dos “blocos erradios”, dos vestigios da primitiva congelação do litoral; e é a essas atividades que se refere uma carta do geologo Jules Marcou, de 31 de Julho de 1866: “Mes amis MM. Agassiz et Fletcher m’ayant fait part des découvertes de traces d’anciens glaciers aux environs de Rio de Janeiro, faits par V. M. I., j’ai communiqué cette très interessante décou-verte à la société de géologie de France” (112).

(111) Mme. et Mr. Louis Agassiz, *Voyage au Brésil*, trad. por Felix Vogels, p. 65, Paris 1869 .

(112) *Carta de Mareou*, ms. no arq. d’Eu, n. 6748.

Charles Sumner, o grande abolicionista “yankee”, recomendára a Luiz Agassiz, em Março de 65: “Vereis naturalmente o Imperador do Brasil, que possui os dons de espirito e o amor da ciencia, cousa rara nos principes...” Apostára em confirmar o elogio: não permitira que o sábio gastasse no Brasil um dolar si- quér, e organizára para ele, no Rio Grande do Sul, uma coleção de peixes, que invejaria a qualquer mu- seu de historia natural. Trouxéra do rio Uruguai a espada de Estigarribia, e aquele material científico...

* * *

Em 19 de Fevereiro de 69 chegou ao Rio de Janeiro o novo ministro de França, um grande nome da literatura e da ciência européa, além disso muito recomendado pela condessa de Barral, que escrevera a D. Pedro II uma carta de vivos elogios de sua inteli- gencia e fama: o conde de Gobineau. Conhecia-lhe as obras — preveniu naquele dia o imperador a Cote- gipe, marcando audiencia particular antes da recepção official, para o illustre diplomata. “Il a écrit un ou- vrage qui a été annoté par Agassiz: et une voyage en Perse, dont l’Empereur nous fait lecture lorsque nous allons le soir à Saint Christophe” (113) — comunicava o conde d’Eu ao pae, em 23 de Março.

José Artur de Gobineau era mais que um sábio condenado — pelas vicissitudes da carreira publica — a aborrecer-se muito tempo nos tropicos, que lhe não interessavam. Era — irmã do imperador — uma alma universal, cujo meio proprio ficára naquele oriente archeologico: foram por isso amigos, e se entenderam, como dous compatriotas que se encontrassem num oasis...

(113) *Carta* de Sumner, Agassiz, p. 493.

Poucas pessoas ali teriam lido uma pagina daquele historiador dos persas, que, em 1853-55, escrevera genial Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas. Mesmo na Europa, este livro passára quasi despercebido: a segunda edição saiu depois de falecido o autor, em 1884. Vinha com as paizagens da Grecia, da Turquia, da Siria, gravadas, em indeleveis impressões artisticas, no espirito trepidante de prevenções raciais. Expressão requintada de uma aristocracia de cultura e sangue, quando menos se acreditava nas virtudes hereditarias e inextirpaveis dos grupos humanos, julgava-se, ele mesmo, um perfeito especimen de rei da natureza. A sua paizagem prediléta teria loireiros, templos gregos, no seu portico branco um filosofo — ou ruinas de civilizações junto do trilho das carnyanas. Falára da influencia dissolvente dos judeus, desprezava a Inglaterra, ofendia-se com a excessiva luz tropical e só comprendia a elegancia num espiritual salão onde damas e cavalheiros discutissem assiriologia... Começava a respeitar os homens quando o seu tipo era loiro, longuilínõ, esplendidamente ariâno. Foi como admirou a D. Pedro II: alto como um viking, de olhos azúes, fisiõnomicamente um Austria, tambem este podia orgulhar-se de ser um puro. Afóra a familia imperial — escreveu desoladamente Gobineau a uma amiga, da Grecia — todos ali á ródá eram mestiços... Considerava assim os morenos, trigueiros portugúes, os meridionais, quantos não penteassem uma doirada cabeleira germânica. E os panoramas! São mais extraordinarios que belos — resumiu, com amargura. Paizagens sem interesse humano — criticou, numa dessas cartas azêdas, que lhe traíam uma indignação estetica, contra a balburdia do mundo novo, o seu “melting pot”, a policrõmia, achando que, na cõrte imperial, no

vasto Imperio, na America só valia a pena o sr. D. Pedro II.

Recêbia-o ele aos domingos, em S. Cristovão, para infindaveis conversações eruditas, que temperavam o humôr nagro do exilado. Discreteavam sobre tudo: especialmente helenismo, antropologia, arte. Eram dous devoradôres de livros, dous desterrados no equador que se evadiam, para o egregio mundo classico: acima da humanidade, as humanidades...

Gobineau detestou confessadamente, irreprimivelmente, com uma aversão total, este Brasil materialão de 1869: sociedade sem esmalte histórico, inteligencias sem polidez humanista, povo sem tinta fixa, politica confusa, guerra crônica, côrte pobre. Sentiu-se como um duque inglez que chegasse sem ser prevenido á sua casa de campo, e a encontrasse em pintura, entre andaimes, desarrumada, o ar irrespiravel de pó e trabalho, gente arremangada pelas salas... O Imperador era a exceção surpreendente. Lêra-o! Conhecia os orientalistas. Egiptologos, linguistas alemães, Champollion, Maspéro... Traduzira Longfellow. O seu "Roberto da Sicilia" fôra considerado pelo poeta a melhor versão estrangeira. Pelo menos, a primeira que dele fazia um rei... Desde 1860, estudava hebraico. Diria depois: "Quanto ao historico de meus estudos hebraicos empreendidos com o fito de melhor conhecer a historia e a literatura dos Judeus, principalmente a poesia e os profetas, assim como as origens do Cristianismo, tais estudos remontam aos anos de paz que antecederam a guerra do Paraguai, em 1865. Enceteei-os durante as minhas permanencias em Petropolis com o sr. Akerblom, judeu sueco. Mais tarde retomei-os com o sr. Koch, ministro protestante, alemão, preceptor do filho da sra. condessa de Barral, aia de

minhas filhas” (114). Não abandonaria mais esses assuntos: seria de poesias hebraico-provençais o unico livro que publicou, na Europa, a vespersas de morrer. Lamartine escrevera-lhe (24 de Setembro de 1861): “Le prince philosophe dépasse le poete couronné de Potsdam”. Para o conde de Gobineau era isso maravilhoso: um monarca, perdido na seára de Ernest Renan!

E como conversaram!

Depois do regresso do diplomata, — em 1870 — não se interrompeu a correspondencia, que foi um prolongamento, epistolar e cerimonioso, apesar disto absolutamente cordial, das palestras de domingo em S. Cristovão, na biblioteca imperial, ou, “sub tegmine fagi”, debaixo das arvores da Quinta.

As cartas a Gobineau têm um interesse humano e espirital que se não encontra na infinidade de bilhetes e missivas que deixou o soberano ativissimo. Por elas, imaginamos o teôr de sua conversação serena e variada: e como que é possivel restaurar a fisionomia de homem de letras, que ao francez apresentou o imperador do Brasil.

“Não tenho confiança senão na educação do povo. De resto, prefiro ocupar-me de questões que não sejam politicas”. “Espero com impaciencia o resultado das vossas atividades artisticas e literarias...” (Carta de 10 de Janeiro de 79). “Como me lembro dos nossos domingos de S. Cristovão e o que teriamos nós de dizer, sobre o que ocorre na sociedade atual! Sois feliz de viver em meio a tão sublimes manifestações do belo artistico! Para mim, só ha o que se publica...” (24

(114) D. Pedro de Alcantara, Poesias hebraico provençais do ritual israelita — *comtadin*, traduzidas e transcriptas por S. M. D. Pedro II d'Alcantara, Imperador do Brasil. (1891).

de Fevereiro). “Espero com impaciencia o vosso ultimo livro. A minha vida é sempre a que sabeis e sinto cada vez mais a falta dos nossos domingos”. “Que noticias artisticas me dareis? Que sabeis do “Parsifal” de Wagner? Recebestes cartas de Madame de Schleinitz? Tende a bondade de dizer-lhe que não esqueço nunca as breves palestras que me interessaram tanto, e se não lhe escrevo, é que temo não lhe enviar cartas tão interessantes como poderia ela esperar”. (15 de Junho). “... A minha solidão é ainda mais sensivel que a vossa. Entretanto o estudo me apraz sempre, e a epoca é mais das ciencias que das belas artes. Lembrai que nessa reflexão, ha espirito conciliatorio, embora quizesse bem encontrar-me nos meus domingos, ou na Grecia, falando sobre o eterno motivo”. “Penso como vós até um certo ponto. O merito das estatuas romanas não é quasi nunca original. Não me habituei ao lado artistico do budismo. Adeus!” (27 de Setembro). “Como vos invejo a existencia que levais em Roma!” (1 de Outubro). “A paciencia não me falta, procuro cumprir os meus deveres, mas podeis fazer uma idéa de quanto me devo resentir do pouco de liberdade que posso gozar. Como sereis feliz em Roma...” (1 de Novembro). “Sempre muito que fazer, e as leituras interessantes se acumulam no “bureau”. Isto me irrita algumas vezes, mas a reflexão vem logo, para me restituir a paciencia”. “Emfim, já vos disse o que me consola, alimentando tambem a atividade do espirito, que, todavia, tem necessidade de ser equilibrada pela do corpo. Mas, para faze-lo, necessitaria tempo, e com quem conversar passeando; porque, aqui, quasi não ha assunto para andar sem se aperceber...”

O êrmo não era real. O isolamento provinha-lhe do seu vezo, de não contraír amizades novas, que suprissem as extintas, e do retraimento, que se agravára com

a idade, a experiencia, o poder. Faltava-lhe, sobretudo, quem lhe falasse das montanhas tirolezas, do Rêno, de Bagdad e da Persia, rematando a descrição das paizagens, o devaneio científico, com o convite cheio de sonho: “Comme je donnerais gros pour me retrouver avec Votre Majesté sur la route de Mègare et même dans ces montagnes de la Corinthie! Voilà ce qui vaut la peine de vivre! Mais pourquoi n’irions pas en Norvège? Il n’y a rien de plus charmant que la route de Christiania à Trondhjem...” (115).

(115) Georges Raeders, D. Pedro II e o Conde de Gobineau, in *Jornal do Comercio*, de 20 de Outubro de 1935.

DEPOIS DA VITÓRIA

O ultimo ano da guerra do Paraguai foi mortificante, melancolico: era perseguir, por suas desconhecidas montanhas, um resto de exercito mergulhado nos desfiladeiros do Ascurra... Os generais acham isso inglorio, os soldados amargavam a irregularidade dos fornecimentos, a ausencia da pátria, as doenças; e, a agravar o abatimento dos espiritos, lavrava, no Rio, a crise financeira. Não havia dinheiro, para uma campanha que não terminava nunca. Lopez podia ser apanhado numa curva de caminho; tambem, perdido no dédalo das serras ou no mistério dos sertões, podia nunca mais aparecer... Sómente o imperador permanecia implacavel: não lhe falassem em paz antes da captura ou expulsão dele.

Os ardôres militares do conde d'Eu esfriaram-se no clima inhospito de Assunção: tudo era demorado, difficil, melindroso. Ignorava-se a posição do inimigo. Tinha ainda 11 mil combatentes e cerca de 300 mil pessoas foragidas, sob a sua bandeira. Fabricava artilharia, na fundição de Ibicuí. Fortificara-se, em Caacupê, Peripebue... Como seria atacado? Mitre desejava um combate frontal; o principe, uma marcha

de contorno. De Abril a Julho, correu, morno, o tempo dos preparativos, dos planos, dos estudos. Era exasperante! Em 17 de Julho, escreveu D. Pedro II ao genro: "Como devo dizer tudo que interesse ao fim da guerra como o desejamos, comunico-lhe que o ministro da fazenda acha-se em apuros de dinheiro se não aumentar a emissão de papel moeda. Persisto na minha opinião; e estou certo também de que Você quer dar um golpe certo no Lopez. O Itaborahí mostra-se desanimado". A 21 de Agosto, insistia: "mas estou certo que Você não deixará o fim da guerra indeciso!"

As jornadas de Agosto foram brilhantes. Revelaram o conde d'Eu como guerreiro, previdente, lúcido, corajoso. A investida de Peripebue varreu a coórte, reorganizada, de Lopez. Em Campo Grande, arriscou o príncipe a vida: soube Pedro Americo fixar numa téla celebre esse momento de perigo e heroísmo. Fazia bem á causa. Popularizava o herdeiro. Galvanizava a opinião publica. Mas as vitórias não atingiam Lopez. Ia ele abandonando, na fuga, os fragmentos do seu exercito, os melhores companheiros, as bagagens, as carretas. Acabaria — pensava o conde d'Eu, passando á Bolivia, ou varando os pantanais do Mato Grosso, para sair, "incognito", em S. Paulo... Diante disso, um desejo irreprimivel de voltar apossou-se do comandante em chefe.

Na sua idade, a vida dos acampamentos tem o encanto das ações reluzentes, das largas aventuras: e o que via, era a mofina estagnação de uma tropa descontente, utilizada inutilmente na procura de um homem. A guerra terminára; estava-se na busca... — escrevera o coronel Tiburcio a Osorio.

Mas o Imperador considerava — como em 1868 — absolutamente indispensavel a conclusão disso. Não

hesitou um instante. Foi surdo aos apêlos da filha, que temia pela saúde do esposo. Queria ser equânime, sacrificando o genro e os oficiais, que lá continuavam. Assim não diriam que um capricho prolongava cruelmente um erro. “A declaração de finda a guerra sôme ao toque de debandada”, confidenciára ao conde d’Eu, prevenindo-o. Não admitia sequer o regresso de Paranhos, indispensavel em Assunção, para ajudar o principe. Afligia-o o problema da alimentação do exercito, tudo o que se relacionava com as suas necessidades, o seu espirito. Dum bilhete a Cotegipe, de 13 de Dezembro de 69, são estes reparos: “Paranhos, a cuja carta vou fazer reflexões, diz que se tem remetido para “Rosario” até 29 de Novembro, 6.000 rezes, “pelo menos”, e meu genro escreveu-me a 26: “Continuam os apuros da alimentação a ponto de terem morrido estes dias bastantes soldados por “méra inanição”. E isto tende a agravar-se com as chuvas, que, outro dia, segundo participou de Santo Estansláo o Manduca Cipriano, já desmancharam a ponte do Tapinaquai”. Conforme a carta de meu genro de 26 d’Outubro, ele tinha a 15 em Capivarí para “mais de 9.000” homens, mas talvez que a 26 de Novembro não tivesse tantos. Pelo parecer do Dr. Pinheiro Guimarães um boi dá 100 rações, e portanto os 6.000, de que só metade chegaria a Capivarí, dariam 300.000 rações, ou 22 a 23 dias de alimentação, 10 a 12, tempo do caminho, depois da chegada das primeiras boiadas a Capivarí, que teria sido a 21; mas a 26, se a reserva diaria foi de 300 rezes, deveriam restar rações para 11 a 12 dias, que se levariam até Igatinga. Ainda assim Paranhos não calcula senão pelo que lhe “consta” na ocasião da remessa, e meu genro pelo que “verifica” na chegada a Capivarí. Por isso, e porque convem apressar a perseguição de Lopez do lado de Capivarí, entendo que meu

genro faz bem de ficar em Capivari, donde póde expedir suas ordens, e ele e eu confiamos inteiramente no zelo de Paranhos..." Em 25 de Dezembro: "Parece-me que o Comandante em chefe pede ao Ministro uma licença de 3 mezes. Acho-a prejudicial emquanto ele não tiver tudo disposto no exercito de modo á sua ausencia não ser nociva, e, mesmo assim, observar-lhe-ei que a sua retirada, emquanto houver que debelar o inimigo, tem graves inconvenientes, á vista da tendencia da parte de todos de deixarem o exercito. Se não houver toda a prudencia, poderemos perder em parte os sacrificios feitos, e prolongar o tempo de nossa occupação militar do territorio Paraguaio". Em 15 de Fevereiro de 70, era imperativo: "Entendo que a perseguição a Lopez não deve parar e neste sentido escreverei a meu genro". E a 2 de Março (no dia immediato á tragedia de Aquidaban-nigui): "Tenho muito medo da declaração do fim da guerra que tambem traz necessariamente a retirada de meu genro, emquanto não tiver eu a certeza, pelo menos, de que Lopez está fugido na Bolivia. Sempre manifestei esta opinião e hei de insistir nela".

Em 1.º de Março, um piquete de cavalaria alcançára Francisco Solano Lopez nas barrancas daquelle arroyo. E caíra o Marechal, de espada em punho, o rosto voltado para os lanceiros gaúchos, desfechando no ar um golpe vago... Morreu como um cavaleiro da Idade Média. E foi, essa gota de sangue, o ponto final da campanha dos cinco anos. O conde d'Eu correu a comunicar ao sôgro: "não posso deixar de me lembrar logo de V. M. e de beijar a mão pedindo-lhe perdão por minhas descrenças e outras criançadas como filho estrenuo e reverente".

Ganhára afinal: mas a morte de Lopez lhe doeu, amargou-lhe o jubilo do successo definitivo, da paz que

se consumava... Imaginára lança-lo fóra da Republica: ou aprisiona-lo, num cêrco que tivesse o esplendor militar de Uruguaiana. Em logar desse honroso epilogo, houvera apenas, numa curva de rio, um "entreviro", e alguns soldados, que acabam a lanções um oficial que não se rende. Porque o general Camara não evitára esse penoso episodio?

A carta de Muritiba a Paranhos, de 4 de Abril, traduz o pensamento contristado e severo do imperador: "confesso que com certo receio de ser aquele feito (a ação de Cerro Corá) anuviado por alguma apparencia de excesso quanto á morte de Lopez (116). Na verdade o officio de Camara deixa ver que o inimigo podia ser aprisionado... O Imperador admirou-se de que o Camara não fizesse autenticar a morte de Lopez por meio de um exame em regra para ser devidamente publicado. Entende ele que isto ainda pode ter logar... Se V. Ex. pensar que é possível satisfazer o desejo de S. M. cuido que não será máo. Se houver inconveniente, basta enviar-nos o exame, que consta haver feito no cadaver o cirurgião Costa Lobo, não sei se por ordem do general, ou de outrem. S. M. recomenda-me muito isto e eu o peço instantemente a V. Ex." Camara, pelo seu denôdo, fóra elevado a marechal e visconde de Pelotas. Mas "ao cabo Chico não quer o Imperador consentir que se dêm honras militares, ao menos emquanto não desaparecerem as suspeitas a que já me referi. Ainda não lhe falei na pensão ao dito cabo, mas ele lembrou a conveniencia de contentá-lo com dinheiro".

A magnanimidade entrava no sistêma de sua politica, na sedução de sua diplomacia: Estigarribia vivia

(116) Wanderley Pinho, *Cartas do Imperador ao barão de Cotegipe*, Pinheiro Guimarães, *op. cit.*

no Rio em liberdade, de uma pensão que lhe dava o imperador, e frequentava o teatro... Não interessava ao equilíbrio platino o trucidamento do "Mariscal": faria ele, na Inglaterra, bôa companhia a Rosas. Disse-se mesmo que este, no seu exílio de Southampton conservava á mesa um lugar vazio, á espera do outro adversario de D. Pedro II...

Já na parte dada sobre o combate de Angustura, verberára Caxias a fuga de Lopez, quando prometera bater-se até morrer. A lapis azul, o imperador escreveu á margem: "Não se publica este periodo".

Tambem a conquista não lhe sorria.

Metera-se demasiadamente nos assuntos da vizinhança e ansiava por livrar-se deles: Muritiba advertira a Paranhos, numa clara linguagem sem reticencias. "Não desejamos novas complicações; eram suspeitas de todo o mundo a respeito de pretensões de engrandecimento á custa do Paraguai ou de qualquer outro vizinho, e tão pouco queremos ingerir-nos nos negocios domesticos. Em minha opinião, V. Ex. deve apressar muito a conclusão do tratado preliminar e do definitivo se fôr possível, para que depois de retirado o nosso material sejam igualmente retiradas as nossas forças, como tudo aconselha... O Imperador parece nutrir opinião muito proxima á nossa, posto que a principio se mostrasse hesitante".

Ribeyrolles tivera razão: aquele Habsburgo-Bragança não saíra á linhagem dos Cesares. Exigira a perseguição de Lopez como se quizesse tomar o Paraguai. Lá estava, literalmente ocupado, devastado, sem governo sério, um país que a guerra destroçára. Mas a vitória não dava direitos: e recolhia a força, mandava voltar os regimentos, apressava a restituição do territorio, a seus donos, por que a esponja do tempo apagasse a larga mancha de sangue... Sabia que a

paz no Prata seria agora permanente: em Buenos Aires governava um presidente democratico; no Uruguai, uma administração ordeira; e pelo rio aberto, as influencias da civilização varriam a lembrança das sórdidas ditaduras. Era um capitulo encerrado. Nem anexações, nem indenizações, nem castigos: quitavam-se compromissos, com um saldo de idealismo. Salvára-se o prestigio das armas: mas não se agravava o direito das gentes. O Imperio não esmagava; retraía-se. Fizera, a todo custo, a guerra, o que era compreensivel; mas resistira ás tentações do triumpho, o que foi exemplar. D. Pedro II — passado o tormentoso periodo — sentia-se cansado. E deixava repousar o espirito americano.

Não ha uma pulsação de audacia, um frémito ambicioso na direção que imprime aos fátos. Extinto Lopez, volta imediatamente o pensamento para outros problemas.

E a gloria? O commercio da cõrte quotiza-se. Chaves Pinheiro — rival de Rochet — esculpiu uma bela estatua equestre do Imperador, na sua indumentária do cerco de Uruguaiana, de chapéo de voluntario e capa sobre os hombros, perfeita réplica ao monumento do Rocío, de D. Pedro I.

Recusou-o. Em 15 de Março escreveu uma carta á comissão, sugerindo fosse o dinheiro aplicado á construção de colégios públicos. E mandou o modélo, daquella obra-prima, para o Asilo dos invalidos da Pátria, onde os veteranos lhe fariam continencia, como ao velho coronel dos belos tempos...

Envelhecêra, nesses cinco anos, como se eles fossem vinte.

Em 1864 tinha os cabelos ainda castanhos-loiros; em 1870, alvejavam-lhe, como se regelados de muitos invernos.

Dir-se-ia que sofrera longamente: aos 46 annos, parecia um ancião.

Espantaram-se quantos — após um breve periodo de ausencia — foram vê-lo na galeria de S. Cristovão, nos seus dias de audiencia.

O porte permanecera-lhe garboso, alta a fronte, o gesto sempre igual: mas a barba branca, caíndo sobre o laço da gravata, lhe dava, á fisionomia moça, um ar veneravel. Era o “velho”.

Em 1840 fôra o “menino”: o ai Jesus do Brasil. Em 1845 o “homem”: a mão forte. Em 1870 o “velho”: tão cêdo principiára, como ia acabando...

Vivera intensamente os tempos aflitos da luta externa. Dispensara-lhe as energias de corpo e intelligencia, infatigavel, inabalavel, agitado. Concluida a tarefa, findára tambem a mocidade.

* * *

Mais grave talvez do que o recrutamento, era o problema da repatriação de tantos milhares de soldados distribuidos pelos quartéis do Paraguai.

O mal estar dos fins-de-guerra infiltrou-se, como um vago terror, na atmosfera macia do Rio de Janeiro, ao começar o anno da vitória — 1870.

O conde d'Eu, na carta ao Imperador communicando a morte de Lopez, pedia-lhe perdão de “crianças”. Reduziam-se, da parte dele, a pouca cousa: sonhára desembarcar na côrte, de grande uniforme, á testa de dez ou doze batalhões de voluntarios de tunicas azúes e bombachas brancas!

Gastão d'Orleans era joven, da familia de Henrique IV, ardente na sua imaginação excitada pela enfadonha campanha da Cordilheira: queria dar á côrte um espetaculo marcial, que o destacasse, cavalgando o seu

ginete de Peripebue, ao lado dos camaradas de armas, bronzeados pelo sol de cem combates. Isto, para o cauteloso Paranhos, para o ministério, que não compreendia a conveniencia de tais aparatos, sobretudo para o Imperador, que detestava essas alegorias, foi motivo de uma inquietação grave.

“... Hei-de de escrever a meu genro — positivou D. Pedro II em 25 de Dezembro de 69 — opondo-me á sua vinda com tantos voluntarios, pelas seguintes razões...” E silenciava a maior delas: a consternação, que o pomposo desembarque causaria aos politicos.

De fato, o conde d’Eu chegou a reunir, em Rosario, de 6 a 9 mil homens. E acusou Muritiba, de lhe ser contrario a um plano que reputava digno e necessario, para alegrar o povo, cansado dos sacrificios da luta, contente de ver-lhê o glorioso epilogo, num desfile com fanfarras, troféos e passo de parada. Para isto, licenciar-se-ia por tres mezes; e enquanto Camara perseguisse Lopez, partiria, com a tropa, a passear pela rua do Ouvidor...

O sôgro franziu o sobr’olho.

O principe desistiu de sua fantasia.

E a tragedia de Cerro-Corá conciliou-o com a realidade prosaica.

Voltou para o lar sem regimentos, musica e bandeiras: melhor do que tudo, o acolheu no Rio estu-penda manifestação popular. Nenhum outro general do Paraguai fôra ainda recebido assim.

Eis o homem! — insinuaram, para ferir a Caxias, os liberais. O principe e Osorio tinham ganho a guerra — gritavam, melindrando o velho marechal, obrigado a cometer um ultimo ato de heroismo: a discussão parlamentar do seu comando... Essas impertinencias do Senado mexiam as emoções da soldadesca, da massa

de oficiais em vesperas d'alguma mofina comissão nas províncias. Muritiba impopularizára-se, na pasta militar. Voltaram-se para o conde d'Eu. Andaram pelas ruas, a aclama-lo. A primeira quinzena de Julho correu agitada, com prenuncios de rebelião, motins nas ruas. "E não ficou sómente nisso — dizia, em carta a João Brigido, o coronel Tiburcio: Á noite, militares de linha, depois de percorrerem diversas ruas da cidade vitoriando o Imperador, o conde d'Eu e a familia imperial, e dando "fóras" ao gabinete de 16 de Julho e morras ao Muritiba, estabeleceram-se no Teatro Lirico, fazendo parar todos os coches da comitiva imperial, em busca do Muritiba, que se meteu, por prudencia, no quartel do Campo, até serenar a procela. O proprio carro do Imperador foi detido, para que ele ouvisse distintamente o que se proferia!" (117).

Pela primeira vez, uns tenentes indignados tomavam pelo freio os cavalos, que puxavam a carruagem do Estado. A cabeça de D. Pedro II appareceu á portinhola, dominando o circulo ruidoso de manifestantes. Com voz clara e energica, determinou ao cocheiro, que fizesse partir o veiculo. "Não atenderia a rógos de officiais em plena rua!" Estes, respeitosamente, afastaram-se. E passou, veloz, o coche de bronze e verniz, levando o augusto senhor que não ouvia a indisciplinados.

A repressão foi rigorosa. Alguns exaltados passaram ás prisões da fortaleza de Santa Cruz. Esperava-se Paranhos, já indigitado para succeder a S. Vicente. E o conde d'Eu annunciou a resolução de embarcar prontamente para a Europa.

Temia o Imperador que a presença — e a celebridade — do genro, causassem ao governo maiores in-

(117) Eusebio de Sousa, *Tiburcio*, p. 77, Fortaleza 1937.

comodos? A viagem dele, por certo, consolidaria, nas suas posições, o partido conservador. Mas se precipitava com o desejo, que D. Pedro II comunicára ao gabinete e á côrte, de aproveitar proximas férias numa extensa e saudavel excursão pelo mundo. Ora, durante a ausencia do pae, caberia a D. Isabel a regencia, frustrando-se assim o plano do conde d'Eu, de ir á Inglaterra recuperar as côres e a calma, a sua paz de espirito e a alegria domestica, comprometidas desde 1869. Tinha, pois, de antecipar-se, para estar de volta em Abril ou Maio de 71.

O navio que transportou a suas altezas para a trágica Europa de 1870, deixava um grande vazio nas aguas do poder publico.

O descontentamento das casernas perdêra um apoio moral e próximo: caberia ao habil Paranhos arrear de vez esse escólho dos caminhos do seu partido. Silenciaram, no Rio, a insolencia e a indignação de jóvens capitães, de voluntarios que se diziam desamparados: mas se encheram os "clubs" republicanos. Além disto, a opposição marcára os rumos do governo. Reforma ou revolução, ameaçavam os liberaes. E Paranhos concordára: fazia-se a reforma...

Como outr'ora em Roma, as legiões, regressando, traziam laureis e idéas.

Acabára a luta exterior; começava a luta interna.

A mocidade, que fôra poupada á metralha, cobrava caro o quinhão de sacrificio. Cerrava o punho; e pedia leis.

D. Pedro II estabeleceu as suas condições.

A grande novidade seria uma lei emancipacionista.

Que se vibrasse logo, na escravidão, um golpe mortal... e cauteloso!

Insensivelmente embebera-se o Imperador do prestígio e da influencia do “seu” triunfo. O aniquilamento de Lopez fôra “seu” exito. O país proclamára a “sua” superioridade, sobre os indecisos politicos, na teimosia grandiosa com que lhes resistira, para ultimar assim a guerra. Sentia-se popular e forte. Habitua-se principalmente a insistir, obedecido, e prevalecer, convencendo. Parecia-lhe natural tentar então a sua nova politica social: não queria muito por emquanto. Bastava a libertação dos filhos das escravas.

Em Petropolis — a 25 de Fevereiro de 1870 — Cotegipe revelara a Tavares Bastos: “Não quer reforma, que lhe tire o modo de influir atualmente nas Camaras e de exercer, o seu sistema de governo”... Pensára em acabar com a guarda nacional. Opunha-se á eleição dirêta. “Opõe-se a tudo quanto lhe pareça inconstitucional”. Os ministros irritavam-se. Até 1857 — dizia ainda o barão, em Maio de 70 — não se lembrára de censurar os relatorios ministeriais: agora, pedia provas, anotava-as, esmiuçava banalidades, diminuto, inevitavel, desconfiado. Poder pessoal era aquilo: em tudo a personalidade dele, a sua curiosidade, a “sabatina”, a inquisição, a impertinencia. Questionava os auxiliares — como se examinasse meninos, no “Pedro II” — sobre têmeas inverosimeis: exáto, minucioso, tenerez, terrivel (118). A uma série de perguntas sobre contabilidade de marinha, respondera Cotegipe: “Não sou profissional...” Cá fôra, achavam-lhe graça; em S. Cristovão, cada despacho coletivo era uma reprodução de vexames escolares, em face d’um professor cortez, mas implacavel... Porisso José de Alencar não suportára a pasta; demitira-se, enfurecido. Passára a ata-

(118) Tavares Bastos. caderno ms., na Bibl. Nac.

ca-lo, em artigos de imprensa, coruscantes de ira soberba.

Candidato a senador, com o limite minimo de idade, o romancista falára disto ao Imperador (119).

E este, para dissuadi-lo.

— No seu caso, não me apresentava agora; o sr. é muito moço...

— Por esta razão — revidou Alencar, Vossa Magestade devia ter devolvido o ato que o declarou maior, antes da idade legal...

Atenuando a ofensa: — ... entretanto ninguem até hoje deu mais lustre ao governo.

— Bem sabe que obedeci a uma razão de Estado.

— E' tambem uma razão de Estado para um politico não desamparar o seu direito...

— Faça como entender; dou a minha opinião...

— Que vale uma sentença...

Estava declarada a guerra. E o escritôr vingava-se.

(119) Visconde de Taunay, *Reminiscencias*, p. 170.

XXVI

OUTRO LINCOLN

Tudo dentro da Constituição!

Fizêra a “sua guerra”; vencera-a. Somados os silenciosos sacrificios do quinquenio, eram os seus cabelos todos brancos. Metia nos mesmos bastidôres a continuação do seu drama: arrancar a uma politica hostil a desfiguração da sociedade anacrônica, a liberdade das senzalas... Por um ato autoritario? Seria o despotismo. Com a violencia? A revolução. De golpe? A catastrophe. Numa evolução persuasiva — a pedra de Sísifo...

Tinha de ser engenhoso, paciente, teimoso e dissimulado. Como Eduardo VII depois — desprezaria o poder, se lhe ficava a influencia. Aguçaria a vocação liberal dos estadistas, discriminaria os problemas, arrazaria os obstaculos, fugindo á prepotencia, para governar sem aparecer. No episodio do Paraguai tinha o apoio da opinião, do exercito: pudêra ser obstinado. Agora, a base do seu equilibrio era uma intuição humanitária, uma indignação antiga, o bom senso indeciso dos homens desprendidos:

— Que vergonha, um país de escravos!...

E nenhuma força humana o demoveria.

* * *

Em Junho de 70 queria D. Pedro II que a paz com o Paraguai se concluísse logo, e comunicara em Julho ao conde d'Eu, a intenção de seguir para a Europa.

“Espero que a habilidade do Paranhos nos livre dentro em pouco dos negocios do Paraguai. E' preciso ir pensando em quem substitua o Paranhos no Rio da Prata, quando ele dever regressar” — dizia a Cotegipe, em 5 de Junho. Seria o proprio Cotegipe. Apenas o ministerio não podia durar.

Itaborahi debelára a crise financeira: mas parava, hesitante, no portico da temporada abolicionista. Não seria ele — cardeal da igreja conservadora, — quem lhe abalasse as colunas. O Imperador ainda não podia chamar os liberais. A Camara era redondamente ministerial; tambem o fim da guerra robustecera o governo. Precisava de uma solida ordem para poder ausentar-se. Lançaria mão de outros “saquaremas”: havia S. Vicente, que apresentára os primeiros projetos de extinção da escravatura: e Paranhos, assessor do principe, que acabára com a escravidão no Paraguai... A refrega dividiria o partido. Interessava ao patrimonio da aristocracia territorial, protegida -- a massa eleitôra! — por todos os grupos. Não cederia facilmente: tinha de ser conquistada. Abrir-se-ia nova campanha. Sómente um Caxias civil venceria aquela “linha negra”. A Humaitá do elemento servil fechava o rio da civilização... Quem o passaria? O marquez de S. Vicente envelhecera, como Tamandaré. Tinha a confiança do Imperador, não do parlamento. Nem pulso, ou temperamento, para o combate: e D. Pedro II se obstinava. Como concluir a primeira, começava a segunda guerra: daria fim á escravidão no Brasil!

A sua arremetida foi em 1.º de Maio de 70.

Escreveu ao presidente do Conselho:

“Sr. Itaborahí. Não sei quando se abrirão as Camaras: porem é necessario que eu possa a tempo examinar o projéto da fala do trôno. Pelos motivos que lhe tenho exposto, e entre os quais o sr. bem sabe que não tem senão menor importancia para mim o meu modo de pensar, entendo que seria um grande erro o não dizer o governo alguma cousa sobre a questão da emancipação na fala do trôno. As minhas idéas capitais são as que voluntariamente poz em pratica o barão de S. João do Principe, e quem déra que do mesmo modo procedessem todos os senhores de escravos! Entendo que o barão merece alguma graça por essa ação, a qual contribuiria para mostrar que não ha alguma imprudencia que certas pessoas lhe querem attribuir e sinto que a minha casa, pelas razões que lhe comuniquei, não tivesse podido antecipar-se ao barão de S. João do Principe. Felizmente os escravos que ainda se acham no serviço de minha casa são de propriedade da nação, e espero que o poder legislativo facilite as manumissões por parte de minha casa, adotando uma lei no sentido da nota que lhe dei. Escuso dizer que tudo o que lhe acabo de escrever será sabido unicamente do ministério, que muito estimarei concorde comigo na necessidade, que sempre lhe tenho exposto, de alguma cousa dizer-se na fala do trôno a respeito desse assunto, de que todos parecem occupar-se menos o governo. Diga a seus colegas que podem ir mandando-me as provas de seus relatorios. Esta carta não carece resposta. Conversaremos oportunamente deste assunto ou quando o senhor entenda preciso”.

Era a intimação.

Censurava o gabinete, positivava a divergencia, definia a sua attitude: se o governo quizesse passar por

libertador, o Imperador fingiria de vencido: se recusasse, iria escolher outros instrumentos...

Lincoln fôra eleito para redimir os escravos. Fizerá disto um programa. O imperador cançara-se de governar um país de rotina: e promovia ele proprio, a revolução social. A guerra dilatára-lhe a autoridade. Cinco anos dirigira os fátos, arqui-ministro, arbitro do grande drama, afinal isolado, na sua obcessão, mas irresistivel, vitorioso. Todo o ano de 1869 fôra de sua resistencia aos pacifistas, aos que achavam inferior á missão do império perseguir, na retirada, o infortunado... Mantivera, apesar disso, nos paúes e serranias estrangeiras, um exercito, com seu genro á frente: triunfára. As festas que por toda parte comemoraram a volta dos voluntarios, a gloria de suas armas, tinham-lhe dado o prestigio dos reis felizes. Podia encaprichar-se. Recuára, no caso dos escravos, para que o desagravo nacional não fosse prejudicado pelas dissenções partidarias. Agora, poderoso, inabalavel, exigia que o ouvissem: soára a hora da liberdade. Alem disso, queria viajar. Como se apresentaria na Europa, com o rótulo de Imperador dum tropical país negreiro, espécie de barbafo fazendeiro cujas passagens, nos barcos de luxo, eram pagas pelo suor dos cativos? A reforma, disse Andrade Figueira, "é a carta de credito com que o Imperador aparecerá aos filantropos da Europa". Não ficaria atraz do pobre Abe, o grande Lincoln: contava extraír habilmente da politica o que arrancára o outro duma hecatombe. O sentimentalismo popular era-lhe propicio. A literatura auxiliava-o. Os poetas substituiam os estadistas. Entrára a questão abolicionista em ordem do dia, da imprensa combativa. Os republicanos acabavam de formar o seu partido: não diziam palavra, sobre ela. Mas a literatura se armára para a batalha.

Foi em 4 de Maio a reunião de ministros, em que se declarou o atrito. O Imperador disse “que a questão se havia de resolver”, começando pela libertação dos filhos das escravas. Reclamava, pois, uma alusão da Fala do trôno...

Opuzeram-se: talvez os liberais... “Aqui S. M. observou (e por vezes interrompera quem falava com outras observações) que a solução dada pelos conservadores seria bem aceita pelos fazendeiros”. Esta especie de guerra seria peor que a do Paraguai — objétou Cotegipe. O imperador foi malicioso: o sr. Cotegipe declarára que se oporia até pégando na espingarda... — Não se recordava, atalhou o ministro da marinha; podia levantar-se contra a opinião dos ministros, não contra as leis do Estado: “Isto prova que V. M. só me julga pelo que lê nos jornais da opposição”.

Realmente, o imperador lia com mais frequencia os órgãos da opposição: davam-lhe assunto para interrogar o gabinete...

Cotegipe proseguiu: “O governo perderia tambem em força e dignidade, porque se diria, com razão, como já se diz por aí, que S. M. impoz-nos e nós aceitamos a imposição, por amôr do poder”.

Não era possivel iludir a situação: ele queria!

Na reunião de 5 de maio “S. M. (continúa a relatar Cotegipe, que “protocolou” a conferencia) disse que era mister fé, que sem ela nada se faria; que sabiamos quais as suas idéas; que havia de persistir nelas; mas que tambem não iria além, e se havia de opôr, até a ultima, para que se não fosse além; que na primeira ocasião oportuna — daria a conhecer francamente a sua opinião e o faria applicando á sua casa a medida da liberdade do ventre”. Parecia transigir: em troca de uma referencia da fala do trôno,

prometia parar, na primeira reivindicação abolicionista. Os ministros permaneceram irredutíveis. “S. M. acudiu: — Que enquanto “julgava dever conservar os ministros” sempre cedia á opinião destes, e o mostrava — nesta ocasião —, porém que de sua casa e dotação dispunha, como entendia, e que não sabia o meio de evitar-se que ele libertasse todas as “crias”, á proporção que fossem nascendo, ou isso declarasse, nos livros da casa”. Nem isto, contrariou Paulino: ficasse em atos isolados; “tudo o mais seria uma intervenção diréta...” (120).

Tavares Bastos ouviu a Cotegipe outros pormenores: O Imperador retorquirá, que por todos os modos faria conhecida a sua opinião. Muritiba e Cotegipe bateram o pé: não consentiriam. A corôa exorbitava... (121).

A Fala do trôno não se referiu ao problema: e, em editorial, o periodico do governo, “O Dezeseis de Julho”, festejou a vitória do gabinete, sobre a vontade irresponsavel...

D. Pedro II adiára a crise.

Em 14 de Maio, Teixeira Junior interpelava o governo, pedindo-lhe o pensamento acerca “da grave questão do elemento servil” (122).

Em 24 de Maio, um estupendo “decreto” da mordomia libertava os filhos das escravas da imperial fazenda.

Nabuco de Araujo apresentou no Senado uma emenda ao orçamento, consignando mil contos para a libertação de escravos. Era em Setembro. O impe-

(120) W. Pinho, *Politica e Politicos do Imperio*, Rio 1930.

(121) Tavares Bastos, cadernos ms., secção de ms. da Biblioteca Nacional.

(122) Vd. Leão Teixeira, *O Visconde de Cruzeiro*, Rio 1934.

rador escreveu um bilhete a Itaborahí: a emenda merecia aprovação. Foi o alçapão, por onde devia desaparecer o ministerio. Correu o presidente do conselho a S. Cristovão, e depoz o cargo (123). Tentou demovê-lo: precisava ir á Europa, queria deixar um governo de sua confiança, e tudo se acomodaria, pelo menos até Março... Itaborahí insistiu. Quem indicaria para substitui-lo? — perguntou o monarca. Caxias. Velho e doente — reparou Paranhos. Estava solidario com os companheiros. O marquez de S. Vicente... Este foi alegremente aceito.

Desde Maio, aliás, Itaborahí contava com a successão.

Sobrevinda a divergencia á roda da fala do trôno, falára francamente a S. Vicente, como ao indigitado pelas circumstancias para chefiar um governo conservador-abolicionista: e o imperador parecera concordar. Os demais ministros não souberam dessas confabulações. Mas a solução estava prevista: a nova cruzada reclamava a decidida fé, que ele invocára. Cronologicamente, os seus arautos, eram Pimenta Bueno e Paranhos.

S. Vicente, encarnação do poder pessoal, como clamava Alencar, em Março de 71, governou na calmaria do interregno parlamentar.

Era uma curta navegação, sem ventos perigosos.

O manifesto do Partido Republicano não impressionou o Imperador. O jornal "A Republica", de 28 de Fevereiro, preconizou os Estados Unidos do Brasil.

S. Vicente exasperou-se.

Propoz — para a defesa monarchica — que se tomasse desde então a providencia, de não nomear para os cargos publicos adversarios do regimen!

Contestou:

(123) Nabuco, Um Estadista do Imperio, III, 557.

— Sr. São Vicente, o país que se governe como entender e dê razão a quem a tiver.

— V. M. não tem direito de pensar deste modo — zangou-se o conselheiro, falando da Constituição, que o soberano devia manter.

— Ora — gracejou — se os brasileiros não me quizerem para seu Imperador, irei ser professor!

S. Vicente sorriu. Compreendia-o. Sabia o que aquilo significava. Não revelára o imperador a Gobi-neau: ás vezes perdia a paciencia?...

Incapaz de enfrentar a borrasca, resignou antes da inauguração das Camaras. Paranhos (já visconde do Rio Branco), chamado a 29 de Janeiro pelo presidente do conselho, como ultima esperança do partido conservador, formou governo em 7 de Março. Conservou João Alfredo na pasta do Imperio: e atendeu ás conveniencias da maioria, dando a da justiça a Sayão Lobato, a de estrangeiros ao conselheiro Corrêa, a da marinha a Duarte de Azevedo, a da agricultura a Machado Portela... Apresentava-se, para a luta. Ficava com a corôa a opinião das cidades, o espirito jóven do Brasil: do outro lado se entrincheiravam, nos interesses da lavoura, as irritadas forças da opposição, o nucleo velho do partido.

Em 7 de Fevereiro desse ano faleçêra em Vienna de Austria a duqueza de Saxc.

A dôce Leopoldina, transportada para as côrtes germanicas tão longe do seu tranquilo ambiente domestico, desapareçêra como a avó e homônima, numa dôr silenciosa e num grande isolamento... Teresa Cristina adoceceu de pesar. D. Pedro II aturdiu-se num desespero impotente e sombrio. Restava-lhe o dever de criar os netos alemães e de chorar em segrêdo a pobre filha que fôra a sepultar em Coburgo. A sua

desolação projetou-se subitamente na politica. Rio Branco que dirigisse a peleja. Ficaria Isabel na regencia. Iria á Europa, tratar da saúde da Imperatriz. Além disso, se o governo fosse derrotado, não voltaria!

Para assegurar ao gabinete a pequena maioria parlamentar de que necessitava, pela primeira vez voltou atraz numa escolha senatorial. Na vaga de Alagoas — disséra a Paranhos — nomearia o segundo da lista, Sobral Pinto. João Alfredo mostrou-lhe que melhor conviria a nomeação de Jacinto Paes de Mendonça: e este, a 7 de Abril, foi o novo senador (124). Tudo, pela causa...

O Poder Pessoal irrompera, soberbo. Havia uns tons de messianismo, na sua decisão arrebatada. Em 68 gritavam-lhe, a reforma ou a revolução; agora, respondia: a reforma — ou a renuncia!

Era a segunda vez que se falava de abdicção. A primeira fôra em 1868. O exercito, ás ordens de Caxias, estacára em Assunção. Não se julgára indispensavel perseguir Lopez. O conde d'Eu escreveu ao duque de Nemours: se a campanha não proseguisse, o imperador abandonaria o poder... Agora, jogava a grande cartada. Preferia ser homem livre, comendo nalguma terra de exilio o pão de sua pobreza, a reinar sem gloria num país atrazado...

José de Alencar descobria-o, num artigo incisivo, em 9 de Maio: o poder pessoal penetrava “desde as mais altas questões até os mais pequenos detalhes; *ab ovo usque ad mala*; isto é, desde a grande revolução social da emancipação até o golpe de estado do Conservatorio dramático”.

* * *

De volta da viagem á familia, chegára o casal d'Eu, em 1.º de Maio de 71. No dia 3, entregou D. Pedro II

(124) Visconde de Taunay, *Reminiscencias*, p. 54.

ao genro uma série de conselhos sobre o governo. Em dez dias passou a lei de licença, para a viagem de Suas Majestades. Recusou a subvenção de 2 mil contos para este fim: gostava de ir “incognito”, insinuar-se, despercebido, entre as côrtes, que o não conheciam... A 20 de Maio, a princeza prestou juramento no Senado, como Regente do Imperio. Ao ato não compareceu o marido. Negára-se-lhe um lugar entre os assistentes, no recinto; devia ficar, em meio dos extranhos, numa tribuna. Preferiu encerrar-se em casa. Sangrava o seu coração francez com as desgraças da pátria, investida, dominada pelos alemães: e acabavam de chegar-lhe noticias dos tumultos de Paris. Em má hora empreendia o imperador a desejada, sonhada viagem: as flamas da guerra iluminavam o arcabouço de um mundo em derrocada. E as imprudencias da politica européa advertiam as nações adolescentes. “Je crois le spectacle de la Commune de Paris a servi de leçon” — notou Gaston de Orléans, em carta dirigida ao pae (125). Às 8 e meia da manhã de 25 de Maio o paquete “Douro” começou a saír a barra. Conduzia o imperador, a imperatriz e a comitiva: o camarista Nogueira da Gama, o veador Bom Retiro, o medico barão de Itauna, a dama Leonidia dos Anjos Esposel, duas criadas e 7 criados.

Alguns reis já tinham passado á America: D. João VI, o inditoso Maximiliano... Nenhum fôra ainda á Europa, espantar os aristocratas inglezes e austriacos com a sua simplicidade agreste e natural.

D. Pedro II chegou a Lisbôa como um velho parente “brasileiro” que se revê; em França, como um burguez em excursão; em Londres, como um principe do Oriente; em Berlim e Vienna, como um “globe

(125) A. Rangel, *Gastão de Orléans*.

trotter” ou um fenomeno; na Italia, como um professor de artes e antiguidades... Mas no Brasil ficára como um conspirador.

Os fazendeiros, furiosos, não lhe perdoavam a iniciativa, da libertação das “crias”. Rio Branco bracejava á superficie; no fundo, èle era o responsavel. Em 9 de Junho publicára o “Diario do Rio” uma imunda sátira, sobre a maternidade negra. Zacarias nomeára-o: “general da idéa”. O proprio Jornal do Commercio lhe déra um titulo: “sereia maligna”. Como as da epopéa, desnor-teava, na sua navegação, o sereno Ulysses, o Estado... Tavares Bastos anotou no seu diario: pela primeira vez agredia-se sem piedade o soberano (126).

Não tocassem no cativo! Caíra Lincoln, apunhalado, no camarote do teatro em noite de gala, sobre os laureis. A tragedia aqui resumia-se, entalada nos incruentos costumes politicos: apedrejava-se o temerario.

Abalava-se a monarquia. “La monarchie est finie”, repisavam os republicanos. Mas não recuava.

Timandro investira-a ferozmente em 1849. Agora era o senador Torres Homem. E esbraveava, da tribuna: “Se o Imperador, como homem e como cristão, associou-se a esse voto de sua pátria e da humanidade com o ardor de uma consciencia piedosa; e, como rei, o amparou com os prestígios da sua posição excelsa, sem saír da orbita constitucional, bastaria esse fato, só por si, para immortalizar o seu reinado”.

(126) T. Bastos, cadernos ms., citados.

XXVII

A PRIMEIRA VIAGEM

A 28 de Maio, estavam na Bahia. O imperador e a imperatriz assistiram a sua missa na igreja do Bomfim. Mas a 30, em Recife, não poudo Tereza Cristina desembarcar. Sentia-se cansada. D. Pedro II foi á igreja do Espirito Santo e, com as autoridades da terra, observar as novas estradas.

A travessia correu tranquila.

Em Lisbôa, porém — no dia 12 de' Junho — uma surpresa lamentavel os aguardava: a policia sanitaria exigia dos passageiros da America a quarentena do Lazareto. Evidentemente — escusou-se o governo — a medida não atingia a Suas Majestades... — E porque não? — interrompeu ele, com o tom imperativo e sêco que costumava dar ás suas objeções. A ordem era para todos. Tanto mais que viajava "incognito"... E tocaram-se todos para o Lazareto, onde passaram oito dias cheios. Houve algo de burlesco ou espantoso então. Umhas grades de parlatorio separavam os hospedes do Estado, e os visitantes. Através desse espia-douro claustral viu o imperador do Brasil o seu amado cunhado el-rei D. Fernando, o sobrinho D. Luiz I, a familia real, a nobreza, os politicos. Estimava sobre-

tudo ao viuvo de D. Maria II. O espirito finamente curioso, ousadamente estêta, entre grave e poético daquele Coburgo impregnado de alma latina, era-lhe sumamente mais simpatico do que o cépticismo burguez de D. Luiz. De muito correspondia-se com D. Fernando. Por ultimo, as suas cartas eram largas, embebidas de impressões amaveis, mesmo confidenciais, no genero das de Gobineau. Por certo, não comprehendia o sibaritismo magnifico do rei-pae, no seu arrôjo do castelo da Pena: mas lhe admirava o equilibrio, o gosto das ciências, a predileção pelas atividades nobres, que o punham na linha dos principes illustres do seculo.

Portugal inteiro riu-se, dos escrupulos daquele imperador que, coerente com o “incognito”, se metia num preventório com o cortejo, entre emigrantes repatriados e “turistas” do tropico (127). D. Pedro II passou três agitados dias na terra do berço e do tumulto de seu pae — sem que ninguem — exceção feita de D. Fernando — o entendesse bem. Do Lazareto, correu a beijar a mão a D. Amelia, ás Janelas Verdes. Depois foi a S. Vicente de Fóra ajoelhar-se diante do sarcófago de D. Pedro I. Fez a volta á estatua dele, no Rocio, de chapéo na mão (128), os olhos acesos d’uma curiosidade piedosa. Não lhe sobrava tempo para ser sentimental. Da imperatriz viuva guardava esmaecida e indecisa impressão, de uma ternura materna que lhe roçasse, na infancia, a fronte sem sonhos. E viu no grande palacio quasi deserto uma velha senhora, sobre cujos cabelos de neve tantas tempestades se tinham abatido, fantasma de um passado longinquo, que da

(127) *Diario da viagem do Imperador*, em 1871-72, ms. no Instituto Historico Brasileiro.

(128) Lady Jackson, *A Formosa Lusitania*, versão de Camillo, p. 56, Porto 1877 .

bela Beauharnais conservava sómente um par de olhos claros e luzentes, que as lagrimas de quarenta anos não amorteceram... E o seu menino, a criança que ela deixára, na madrugada de 7 de Abril, em S. Cristovão, confiada á generosidade do Brasil — era um alto homem de barbas brancas, embrulhado numa comprida sobrecasaca negra... Recalcou emoções inconvenientes. Devia parecer mais frio ainda — na cripta de S. Vicente, entre os mortos de sua Casa, no paço, em contacto com a parentela, nas ruas, junto de uma sociedade cortez, que se encantava de vê-lo. Além disso, não esquecessem: viajava, apressadamente, por Portugal, D. Pedro de Alcantara, não o imperador... Subtilezas de um temperamento vazado na fôrma do seu officio: o imperador queria passar por um D. Pedro qualquer; mas este, quando o não reconheciam, immediatamente resurgia, soberano. Era-o, ou não, para descoroçoar a etiquêta, varrer diante de si as impertinencias. No fundo, mostrava apenas a sua originalidade: viajava como vivia, na modestia despretençiosa, porém na compostura inflexivel dos seus habitos. De casaco e guarda-chuva, movendo-se com a agilidade dum burguez atrazado, que corre atraz do seu comboio, atravessou o Reino como um meteóro (129). A literatura mordaz vingou-se dessa precipitação: fez-lhe ironia.

“Falemos da mala deste principe illustre — pilheirou Eça de Queiroz. — Todos a conhecem. Ela deixa na Europa uma lenda soberba. Durante mezes, viu-o o velho Mundo absorto sulcar os mares, atravessar as capitais, medir os monumentos, costear os montes, visitar os Reis, ensinar os sabios, — com a sua mala de mão! E’ uma mala pequena, de coiro escura, com

(129) Visconde de Nogueira da Gama, *Minhas Memorias*, Rio 1893.

duas azas que se unem. E' por ali que a segura. Na outra mão trazia ás vezes o guarda-sol, debaixo do braço entalava a espaços um embrulho de papel. Muitas vezes depoz o guarda-sol, outras alheou de si o embrulho; — a mala nunca!" (130). Era o seu disfarce... "O senhor Pedro trazia a mala para que o não confundissem com Sua Majestade. Aquilo significava: reparem que não sou Ele". "No entanto — disfarce ou bagagem — a mala é profundamente simpatica. Dá a esta côrte em viagem uma nota nobre de simplicidade e de sinceridade. Uma mala pequena não pôde chegar para tudo: tapa por um lado o Imperador do Brasil — descobre por outro o homem de bem". A bolsa do caminho de ferro — e o seu hebraico. "Para uma só cousa tem uma sofreguidão incansavel e sorvedoura: — para o idioma hebraico"!

Não acotovelava os generais, perguntando pelos exercitos; não pedia aos banqueiros noticia do câmbio; não falava aos gordos marchantes dos nossos produtos de exportação: procurava doutôres orientalistas... O rei ficára na America; fugira de sua servidão, como o caracol de seu estôjo; percorria a Europa como lhe aprazia. Por isso só se demorou tres dias em Portugal. Varou a Espanha, como a escapar-se: em Madrid, no hotel de Paris, em 22 de Junho, recebeu a visita do rei Amadeu. Passou os Pyreneus, em 26 de Junho. Em Bayonna, apareceu-lhe o primeiro primo de Bourbon: o infante D. Sebastião, cunhado da imperatriz. Em Bordéos, foi um alegrão: lá estava Gobineau, em nome do governo de Versalhes, e de sua amizade. Seria o "cicerone" solícito: pela mão enluvada daquele *viking* entraria a França espostejada pela guerra. Em Paris,

(130) *As Farpas*, vol. 2.º. Ramalho Ortigão, vol. 10.º, Porto 1891.

nada tinha para vêr: ardiam os escombros da Comuna. Visitou Thiers, no dia 28. O pequeno burguez, de olhos faiscantes, que substituiu a pompa napoleonica, falou-lhe de livros. Esqueceu com ele a politica. Desta, nada queria saber. Em Rouen, a invasão apresentou-se-lhe, na sua corrêta, mas implacavel realidade. O general Treslov, comandante da guarnição alemã de occupação, quiz prestar-lhe, com os seus regimentos, as honras devidas a pessoa imperial. Recusou-se sêca-mente. Deu razões, aos intimos: Não seria saudado, no país vencido, pelos vencedores... No fundo, a educação latina estourava-lhe em despeito, da sua consternação, de quem chegára ali com appetites acadêmicos, e em lugar de Renan ou Hugo cumprimentava cinzentos officiaes prussianos, de botas lampejantes. Antes a Inglaterra! Já no dia 29 cruzava o mar da Mancha. A condessa de Barral juntou-se-lhes em Calais. Conhecia, como poucas, a sociedade anglo-franceza, principalmente a vasta familia de Orléans, e prevenira meudamente Penedo — ministro em Londres — dos gostos, das preoccupações, sobretudo da préssa do imperador, que queria vêr a rainha Vitória, mas nunca se submeteria ao costume de ir a Buckingham Palace de calção... Em Dover, a ponte cheia de gente, as legações do Brasil e de Portugal, o conselheiro Arêas e o duque de Saldanha, D. Januaria e o conde d'Aquila, os Orléans — augurou-lhe uma calorosa hospitalidade britanica. Não pensassem, porém, que fôra sujeitar-se aos programas comuns do "turismo" dos principes. Meteu-se em Londres no Claridge Hotel. No dia immediato, houve jantar de familia, no palacete de Tevikenhon, presidido por D. Francisca. A visita aos principes de Galles atendia á praxe. Muito maior interesse punha na visita a sir Marchison, da Sociedade de Geografia, animador das expedições de Levingstone.

No dia 5 de Junho, ás 3 horas, uma equipagem de Estado parou á porta do hotel.

Saltaram duas damas vestidas de preto. Era uma delas a duquesa de Roxburgo, e sobraçava uma pequena caixa. A outra, a rainha Vitória. Thornton visitára-o no acampamento de Uruguaiana; a grande senhora ia buscá-lo no Claridge. Que se apagassem velhos ressentimentos. Também ela prezava mais o homem que o rei. E tirou da caixinha que a duquesa de Roxburgo conduzia, a grã cruz da Ordem da Jarreteira, exátamente a comenda que lhe faltava.

No dia 7, scandalizou os preconceitos europeus indo sentar-se, com os "rabbinos", nos bancos da sinagoga de Upper-Berkeley. Foi reverentemente acolhido pelos anciãos, tomou de um devocionario hebraico, e leu corrétamente umas préces. Aquilo estarreceu os judeus. Pela primeira vez após a perda de Sion entrára um rei numa sinagoga, durante as rezas... Devéras entrou ali, como no British Museum, como no Instituto ou na Academia: era a sua dôce mania de hebraico! Onde encontraria tão seletto auditório de hebreus, principalmente tão sérias cabeças sionitas?... O alto clero não apreciava assim o gosto das linguas. Mas D. Pedro II não tinha tempo para reparar nos efeitos que ia produzindo a sua curiosidade, de impedador em férias. Já no dia 14, assistia á missa por alma do general Paunero, o aliado argentino, ministro no Rio, que acabava de falecer. Foi a Osborne agradecer á rainha, no dia 18. E largou a visitar arsenais, paizagens, castelos, forjas, docas, numa furia de observação, de estudo, de atividade, que deslumbrava os engenheiros, desesperava os officiais ás ordens. Presenceou lançamento de navios, fundição de couraças, a corrida do aço nas usinas, o imperio naval nos vagidos dos estaleiros, a eclosão industrial duma epoca estri-

dente... Em 15 de Julho, porém, terminára a volta á Grã Bretanha, tornava ao continente e, em Bruxelas, apertava a mão ao rei Leopoldo.

Em 1889, em condições bem diferentes, rabiscou D. Pedro II umas reminiscencias da "tournée" de 71. "Quando tiver tempo escreverei sobre minhas relações com pessoas notaveis..." Antecipou alguns retratos.

Em Leopoldo II, o que o impressionou foi a calma imperturbavel. Saíu a passear pela planicie de Waterloo. Jantou em Laeken. Na Colonia — em 19 de Julho — curvou-se ante o tumulo de Carlos Magno. Em 25, estava em Potsdam. Agradou-lhe o imperador da Alemanha. O que lhe pungia, era a anexação da Alsacia-Lorena, os direitos que a vitória dá... Também fizéa a sua guerra. Mexera dezenas de milhares de homens. Ganhara-a. E não tomára ao vencido um palmo de territorio. Em 89, revelou: "Ouvi do finado imperador (Guilherme I) que, com prazer, chamo sempre de compadre, que nunca foi partidario da anexação". "Não conheci velho mais amavel". O genio belico era Bismarck: a este, nenhuma simpatia teve. "Evitei-o". "Admiro o homem, mas não o estimo", confessa D. Pedro II. E, com irritação: "Porque cedeu ao militarismo"? Isto, decididamente ele não percebia. Que um país se mudasse numa caserna, uma elite num estado-maior, uma população numa falange, um governo num marechalato... Pulsou-lhe, angustiado, o coração latino. Lêra quanto se escrevera sobre a conquista da Alsacia: e ansiava pela hora de avistar Vitor Hugo...

Em 1.º de Outubro, jantou em Viena, no Shoенbrunn, com o primo Francisco José, arquidukes de uniformes branco e oiro, arquidukezas loiras como valkyrias. O fausto da côrte mais aparatosa do tempo ofuscou-o, ofendeu-o. Talvez comparasse, o brilho da-

quilo com o abandono de sua infancia — ele, arquiducado como os outros — no Rio, onde Leopoldina se finára como uma desterrada... O imperador retribuiu-lhe majestosamente a visita, no dia 2. “Sua fisionomia é bastante vulgar”, notou apenas D. Pedro II. Não lhe seduzia aquela Austria de eximios requintes, menos os parentes Habsburgos, excessivamente marciais, e o seu espirito logicamente medieval. Atraía-o a Italia, com seus panoramas artisticos. No dia 12 estava em Veneza, numa gondola. Em 18, visitava em Monza os principes de Piemonte. Viu Roma de passagem; embarcando a 24 para Alexandria. Espreitaria o Egipto numa semana deslumbrante, de sol crú, deserto ardente, arqueologia paizagista. “Percorreu-se todo o Egipto — brada o visconde de Nogueira da Gama, nas suas *Memorias* —, desde Alexandria até ao Cairo, novo e velho, a Arabia, Memphis, suas piramides e antiquissimas sepulturas, atolados até aos joelhos, em montes de areia movediça e abrazadora, sob aquele clima africano, e imagine-se o que soffremos...” O imperador emendaria: o que aprendemos!

Em 10 de Novembro, no Cairo, foi professor de egiptologia, entre os dous mestres do sagrado assunto, Brughs Bey e Mariette. Vimos que desde 1856 lia Champollion. Acumulára as suas noções de escrita copta, de mitologia do Nilo, de história dos faraós cujos perfis religiosos enchem as colunas de Karnak. E discutia, com os sábios. Voltaria a debater com eles em 1877, na segunda excursão — mais detida — que empreendeu por aquelas terras cálidas. Lançou no seu canhenho notas breves. Pareceu-lhe Brughs Bey — cuja gramatica hieroglifica foi companheira do seu sono, nas noites do Egipto — mais profundo que Mariette. O principe, magnificante, não o atraíu. Abominava as ostentações, em Viena ou no Vale dos

Reis. Escreveu, severamente: “o khediva podia gastar um pouco menos com os seus palacios e despender um pouco mais com a conservação desses monumentos”. E que panorama de culturas extintas os seus olhos — que a luz ofuscava — distinguiam nesse mundo em destroços! Poz-se a filosofar, á sombra dos pilares que têm capiteis em fórma de papoulas: “Não posso repetir com o filho do Faraó Aen: Conservai-vos alegres durante vossa vida; com efeito, como é possível ter essa alegria que não é partilhada por meus amigos”?

Pisava o belo paiz de Napoles em 15 de Novembro. A imperatriz revia emfim a paizagem natal: mas o seu reino sardo sem Bourbons, sem exercito e marinha del-rei Fernando, varrido, iluminado, vulgarizado pelo liberalismo, com os palacios vazios e uma aristocracia silenciosa, que escondia, na elegante discreção, a decadencia irremediavel... Tereza Cristina esqueceu os dissabôres da familia e foi infatigavel na visita aos sitios de sua saudade. Reviveu ali. Voltou-lhe um ingenuo prazer da vida que o delicado temperamento dissimulava, na tranquillidade dos seus modos, na invencivel modestia de suas aspirações. D. Pedro II não deixou arrabalde romantico, museu e aldeia sem um exame, conduzido por um sequito de autoridades e especialistas, perseguido de curiosos... Na famosa gruta azul por pouco não o engole o mar. Safou-se deitado no barco, molhado, ofegante, porque a maré enchêra sem que se apercebessem... Mas a Italia que sobretudo o interessava estava em Roma, onde se acharam no dia 24. O Papa recebeu-o imediatamente. Conversaram largo tempo. Pio IX era, na península, o espirito mais fino e amavel: aquele soberano racionalista, chefe de uma poderosa comunidade catolica, e que lêra o seu hebraico numa sinagoga de Londres, devia afigurar-se-lhe uma alma imperfeita, rebelde e

proveitosa. Tinha de infundir-lhe mais fé... D. Pedro II preocupava-se com as raridades do Vaticano. Respeitava o Santo Padre. Ufanava-se de filho obediente. Era cristão por muito pensar nisto. Mas, no íntimo, tão regalista como Luiz XIV... quando o Estado definia seus interesses. Educaram-no assim. Pio IX guardou dele uma impressão lisonjeira: era um crente, enroupado de homem do século. Tinha a vaidade da ciência que devorara imoderadamente. Despido daquele orgulho, seria um manso católico... Na Italia, D. Pedro II não se deixava levar pelos preconceitos da esposa napolitana, que não perdoava ao rei a extinção de sua Casa. Em 1861, escrevera a Candido Batista: “não cria na permanencia da unidade italiana. Parece-me de mais futuro a idéa da confederação...” A visita á península advertiu-lhe da esplendida realidade nacional, que Mazzini sonhára. Ás 8 da noite, no Hotel des Iles Britanniques, Vitor Manuel foi abraçá-lo. O “Rei Galantuomo”, com os famosos bigodes, o ar marcial, a palavra impetuosa, nada tinha de comum com os sêcos principes austriacos: era bem um fundador de imperio!

No dia seguinte, meteu-se na Universidade de Roma. Interessou-o principalmente o professor Volpicelli, cujos trabalhos conhecia através do Instituto de França. Entre 4 e 7 horas conversou com os sábios, discutiu matematicas, arqueologia, arte, helenismo e hebraico, numa roda de cortezes e velhos mestres que se admiravam daquele soberano erudito e curioso, lisonjeado com a atenção que lhe davam, mais contente disto que das homenagens e cerimoniaes das duas côrtes que lá havia!

Em 30 de Novembro, visitou na sua mansarda o escultor Petrich, cujos trabalhos encorajára no Rio, ha

vinte anos, dando-lhe os fundos do Paço da Cidade para azagalho e “atelier”. Ali acabava-se, indigente, lembrando aos poucos colegas que o procuravam os dias luminosos do Brasil. Viu entrar o imperador como a uma visão do seu delírio. Agarrou-lhe as mãos. Beijou-as com lágrimas. A esmola que lhe deixou, revestiu de dignidade a sua agonia: morreu confortado pelo prêmio inesperado.

Esteve em Brussaglio, com Manzoni. Traduzira-lhe o “Cinco de Maio”. Conhecia todos os seus livros. O poeta agradeceu-lhe depois, numa carta comovida, á qual respondeu o Imperador: “Son’io che mi onoro di essere stato ricevuto da voi: i secoli ricorderanno Alessandro Manzoni mentre gli anni avranno fatto perdere la memoria di Dom Pedro d’Alcantara”.

Podia afinal ir a Paris! Arrefeciam as ruínas da Comuna: a terra franceza reflorescia. Sobre tudo, lá está o Instituto. E havia Renan, Victor Hugo...

Não foi outro o Paris que desejou conhecer: o dos seus autores, da “Revue des deux mondes”, dos espiritos universais. Sabendo disso, os homens de ciência correram a vê-lo.

Recebeu Adolfo Franck garantindo que lêra a sua Kabbala, o seu Dicionario das Ciências Filosoficas. Da vez seguinte, inqueriu-o sobre a pena de morte. Estavam de acôrdo, contra ela! Pensava adoçar a legislação brasileira... Franck foi incisivo: e a escravidão?

— Eu vos compreendo. A questão da escravidão me ocupa ainda mais do que a pena de morte. Falaremos nisso...

E alistou-se, entre os discipulos que, pontualmente, lhe assistiam ás aulas, então de notoriedade européa. Foi aí que o surpreendeu a delicadeza do filosofo, no dia em que se soube, em Paris, da decretação da lei do ventre livre, extorquida á assembléa do Imperio

pelo visconde do Rio Branco... e D. Pedro II. O mestre inflamou-se de entusiasmo pelo contraste, entre a palavra modesta do soberano e a decisão de sua política. Percebeu a injustiça do seu reparo, quanto á escravidão no Brasil; prestou-lhe uma homenagem soberba. Começou a preleção dizendo que havia reis inspirados nas generosas idéas do seculo. "Un grand Empereur moderne a pris a coeur de supprimer, dans son vaste empire, cette plaie sociale que déhonre l'humanité; cet empereur, philanthrope et sage, n'est pas un mythe". Esse monarca exemplar existia. Estava na Europa. Estava na França. Em Paris. Naquele estabelecimento. Ali, num dos bancos escolares, a ouvi-lo... Todos se voltaram. O mais alto, o mais encanecido dos ouvintes, era D. Pedro II. E proromperam, efusivas, palmas demoradas.

Foi o éco desses aplausos, numa bancada universitária, o ruído que a lei da libertação dos nascituros despertou em volta dele.

O destino recompensava-o.

Respondera, em 1866, á Sociedade de Emancipação, pensando na critica dos eminentes "filhos do seculo": e recolhia-lhes pessoalmente as palmas.

Ernest Renan foi o seu confidente de hebraico e sânscrito, naquele Paris trepidante de após-"debacle". Escrevendo ao imperador, em 22 de Setembro do ano seguinte, recordou o autor das "Origens do Cristianismo": "Não saberia exprimir perante V. M. a impressão deixada em todos aqueles que foram admitidos á sua generosa acolhida pelo calor e sinceridade, pela elevação de espirito e de coração que constituíam o perfume inebriante de todas as suas palavras!" E mandava-lhe uma coletanea de inscrições semitas... Corresponder-se-iam muito tempo. Levaria duas magoas:

não pudéra ver Victor Hugo e Alphonse Karr. “On est encore émerveillé”, exclamava o velho Ferdinand Dénis... (131).

Em compensação, descobriu Pasteur.

Que se passava no laboratório da rua d’Ulm? Disseram-lhe que o enigmatico investigador estudava a cura da raiva. Porque não viria ao Brasil debelar o cólera? — propoz o Imperador. Que sim, acudiu o medico, saltando do fundo de suas meditações como se impellido por uma mola: e desde que Sua Majestade podia tanto, lhe pedia que pagasse á ciência o tributo mais generoso do seu reinado. Dêsse-lhe os condenados á morte. Desgraçados que iam morrer, serviriam de organismos de experiencia, para a luta do sábio com a peste. Deixaria as cobaias, e pelo sacrificio dos que se despediam da vida aprenderia a conserval-a nos que precisavam viver... D. Pedro II (a carta de Leon Pasteur é de 22 de Setembro de 71) sorriu e excusou-se. No Brasil ninguem mais era morto no patibulo... De novo os caminhos, do homem de genio e do monarca tropical, se cruzariam: e seria de D. Pedro II, o elogio de que mais se gabou aquele: “Longue vie à celui qui a tant fait pour prolonger celle des autres” (132).

Foi D. Pedro II dos primeiros a inscrever-se na liga contra o ateismo: tinha o espirito guiado tanto pela razão filosofica como pelo sentimento religioso — diria dele Adolfo Franck. “Il aimait, jé ne dirai pas la tolérance, mais la liberté”. “Praticava-a em relação a todas as crenças e sistemas; mas não suportava ateismo ou materialismo. Via nisso falta de humani-

(131) Carta de F. Dénis, de 3 de Abril de 72, ms. arq. d’Eu.

(132) René Vallery — Radot, *La Vie de Pasteur*, p. 643, Paris 1919.

dade e uma perpetua ameaça contra a ordem social". Foi assim que o julgou um dos amigos daquela época.

Repetiria, no Rio, em 1880, aos primeiros positivistas, que o seduziam com a logica de sua escola (133) : Muito respeitavel... mas falta a religião. O freio ás massas. A outra vida. Nada é superior á moral cristã, nada...

A propensão para as minorias irrequiétas, a simpatia pelas reacções valentes, arrastava-o, além disso, para os cenários novos da vida mental. Na Italia, tratára com curiosidade os emigrados húngaros, ouvira-os longamente, falara-lhes em latim. Em França, o movimento provençal entusiasmava-o. Em Fevereiro seguia para o Mediterraneo, pensando em Mistral. De Nimes (onde evocou, junto das ruinas romanas, os estudantes mineiros de 1789) até Nice, leu os poemas "Calendas" e "Mireio". De Marselha, telegrafou a Mistral: queria conhece-lo. Não atravessaria a velha terra dos "vilancêtes" sem conversar com aquele restaurador d'uma literatura.

O "felibre" não se fez esperar.

Encorajou-o o imperador, a proseguir na resurreição da lingua e da alma nacional. Tereza Cristina lembrou as serenatas provençais que se cantavam no paço do Rio de Janeiro. Separaram-se — Mistral contente da repercussão americana do seu nativismo, D. Pedro II deslumbrado pela beleza daquele espirito, e do seu "idioma pitoresco" (como diria no unico livro que publicou, traduzindo poesias hebraico-provençais).

O Liceu marselhez proporcionou-lhe uma pequena proeza: numa classe de grego, foi saudado por um estudante. Tanto prezava a lingua de Homero que lá

(133) Teixeira Mendes, *Benjamin Constant*, p. 250, Rio 1892.

estava, num banco escolar, ouvindo a lição... D. Pedro II levantou-se, envolveu a assistencia num olhar comovido, e agradeceu ao discurso... em grego puro. E dali saíu, para ouvir a aula de arabe do professor Reynaud.

Visitou, a correr, Montpellier: falou extensamente da medicina que lá se ensinava. E não atravessou a Espanha sem conversar em castelhano, na Academia Espanhola, com os linguistas de Madrid...

E' imaginar o renome — de sabedoria e appetites esquisitos — que o precederia em Portugal, onde logo depois se achou, pedindo, antes de tudo, para ver Alexandre Herculano!

A galhofa lisboêta não lhe perdoava a passagem meteórica, com a mala e o guarda-chuva, depois dos oito dias de Lazareto, como se ali nada o interessasse, nem os ossos de S. Vicente de Fóra, nem as paizagens transtaganas. Sobretudo Ramalho e Eça foram impiedosos. Declarou o primeiro, nas "Farpas", que D. Pedro II não largára a bolsa de viagem, só vestiu casaca para o concôrto do Paço e ainda assim não houve geito de fazê-lo usar a gravata branca. Quizêra, na sua mesa, pratos nacionais (orelheira de porco com feijão branco...); na Academia das Ciências fizera a apologia de frei Luiz de Souza e lembrara a sua lapide tumular, entulhada nos claustros de Bemfica; revolvera os bairros "fadistas", atraz da "côr local". Eça estranhou o jaquetão do imperador, num dia de cerimoniaes de Coimbra, riu-se de suas visitas a escolas e museus, "vendo um homem alto, forte, encanecido, venerando, academico, irmão dos terceiros da Lapa e com uma mala na mão", que teimava em manter um

incognito desastrado... Isto porque não aceitava os hinos, alegando estar a passeio; e era absolutamente imperial, inspecionando os estabelecimentos...

No Porto, ajoelhou-se diante da ânfora com o coração de D. Pedro I — e esteve, na rua Bomjardim, em casa de Camilo Castelo Branco.

“E’ um soberano tão sabio que chega a vestir-se como um poeta pobre”, resmungou o romancista, que, a este tempo, escrevia “A infanta Capelista”. — Em que se ocupa presentemente? — indagou o imperador. — Um escandalo da casa de Bragança, respondeu, narrando a história duma filha de D. Miguel, que faria chorar as mulheres portuguesas... D. Pedro II estranhou o assunto. Não comprehendia que se tomasse por têmea de uma novela o boato malevolo, enlaçando, as viboras da maledicencia, a desgraça de um principe expatriado, que devorava ha quarenta anos, no desterro, o pão escasso, e a sua saudade. Camilo perturbou-se. Precisava de dinheiro. Em Novembro de 72, escreveria a um amigo, propondo a venda d’uma taça de prata que lhe mandára a colonia lusa, de Hong Konk. O livro significava um trimestre bem nutrido. Mas escreveu ao Imperador — em 17 de Março de 1872 — annunciando ter inutilizado a obra, em homenagem a ele (134). Assim fez. Foi a carroça de papelada que despejou o editor em casa do novelista, repartida com o barbeiro, que a retalhou entre os mercieiros da baixa, indo parar tudo ás mãos de curiosos, que o demoveram, fazendo estampar, com as côres atenuadas e os nomes trocados, o livro saboroso de irreverencia e sentimento,

(134) Paulo Osorio, *Camillo*, p. 409, Porto 1903.

“O Carrasco de Victor Hugo José Alves” (135). Encontraria de novo D. Pedro II, em circunstancias mais penosas para ambos: ele, cego, e o monarca exilado...

A lira de Castilho tentou cobrir os ecos da risada de Eça. D. Pedro II deixou Portugal entre comovidos testemunhos de veneração: o tio de S. M. era um homem superior! Circulára proveitosamente pela Europa; e voltava contente. Ninguem mais nasceria escravo no Brasil; e o país, na sua farta paz, prosperava...

(135) Carta de Camillo, arq. d'Eu, n. 7459, que desfaz as duvidas até agora manifestadas, sobre a influencia do Imperador. Nesta carta, o romancista diz que inutilizou o livro.

XXVIII

A SOMBRA DE LUIZ XIV

Duas graves questões se depararam ao imperador, em 1872: o dissidio religioso, em evolução para uma crise interna, e o problema da paz com o Paraguai, complicado pela tese argentina, de que deviam primeiro ser regulados os seus limites com a Republica mediterranea.

Devéras, desde 1868 a triplice aliança entrára em liquidação. Dispuzera-se D. Pedro II a concluir a guerra de qualquer maneira. Temia a oportuna interferencia da politica portenha, a exigir-lhe uma suspensão de hostilidades, antes de capturado Lopez; e receiava que os acontecimentos partidarios, inherentes aos governos periodicos, pudessem desvia-lo do seu proposito. Do mesmo modo acertára precipitar o acôrdo final, tanto acabasse a luta com a prisão do "Mariscal". Conservadores e liberais concordavam na conveniencia de recolher-se quanto antes o exercito expedicionario, restituir-se o Paraguai aos proprios destinos, estancar de vez a torrente de sacrificios, que para lá corria. A diplomacia de Sarmiento, porém, não se parecia com a de Mitre. Este fizera uma bela guerra; aquella queria cimentar uma paz brilhante.

O que obtivera Paunero no campo, desejava Quintana nos salões: e era simples, logica a sua aspiração. Merecia a Argentina que se lhe reconhecesse a fronteira a que tinha direito, e, relutando o governo de Assunção, reclamava a solidariedade dos aliados, para que não assinassem a conciliação definitiva antes de resolvida aquela pendencia. O chanceler de Sarmiento era Carlos Tejedor: opunha-se á orientação que soubera D. Bartolomé Mitre imprimir aos negocios exteriores. E o emissario do Brasil foi o barão de Cotegipe, o proprio correligionario e confidente de Rio Branco que, em 1869, ajudára a desenvolver-se o epilogo da campanha do Paraguai. Teriam de chocar-se, nas diferenças de mentalidade e de objetivo que estavam nos respectivos programas: Quintana, plenipotenciario de Sarmiento, pretendia que as negociações se ultimassem em Buenos Aires; Cotegipe, sem perder tempo, as terminou em Assunção...

Quintana, insucedido nas suas reclamações, interrompeu as conversas e partiu para a sua capital. Na ausencia dele, subscreveu o representante do Imperio o tratado de paz em separado, recebido pelo governo argentino como um abandono de compromissos ou insolita mudança de attitude, por parte do país amigo, que arrazava o edificio de cordialidade levantado sobre os cinco anos de anhelos comuns... Evidentemente, não fôra esta a intenção do governo imperial. Não desejava, nem pensava seriamente num conflito com a Argentina, á roda de questiunculas, que não atingiam as nossas questões medulares. Se aspirasse á guerra, não repatriaria precipitadamente, como fez, o grosso do exercito em operações, ansioso por devolver á normalidade a bacia do Prata. A correspondencia de Cotegipe e Paranhos, de 69-70, ilustra o pensamento daquelle, reflexo então dos conceitos de D. Pedro II.

Mitre estava inteirado desses sentimentos (136). Tivesse parte no poder, e evitaria a contenda, em torno do acôrdo em separado, que reavivou antigas prevenções, soprando as cinzas de tantas divergencias extintas. Foi atacado, pelo apoio que sempre déra á Aliança. Lembraram-se dele quando perigava a paz sul-americana, tão penosamente conquistada. Apelaram para o co-autor da Triplice Aliança, afim de que fosse ser seu exegeta autentico no Rio de Janeiro. A missão attribuida a Mitre reduziu os agravos a proporções mesquinhas e dissipou o mal estar reinante: aproximou tambem do imperador este nobre politico, que ele vira ligeiramente entre as musicas e salvas do campo de Uruguaiana.

D. Pedro II, em cuja ausencia aquilo ocorrêra, aprovou: "O que fez Cotegipe foi bem feito, não havia cousa melhor que fazer".

A desabrida nota de Tejedor resôou no Rio de Janeiro com um timbre marcial. Falou-se abertamente na possibilidade de um conflito. Mitre recalçou ressentimentos: aceitou a embaixada, e chegou á côrte imperial em 6 de Julho de 72. A sua nomeação resolvia por si mesma o problema: vjéra conciliar. Foi recebido friamente, como diplomata, mas calorosamente, como particular. Na primeira audiencia, em S. Cristovão, cumprimentou o imperador pelo longo reinado, que assegurára ao Brasil paz e ordem, progresso e prestigio. D. Pedro não era amigo de frases redondas. Limitou-se a confessar que já se sentia cansado, e

(136) Joaquim V. Gonzalez, Mitre, p. 90, Buenos Aires; e papeis de Tejedor, em poder do historiografo argentino Juan Beltran.

envelhecia (137). Passaram dali para as salas da livraria, onde, bibliófilos ambos, tinham o ambiente proprio para um entendimento afavel. — Vós sois uma democracia corôada! — disse o general. Sabia de sua sinceridade. Podiam falar com franqueza. Encontravam-se num a encruzilhada de sentimentos puros: defendiam igualmente a concordia continental. Por isso, em 25 de Setembro, estava consumado o acôrdo, que desmanchou o efeito da nota de Tejedor, apaziguou as relações entre a Argentina e o Imperio, reatou a politica exterior, de “bôa vizinhança”, de 1852. “Elle est fort inoffensive”, comentou o conde d’Eu, em confidencia para a Europa.

Mas o caso religioso não tinha essa singeleza.

O visconde do Rio Branco era veementemente apoiado pela maçonaria, e seu grão-mestre. Vencera ela, pondo-se vibrantemente ao lado do governo, a proposito da lei do ventre-livre. Ganhára um largo estimulo politico; e irritára o clero, projetando-se sobre as irmandades, que tinham a virtual direção das igrejas. O catolicismo não formava uma força de combate. Nem os campos estavam apartados: maçons, crentes... Foi a alta autoridade eclesiastica que preveniu as ovelhas sobre os perigos daquela confusão. Quando o bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda; advertiu a um padre pedreiro-livre do seu dever, de retirar-se da sociedade secreta a que pertencia, levantou esta a luva. A imprensa envenenou a divergencia. Zangaram-se, em polemicas esfuziantes de recriminações, os antagonistas. E os partidos meteram-se na rusga: liberais, pelo clero, conservadores, pela maço-

(137) Pedro Calmon, D. Pedro II e Mitre, *La Nacion*, 18 de Outubro de 1936. Correspondencia do barão de Penedo, ms. no arquivo do Ministerio do Exterior.

naria... Evidentemente o litigio não comprometia as instituições. Nem era nacional. Vinha de França: as congregações contra o Estado leigo. Estava no ar: o anti-clericalismo de 1830, a reação das forças da direita. Pio IX defendia com severidade o espiritual; a ronda revolucionaria brandia a flama anabatista. O incendio facilmente ateiava-se no Brasil: o clero decaíra de importancia, com as revoltas civis, o governo extinguiu, pela proibição do noviciado, as ordens regulares, a escassez de sacerdotes atenuara a devoção popular, e as idéas do seculo investiam as elites. Dous bispos sentiram-se fortes para vencer a Tarasca, debelar o chisma: o do Pará, D. Antonio de Macedo Costa, e o de Olinda — nomeado no ano anterior — o joven D. frei Vital Gonçalves de Oliveira.

A campanha contra a Igreja despertou em Recife os zêlos do prelado, que lhe revidou, lançando o seu interdito sobre as irmandades que não expulsassem do seu seio os maçons. Escreveu-lhe logo o ministro do Imperio, João Alfredo, seu conterraneo e amigo, decerto interpretando o pensamento de D. Pedro II: convinha suspender o perigoso conflito, contornar a borrasca... O internuncio, que representava no Rio o Santo Padre, foi mais sedutor: D. frei Vital faria bem em sair momentaneamente de Recife, indo apostolizar as almas pelo sertão; até dinheiro para isto lhe daria o governo... Não conheciam a tèmpera batalhante daquele mancebo, em cuja mitra faiscava a estrêla dos bispos-mártires. Respondeu polidamente ao politico: se queria conjurar a crise, conseguisse que a Santa Sé o mandasse para o seu convento quanto antes. E a monsenhor Sanguigni: pobre capuchinho, habituára-se a distribuir com os necessitados o pouco que a suas mãos chegava; e o dinheiro do governo melhor applicação teria no acabamento do Seminario pequeno... O

Papa aprovou o procedimento do bispo: mas suspendeu por um ano — de trégoas prudentes — o interdito das irmandades. Estas, como sociedades civis, recorreram para a corôa.

O governo agiu implacavelmente.

Por maioria de votos, o Conselho de Estado suggeriu o processo das autoridades eclesiasticas, se, em 15 dias, não levantassem as proibições.

Materia espiritual — contestaram os dous antistites — não podia ser regulada pela vontade do governo. E o Sumo Pontifice estava de acôrdo! A réplica exacerbou os animos, na côrte prevenida contra a “rebel-dia”. O imperador fez disto questão de princípios: era a Constituição da monarquia, infringida em proveito de Roma... “O regalismo” exaltou-se. Falou-se em diréta obediencia dos bispos ao Papa, sem respeito pelo Imperio. O Procurador da Corôa denunciou-os; foram presos; transportados para o Rio de Janeiro; julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça. Ao libelo, apresentou D. frei Vital esta contestação: “*Senhor! Jesus autem tacebat*”. Não impediu o solene silencio a sua condenação, a quatro anos de prisão com trabalho, comutada pelo Imperador em prisão simples.

O processo começára em Julho de 73. Em Agosto, o Imperador, em ordem transmitida ao ministro de Estrangeiros, incumbiu o barão de Penedo de obter de Pio IX um ato de formal, decisiva reprovação da conduta de D. Antonio e D. Vital. A circumstancia de ser a nomeação de Penedo, para essa delicada “missão á Roma”, espontaneamente feita por D. Pedro II, acentúa o seu interesse, pelo “regalismo”, contra a doutrina dos mitrados. O diplomata, escrevendo-lhe de Londres, em 30 de Setembro, se confessava desvanecido pela honra, que lhe fazia o Imperador...

“Não posso deixar de repetir que os Bispos praticaram um crime — insistia ele, em Outubro de 75 — excluindo das irmandades membros delas, sem ser em virtude dos compromissos aprovados pelo poder civil, e fazendo-o eles em cumprimento de bulas não *placitadas*“. E escusava-se: “A questão em si não tem nada de religiosa”! (138).

Nenhum representante do Brasil no exterior gozava do prestígio social de Carvalho Moreira, barão de Penedo.

D. Pedro II só não lhe apreciava uma falha de conduta: era a facilidade com que recebia, dos nossos banqueiros, as comissões de praxe, sempre que tratava de novos empréstimos. Desinteressado, a ponto de não dar importancia a dinheiro, achava que os outros deviam imita-lo. Estranhára por isso, já em 1863, num bilhete para o marquez de Abrantes (139): “Consta-me que o empréstimo contraído em Londres o foi a 85 ½ e não a 88, por que houve 2 ½ de comissão. Espero que o ministro brasileiro não tenha recebido parte dela, e de nenhum modo posso consentir que ele o faça. Já procedi do mesmo modo ha anos”. Esse foi o motivo da remoção de Penedo, da Inglaterra para a França, por Zacarias: mas a necessidade dos seus serviços em Londres dissipou o descontentamento imperial. Justificava-se. Oliveira Lima revela, nas “Memorias”, que o brilhante ministro embolsou cousa de 200 mil libras daquelas propinas, durante a sua extensa carreira: apenas as despendia, com o luxo da repre-

(138) Cartas de D. Pedro II ao barão de Cotegipe, p. 240. Carta in Vilhena de Moraes, O Gabinete Caxias e a Amnistia aos Bispos na Questão Religiosa, p. 55.

(139) Carta de 6 de Novembro de 1863, ms. no Instituto Historico, n. 18.296.

sentação, nos fulgôres de 32 Grosvenor Gardens... (140). No fundo, não havia monarquista mais sincero. O Imperador retribuía-lhe a estima: fizêra-o pessoa de sua dirêta confiança.

E foi hábil, sinuoso, desconcertante, naquela tarefa quasi sobrehumana: lançar, contra dous prelados que se batiam pelo Papa, o proprio chefe da Igreja, e, desacreditando-os, com a palavra de Sua Santidade, desagrar o Estado... Evidentemente era duplice Penedo na sua arte: não aludiu ao processo dos bispos, nem ao escandalo que isto causára na sociedade catolica. Expoz simplesmente, sublinhando os relatorios do internuncio, a situação difficil em que se achava o culto divino no Imperio, e a conveniencia, pelo Imperador encarecida, de não insistir o clero na sua "cruzada", á cuja culpa attribuia a sizania, entre as ovelhas... Pio IX dirigiu então, por intermedio do secretario de Estado, cardeal Antonelli, uma severa carta a D. frei Vital. Reconhecia-lhe os meritos do apostolado; mas censurava a precipitação, ao querer, de golpe, extinguir mal antigo e crônico... Por certo, essa missiva não correspondia aos reais sentimentos do Papa, que se admirou, depois, da prisão dos bispos, indignou-se, com a inclemencia das nossas leis, e não lhes faltou, com o conforto dos aplausos, quando eles saíram do carcere, com a cabeça elevada e o ar modesto com que lá tinham entrado. Mas o Imperador não retrocedeu.

Encaprichou-se nisso; tardiamente transigiu. Permittiu que as mais estranhas noticias circulassem. Não era maçõn; jamais se filiára a alguma sociedade secreta. Mas o indigitaram como ateu, materialista, ao geito

dos reis do século XVIII, um duro racionalista... Apoiavam-no agora os "avançados". Tavares Bastos, Quintino Bocayuva, outros "espíritos fortes", reclamavam (6 de Fevereiro de 74): "Igreja livre no Estado livre". Inimigos do rei, gritavam o seu "regalismo", contra Roma (141)!

A Igreja clamou a sua consternação, oprimida pelo padroado. A população católica passou a ver no clero que não se dobrára, a reacção da fé, contra o cepticismo instalado no trôno. Generalizou-se a idéa, de que o Imperador não cria em nada... Lembrou-se o seu hebraico: seria um Rénan; ou a visita á sinagoga de Londres: um agnostico...

Conta-se que uma vez insistiram, por que permitisse a reabertura do noviciado no convento de Santo Antonio, e exclamára, impaciente: — Qual! A época dos frades já passou!

E frei Fidelis d'Avola, que estava ali:

— Majestade, não diga assim, porque por aí andam também a dizer que já passou o tempo das testas coroadas...

Em 1876, encontrou-o na Palestina frei Mamerto Ezquiú, o santo frade argentino, que se habituára a considerar D. Pedro II um adversario da Igreja. Espantou-se, até ás lagrimas, ao vel-o orar como um devoto, ao pé do Sepulcro... Onde ele se revelou, na sinceridade de suas teorias, foi por ocasião de sua passagem pelo collegio do Caraça, em 1881. O episodio que aí aconteceu retrata-o, na velha obstinação do "regalismo"...

Interrogando um aluno diante do Imperador, sobre a melindrosa questão do "placet", o padre Chenavat,

(141) Tavares Bastos, Questão Religiosa, caderno II, de recortes, na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional.

austéro teologo, declarou que á Igreja cabia a preeminencia nesses problemas. D. Pedro II não se conteve:

— Como chefe do poder civil e defensor nato da Constituição brasileira, protesto!

O religioso falou da enciclica de Leão XIII, mas o diretor do Colégio cortou o incidente, propondo outro assunto. Não se deu por vencido o padre Chenavat: pouco depois, estranhou em voz alta, que um catolico monarca se opuzesse á doutrina da Igreja, perante o Seminario Maior.

“A isto redarguiu D. Pedro, um pouco desgostoso, que, neste particular, era catolico mas tolerante, ao passo que o lente era intolerante”. Murmuraram, os da comitiva: mas ele foi peremptorio. Esse sacerdote era digno da batina que vestia. Rematou: “Gosto do Padre Chenavat: é um homem” (142).

Outro homem, foi Caxias.

(142) O Centenario do Caraça, por um Padre da Congregação da Missão, p. 58, Rio 1920.

XXIX

A AMERICA!

O ministerio Rio Branco governára demais: quatro anos... Começando gloriosamente — com a lei do ventre livre — tropeçava agora em incidentes successivos: a dissolução da Camara, em Maio de 72, que Dantas chamou de segundo golpe de Estado, o conflito religioso, o caso Tejedor de 1875 (convenio entre esse ministro argentino e o do Paraguai, á revelia do governo imperial), a falencia Mauá... Este ultimo fato, abalou-o de morte.

O conde d'Eu escreveu ao pae: “On ignore quelle a été la cause immédiate de sa chute: mais il parait probable qu'il a succombé sous le poids accumulé du scandale des 7.000 contos perdus dans l'affaire Mauá et de l'humiliation résultant pour le Brésil de l'affaire Tejedor” (143).

O fracasso do grande banqueiro foi, sem duvida, uma reacção do Imperador: não poude demove-lo Rio Branco, nos seus esforços por salvar o amigo, a reclamar 3 mil contos, sob reais garantias, para atender aos credôres. Se o Banco do Brasil lhos emprestasse, não

(143) Alberto Rangel, Gastão de Orléans, p. 318.

sossobraria Mauá, desequilibrando, com o seu desastre, o credito nacional. Mas D. Pedro II não se interessava pelos homens de negocio. O seu temperamento, avêso á cobiça de bens materiais, a despreocupação de fortuna, mesmo o desprezo pelo dinheiro, a ponto de nunca ter comsigo dez-réis, afastava-o dos comerciantes felizes. Contentava-se em titula-los, pelos atos benemeritos. Estimulava as suas larguezas. Nunca se lembraria, porém, de intervir para que vencessem crises, contornassem prejuizos... Acusava talvez Mauá, de muito comprometido nos assuntos platinos. Não justificava os adiantamentos que lhe fizera o Tesouro — os 7 mil contos. Censurava as relações cordiais, entre o presidente do Conselho — por quem abandonára o financista o partido liberal — e este... Sua Majestade teve ciumes do prestigio do súdito! — disse-se (144). O Imperador não era homem disto: limitára-se a fechar os cofres do Estado ás vicissitudes de uma firma, malhada pela imprensa opposicionista como “protegida” do governo, dentro e fóra do Imperio.

Além de tudo, o partido conservador continuava dividido, desde 71. Forçoso era reuni-lo, para conter a investida dos liberaes: o chefe, seria Caxias.

O velho marechal queria repousar. Alegava doença, idade, incompatibilidade definitiva com as insidias da politica. D. Pedro II fez-lhe ver a conveniencia de, ainda uma vez, se sacrificar, pelo serviço publico: tambem, pensava viajar no ano seguinte, e só o faria deixando, em auxilio da princeza regente, um ministerio solido.

Demoveu a resolução do soldado a palavra do Imperador. Caxias obedeceu. A disciplina era a sua mística... e a sua fraqueza. Organizou gabinete, em

(144) Alberto de Faria, Mauá, p. 56, Rio 1926.

25 de Junho de 75, com o barão de Cotegipe como segunda figura, sobre cujos hombros iria pezar a tarefa partidaria. O que de inicio devia empreender-se, era o perdão dos bispos, a pacificação espiritual do país!

Entendia Caxias que um largo gesto de bondade — a anistia — restabeleceria o equilibrio moral no país. O marechal ancião que, de volta da guerra, ajudára a reconstruir a matriz do Engenho Velho, poz no terreno da confiança a questão delicada. A anistia — ou o ministério.

D. Pedro II deixou-se vencer.

Protestava, que “o não levantamento dos interditos foi por todos os ministros considerado crime”. Relutava ainda: “Faço votos para que as intenções do Ministerio sejam compensadas pelos resultados do ato da anistia, mas não tenho esperança disto”. E frizava a divergencia: “Nunca me agradaram os processos, mas só vi e vejo dous meios de solver a questão dos Bispos: ou uma energia legal e constante que faça a Curia Romana reccar as consequencias do erro dos Bispos, ou uma separação, embora não declarada entre o Estado e a Igreja, o que sempre procurei e procurarei evitar, emquanto não o exigir a independencia, e portanto, a dignidade do poder civil”. Esta carta é de 17 de Setembro de 75. Tambem desse dia é o decreto anistiando os prelados. Saíram da fortaleza como cristãos das catacumbas: com a sua palma de martirio, o resplendôr da beatitude, um halo de heroismo!

* * *

D. Pedro II não iludira a Mitre. Envelhecia. Ao voltar da Europa, impressionára o genro: “J’ai trouvé l’Empereur physiquement tel quel; mais moralement plutôt alourdi, au contraire de ce que j’attendais; il

se plait lui-même de ce qu'il ne peut plus lire sans s'endormir". Em Março de 73, guardou o leito pela primeira vez: "L'Empereur est cloué dans sa chambre par une fièvre intermittante accompagné d'une enflure à la jambe qui lui rend impossible de la remuer. C'est une petite erysipèle, disent les médecins. Habitué qu'il était à ne jamais souffrir de rien et à ne recontrer aucune borne à son activité incessante, ce contretemps l'a beaucoup abattu".

A erisipela era dinastica: herdara-lha o avô D. João. De fato, o rebate inicial da diabetis, que o afligia em 1887, deu razão aos medicos que lhe censuravam o excesso de trabalho, fóra de horas. Varias vezes o sol matutino despertara-o sentado na poltrona da bibliotéca, com o livro aberto, abandonado sobre os joelhos. Às 5 da manhã, havia sempre luz no gabinete imperial. Até 9 horas, debruçado sobre a papelada do Estado, riscava, notava, escrevia, com o febril lapis azul. As duchas, ás 9 horas, o almoço das 10, e a audiencia aos ministros, aos politicos, ao publico, até a tardinha, não lhe tiravam, pela noite dentro, o gosto de lêr: era, no Paço quem mais tarde se recolhia, e mais cedo levantava. As refeições, frugais, fazia-as em dez minutos, depressa, abominando as conversas de sobremêsa, ansioso por dedicar a sua hora de folga a um rapido passeio ao ar livre, quando o tempo ajudava, ou ao socêgo da livraria, de bancas atulhadas de edições frescas. Moirejava, na sua atividade pontual, sem cuidar de esparecer, em distrações que não fossem, nas noitadas liricas, o espetaculo de gala, ou, vertiginosas, as inspeções aos serviços publicos.

A viagem, afigurava-se-lhe uma libertação.

Teve tão completamente esse sentimento — da fuga ao seu destino, pelas férias que lhe davam — que,

durante a ausencia de um ano, nunca mandou á filha Regente uma palavra sobre politica e governo. Podia manobrar o barco de longe: preferiu deixa-lo á mercê da correnteza, com a princeza ao leme. Afinal, tambem ele, aos 14 anos, fôra timoneiro... “Jamais il ne nous a parlé, à Isabelle ou à moi, ni avant ni après la régence, de la politique ou des affaires de l'État” — testemunhou o conde d'Eu. Não comprehendia a função imperial dissimulada nas confidências de pae a filha: era totalmente chefe, ou apenas um particular que se instrúe. Nesse desapêgo pelo poder traía a obsessiva preocupação do seu espirito: alem dos deveres de rei, havia a vocação intelectual. Toda vida, esperára pacientemente a ocasião de reencontrar-se: á sua independencia, á verdadeira ambição, como a definia nas cartas para Gobineau...

Francisco Otaviano prescurtára aquella insatisfação torturante: em carta de Junho de 74, lamentava, que não tomasse ele, “no mundo literario, a posição que lhe competia” (145). Começára, em Novembro de 75, o estudo do arabe, com o conselheiro Schreiner. Numa carta a Alexandre Herculano — que recusára a Ordem da Rosa — desdenhára já de sua profissão imperial. Na sua opinião de homem e de monarca, o melhor sistema de governo, para o Brasil, seria uma Republica de presidente vitalicio! Aquilo escrevêra, para ser comprehendido do misantropo, que renunciára ás grandezas do mundo... Preparára-se, pois, para entender a America do Norte, o seu presidencialismo, o clima de Lincoln, a raça de Washington...

Meditou algumas recomendações para a princeza. Mais conselhos de um filosofo do que recados paternos. Fôsse equitativa e cautelosa! “Meu grande empenho

(145) Ms., no arquivo d'Eu.

é a liberdade das eleições: para isso tenho sempre lembrado a bôa escolha de presidentes”. “Toda vigilancia do governo é pouca”. Verdade, “sem educação generalizada nunca haverá bôas eleições”... Caxias dêra ao dominio conservador uma consistencia duradoura. Não se iludisse a regente: se o resultado das eleições fosse contrario ao ministerio, que subissem os liberaes! “Estima-lo-ei”. “O que almejo é que os ministros se sucedam pela opinião da maioria da Camara”. E, afinal, antecipava uma conduta: “Embora a que vae ser eleita não seja liberal, se a opposição fôr tal que embarce a marcha dum Ministerio conservador, eu chamarei os liberaes para o Governo, e sem condições” (146).

Condenava a um próximo ostracismo o partido triunfante? Não; exigia da filha o respeito pessoal pelo sistema parlamentar. Assim, reinaria pacifica e dignamente, como Victoria da Inglaterra, entre homens de bôa fé, assembléas tranquilas.

A sua ultima palavra era severa: a corôa não podia conspirar!

Assim, ausentar-se-ia sem preocupações e voltaria sem precipitação. Conhecia as pessôas. Não lhe enganavam as apparencias. Jurava que tudo transcorreria em ordem. E não errou.

A 26 de Outubro, o Imperador, a imperatriz e pequena comitiva partiram para os Estados Unidos.

Na Europa, inventariára as tradições, avaliára arte. Acolá, era o fenomeno de uma sociedade que desabrocha, a restauração impulsiva de uma democracia que, por todas as vozes, clamava a sua prosperidade:

(146) Notas á princeza D. Isabel no arquivo do castelo d’Eu, divulgadas por Heitor Lyra, no *Jornal do Commercio* de 18 de Agosto de 1935. E *Jornal do Commercio*, Julho de 1935.

o futuro... A Exposição de Philadelphia pretextava uma universal afirmação de progresso: a época da electricidade acabava de nascer!

Os americanos receberam o régio visitante com uma alegria magnifica.

Nunca uma testa coroada se dobrára ainda em frente aos álamos de Mount Vernon: além disso, era um monarca do mesmo continente... Atravessou a Republica com a sua préssa insopitavel, a sua curiosidade acêsa, a simplicidade, de "globe trotter", exagerada ao contacto ameno daquela imensa burguezia, de "businessmen". Nada de solenidades, etiquetas, eloquencia: desculpassem-no, queria vêr!

O sr. Somonin escreveu para a "Revue des deux Mondes": "O Imperador do Brasil foi um dos hospedes mais aclamados do Centenario". "Dum oceano a outro, e do golfo do Mexico ao rio S. Lourenço, quiz tudo vêr, compreender tudo" (147).

Era mais modesto que qualquer presidente — pasmavam os "yankees": e, com um largo passo, de caixeiro-viajante, media aquela vasta terra falando, a cada proposito, do seu Brasil. Foi observar as obras da barra do Mississipi, pensando na abertura da barra do Rio Grande, e para este serviço convidou pessoalmente o engenheiro Eads (148). Examinou, remexeu, devassou em todos os meandros a feira de Philadelphia, comparando os produtos, espiando as invenções, estudando as pequenas maravilhas — com a idéa no seu país. E quantas novidades industriais! Diante do seu mostruario, um mecânico, de barba loira, desenrolava os fios d'um misterioso aparêlho. Desde 1856 o Imperador

(147) *Revue des deux mondes*, tomo 17, p. 818, 1876.

(148) José Carlos de Carvalho, *A' memoria do Imperador D. Pedro II*, p. 101, Rio 1925.

seguia, atento o trabalho dos sábios, sobre a transmissão dos sons. O jóven mago que desembrulhava os arâmes elétricos falou-lhe de sua descoberta. — Sim, sim, uma grande cousa... — Cinco minutos, ouviu-o interrogou-o, incitou-o. Logo uma multidão rodeou o estranho homem, até então desprezado. A “réclame” imperial foi-lhe a fortuna. Graham Bell acabava de dar á humanidade o telefone...

A ida á Palestina fazia-lhe bem: não são os reis incrédulos que fazem peregrinações... Então, os Evangelhos dram o livro de cabeceira. Em 30 de Novembro de 76 lá estava, em Jerusalem. No seu canhenho de pobre franciscano, anotou fray Mameto Ezquiú — o santo varão de Córdoba: “He oído decir esta tarde, que mañana debe comulgar en el Santissimo Sepulcro el Emperador del Brasil, que ayer por la mañana asistió a la misa en el Calvario y por la tarde a la procesión de la visita de los santuarios: los que le vieron dicen que lo hizo todo con gran devoción y recogimiento. Yo no esperaba tan buenas obras, sin duda por causa de mi orgullo e dureza de corazón”. Iludia-se o penitente: duvidára, pela fama corrente de D. Pedro II, da “questão dos bispos”. E completa o seu diario: “En reparación de mi juicio temerario, rogaré siempre por este Emperador, que tendrá faltas; pero que a toda luz se muestra menos indócil que yo a Nuestro Señor”. No dia 2 de Dezembro, o mesmo diario acusa: “El Emperador del Brasil ha comulgado hoy en el Santissimo Sepulcro. Ha ido en peregrinación a Belén. Ayer había visitado los Santuarios de la Flagelación y de Getsemaní. Que acusación contra mi tibieza y mi soberbia farisaica!” (149).

(149) Manuel Gálvez, *Ezquiú*, Buenos Aires 1934.

Quizêra ser como os outros estrangeiros, que, de todos os pontos da terra, vão rojar-se diante do tumulto do Senhor. Obedecendo, indiferente ás minuciosas homenagens do clero, aos regulamentos do culto na Cidade Santa, espantava os “turistas”, comovia as almas constrictas. Mas a pressa do Imperador não o reteria á beira do Jordão, naquela paizagem biblica que evocava com frases hebraicas, provocando os velhos exegetas dos livros sagrados. Voltou pelo Egipto. Em 13 de Janeiro bravejava, ao pé das pirâmides, contra a rapacidade dos viajantes, que depredavam as ruinas faraônicas. O Instituto do Cairo prometeu immediatas, famosas providencias. Encontrou os sábios que o receberam em 1871. Discutiu gramatica da lingua copta com Brughs Bey, frequentando-lhe a casa do quartirão Kalali. Remexeu, em companhia de Mariette, o Valle dos Reis. Achou o khediva muito fútil e as antiguidades tão atraentes, que prometia estudar melhor as mumias do Museu Nacional, do Rio. Deram-lhe um pequeno tesouro de objéto das sepulturas egipcias, que destinou ao mesmo Museu. Procurou, á luz dos archotes, em Luqсор, a decoração mural de Amenophis. Notou no canhenho: “Senti não ter encontrado a inscrição citada por Mariette...” Nem as choupanas cobertas de cupulas. “Os monumentos do Egipto, escrevi num livro dado pelo celebre egiptologo Lepsius ao consul alemão de Luqсор, serão em todos os seculos uma das maiores fontes de prazer para pensadores”. “Antes de dormir estudo a gramatica hieroglifica de Brughs”. Emfim, mergulhava no seu pelágo de ciência, de arte, que tanto invejara a Gobineau...

O egiptologo era um sadio e irônico sujeito. Uma vez, a estrangeiros que espiavam sarcofagos, apresentou: — Sua Majestade o Imperador do Brasil... — Voltaram-se, com espanto: e riram, incrédulos. Era

decerto um professor que cotejava as suas notas; não podia ser um rei de verdade... E não acreditaram (150).

Tambem ali desaparecêra o homem plácido de S. Cristovão. Irritava-se quando lhe descobriam a identidade, impacientava-se das demoras, enfurecia-se com os êrros dos guias, distribuia aos mestres, á volta, pequenas reprimendas, exprobrando os equívocos naquela egiptologia obscura e confusa, e, a cada passo, se julgava ludibriado, por uma "ciencia" indecisa... — Senhor Mariette, ha um engano...

Isto enternecia áquela erudita gente: mas assombrosa.

Em Roma, Pio IX o recebeu benevolmente. Suspeitou-se de uma ousada iniciativa do Imperador: quiz reconciliar a Igreja e o Estado, propondo ao Santo Padre, pelo rei de Italia, um acôrdo razoavel. O conde Soderini contaria, que, numa manhã de audiencia, D. Pedro II gastára tres horas, em secreta conversa com o Pontifice. Lançava uma ponte impossivel sobre o abismo recente. "Non possumus..."

O cardeal Pecci seria o sucessor de São Pedro. Já todos o indicavam, no seu digno isolamento de Perugia, projetando sobre a península a sombra fina e inquiêta de teologo novo. Lá o visitou. Falaram muito de arqueologia e história. Costumava o prelado recolher ao palacio da familia, em Carpineto, os documentos que lhe enriqueciam o arquivo: mandou-lhe a carta em que D. Pedro II se referia com respeito áquele encon-

(150) Viagem ao Egipto: diario do Imperador, cm. por Affonso Taunay ao Inst. Hist., e conferencia de Nicolás Debbané, *Rev. do Inst.*, vol. 75.

tro. Das mãos dele — Leão XIII — receberia Isabel a rosa de oiro... (151).

Paris de 1877 — depois da Alemanha, da Russia — foi-lhe ainda mais acolhedôra do que seis anos antes. Aumentára o circulo de amizades. Gobineau, Renan, Mistral, a imprensa norte-americana, tinham-lhe preparado ambiente: já não poderia ouvir, “incognito”, as aulas de Franck. Dumas Filho, presidindo á Academia, fez que se sentasse entre os academicos — em 24 e 26 de Abril. Nenhum titulo lhe agradára mais do que o de socio correspondente da Academia de Ciências. Correu mundo o seu espirital dialogo com Arsène Houssaye. Pareciam-se, pela estatura e barba patriarcal.

— Sr. Houssaye, disse-lhe D. Pedro II — todos me acham muito parecido com o Senhor.

— E quereria Vossa Majestade ser Houssaye?

— Et qui sait? mon Dieu, tant homme porte sa couronne d'épines! — exclamou. — Voilà pourquoi nous aurions beau changer, nous ne porterons pas la couronne de l'homme heureux.

— Est-ce que V. M. l'a rencontré, l'homme heureux?

— Oui, c'est moi, quand mon peuple est content (152).

Victor Hugo não amava os reis. O glorioso ancião — na sua arte de avô — isolava-se magnificamente, fechando a porta aos “turistas” curiosos, que visitavam Notre Dame, os Invalidos, e logo procuravam pelo poeta dos “Châtiments”. Na manhã de 22 de Maio entrou-lhe pela casa o Imperador do Brasil.

(151) Magalhães de Azeredo, Perfil moral de D. Pedro II, *Contr. para a biogr.* p. 981.

(152) B. Mossé, *D. Pedro II.*

Diante daquele velho, em cuja frente enrugada dormia o mistério de todas as tempestades politicas do seculo, confessou:

— Sr. Victor Hugo, anime-me, sou um pouco tímido.

Sentaram-se: cuidou pela primeira vez que estou n'um trôno — disse D. Pedro II, lisonjeando o genio. E aproveitando-se de sua bonhomia: Não quizesse muito mal a seus colegas; vivem tão rodeados, tão embaídos e enganados, que não podem ter as *nossas* idéas.

Hugo respondeu: Sois unico.

O Imperador falou-lhe do ultimo livro, quiz ver Mlle. Jeanne, afagar-lhe os netos. Entrou a moça.

—Jeanne, apresento-te o Imperador do Brasil.

Ele pediu que se acercasse, e abraçou-a. A menina pendurou-se-lhe do pescoço, e gracejou o poeta:

— Então queres dar-te ao luxo de estrangular um imperador?

E logo: Senhor, tenho a honra de apresentar meu neto Jorge a vossa majestade.

— Meu filho, disse D. Pedro, aqui não ha mais do que uma majestade. E indicou-lhe o avô. Este pegou de um exemplar da “L’art d’être grand père”, e dedicou: “A D. Pedro de Alcantara, Victor Hugo”.

Recaiu a conversa nos trabalhos de Hugo. Explicou como empregava o seu tempo: á tarde — concluiu — saio, e faço uma cousa que o senhor não poderia fazer — subo nos omnibus.

— Porque não? Eis o que me convinha perfeitamente... a *imperial!*

E aquelas ausencias, não faziam mal á monarchia americana? Que não. Os negocios corriam bem, pois

havia na sua terra muitas pessoas que valiam tanto ou mais do que ele... “Eu aqui não perco o meu tempo. Reino sobre um povo joven, e para esclarece-lo, torna-lo melhor, faze-lo marchar para diante, é que uso de meus *direitos*...” A palavra não lhe soou bem. Pela primeira vez pareceu-lhe herética, naquela casa do inimigo deles... — “Perdão, eu não tenho direitos, quero dizer, o poder, que me coube pelos acasos da fortuna e do nascimento!”

Dir-se-ia que sob o olhar coruscante do lenhador dos impérios se envergonhava, do inconsciente delicto de carregar ás costas a purpura... Exaltou-se então Victor Hugo:

— Senhor, sois um grande cidadão; sois o neto de Marco Aurelio!

Assim terminou aquela visita de tres horas.

Em Portugal, quer ver Alexandre Herculano. O solitario de Val de Lobos tentou evitar essa illustre visita, que lhe surpreende a humildade do retiro, entre as suas oliveiras: Depois de Victor Hugo, Herculano... (153). A este, restava o dever de retribuir-lhe os cumprimentos. Escreveu-lhe, em 24 de Agosto, prevenindo que iria a Lisbôa (154). Telegrafou á esposa: “Não pude convencer o homem. Vamos no comboio da manhã. Calêche na estação”. Depois de longo isolamento, fóra do mundo que desprezava, reapareceria, para agradecer a D. Pedro II o gesto que tanto lhe lembrára D. Pedro V... Foi na estação ferro-viaria, após as despedidas, que o velho escritôr apanhou a pneumonia de que morreu, dez dias depois.

(153) *Diccionario Bibliografico Português* (Brito Aranha), XXI, 93-4; Fernandes Costa, *Almanach Bertrand*, 1901.

(154) *Carta ms.*, no arq. d’Eu, inéd.

Em 2 de Setembro, um poeta de perfil judaico, levou ao Imperador o seu poema. Chamava-se Guerra Junqueiro. Na irreverencia de sua arte pulsavam as coleras da nova geração. O moço Portugal, dos descontentes e cépticos, se revezava com o antigo, de Castilho e Herculano, em redor do soberano espantoso, que preferia aos estadistas fátuos os intellectuais pobres.

NOVA GENTE

A bordo do “Orénoque”, o imperador e a imperatriz chegaram ao Rio de Janeiro em 26 de Setembro de 77.

Ele — registou o conde d’Eu — vinha inalterado: a imperatriz, de melhor fisionomia.

Espantou-se o príncipe com o silencio do sôgro sobre o ano de politica, que passára. Ainda a bordo, declarára a um jornalista, que nada escrevera á filha ou aos ministros sobre os negocios do Estado. “Ce n’est que justice, puisque c’est vrai (acóde Gaston de Orléans). Mais cet empressement à écarter de soi la responsabilité de ce qui a pu se faire pendant ce temps, a servi de thème à de nombreues commentaires dans la presse”.

Meteu-se logo no trabalho exaustivo, que o esperava: em 13 de Outubro communicava para a Europa o conde d’Eu: “O Imperador desgraçadamente me parece muito fatigado: o corpo e a marcha se lhe tornam peizados e está taciturno. Mergulhou até o pescoço na sua vida de institutos, conferencias cscientificas, cursos de collegio e audiencias inumeraveis, que lhe não deixam lugar para nenhum exercicio saudavel”. Parecia

melhorar: “et a recommencé ses tournées d’arsenaux et de chantiers et docks en plein soleil. Il prétend que c’est ce qui lui fait le plus de bien, et qu’il aime beaucoup à transpirer. Cela n’empêche pas du reste les opéras, concerts et autres séances qui contribuent à nous faire fuir pour Petropolis”. Em 20 de Novembro: “l’Empercur était plus sombre et silencieux que jamais, au point de rester, même en tête à tête avec sa fille, deux heures et plus sans prononcer une seule parole, s’enfonçant dans la lecture de la collection de son cher “Journal des Débats”.

Vira-o em 1874, o conde Eugène de Robiano: dir-se-ia um homem feliz. “Ouso afirmar que é uma das cabeças mais fortes do mundo coroado” (155). Agora, modificava-se.

Decididamente, não estava contente.

A politica afligia-o. Amortecêra o frenesi abolicionista; agora o problema era eleitoral. A tirania dum homem não arruina um Estado como a indiferença do povo, dissêra Montesquieu. As oposições, liberais, republicanos, batiam-se pela “eleição diréta”. O ministerio, em 75, fizêra passar a lei das listas incompletas, que assegurava representação á minoria. Não bastara, esse golpe vibrado nas antigas unanimidades. A imprensa bramia as suas reivindicações. D. Pedro II, habituado a lêr pontualmente jornais ao tempo em que eram respeitosas fôlhas conservadoras, se arrepe-lava, em grandes espantos, diante do sinistro panorama que lhe descobriam: eleições violentas de 76, protestos, conflitos, excitação geral...

Convencera-se, alem disso, da necessidade do sufragio universal.

(155) Comte Eugène de Robiano, *Dix — huit mois dans l’Amérique du Sud*, p. 56, Paris, 1879.

Depois de 1870, do cabo submarino em 74, das notícias telegraficas do mundo, os metodos tinham de ser diferentes: e o novo Estado não se compadecia mais com a rotina dos partidos firmada na guarda nacional e nas sub-delegacias de policia. Comtando que lhe não falassem em reforma ampla da Constituição!

Caxias não perdia ensejo de dizer-se exausto, disposto a largar o fardo do governo. Sentia-se, como em Assunção, ansioso por abandonar um epilogo sem glória, de campanha mortificante... Apenas queria que o poder passasse de suas mãos trémulas para as de Cotegipe, chefe real dos conservadores. D. Pedro II falou-lhe claramente. A bandeira da "eleição diréta" fôra desfraldada, em 68, pelo partido liberal, e era tempo de se lhe dar a responsabilidade da situação, para que proseguisse com ela. — Então Sua Majestade chamaria Nabuco, diretor, incontestado, da grei opositorista? — Não; telegrafasse ao sr. Sinimbú, em Friburgo...

O telegrama foi em 1.º de Janeiro de 78. No dia 3, Sinimbú estava em S. Cristovão.

Sendo o grande objetivo do novo governo a reforma eleitoral, como a praticaria ele? Sinimbú aconselhou a consulta ao eleitorado, para que a Camara se revestisse da categoria de Constituinte, e assim realizasse a reforma. O Imperador concordou: mas opunha argumentos. Os fins da Constituinte seriam limitados áquela materia; e julgava não se poder evitar a colaboração do Senado. Não pensava deste modo o politico; porem era prematura a questão, uma vez que as preliminares da vasta alteração projetada consumiriam muito tempo. Evidenciava-se uma bôa vontade convergente: o soberano queria que os liberaes governassem, e estes se dispunham a não perder a oportunidade.

Sinimbú recorreu ao telegrafo, para reunir os correligionarios dispersos. Fez ministerio, em 5 de Janeiro.

Foi a volta dos vencidos de 1868, desfalcados pela separação dos republicanos, amargurados pelo decenio de lutas, fremindo de entusiasmos renovadores... Um ato de imperial vontade derrubara-os; outro, de arbitrio pessoal, os reintegrou na direção politica. As molas da corôa funcionavam com a antiga simplicidade, como se manejadas pelo pulso impetuoso de um rapaz.

Porisso Alencar dividira em tres fases a história do regimen: camarilhas, conciliação, rateio... Uns; depois outros. Mudava-se a cêna. Com os atôres, o ambiente. Entravam para o governo alguns jovens politicos: Carlos de Carvalho, Lafaiete Rodrigues Pereira, desertando das fileiras republicanas, Gaspar da Silveira Martins, o maior orador do partido. E ministro da guerra, Osorio: seria acolhido na côrte por uma estrondosa manifestação popular, capaz de relegar a plano secundário o prestigio de Caxias... Essa revolução branca reanimou D. Pedro II. Desorientou os adversarios do trôno. Desconcertou os "saquaremas". Conta-se que Lafaiete chamára antes de libré, a farda dos ministros. Na primeira reunião do gabinete em que appareceu, como de praxe, fardado, foi cumprimentado pelo imperador, com desusada bonhomia: — Ficalhe muito bem... Não alimentava ressentimentos, ao contrario do principe de Machiavello. Os que se aproximavam dele, convertiam-se depressa, penitenciados dos terriveis equivosos. Foi o caso de Torres Homem, de Ferreira Viana, de Silveira Martins. Gritára este, uma vez: O necessario não é mudar de ministros, mas de imperador! Agora lhe fazia justiça, ao espirito publico. Mirabeau tinha razão: "De jacobins ministres ne seraient pas des ministres jacobins". Osorio não o conhecia bem. Em 1862 viéra ao Rio, ameaçado de re-

moção, para o norte. Falara-lhe, em S. Cristovão. Não somente suspendeu a transferencia injusta, como o mandou de volta, para a sua fronteira. Caxias levou ao companheiro d'armas o recado final de D. Pedro II. "O Velho manda saber se o Sr. não pôde ser menos politico". Respondeu o general: "Não" (156). O sangue de Avahí lavára quaisquer prevenções, que tivesse contra ele o soberano. Fôra, na guerra, de uma lealdade purissima. Na paz, vestira de novo a jaquêta de chefe de facção. Caxias velava pelos conservadores; Osorio pelos liberais: equivaliam-se.

Mas os dez anos de ostracismo davam ao ministério de Sinimbú uma certa feição de irreverencia, de democracia inquiéta (157). Aqueles moços não escondiam o desejo de compreender o mecanismo do Poder Pessoal québrando com isso o verniz das conveniencias. Nenhum deles se julgaria compativel com a corôa por mais de quinze dias. Chegavam-se, armados de vagas hostilidades, á mesa do despacho, onde o imperador os reunia. As sessões eram por vezes enfadonhas. Numa dessas ocasiões, D. Pedro II se deixou adormecer. Osorio, para desperta-lo, desfivelou a espada, que caíu com estrondo. O Imperador gracejou: No Paraguai o Sr. não deixava cair a espada! — E o ministro: Lá não se dormia, Majestade... — Sorriram. Cesar envelhecia. Espantaram-se os nóvos colaboradores: não os contrariava, não impunha caprichos, não fazia politica nem tinha projéto mysteriosos. Ouvia os relatorios. Falava sobre tudo, opinando. Inqueria, a respeito das criticas da imprensa. Recomendava tolerancia, que a

(156) Fernando Osorio, *Historia de General Osorio*, p. 711, Rio 1894.

(157) Craveiro Costa, *O Visconde de Sinimbú*, S. Paulo, 1937.

policia não se envolvesse nas disputas partidarias, que os presidentes de provincia guardassem imparcialidade... E continuava, imperturbavel, a sua vida sem descansos, sem prazeres, sem mudanças. Em 2 de Fevereiro de 79, foi Osorio quem convidou o conde d'Eu para comandar a Escola Militar! (158).

Preferia Petropolis, pelos passeios, o banho matutino, o almoço de 10 horas, a estação á tarde, quando via familias amigas, alguns professores, intellectuais que lhe comunicavam os fatos recentes. De casaca, chapéo alto, guarda-chuva pendurado no braço, a miniatura do Tosão de Ouro na botoeira, o semanario e o medico atraz, percorria, nos dias de sol, a rua do Imperador, subia pela de Caseros, numa larga volta, que terminava sob as palmeiras do seu parque.

Visitava todas as escolas. Parava, para dirigir perguntas aos pequenos colegiais. Os menos applicados fugiam-lhe, como d'um severo inspetor que andasse pela cidade, a pilhar estudantes vadios. Não escapavam á "sabatina" os proprios companheiros occasionais. Uma vez o barão de S. Victor, negociante portuguez, depois de dizer ao Imperador que a baroneza ficára em casa, teve o dissabor de vê-la passar, diante deles. "Souvent femme varie..." — suspirou o grosso burguez. D. Pedro II acudiu: Onde se escrevera aquilo? E, rindo-se da ignorancia do outro: Francisco I, numa janela... (159). Como o pae tinha o orgulho de jogar bilhar, segundo Arago, envaidecia-se o Imperador, até á infantilidade, das cousas que sabia. Quem se lhe aproximasse, em Petropolis, na sua temporada de calma e estudos, esbarrava com o professor.

(158) Ms. no arq. do castelo d'Eu.

(159) Ernesto Senna, *O Velho Rio de Janeiro*, p. 83.

O Palacio de Cristal, para os bailes semanais, e a casa de Isabel, numa rapida visita diária, eram outros itinerarios obrigatorios. Mas respirava um ar tranquillo, gozava saúde ali, libertava-se um pouco das infundaveis audiencias, que lhe enchiam a mesa, as pastas, depois os gabinetes ministeriais, de pedidos, queixas, supplicas, alvitres. O conde d'Eu clamára: de uma só vez, recebera a princeza mais de trezentos desses papéis! Numerosos solicitantes não reapareciam na varanda de S. Cristovão: porque tinham ordem de passar pela mordomia, na casa do rio Joana, desde 1868 habitada pelo sucessor de Paulo Barbosa — o barão de Nogueira da Gama. Eram os pensionistas do imperial bolsinho. Lá formavam um cortêjo triste: viuvas, invalidos, antigos servidores do Estado, quanta pobreza envergonhada soubéra esgueirar-se até o Imperador, ajudado nisso pela Imperatriz, de quem ficára a fama de não deixar um rôgo sem a sua esmola. Quanto custava ao bolsinho imperial a silenciosa munificencia? O calculo não era difficil. Deduzidas as despesas da casa, o resto da dotação, que no orçamento se lhe dava. Sete contos mensais, do Imperador; tres contos, da Imperatriz! Empregava naquilo os saldos: nem houve caso de um ano, em que as sobras do anterior melhorassem as finanças do Paço. Entre tantos pobres, habituou-se D. Pedro II a considerar-se quasi um deles.

Com o seu arguto senso economico, proprio dos Orléans, o genro admirava-se: o Imperador se endividára para fazer as suas viagens, e, a despeito disso, recusára o credito de dous mil contos de réis que o parlamento lhe quizera conceder. Distraía-se á propria custa... O mordomo tinha de enfrentar essas difficuldades: e para pagar as dividas, cortava, como podia, nas liberalidades. Tereza Cristina não conseguira tambem

economizar o que sobejasse de sua dotação. Uma feita, teve de socorrer o irmão, conde d'Aquila, com 80 contos. Emprestou-os um veador, que não permitiu se soubesse ali qual o genero das preocupações da augusta senhora. Também as suas protegidas não souberam. Para estas, sempre havia dinheiro.

A vilegiatura, na serra, québrava a monotonia desses habitos: entre Dezembro e Maio; readquiriam as forças, que vinham dissipar nos demais mezes, na côrte de problemas e costumes cada vez mais absorventes. "Ma vie, ici, est fort régulaire (escrevia a Gobineau, em Fevereiro de 79), mais le temps me manque pour des promenades pittoresques... et la causerie me fait encore plus défaut que à Rio".

Ramalho Ortigão, em 1887, escreveu duramente, a Eduardo Prado: "Não o vi no seio da sua paizagem admiravel mas calculo quanto ele a devia prejudicar pelo seu aspecto, e imagino-o entre as lindas arvores de Petropolis, aparecendo entre os seus cortezãos ás 7 horas da manhã de chapéo alto e casaca preta, com o chapéo de sol debaixo do braço e o famoso Tosão de oiro de Carlos V pendurado ao peito!" Na sua opinião, estragára "a arte de conversar, a de vestir, a de receber, a de jantar, a de ditar um "menu", a de conduzir um "cotillon", a de governar um cavallo, a de mobilar um salão, a de edificar a casa, a de escrever o livro". E de máo humor: "Por emquanto o Imperador faz-me um bem triste efeito. Prefiro-lhe D. João VI" (160).

Assim os netos educados na Europa deviam rir do avô severo, que cobrava aos pequenos estudantes o seu latim e o seu grego, não dispensava o guarda sol

(160) Carta de Ramalho, *Revista Nova* (S. Paulo), 15 de Março de 1931.

e — unico no Imperio — usava de manhã á noite a casaca absurda...

* * *

Sinimbú não foi feliz. Fez Camara unanime. Tinha contra si, entretanto, os conservadores em maioria no Senado. Não que fossem contrarios á eleição diréta: escrevera o Imperador a Caxias, dizendo que Paulino e Jaguarí se tinham proposto a realiza-la... Confir-mára, em carta a Gobineau: "les deux parties la ju-gent necessaire"... Mas se opunham por ser progra-ma dos liberaes. Transigia então: e começou por per-der Silveira Martins e Vila Bela, que não se contenta-vam com uma reforma prudente. O tribuno gaúcho queria o voto para os acatolicos e naturalizados: re-presentava uma provincia de imigração; exigia que os colonos fossem cidadãos. D. Pedro II, consultado, achou prematura a medida. Saíram os dous ministros. Pouco depois, faleceu Osorio. Pelotas, amigo de Sil-veira Martins, recusou a pasta da Guerra. Foi nomea-do Paranaguá, civil e palaciano. Breve, o gabinete de 5 de Janeiro estava reduzido ao presidente do conselho e Lafaiete: os demais, eram substitutos de demissiona-rios. Sinimbú passou a lutar contra os dissidentes e os senadores. Entre estes, Saraiva reivindicára a com-petencia da Camara alta para falar sobre a reforma. Isto agradou ao Imperador, que talvez não perdoasse a Sinimbú o desabafo impolitico, ao alegar que a vita-liciedade estragava o Senado, pois tornava os mais importantes assuntos dependentes do amolecimento cerebral, da inércia senil, dos invalidos... Não lhe tocassem a "arca santa"!

O fracasso de Sinimbú resultou desse conflito. O Imperador, aliás, não cederia nunca. Para ele, o Se-nado, em cujo recrutamento se esmerava — apurando

virtudes, separando aptidões — o “poder pessoal”, era a alma da monarquia. No fim, parecia ceder: foi no ministerio Ouro Preto. Mas, no exilio, escreveu: “Não me conformava”.

Não se conformava com a destruição do unico vestigio sobejante do passado: o patriato brasileiro. Sem este, apenas nos separaria da republica a corôa, um emblema, ainda assim sossobrando, no escarcéo do parlamento temporário, tangido dos ventos das ruas, espêlho de sua volubilidade... A honestidade discreta, de magistrado, acima da politica, que ele revelava na escolha dos senadores, testemunha, mais que tudo, o seu apreço pela instituição.

Contou Bom Retiro a Escragnolle Taunay: a unica indiscreção que se permitia o Imperador, a proposito da escolha dos senadores na lista triplice, era uma frase, dirigida ao candidato: — Como vae a sua eleição senatorial? — “Assim fizera Sua majestade com Eusebio, Muritiba, Paranhos e outros muitos homens publicos, a quem dedicava apreço” (161). Descobria-se, apenas por essa interrogação. Deixava suspenso o espirito publico, até aparecer o decreto, como um juiz, que só falasse no dia do julgamento. Os partidos não sabiam antecipadamente quem tivessem elegido: em tres nomes, geralmente dous secundários “escórando” o favorito, destacava ele o melhor. Recrutava os homens representativos. Os vitalicios expoentes. A flôr do regimen!

(161) V. de Taunay, *Homens e cousas do Imperio*, p. 76.

PARA A DEMOCRACIA

O Senado fulminou o gabinete de Sinimbú. Aprovou-lhe a Camara — 81 votos contra 16 — o projeto da reforma, que caiu na outra casa da assembléa. Não era ainda a despedida do ministerio: mas o seu descredito. O “imposto do vintem” revelou-lhe a posição instavel. Decretára-se que cada passagem de “bonde” pagaria um vintem, a partir de 1.º de Janeiro de 80. Facil foi aos agitadores, tendo á frente Lopes Trovão, amotinar o povo. Rugiu, pelas ruas, um temporal trágico. Os grupos sediciosos lançaram-se aos veículos, queimando-os. Teve a tropa de sair dos quartéis. Correu sangue. A repressão foi energica, a ordem restabelecida, o imposto continuou a ser cobrado. Mas Sinimbú expoz ao imperador o seu desgosto. Demittia-se.

Respondeu D. Pedro II: retirando-se o presidente do conselho, que colaborador dele se oferecia para organizar novo gabinete liberal?

Nenhum dos ministros quiz aceitar. Incumbiu-lhe então o Imperador de procurar em circulo mais largo — o partido — seu sucessor. Daí a indicação de Sa-

raiva. Escreveu-lhe Sinimbú, em 24 de Janeiro: estava, pelo monarca, encarregado de consulta-lo sobre se aquiescia em chefiar o governo, “com o intuito de obter do Senado o projeto de reforma eleitoral com as bases com que foi adotado pela Camara...”

Saraiva era prudente. Tinha paciencias velhacas. Não se precipitou. Respondeu sómente em 4 de Março. A demora parecia uma excusa. O Conselho de Estado, nos entremetentes, recusara aconselhar a dissolução da Camara. O visconde de Abaeté, presidente do Senado, velho, apartado das facções, declinou do convite. “Portanto, é o caso de mandar ao Saraiva o telegrama assentado no despacho”, comunicou o Imperador a Sinimbú, em 6 de Março. Foi o telegrama para a Bahia, onde veraneava o estadista, no seu engenho Pojuca. “Tenho ordem de Sua Majestade para declarar que, á vista da carta a que alude, o encarrega da organização do novo ministerio para realizar a reforma eleitoral pelo modo que julgar preferivel”. Que carta? Simplesmente uma confidencia de Saraiva, levada ao conhecimento de D. Pedro II: achava que a eleição directa podia ser feita sem alteração do texto constitucional.

Os senadores que tinham advertido ao governo, de que num outro escolho naufragaria a reforma — referindo-se aos imperiais receios da revisão constitucional — estavam com a razão. Prevalencia-se o Imperador da opinião tranquila de Saraiva: assim daria ao país o sufragio democratico — que ha vinte anos encarecia platonicamente — sem sacrificar o Estatuto da monarchia — intacto ha quarenta e seis.

A 28 de Março encerrára-se o primeiro ciclo dessa revolução branca: a decada final do Imperio abria-se com a jornada do voto universal e da abolição da escravatura.

E não havia ninguém satisfeito...

Foi na visita á Escola Militar então, que esbarrou com um homem em cujo "pince-nez" de professor taciturno faiscava uma inexprimível ameaça. Convidára-o em 1860 para mestre de matematicas das princezas: não lhe dêram o recado. Em 78 fôra ensinar aos príncipes Pedro e Augusto de Saxe. Zangára-se com os máos modos dos meninos e não pisára mais no Paço. Amargava uma série de preterições na carreira: era um desenganado. Metêra-se a estudar Augusto Comte. Chamava-se Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

— Sr. Benjamin, tenho um presente para o sr., é um trabalho sobre quantidades negativas que o autor me remeteu; li e não gostci, mas quero a sua opinião.

Benjamin Constant franziu o sobr'olho, e respondeu com azedume: — Neste país nem se precisa saber o que se ensina...

Era uma queixa. O Imperador fixou nele os olhos espantados:

— E os concursos?

— Senhor, sofri estas e estas injustiças...

— Quais os ministros?...

— Vossa Majestade!

E no fim, dizendo que a sua cadeira de um instituto fôra extinta:

— Isto é grave...

Saíu, preocupado. Pela primeira vez, á porta de uma academia, um professor, entre colegas e alunos, reprovava a politica do governo no ensino. O instinto repetia-lhe uma advertencia:

— No desgosto sombrio daquele filósofo trepidavam coleras encadeadas...

E não se lembrou de contentá-lo, apurando razões.

Achava-se sem culpa.

As contas envelheciam. Cobrou-as de repente Benjamin Constant, em 15 de Novembro de 89.

* * *

Emquanto Saraiva resolvia o problema politico da eleição diréta, visitou o Imperador a provincia do Paraná.

Reencetava, com uma larga excursão por aqueles *campos gerais*, a sua inspeção de populações e serviços. A imperatriz acompanhava-o sempre. Tamandaré, Capanema, o ministro Buarque de Macedo, o camarista e o medico, completavam a comitiva. Chegou a 18 de Maio. Em Paranaguá foi a recepção calorosa e festiva. Subiram, de carruagem, a estrada da Graciosa, entre Antonina e Curitiba. As maravilhas naturais alternavam-se com as emoções civicas: arcos de triumpho, ovações pelo caminho, frementes testemunhos de respeito.

Um ligeiro incidente ocorreu em Morretes: passára-se por Porto de Cima, que aguardava jubilosamente o monarca, sem que este se detivesse. Soube do desgosto do povoado e, no outro dia, retrocedeu, para vê-lo, com o seu cortejo de viaturas e notabilidades, indagando dos productos da região, das condições economicas, da vida de cada qual.

A cidade de Curitiba apresentou-lhe um aspecto novo de alegria pública: colonos alemães, italianos, polacos, súditos tambem, que, em multidão, iam saudar o rei da America. Estava em plena terra do futuro. Ali as raças se congraçavam, os imigrantes europeus se abraçavam depressa, e numa paisagem emoldurada de pinhais brotava do planalto vêrde a "cosmopolis" de amanhã. A colonização resplandecia, pujante,

na variedade dos tipos humanos, nas diferenças de traje, no estilo nórdico dos “chalets”. A nodosa da escarvadão não tiszára o país semi-revelado. Pelos arredores, colonias florescentes acabavam de instalar-se: o trabalhador, com o seu lote, tangendo o cavalo que lhe puxava o arado, revivia o ciclo feliz, das nações agrícolas... Observou tudo, colégios, onde examinou meninos, repartições, hospitais, granjas, lavouras. Conversou com os imigrantes alemães, entrando-lhes curiosamente pela casa. Ouviu os homens simples, que contavam as dificuldades da aclimação e agradeciam a Deus, a paz que ali acharam. Admirou a fabrica de mate do sr. Fontana, a ferraria modelar do sr. Muller, as plantações do sr. Capanema. Outro Brasil, sem duvida! O de Petropolis, o híbrido, da conciliação dos continentes, na profunda aliança das influencias: Brasil que bem sentia, porque tambem no seu temperamento elas se confundiam, diluiam-se. Instalou a Mizericordia de Curitiba. Em Paranaguá, assistiu ao lançamento da pedra inicial da estação ferroviaria.

No sobrado do barão de Nacar acolheu a sociedade local. Encerrava a visita á provincia em 5 de Junho (162). Regressou pelo mesmo vapor “Rio Grande”, que o trouxera.

Era tempo de ajudar a Saraiva na luta pela sua grande reforma. Dantas Junior, presidente do Paraná, anotou o seguinte recado do Imperador, com data de 2 de Junho de 80: “Diga ao Saraiva que trate de ter saúde e não se incomode com estas cousas — para tratarmos da grande politica que é a reforma” (163).

(162) Francisco Negrão e Altamirano Nunes Pereira, *A viagem de D. Pedro II pelo Paraná*, Boletim do Inst. Hist. e Geogr. do Paraná, vol. III, fasc. II, Curitiba 1925.

(163) Ms. no arq. do Inst. Hist., n. 14.403 (inéd.).

Já considerava como programa seu, que havia de realizar quanto antes, a eleição diréta. Incumbira Saraiva a seu jovem correligionario, o deputado Ruy Barbosa, a organização do projéto. Foi este submetido ao Imperador (164), que — em bilhete de 16 de Junho, para o presidente do conselho — o aprovou de modo geral. Acontecimentos policiaes detestaveis agitavam então Pernambuco. No dia 28, assim se referia a eles o Imperador: “Com semelhantes autoridades nunca haverá eleições regulares”. E em 29: “Não podia deixar de esperar a proposta de demissão do vice-presidente Adelino”. Ninguém devia iludir-se. Podiam os outros confiar na melhoria das cousas, pelas leis que se fizessem: ele só as entendia applicadas honradamente. Para isto, contou com a austeridade de Saraiva. Dissesse-lhe a opinião publica!

— Como é feliz o soberano da Inglaterra, exclamára uma vez: conhece exactamente a opinião publica e tem sempre por si esse guia seguro...

Acompanhou atentamente os debates parlamentares da “sua reforma”. Colaborou, dia a dia, com os ministros, naquele ingente trabalho, de adaptar a uma caprichosa maioria o projéto muito emendado. Escrevia a Saraiva — por exemplo — em 22 de Dezembro: “Creio que entenderá as minhas notas no projéto de reforma consideradas as emendas apresentadas para a 3.^a discussão” (165). Punha na execução dela esperanças alvoroçadas: afinal lhe dariam eleições sérias! Surgiu a lei — em 9 de Janeiro. Saraiva depoz nas mãos do Imperador o cargo: escolhido para fazer a reforma, cumprira a missão e despedia-se. D. Pedro II pediu-

(164) Ruy Barbosa, *Quéda do Imperio*, I, intr., p. 50.

(165) Ms. no arq. do Inst. Hist. (arq. Saraiva), inéd.

lhe que a completasse, executando-a. Realizariam uma obra conjunta de bôa fé e estoicismo politico: pleito imparcial, estricta legalidade, consulta livre. A corôa — fiel da balança — seria a propria justiça. Saraiva aceitou. Partiram para as provincias nôvos presidentes, alguns senadores como Paranaguá, Leão Veloso, Meira e Vasconcelos, o deputado Martinho Campos... A ordem erá a lisura, a coíbição de quaisquer abusos.

Por isso a eleição de 31 de Outubro de 81 foi a mais bela, a mais licita do Imperio: não conseguiram siquer eleger-se os ministros de Estrangeiros, Pedro Luis, e do Imperio, Homem de Melo... Estranha novidade: reuniu-se uma Camara com 47 oposicionistas, 75 ministeriais. Vencera D. Pedro II: mas a nobre derrota de Saraiva extinguiu o seu governo. Accitou-lhe o Imperador a demissão. Paranaguá não quiz formar gabinete: chegára a vez de Martinho Campos, presidente eventual da Camara: tinha bonhomia, um inabalavel senso conservador, inveterado gosto de combater situações, gracioso e inquieto cepticismo... Durou — com o ministerio de 21 de Janeiro de 82 — menos de um semestre. Introduziu na alta politica a irreverencia da linguagem, desconhecida dos antigos. Estava ali deslocado, sentindo-se mal, natureza incompressivel, nas talas de um comando incômodo: chamava ao gabinete de “meu colegio”, porque havia ministros de trinta anos, como Rodolfo Dantas e Afonso Pena, ou “canôa de pae Martinho”, onde cabiam todos... Exagerou a tolerancia, a ponto de consentir que, no Carnaval, a sua caricatura enchesse de alegria ou sarcasmo a côrte. Uma feita, desatento, principiou um discurso de censura ao governo, esquecido de que era presidente do conselho... Derrubado parlamentarmente, por uma moção de desconfiança, disse com “humour”: “Tiraram-me o emprego!” Para que não se enganassem com

o seu liberalismo, confessava-se escravocrata emperrado: um estadista ideal, nas suas bizarras, para o legislativo rebelde (166).

Realmente, a atmosfera politica era bem diversa. Pelos rombos da velha estrutura dos partidos circulavam as novas ideologias. Quebrara-se a mística do governismo, o feudalismo eleitoral. Despenhara-se a pedra das reformas radicais. Politicas, economicas, sociais. Martinho Campos foi abatido pela aprovação de uma urgencia para a revisão da lei da eleição diréta: não havia mais parar o carro... Soprava, fóra, o temporal abolicionista. Republicanos, a gente nova, os descontentes, respondiam ao espanto da aristocracia com a violencia, os tumultos dos comícios populares. Paranaguá, “saído dos quartos baixos do palacio de S. Cristovão”, na frase de Silveira Martins —, recolheu a herança de Martinho; fez ministerio, em 3 de Julho de 82. Não resolveria nenhum problema: o Imperador só lhe recomendava tolerancia policial, vistas largas, ação justa.

Retratava-se inteiro neste bilhete: “Sr. Paranaguá. Leio nos diarios que o chefe de Policia mandou proceder judicial e publicamente contra a folha *Revolução*. Minha opinião a respeito da inteira liberdade de imprensa é bem conhecida, embora (sinta) profundamente que se tenha escrito o que só por méro cumprimento do dever se pode ler. D. Pedro II. Rio, 29 de Setembro de 1882” (167).

Confirmaria, em nota lançada no exilio a um opusculo de Taunay: “Sempre pugnei por inteira liber-

(166) Afonso Celso, *Oito Anos de Parlamento*, p. 35, ed. da Comp. de Melhoramentos de S. Paulo.

(167) Ms. em. pela doutôra Carlota de Queiroz.

dade de imprensa. Repeti mil vezes — o seu corretivo está nela mesma” (168).

O peor, era o isolamento...

O tempo, não perdoava!

Desaparecera, ou retraía-se, a geração de 1860: campeavam os moços fanatizados por Gambetta e Castellar, a França de 71... Falecera Caxias, em 7 de Maio de 80: do seu punho, minutára o imperador ás 11 da noite o telegrama de pezames, lembrando “tão distinto servidor do país e amigo de quasi meio seculo” (169). Embainhára-se para sempre a espada do Império... Em 1.º de Novembro do mesmo ano finára-se Rio Branco: fôra outra coluna tombada, do edificio “conservador”, cujo travejamento sustentava o trôno. Torres Homem morrera em Paris, com a pena na mão, como devia acabar Timandro. Ultimo da pleiade da Regencia, desaparecêra Abaeté.

Enchera-se de cruces o cemiterio domestico: frei Pedro — a quem déra a derradeira lição, escrevendolhe o epitafio latino para a campa da igreja do Carmo —, a judiciosa Dadama, seu incomparavel Sapucahí, a Itapagipe, as senhoras, os fidalgos que outr’ora, suavemente, generosamente, o levavam pela mão... Ficára Bom Retiro, cada vez mais discreto —, mais útil, mais subtil, morando na Tijuca, como um ermitão, ou um oraculo, na sua gruta...

Ferreira Viana recebera um premio escolar do Imperador, no colégio Pedro II: o proprio “Nestor” dos liberaes, Saraiva, cursava ainda a academia, e já ele reinava. Paraná, Paula Souza, Olinda, pertenciam a um passado distante. Eram sombras fugindo para o

(168) V. de Taunay, *Homens e coisas do Imperio*, p. 126.

(169) Ms. na Biblioteca Nacional; veja-se a falsidade do que diz Suetonio, *O Antigo Regimen*, p. 95.

remoto cenário da Historia: tanto que, uma feita, no Instituto Historico, se discutiu o episodio da Maioridade, como se fôra um insipido têmea do outro seculo. D. Pedro II, puxando pela memoria, deu um testemunho vago... Ha quarenta anos! Esses "nóvos", que se tinham habituado ás originalidades e caturrices do monarca, fingiam não acreditar no Pedro II de 1852, do esplendôr da monarquia, da guerra do Paraguai. Conheciam apenas o ancião, o professor velho, o humanista que governava silenciosamente um país refractario á autoridade sem força, sem delirios...

Mas o governou, emquanto pode. -

* * *

Em nenhuma ocasião o "poder pessoal" foi tão ativo e claro como durante o ministerio de Paranaguá.

Depois dele, cedeu sempre; retraiu-se progressivamente; calou-se mais.

O ano de 82 é o zenit da Corôa; inspira, resolve, ordena.

Agravara-se estranhamente o incidente com a Argentina, em torno da questão das "Missões". A imprensa exasperava-se, lá e aqui; e vozes surdas exigiam a guerra. Ninguém sabia realmente a razão daquilo, porque as ameaças lampejavam no mistério das chancelarias, o que significava o conflito. Foi quando Nicolás Avellaneda, empolgante tribuno de soberbos cabelos negros, chegou ao Rio de Janeiro com propositos de amizade e franqueza. No banquete que lhe ofereceu a Associação Industrial, foi categorico: não queremos guerra. D. Pedro II reservou-lhe uma das raras expansões que se permitia, no seu trato discreto com os diplomatas. Lembrou-se de Sarmiento, na bucolica doçura de Petropolis, trinta anos antes. E quiz ouvi-lo

sobre esta inquiéta America. Avellaneda acabava de governar a Argentina; resolvera-lhe o problema da Capital; tinha as mãos nervosas do escultôr que vibrou o ultimo retoque á sua obra prima. Falou gravemente: ninguem podia prever o futuro das jovens nações.

Sim, apoiou o Imperador: "Hoje o Brasil é um Império; amanhã póde ser uma Republica". Ao que redarguiu o visitante: "O meu país tem o sistema federal; amanhã pode ser unitario". E diréto, ao fim da conversação: O necessario é a paz, não a paz desconfiada da Europa, mas sincera...

D. Pedro II repetiu, como num éco: E' um mistério, que resolveremos na paz.

Deixou cair por instantes a cabeça entre as mãos; e levantando-a, iluminada por uma expressão de firmeza e lealdade:

— Leve a seu país esta promessa minha. Enquanto vivo fôr, não consentirei a guerra. Necessitamos salvar meio continente; e salvaremos (170).

No dia seguinte, a tempestade desvanecera-se.

Bastára o encontro de dous homens...

* * *

O Imperador debilitava-se sensivelmente.

Já as caricaturas de 1882 o representam dormindo, com a cartola entre os joelhos, nos atos publicos. Essa sonolencia exteriorizava uma crescente fadiga. Complicou-se — em Dezembro — com uma congestão de figado: nada entretanto o fazia mudar de sistema de trabalho — lastimava o conde d'Eu. A maquina

(170) Discurso do Dr. Silvano Bores, *Avellaneda, Homenaje a su memoria*, p. 93, Buenos Aires 1906; e Nicolas Avellaneda, *Escritos y Discursos*, IV, 308, Buenos Aires 1910.

politica falhava-lhe, nas mãos enfraquecidas. Depois de 1880, as agitações ameúdam-se; a insolencia das ruas, a vivacidade da imprensa de combate não respeitavam mais a familia imperial. O principe consorte, sobretudo, sofria a mofina dessa campanha, que ninguém se lembraria de repelir ou evitar. "...Est très difficile d'interessar les ministres aux affaires de la famille impériale", queixava-se, em 17 de Julho de 83. No Carnaval de então, teve a policia de retirar dos préstitos umas alegorias ridiculas, que injuriavam o Imperador. Teimára em mandar a corveta "Parnaíba" a uma observação astronomica, na Patagonia. Pintavam-no, a vêr estrêlas, "lunatico", num óculo... O visionário. O "filósofo..." Não passaram pela rua do Ouvidor: mas o povo se riu com as caricaturas. O "velho", que dormia, não amedrontava: achavam-lhe graça, como a um avô, que cochila, cabeceia e ralha. O governo não ousava siquer coagir os irônicos jornalistas, para que o poupassem: foi nesse ambiente de destempêro das folhas de opposição que alguns officiaes do 1.º de cavalaria assassinaram Apulcro de Castro, o redator d'O Corsario, que os ofendêra. O crime era horripilante: militares que mataram um paisano, garantido pessoalmente pelas autoridades... Mas exprimia a aguda crise moral. A cruel verbiagem deixava impassivel o soberano; alucinava, entretanto, outras victimas. No dia seguinte, visitou ele o quartel do 1.º de cavalaria. Era um tácito perdão... E uma fraqueza, esbraveou, na Camara, Andrade Figueira!

A voz de Silveira Martins troava como uma sentença: Ajuntasse-se á crise — explodia, em Abril de 85 — os "defeitos peculiares ao monarca. Descendente da casa d'Austria, tem o talento das cousas pequenas, o espirito das minucias e certo genio patriarcal. As tradições daquela casa e a educação conservadora que re-

cebeu o chefe de Estado, não podiam fazê-lo um Leopoldo da Belgica educado na livre Inglaterra. Aí o segredo de certo espirito pequeno que tem dominado a politica imperial". "Certamente isto tem alguma cousa de chinez. Tambem chineza parece a investigação de minucias no governo, quando detalhadamente se discutem os meritos deste ou daquele minuscuro funcionario, como, *verbi gratia*, para nomear os porteiros". "Tudo se centraliza..." Vicente G. Quesada, ministro argentino, escrevia então para a sua chancelaria: o perfil do Imperador afigura-se-me exatissimo. "E' notavel como este perdia seu tempo nos detalhes, nas pequenices administrativas, e por isso o via diariamente a visitar escolas e museus, presidindo exames e distribuindo premios, ás vezes a bordo, outraâ no arsenal, passando da escola de marinha ao museu, da bibliotéca á Faculdade de Medicina, horas e horas a examinar o que lhe exhibiam diretores, professores e empregados... Esse espirito, que caracterizou bem o senador Silveira Martins, explicará esta lentidão misteriosa nos negocios, que se crê habilidade quando com frequencia é entorpecimento..." E descreve: "Seu aspecto é de um ancião muito ativo, porque é higiene para sua saude: quando está quieto se amodorra, resultado da enfermidade. Agora se lhe ordena que beba "champagne", porque é muito sóbrio na comida e na bebida". "Parece um ancião e não tem sessenta anos. Creio que lhe aborrece o mando, que exerce com certa indolente incredulidade" (171). Mas tudo passava, lentamente, serenamente, debaixo dos seus olhos gulosos de sensações intellectuais: herança de Portugal, rosnava

(171) Vicente G. Quesada, *Mis Memorias Diplomaticas*, p. 108, *pasim*, Buenos Aires 1908.

da tribuna Gaspar... Meninos do colégio Pedro II, conselheiros, presidentes de provincia, guardas nacionais, a burocracia, a sociedade, o Estado.

— Devagar...

* * *

O ministerio Paranaguá caíu como o anterior: porque uma parcela da maioria parlamentar lhe retirou o apoio. Houve uma difficil semana “de incertezas e indecisões”. Saraiva e José Bonifacio recusaram. Aceitou Lafaiette, o encargo de formar governo, a despeito do seu passado republicano, de sua carreira recente. Aceitou, porque D. Pedro II lhe disséra: “o país não pode ficar sem governo...” Chamaria então os conservadores... O proprio conde d’Eu — escrevendo ao pae — estranhou-lhe a nomeação. Foi excelente.

Se Martinho era o bom humor, Lafaiette era a inteligencia ágil, a serviço de uma vontade firme. O momento exigia essa ductilidade. A uma interpelação, respondeu: Póde ser que sim, póde ser que não. — No equilibrio da sua ironia vibrava, flexivel, o aço do parlamentarismo: substituia Rio Branco.

O Poder Moderador continuára a encolher-se, na esquiva que prometera o Imperador, se lhe déssem eleições lisas. O caso da demissão do ministro da guerra, conselheiro Rodrigues Junior, serviu para provar isto mesmo. Lafaiette — em 29 de Fevereiro de 84 — convidou-o a demittir-se, por inepto. O conselheiro apelou para D. Pedro II, que declarou: “Lafaiette lhe falára na carta e desde algum tempo entendia que os presidentes do conselho deviam ter toda liberdade na organização e modificação dos ministerios...” Não fazia politica!

A saúde já se lhe restabelecera: “l’Empereur a reprit toute son activité” — notára, em 8 de Março, o conde d’Eu. Enchia o espirito de preocupações científicas. Lia muito. São desse tempo as notas que rabisçou á margem do livro de Pressensé, *Les Origines*, confessando-se evolucionista e catolico. Com a morte de Kock, o preceptor alemão do filho da condessa de Barral, ativára os seus estudos de hebraico com o Dr. Henning: em 1886 os continuaria, com “o sabio colaborador e professor de linguas orientais, o doutor Cristiano F. Seybold”, seu mestre tambem de arabe. Os rudimentos desta lingua foram-lhe ensinados primeiramente pelo barão de Schreiner, que conhecera do Egipto, ministro da Austria no Rio, e cuja afeição pelo Brasil o induzira a escrever a história da guerra do Paraguai. “E o fiz — é D. Pedro II quem escreve (172) — por entende-lo indispensavel a quem deseja aprofundar-se no hebraico como por causa de sua literatura, muito rica e sobremodo interessante. Empreendi tambem a primeira tradução portuguesa (á vista do original) das “Mil e uma noites”, que, no entanto, não está ainda muito adiantada”. Não a concluiria nunca... Em 1888, na Italia, interpelou em arabe o joven Nicoláo Debbané.

De 1884 — 28 de Março — é a carta de Ernest Renan, com este cumprimento: “Ai-je bésouin de dire a V. M. que son nom est inscrit en tête de la liste des personnes à qui l’Académie offre le “Corpus inscriptionem semiticarum” (173) ?

Nas horas vagas, esse avô do Brasil era apenas avô de seus netos. Dous principalmente, os filhos de

(172) D. Pedro II, Ritual israelita-comtadin, prefacio.

(173) Cartas de Renan a D. Pedro II, *Le Temps*, Paris, 22 de Julho de 1934.

Leopoldina, D. Pedro Augusto, o mais velho, e D. Augusto, por morarem em S. Cristovão, sofriam mais de perto a sua vigilancia. O segundo em nada se parecia com o primeiro. Por isso estavam destinados a carreiras opostas: D. Augusto, marinheiro como Joinville, D. Pedro Augusto, homem de ciencia e de meditação, como o Imperador. Ao pequeno azougue — o futuro nauta — contrariava o irmão tranquilo e loiro, encaminhado para a Escola Politecnica, e louco pela botanica. Refletia-se neste o temperamento sério e dôce dos Habsburgos: aos poucos o proprio fisico — na sua corpulencia, de vigoroso homem germanico, na claridade dos olhos serenos, na solida cabeça dos Coburgos — ia lembrando nele o talhe e as maneiras de D. Pedro II. Tardia compensação do destino: aos filhos que lhe levára Deus, substituiu o primogenito de sua pobre Leopoldina, perdida tão cêdo... Já podia falar-lhe, como a uma pessoa de juizo. Era um forte rapaz absorvido pelas suas leituras, pelas suas colleções de plantas, pela mesma curiosidade scientifica da primeira imperatriz, de quem herdára a mania da historia natural e as pupilas de um azul profundo.

ABOLIÇÃO: ROCHEDO DE SÍSIFO

O governo Lafayette não podia ter longa vida.

A preamar da abolição martelava as portas do parlamento. Retardava-se o poder publico, para amparar os eleitores escravocratas, a grande massa votante, e a reacção das ruas começava a ameaça-lo. Em 1870 a poesia de Castro Alves era solitaria e inofensiva. Em 1880 a palavra de José do Patrocínio era ardente e singular. Rios e revoluções principiam assim. O filete engrossou, despenhando-se, no tumulto d'aguas do monte: ligas, gremios, conferencias populares, agitação, fuga de escravos, "quilombos", emancipação por bairros, cidades, provincias. A faísca convertera-se em incendio. D. Pedro II não se espantava: esperava-o. Não o temia: prevenira-o. Não precipitara com atos imprudentes a catastrophe: nunca, porém, variára de idéas a respeito dela. Algumas vezes adiantara-se muito: o principe conspirava com os abolicionistas — rosnavam, consternados, os partidos. Dependesse dele a decisão final, e cortaria o nó gordio, de uma vez. Não dependia. Os homens eram fracos diante das circunstancias: o eleitorado, a lavoura, a riqueza, apoiavam-se no eito da fazenda onde a raça cativa

moirejava de sol a sol. Devagar... — recomendava o Imperador. Antes o Brasil que o negro — exclamava Silveira Martins. Respeite-se a propriedade — exigiam os representantes fluminenses. Abaixo a demagogia — clamavam os oradores da opposição, contra o rugido das turbas. Cumpre preparar a extinção do cativo — explicava, com os seus paliativos, o ministerio.

Ninguem duvidava dos sentimentos pessoais do Imperador.

Em Maio de 1881, chegára da Europa Joaquim Nabuco. Conversou em S. Cristovão um hora. “Já vê que se tratou de emancipação” — escreveu logo ao barão de Penedo.

O jornalista argentino Hector Varella ouviu-o depois. D. Pedro II foi categorico: “Crê que haja alguem no Brasil que deseje a abolição mais ardentemente do que eu”?

E respondendo a si mesmo: “Nenhum; e os primeiros a saberem como eu penso são os que estão á frente do belo movimento da emancipação”.

— Yo lo creo, Señor.

— Alguns dos que me atacam com tão clara injustiça, crendo que eu retarde a hora mais feliz do meu reinado, aquella em que pudésse anunciar ao mundo que já não existe um só escravo em minha Pátria, e que o ultimo desses desgraçados é tão livre como eu... mas o Sr. bem sabe: a *abolição imediata*, hoje, agora, não se poderia decretar senão consultando as nobres e generosas impressões do coração, de que participamos todos. Ha que *prepara-la*, para que a liberdade repentina concedida aos escravos não fira profundamente grandes interesses, que devem ser respeitados”.

A sinceridade destas palavras está confirmada pela sua invariável conduta pessoal, quando os ministros deslocavam penosamente o rochedo de Sísifo da abolição.

Em Agosto de 1883, repreendeu benevolmente o general Tiburcio, porque se envolvera na "Libertadora Cearense". "O velho Pedro II em um tête à tête intimo falou-me livremente..." — contou o ilustre militar a João Brígido. "Terminou o negocio por estas palavras que são muito reservadas:

— Desejaria ver liberto o ultimo escravo de nossa terra, mas, como nisso vae de envolta um interesse que não discuto se é confessavel ou não, convinha que os generais de mar e terra, altos magistrados, etc., etc., não se puzessem á testa do movimento, que, afinal de contas, é fatal" (174).

Tudo moderadamente, habilmente...

Era o homem! Se a evolução dissolveria, nas aguas despenhadas, o carvão do cativo, porque a violencia, o abalo, a revolução?

Mas o movimento era irresistivel: comovia, infiltrava-se, absorvia.

O Imperador, que pedia aos generais silencio, comprometeu-se tambem, como os outros, arrastado na onda...

Em 1884 subscreveu, com o conde d'Eu, um donativo á caixa abolicionista do Rio de Janeiro.

Era uma intervenção, um apoio formal.

Mais positivo se mostrou quando uma comissão foi ao Paço, convida-lo para as festas em homenagem á libertação dos escravos do Ceará. Recebeu-a de bôa

(174) Cartas do general Tiburcio, *Jornal do Commercio*, 15 de Agosto de 1937.

sombra, falou de sua simpatia pela causa, prometeu ampara-la. Na Camara, a repercussão dessas palavras indignou os conservadores. Andrade Figueira esbravejou, que o Imperador “estava chefiando” a rebeldia... Debalde o ministro da justiça tentou distinguir, abolição de emancipação, para dizer que Sua Majestade não se referira áquela... Já na eleição da mesa da Camara Lafayette venceu a opposição, por uma maioria de dous votos. Não podia governar. Vingou-se saborosamente, alfinetando de epitetos os adversarios, esplendido de “humour”, agressividade, dextreza. O Imperador, (“jamais je ne l'ai vu aussi sombre et accablé”, escreveu em 22 de Abril o conde d'Eu) chamou Saraiva, Sinumbú, Afonso Celso.

Que nome lhe apresentaria o partido liberal?

Saraiva não se sentia com forças para comandar hostes divididas e impacientes. Sinimbú considerava o problema da abolição suficientemente resolvido com a lei do “ventre livre”. Afonso Celso achava que a questão principal era a das finanças. O país sofria na sua economia, não na estrutura social. O conselheiro Dantas, entretanto, pensava com mais largueza: podia-se ir de encontro aos abolicionistas com outra reforma, que completasse a de 28 de Setembro. O governo não podia immobilizar-se, no fatalismo dos tres gabinetes tombados. Adiantar-se-ia ao motim, ou seria esmagado por ele.

Dantas tinha o encanto pessoal das maneiras, a fascinação de uma intelligencia subtil e pronta, a palavra quente e fácil, e o prestigio que lhe dava a Bahia.

Poucos chefes politicos fruiam a sua popularidade, no contacto permanente das fontes de opinião. Dirigia, além disso, uma pleiade de jovens, em cujo idealismo se renovava, retemperado, o velho partido decadente.

No “concurso” de S. Cristovão lhe coube o prêmio. O Imperador — comemorou Nabuco — fizera que os liberais déssem com isso “aquiescencia tardia ao movimento abolicionista”. Descobria a corôa... Havia um pacto... Não importava! Agarrou-se D. Pedro II á coragem desse estadista de pulso firme, e confiou nele. Não sómente confiança, disse Dantas no parlamento; mas *toda* a confiança. Nem era ministerio de *combate*, mas de *debate*. Sua formula: nem retroceder, nem parar, nem precipitar.

Abre-se uma temporada magnifica de ação politica. Os “ingleses do sr. Dantas” são os moços que usam, nos artigos de defesa do governo, pseudonimos ingleses: Ruy Barbosa, Nabuco, Gusmão Lobo, Rodolfo Dantas. Cercam de faúlhas siderais a debilidade do gabinete, acoçado pelas resistencias escravocratas. O Imperador é o maior aliado. Sofre, por isso, o ataque sistematico dos descontentes, que o acusam, injuriam, criticam, reavalando a agressão para as ironias pungentes.

Teria o Imperador objetado sobre a escolha de ministros, impedindo a inclusão de Ruy Barbosa no ministerio? “Dantas reconhecendo o talento de Ruy, e dizendo-o incapaz para o governo” — é uma anotação de Ferreira Jacobina, que dá ao presidente do conselho a culpa da exclusão (175). D Pedro II fizera-lhe mais: contra as praxes fielmente observadas, conferira-lhe, “por arbitrio imperial”, o titulo de conselho, em 84, premiando-o pelo monumental parecer sobre o Ensino Secundario e Superior. De fáto, não restringira os seus estimulos á nova situação. Tentou mesmo fortalece-la por outra “conciliação”. Se os conservadores, esquecida a historica separação, apoiassem

(175) Americo Lacombe, *Mocidade e Exilio de Ruy Barbosa*.

agora o programa liberal? Falou claro a João Alfredo (176). Sem o concurso do partido conservador, não se faria a reforma. Era como se dissesse: fique ele com a responsabilidade... João Alfredo lançou-a aos hombros de Cotegipe. Á finura deste não escapou as vantagens que tinha o caso: uma palavra sua, de simpatia teórica pelo movimento abolicionista, poderia dar-lhe o poder. Foi no banquete de 28 de Setembro de 84, que proferiu aquella palavra: "O partido conservador quer, pode e deve realizar a reforma do elemento servil". Desde esse momento, sagrara-se herdeiro official dos liberaes, que fracassavam. O caminho do govêrno era sinuoso: e havia uma ponte ideologica... O Imperador impuzêra: só passariam emancipacionistas... Não experimentou, entretanto, o milagre: a difficil união dos partidos, entre os quais tumultuavam os interesses agoniados da classe rural. A situação, que Dantas soubera crear com o tacto politico, abateu-se, varrida pela tempestade eleitoral.

Dantas foi insuperavel na habilidade parlamentar: só aceitou a questão de confiança no terreno das idéas abolicionistas; e, sem maioria, apelou para a dissolução da Camara, immediatamente concedida pela corôa. Diria a nação se o projéto que libertava os sexagenarios escravos representava uma aspiração geral. A nação resmungou o seu máo humor, elegendo 55 escravocratas. Ruy não conseguiu voltar. Era a "débacle" da politica official. Tinha por si o povo; contra si o voto. Os tres deputados republicanos, Prudente de Moraes, Alvaro Botelho e Campos Salles, sustentaram o ministerio. A solução seria dissolver a Camara recém-formada ou pedir aos liberaes outro guia.

(176) Tobias Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos*, p. 184.

O Imperador chamou Saraiva.

Habitára-se a não lhe dispensar o conselho. A idade e a experiencia davam ao "Nestor do partido liberal" uma autoridade oracular. Não era homem de preconceitos ou formulas misticas. Levemente ceptico, se fosse navegante abandonaria a bussola para fazer a cabotagem que se orienta pela linha da terra... Tinha o oportunismo dos que sobem, da rua para o poder, não o messianismo dos que baixam, do poder para o povo. Essa linguagem realista agradava ao Imperador. Ele tambem aprendera a descrever. Uma eſtranha fatalidade ligára-o a temperamentos afins nas varias fases do seu reinado: em 1840 contára com o entusiasmo de Aureliano, em 53 com a solidez de Paraná, em 68 com a lucidez de Itaborahí, em 71 com a filantropia de Rio Branco, em 80 com a honestidade de Saraiva, em 84 com a plasticidade de Dantas. Agora precisava de uma acomodação macia, sem os rigôres de uma luta declarada: lá estava a calma, algo misteriosa, de Saraiva. Findo esse governo de transação e diplomacia, passaria Saraiva a não crer na propria monarchia: devéras, nunca a amou...

O exito do ministerio de 6 de Maio de 85 consistiu na influencia pessoal do seu presidente, que obteve uma aliança de abolicionistas dos dous partidos: mas, o numero suficiente para aprovar a lei dos sexagenarios, não se repetiria quando vovesse o ministério ás tarefas normais. Esperaria a repulsa da maioria? Seria preferivel evita-la, demitindo-se antes disto. D, Pedro II não tinha o direito de insistir com os liberaes para que lhe déssem governo, quando acabavam de fracassar os expoentes da facção. Uma consulta ao eleitorado produziria, mais forte, a maioria conservadora, cuja reação açularia, nas cidades, a revolta latente. Preconizára-a Saraiva annunciando que a "questão era

aberta na Camara para poder ficar fechada no país, porque, se fechada na Camara, abrir-se-ia de novo cá fóra...” Por isso não aconselhára successor. Enrolava a bandeira. Mandava o partido ao ostracismo, para que o Imperio amanhecesse em paz, depois de uma fatigante noite de intrigas...

Cotegipe foi nomeado presidente do conselho.

Foi o “erro do Imperador”, vociferou Nabuco. Cotegipe não se desconcertou, em face duma assembléa hostile. Supria com o espirito ágil a dificuldade em que se via, defrontando, sem programa definido, a Camara irritada e insolente. Respondeu ás objurgatorias com frases alegres. Abroquelou-se nos ditos ironicos. Não opinava sobre as doutrinas de Saraiva, porque era do tempo em que não se fazia exame vago: tirava-se o ponto de vespera. Teve a engenhosa habilidade de não se comprometer em planos rigidos. Atraz dele arfava a ansiedade da agricultura nacional. Os senhores de escravos confiavam no ultimo baluarte levantado contra a desordem economica, a subversão do trabalho. Não que os conservadores teimassem em protelar infundamente a abolição: opunham-lhe reparos, queriam garantias, pediam que esfriassem as paixões, exigiam o reconhecimento de sua propriedade. Cotegipe pediu a dissolução: ouvido o conselho de Estado, que concordou, concedeu-lha o Imperador. As eleições facilmente confirmaram o ministerio: a minoria liberal reduziu-se a vinte e poucos deputados. A inquietação arrefecia: passára a lei Dantas-Saraiva, redimindo os sexagenarios; o governo prometia respeitar as reivindicções consumadas; a população eleitoral serenára. Os velhos “saquaremas”, voltando para as fazendas de café, anunciavam que se recobrára o juizo. A ventania passára, despregando o arcabouço do Estado, que,

entretanto, se refazia na bonança. O sorriso de Cote-gipe inspirava tranquilidade. Na malícia de seus olhos vivos fuzilava a vitalidade de uma classe que arriscava com elegancia a ultima cartada: nos cantos de sua bôca brincava o chiste da aristocracia agonizante, que defende de bons modos o resto do seu patrimonio historico; era a resistencia sem irritação nem dureza, na amenidade quasi prazenteira do seu combate floral... E o imperador concordava. A abolição, sim; mas sem violencia. Havia interesses imensos. Os lavradores...

Já não pensava como em 1880: eleições veridicas, país salvo... Escreveu, á margem daquele folhêto: "Não é o vestido que tornará vestal a Messalina, porém, sim, a educação do povo, e, portanto, a do Governo. Parece-me que devo conhecer essa chaga, pois a observo, sem ser méro espectador, ha quarenta e tantos anos..." Apelava — pessimista — para as gerações futuras... Outra gente; Universidades; illustração!

O conde d'Eu não pensava assim.

A princeza Isabel discordava na intimidade, envolvida pelas esperanças dos abolicionistas, que falavam da religião como argumento final contra a senzala e pediam á regente de 1871 o impulso para o remate sumário, brusco, total, da jornada que se eternizava.

Desde o malôgro de Dantas, o Imperador esperava aquella hora. Com os conservadores, volveria, retardada e solida, a paz das situações claras. Morrera, em 22 de Maio, Victor Hugo. Incumbira a Mucio Teixeira a organização de uma coletanea de traduções em honra dele: "Hugonianas". Entretinha-se a revêr provas, lendo alto os poemas, exigindo que figurassem os republicanos, os rubros, quentes de colera politica, de exaltação liberal. E num sabado, dia de despacho com os ministros, explicou, docemente: Trabalhava assim mes-

mo, porque o gabinete se demitira. Saíam os ministros Ferreira de Moura e Meira de Vasconcelos. Mucio improvisou esta quadrinha:

O Ministerio que estoura,
Estoura de tal maneira,
Que sái cabisbaixo o Meira...
E sái carrancudo o Moura!

— Espere, disse o Imperador, escrevendo os versos facêtos num jornal que levava. Estas cousas, quando as não escrevemos logo, varrem-se facilmente da memoria. Vamos agora ás provas (177).

Estava tranquilo, senão aliviado.

No desequilibrio crônico, pudéra reencontrar o centro de gravidade. Era a substancial unidade dos velhos conservadores, que transigiam discretamente com a abolição, para ter o direito de demora-la. Não se desvia um barco nadando-se na sua esteira... Cote-gipe ganhára a sucessão de Saraiva com a sua fórmula do banquete de 1884.

E' verdade que o presidente da Camara, Padua Fleury, ouvido em S. Cristovão, afirmou que os liberais ainda podiam governar. Quem, fóra Dantas e Saraiva? Restava Paranaguá. Recusou. Cote-gipe aceitára então: e subiu com ele o partido que, desde 1878, amargava a proscricção sobresaltada e inglória.

(177) Mucio Teixeira, *O Imperador visto de perto*; p. 76.

XXXIII

O ERRO DO IMPERADOR

Foi o “erro do Imperador”, gritou Joaquim Nabuco, julgando atraído o movimento da abolição.

Ao panflêto com aquele titulo, pacientemente anotou D. Pedro II: “A honra do meu reinado só pôde ser cumprir a Constituição que jurei...”

Chegára ás fronteiras do “poder pessoal” com a “ilegalidade”: e recuára.

“Se eu fosse Presidente dos Estados Unidos”... — escreveu uma vez, teria outra attitude. A celebridade, num gesto magnifico, é capricho de politicos: não seria o dever de um rei, em cujas mãos puras a justiça e a paz repousavam. Contemporizar era governar: não agravaria a crise nacional com a provocação dos fazendeiros. O parlamento contra-marchára, insubmisso, quando sustentava ministros liberais, que falavam pela corôa: para que a revolução não se desatasse da filantropía, trocava agora a pressão — que fallára — pelo retraimento, que apaziguava. Revezavam-se apenas os desacatos. Antes eram os conservadores que o insultavam, porque se fizéra sedicioso, com os abolicionistas; depois, os liberais, porque tolerava os conservadores...

Não extranhava a linguagem crúa e rude da imprensa, mesmo a censura de seus jovens amigos, como Nabuco.

Uma enternecida complacencia prevenia-o, contra a irritação: e justificava-se, dizendo que não pudéra fazer melhor...

Sim, podia — emendavam outros desiludidos. Um dos militares desgostosos com a evolução dos acontecimentos, escrevera, que o remedio seria a ditadura. Punho firme, regimen de espada, poder discrecional! O autor dessa idéa, que parecia sugeri-la numa explosão de mão humôr, acalentava o seu calculo politico: era Floriano Peixoto. Por isso — doutrinava “A Federação”, jornal dos republicanos do Rio Grande do Sul — se devia pedir a Augusto Comte, e á Republica Federativa, o tipo de um presidente energico. A hora — acentuavam os apóstolos do novo crêdo — era dos voluntariosos: Lincoln, Grant, Gambetta. O Imperador concordava: “Se eu fosse Presidente dos Estados Unidos...”

D. Pedro II conservava a serenidade de outr’ora, diluida no cansaço, que lentamente se apoderava dele.

Á medida que empalidecia a sua estrêla, o astro novo reluzia. Á roda de S. Cristovão, sem que se desse mesmo por isso, havia de opôr-se a roda do palacio Isabel.

O conde d’Eu não articulara palavra, que exprimisse uma desconformidade com os programas de partidos e governos: o seu silencio era exemplar, algo impressionante, por isso mesmo interpretado como uma “atitude”. O principe consorte esperaria a sua hora... De fato, aguardava-a com receio e melancolia. Não precisava ouvir do sogro recomendações de prudencia. Habituará-se a não aparecer, sumindo-se systematica-

mente dos debates, sempre que a sua presença podia ser equivocada. Rio Branco diria: na primeira regencia não abalroou nunca com a intervenção do marido de Sua Alteza. Se o seu espirito de minucia se revelava n'algum papel publico, a colaboração era tão privada, o conselho tão sensato, o trabalho tão delicado, que o ministerio aprovava, fugindo de comenta-lo. Não fazia politica: verdade é que a princeza herdeira se abstinha tambem de interferir nela. O pae educara-a assim: quizera que assumisse os encargos de sua condição sem a alma corrompida pelos enfados da luta partidaria. Ninguem, junto dele, tinha o direito de concentrar grupo ou corrillo de ambições: muito menos a filha. Esta não nascera para tomar por força o que lhe era devido. A placidez dos seus sentimentos ainda mais se adoçara na felicidade do lar e no gosto das artes, na sua piedade catolica e no amôr do esposo, na predileção pela casa, cheia do ruido de tres filhos pequenos, e no respeito do Imperador. Mas o ar que se respirava no palacio Isabel não era o da Quinta da Boa Vista, onde tudo envelhecera, solar, arvores, guardas, fidalgos, e o augusto casal, isolado na vastidão e no socego daquilo. A princeza era sociavel, tinha as suas amigas, uma linda voz, o seu piano: e o conde d'Eu precisava ser popular, para vencer as prevenções, contra o "francez", que o perseguiram. As recepções ali reuniam numerosa, galante sociedade: e nela se destacava uma juventude liberal, que acariciava a hipotese de vir a ser Isabel a "redentôra". Joaquim Nabuco e André Rebouças pensavam assim. Por isso — em 1886 — este dizia áquele: o Imperador não os tolerava... (178). O bispo do Pará escrevia á Princeza,

(178) Carolina Nabuco, *Joaquim Nabuco*.

sobre politica. Em 1885, pedira-lhe o patrocínio, para uma nomeação de senador. O episcopado, ferido em 73, restaurando-se do abalo sofrido, confiava nela. Os militares da ala liberal, Floriano Peixoto, Tiburcio, correspondiam-se com o conde d'Eu. Escusou-se ele de comparecer á reunião do Conselho de Estado, de 26 de Agosto de 85, porque lá ia discutir-se a dissolução da Camara (179). Continuava calado. Não impedia isto que achasse tudo errado. O dominio dos conservadores, quando vibrava nas ruas o clarim das reformas irresistiveis, lembrava, á sua memória de Orléans, a reacção de Carlos X. Cheirava-lhe a Polignac, a governo policial. Temia já, pelo trôno. Receiava a continuação do equívoco, em torno do exercito, descontente, e do movimento republicano, que engrossava. Era a hora dos afluentes — que sangrassem a cheia, não da barragem, que ela despedaçaria...

Sogro e genro, entretanto, tinham ambos razão.

A situação conservadora, de um lado, exacerbára a agitação liberal; mas, do outro, pela transacção com a aristocracia territorial, adiára a revolução.

O Imperador mudára oportunamente de jogo: em 85, déra ganho de causa á abolição; em 86, consolava os proprietarios.

Sem essa alternativa, a desordem campearia, em vez dos discursos: desfazia-a utilmente, em retórica. Emquanto a opposição falava com liberdade, o governo agia em paz. Do mundo civil se encarregava ele: apenas não teve mão que contivesse os militares.

Os artigos abolicionistas de Sena Madureira, o incidente de Cunha Mattos, inflamaram a polvora.

(179) Ms. no arq. do castelo d'Eu.

A “questão militar” estava latente, nas condições da politica, na evolução ambiente.

“Desgostoso e irritado”, o exercito de fáto fremia de uma inquietação intensa: era a consciencia de sua unidade, em face dos dilacerados partidos, da crescente desordem espiritual, daquele embate, entre a lei dura e os nóvos ideais. Os officiaes transgrediram a disciplina discutindo, pela imprensa, censuras ministeriaes. O ministro da guerra, Alfredo Chaves, era civil. Não se viu logo o conflito disciplinar, mas o choque de classes. Caxias, Osorio, os velhos generaes, falavam sempre, mal-humorados, dos “casacas”. Estes eram os politicos, que pretendiam dirigir os homens de espada, como se fossem peças de jogo, autómatos, instrumentos. Os officiaes tinham direitos politicos. Emudecê-los, quando acusados publicamente, seria exigir-lhes, mais que um sacrificio daqueles direitos, a humilhação. O visconde de Pelotas sustentou, no Senado, essa doutrina inexoravel. Para desagrar-se, infringiria a lei! — gritou o heróe de Cerro-Corá, logo, por isso, considerado o chefe virtual do exercito melindrado. Mas Pelotas era senador, e liberal: foi o general Manoel Deodoro da Fonseca, militar apenas, e conservador, a quem Cotegipe sonhára fazer o “Caxias” do partido, que deu á reacção da officialidade o caracter de um protesto, coletivo e unisono. O governo não pretendia enfrentar a indisciplina pela violencia: pisava o chão resvaladio das crises, e não se sentia forte. Além disso, Cotegipe — com a sua proverbial habilidade — preferia deslindar intrigas a enredar-se nelas: peor do que a indignação de Pelotas ou a teimosia de Deodoro, era o equívoco, em que se escudavam. Deferiu a solução para o conselho supremo militar, que diria se os reclamantes tinham razão. O conselho era prudente e equitativo: haveria falta, se os militares discutissem entre

si... Logo, a punição de Cunha Mattos e Madureira podia ser anulada. Como? Os militares intimaram: o governo que as relevasse, como uma satisfação, a eles.

O ministerio bateu o pé: que pedissem... No Rio Grande e na côrte ha grandes reuniões, a que concorre a elite das armas. O exercito delibera. Junto de Deodoro estão Madureira e Benjamin Constant. Por traz de Deodoro, Quintino Bocayuva e os republicanos; mais dissimuladamente, Dantas e Ruy Barbosa, isto é, a opposição parlamentar.

O Imperador é peremptorio: não se alimentasse a luta... O conselheiro Joaquim Delfino revelou, que em despacho, ao falar Cotegipe em providencias drasticas, a elas se opôz, com vivacidade. "Preferia abdicar a ter de fazer alguma violencia ao exercito; e que Deodoro jámais desembainharia a espada contra o seu trôno" (180).

Seu papel é este: moderador, algodão entre cristais, magistrado. Realmente, tudo, á volta dele, era diferente e novo. Continuava igual a si mesmo. Os outros — afirmava — teriam juizo; eram brios de classe, nuvens que passavam.

Cotegipe cede. Porque precisa evitar a sedição, cada vez mais provavel; e por que a saúde do Imperador, no final desse episodio, o desampara, entregue ás proprias inspirações com um horizonte cerrado e denso, ameaças gerais, diante dos seus olhos experientes.

Adoece, quando era mais necessaria a sua influencia pessoal. Quebrantam-se-lhe gradualmente as energias. O rijo roble — como de si mesmo disséra Swift

(180) Afonso Celso, n' *O Jornal do Brasil*, de 10 de Outubro de 1937 (Cf. *Memorias*, ms., inéditas, do com. Manoel Joaquim do Nascimento Silva, no *Inst. Hist.*..)

— começa a morrer pelas altas frondes. A cabeça já não o obedece, na prontidão da memória, na constancia do trabalho: entorpece-se, numa fadiga irresistível, e os sinais da atonia senil alarmam e desencorajam a consciencia que tem do seu declínio. Não é em vão que desde a infancia labuta o espirito, com infalíveis horarios, numa faina difficil, desde que o sol rompe no céu até noite velha. Homem de governo aos 14 anos, com 57 é um ancião. A diabetis envolve-lhe o organismo num lento desanimo. D. Pedro II decêe a olhos vistos.

Em 12 de Agosto morreu Bom Retiro. “C’est une perte énorme”, confessava o conde d’Eu. Com o amigo de infancia, desaparecia o conselheiro sizudo, lúcido e leal, como nenhum outro consultado e ouvido, sobre os casos intimos.

O Imperador chorou-o: Foi a consciencia mais pura que ainda conheci...

Lá se sepultou, com ele, a geração da Menoridade, que penetrára os mistérios de S. Cristovão, e um passado, de que já ninguem lembrava. Aureliano, Paulo Barbosa, Itanhaen com o seu rosario, o sêco frei Pedro resmungando a matematica e Taunay, deslumbrado: “C’est beau...” Restava o “velho”.

* * *

A viagem a S. Paulo, em Outubro e Novembro de 1886, encerrou a fase ativa, pessoal, tentacular, desse reinado enlanguescente.

Já não se parecia com as anteriores excursões, respeitosamente acompanhadas por uma côrte espartilhada de conveniencias e etiquêta: agora os jornalistas irreverentes, os “reporters” ironicos, os republicanos,

metiam na gravidade daquilo um riso comunicativo. E a estrada de ferro banalizava o resto.

Mas o homem tinha aparentemente as forças, a curiosidade, a impaciencia, sobretudo a prêssa, de 1846 ou de 1859. Reduzia o sôno a cinco horas. Comia em alguns minutos a sua ceia. Esbofava-se em jornadas que derreavam e consternavam a comitiva. Passava como um relampago. “Fala muito; lê mais do que fala; e anda mais do que lê” — pasmava Mucio Teixeira, correspondente d’O Paiz (181). “Sintese: é uma biblioteca sobre uma locomotiva”. O turbilhão rolou por S. Paulo. Entrava nas Camaras municipais pedindo o livro de visitas: e subscrevia 500\$ para a libertação dos escravos. Dizia, depois de assinar: “Nada me seria mais agradavel do que poder libertar todos os cativos”. Esbarrou, em Taubaté, com a cadeia. Que havia no fundo? Uma bagatela: cinco negros presos... Mandou levantar o alçapão. Desceu, apalpando a penumbra. “Entendo que o senhor de escravos não pode castiga-los fóra de casa” — ralhou. Punha um espanto frio nas fisionomias austéras, daqueles municipes agricolas. Esprobrava, em o dizer, a impiedade, os deshumanos costumes. Reparava em tudo. Agitava-se, caminhava, precipitava-se, como se inspecionasse um quarteirão: colegios, enfermarias, igrejas.

Quiz que o seu carro vencesse a encosta do Ipiranga pelo mesmo trajéto da Independencia. No alto, o palácio, de linhas classicas, brilhava ao sol a sua arquitetura recente. Achou-o adequado — e vazio. “O que é preciso é dar-lhe um fim pratico, crear aqui um instituto”. Compreendia o monumento, como um aces-

(181) Sobre a viagem a S. Paulo: Mucio Teixeira, *O Imperador visto de perto*.

sorio. O principal era a cultura. Que soberbo lar da intelligencia não se elevaria ali!

Quiz falar a algum sobrevivente de 1822. O conselheiro Ramalho indicou o velho João Cintra. Com Mucio Teixeira e o criado Rafael, partiu o Imperador em busca do veterano. Encontrou-o em roda de gente rustica, contando uma comprida historia. Foi como se lhes apparecesse um anjo. Tranquilizou-os:

— Sente-se, sente-se. Os seus oitenta anos dão-lhe destas imunidades. Vá... continue...

João Cintra perdeu o fio da novela. Embaraçou-se. E foi simples como o vaqueiro de Feira de Sant-Ana que — em 1860 — lamentára que morasse tão longe. — Porque não ia viver ali? Era por ser carioca?...

D. Pedro II sorriu:

— Eu não sei o que é ser carioca, rio-grandense, paulista ou pernambucano. Só sei que sou brasileiro.

Encantava-o a prosperidade paulista. Latejavam as energias de uma coletividade feliz, que empreende afoitamente uma revolução economica. O trem cortava a terra rôxa, com os cafezaes alinhados serra acima, em imensas avenidas. O marquez de Paranaguá teve medo de entrar num frigorifico. O Imperador, saíndo de lá com as mãos geladas, gracejou:

— Oh, nem me lembrava que você está á prova de temperatura mais fria...

Referia-se ao Senado, que o povo chamava de Siberia.

A imigração estrangeira golfava pelo porto de Santos. A nova geração considerava a lavoura o começo, e a industria o fim da riqueza. Havia, por toda parte, os sinais de uma transformação espiritual, que faziam pensar nos Estados Unidos.

O temperamento do Imperador, entretanto, tendia para as pequenas impertinencias, um vago nervosismo, algo de humôr sombrio, que lhe traíam o esgotamento fisico. Uma vontade de ferro lutava com a molestia progressiva. Na velocidade em que se projetava, seguido penosamente pelo cortêjo exausto, pelas cidades de S. Paulo, distraía e recalrava um abatimento moral crescente. Devorava legoas e botas — pilheriou o cronista: tambem devorava a sua vida. A urna menina, que ia ler-lhe um discurso á porta da escola, preveniu: “Nada, nada, minha filha, eu não gosto de discursos”. Arrependeu-se logo, vendo-a corada, e com um labio de chôro: “Bem, bem, uma vez que tanto quer falar, venha cá, venha conversar comigo”. Achou, num quartel de policia, um passaro a saltitar na sua gaiola de arame. Abriu-a, libertando a ave: “Eu não gosto de gaiolas em quartéis nem de alçapões em cadeias...” Impacientava-se. Redobrava de atividade. Dir-se-ia que o chão lhe ardia sob os pés; ou então, que adivinhava o próximo ocaso.

* * *

Até Dezembro de 86, corresponde-se ativamente com os ministros. É, ao lado de Cotegipe, um advogado da causa dos escravos, da lisura eleitoral, da tolerancia. “Escuso recomendar o cumprimento da lei e que se evitem medidas que pareçam violencia, não sendo necessarias” (De Petropolis, 7 de Abril de 86). “Parece-me conveniente que passe a emenda de Corrêa e Saraiva” — mandando constituir projéto separado as emendas abolicionistas de José Bonifacio (18 de Setembro)... No “quilombo” do Leblon havia negros fugidos. Porque a policia não os dispersava? Porque pertencia aquilo a Seixas Magalhães, fornecedor de

flôres — magnificas camélias brancas — da princeza Isabel. Lá se juntaram uma vez, em festa ruidosa, Nabuco, Patrocínio, Bricio Filho. Á saída, João Clapp levantára vivas aos escravos fugidos. Coelho Bastos pretendeu desafrontar a autoridade, acabando com o valhacouto. Mas Seixas Magalhães corrêra ao palacio Isabel, e logo a princeza fôra falar ao pae, que perguntou a Cotegipe:

— Em que hora se deu o fato?

— Meia noite, Senhor.

E D. Pedro II, de fisionomia alegre: Ninguém ouviu... estavam todos dormindo.

O presidente do conselho sorriu.

Porisso as lindas flôres de Leblon eram chamadas de “camélias do abolicionismo”.

Com o verão, porém, interrompe-se essa atividade. O bom Rafael confidencia a Mucio Teixeira: o Imperador dormia mal, exigindo travesseiros altos, suando muito, atormentado por uma insidiosa fadiga. Em 28 de Fevereiro de 87 ecôa na côrte a noticia, que todos esperam. O Imperador tinha febre, e o prognostico era sombrio. O conde de Motta Maia — que desde 1880 é o medico de confiança da familia imperial — convoca, em conferencia, os drs. barão de Saboia e Albino de Alvarenga. E’ impaludismo, a oprimir uma saúde debilitada pela desordem nervosa e a progressão diabetica — concordam. E receitam uma benevola cura de ares.

Adiante de Petropolis ha a fazenda de Aguas Claras, um retiro ameno e feliz: um mez de repouso ali não melhora o enfermo. “A cidade está cheia de que o Imperador está mal...” — escreve Albino de Alvarenga, em 7 de Abril, a Motta Maia, insistindo

por outra conferencia, com as notabilidades da terra. Torres Homem lembrou a Tijuca. A condessa de Itamarati ofereceu a sua linda casa campestre mergulhada em frondoso arvorêdo. Souza Fontes e Ibituruna aplaudiram a mudança para a Tijuca: mas lembraram uma viagem á Europa.

D. Pedro II não se opunha a nenhum desses alvites: mas a ausencia do Imperio exigia o regresso dos condes d'Eu, então em Nice. Chamados por telegrama, chegaram em principios de Junho.

O ministerio homologou a recomendação dos medicos: a 30 de Junho, a bordo do "Gironde", embarcaram o Imperador, a imperatriz, o principe D. Pedro Augusto, os viscondes de Carapebús e Nioac, Motta Maia.

Bem diferente era esta, das duas viagens anteriores. O governo passára "arranhado" a ponte, na questão militar, aceitando o "convite" do Senado — formulado por Silveira Martins e Ouro Preto — para cancelar a censura aos officiaes punidos. Os republicanos, excitados pela trepidação das casernas, tronitroavam na imprensa a sua propaganda: e sussurravam boatos lamentaveis. O Imperador á morte, preparava-se — diziam — o "terceiro reinado". Governava o Brasil um irresponsavel... Em Maio, conspirara-se em casa de Aristides Lobo: porém Pelotas não queria já a republica. "Isso virá depois..." Positivo era que o Imperador não tinha mais vontade — resumiu ele. "Não julgava possivel a republica enquanto vivesse o imperador" — afirmou depois (182). E voltaria? A "Gazeta de Noticias" despachou um reporter, Dermeval Fonseca, para acompanhar de longe a convalescença — ou a agonia do soberano.

XXXIV

RENUNCIA

A apparencia dele, entretanto, era excelente. Em 17 de Junho, o conde d'Eu notára: "En apparence il se porte bien: mange et dort mieux que jamais, fait chaque jour deux grandes promenades à pied, prend sa douche circulaire, joue au billard, reçoit tout le monde et lit tout ce qu'on lui adresse". "Percebe-se também um certo enfraquecimento mental, caracterizado pela falta de memoria para os assuntos correntes, irresolução e lentidão na conversa..." Reagia devagar: em 28 de Junho, contava o principe. "...Mesmo essa vontade absoluta que o distinguia antes, e que lhe faltara depois da doença, começa a reaparecer... Os medicos, comtudo, continuam a exigir absolutamente que não lhe dêm jornais do Rio". Vingava-se: "mais se contente de dévorer ce qui lui vient de l'étranger ou des provinces".

Mistérios de uma sensibilidade que se aguçava na melancólia e no pesar — agora lhe soava mais musical a corda poética. Faz versos. Despede-se dos brasileiros, á hora da partida:

Cumpri o meu dever: se mais não fiz
 E' que a molestia me impediu a ação.
 Da patria e da familia é o coração,
 E p'ra seu bem eu tudo sempre quiz.

Nisto ha um tom lugubre, de testamento. A bordo,
 em 4 de Julho, enche-se de esperança e nostalgia:

Vendo as ondas correr para o ocidente,
 Corre mais do que elas a saudade,
 Mas espero que a minha enfermidade
 O mesmo me consinta brevemente.

Com saúde mais lustre dar á mente
 E' cousa que enobrece a humanidade...

Em 7 de Julho, "sempre o Brasil", o soneto lhe
 vòa dos lábios, como um protesto:

E quando possa, logo voltarei:
 Pois na terra só quero eu existir
 Quando é para bem dele que eu o sei.

Resigna-se, suspira, já não se queixa:

Andar e mais andar é a vida a hordo;
 Mal estudo, e apenas eu vou lendo;
 A noite com a musica entretendo;
 Deito-me cedo, e mais cedo acordo.

Saudosissimo a pátria eu recordo,
 E, p'ra consolo versos lhe fazendo,
 Desenho terras só aquella vendo,
 E para não chorar os labios mordo.

Emfim ha de chegar, eu bem o sei,
Que o Brasil eu reveja jubiloso;
E, se outr'ora em servi-lo só pensei,

Muito mais forte e muito mais zeloso,
Para ainda mais servi-lo, voltarei
Té que nele encontre o ultimo repouso.

Desembarca com bôa saude, e é examinado por Bouchard, Brown-Séquard e Peter, que recomendam a estação de Baden-Baden. O primeiro daqueles sabios só lhe percebe "un peu d'amaigrissement et de pâleur, un peu de diminution de la mémoire des faits récents". O reporter da "Gazeta" escreve para o seu jornal que o Imperador se acha quasi alienado, numa predisposição para a demencia que só evitará suspendendo o trabalho... E' falso. O que lhe determinam é um "repouso intelectual", que auxilie a cura do seu impudismo e da sua diabetis. As aguas de Baden-Baden são-lhe milagrosas. Tanto pelos banhos, que tonificam o corpo, como pelo ambiente finamente espiritual do Hotel Stéphanie, onde descançam, conversam, intrigam, importantes personagens de tres continentes. Os homens extremamente cultos não suportam a cura do silencio e da inércia: o livro, a prosa, a novidade são o alimento bemdito, que reanima e sustenta... Na Tijuca, o Imperador consolava-se com os jornaes das provincias; no balneario, tem Maxime du Camp, que fazia a sua tranquila vida numa "vila" deliciosa, em Schillerstrasse. Apegaram-se os dous, como velhos amigos que se encontram, que se confortam mutuamente, e devem interpretar juntos a serenidade da alameda de Lichtenthal, em compridos passeios matutinos.

Seria mais triste o dia 7 de Setembro, se não se lembrasse D. Pedro de passar á orquestra municipal o

hino da Independencia, que seu pae compuzéra na tarde do Ipiranga. Afluiram ao "Conversationshaus" quantos americanos havia na cidade: e foi o Imperador longamente festejado. Desprendeu-se da enleiante paz de Baden-Baden para visitar, em Coburgo, a sepultura de Leopoldina: e em Outubro reaparecia, perfeitamente sadio, em Paris. A "memoria voltára-lhe quasi ao estado normal", registou o conde d'Eu, resumindo as cartas da Europa. O Dr. Charcot cumprimentava Mota Maia: nenhuma alteração fizesse na sua terapeutica... Tudo ia bem. Em 9 de Outubro o Imperador visita alegremente o Instituto de França: Daubreé, Chevreul, o insigne Pasteur correm-lhe ao encontro. Lamentam que não possa demorar-se, porque vêm os frios de inverno e é o tempo da "Côte d'azur". "O enfraquecimento da memoria tem diminuido sensivelmente", confirma Mota Maia escrevendo a Cotegipe. Em Nice, preside ao Congresso Geodesico. Passeia, de excelente humor, pelos arrabaldes de Cannes. Apetece-lhe a erudita palestra. Quer livros, interlocutores, movimento. E o Cairo, a Palestina?... Em Marselha, os drs. Charcot e Bouchard desaconselham tal excursão. Conformam-se: e percorre, em todos os sentidos, aquele iluminado e placido litoral francez. Torna-se conhecido, quasi popular. Entrando uma vez na capela de S. Cassiano, um frade nonagenario e famoso, Luiz Gonzaga, o recebe assim: "Creio ter tido a honra de falar ao Imperador do Brasil, será exato?" E explica: a estatura, a barba branca, a bondade, abriam a Sua Majestade, pelos logares humildes, um caminho facil, de veneração. Era encantador, porém monotono.

Em 6 de Fevereiro Gladstone, que se instalára em Cannes, vae visita-lo. Pedira essa audiencia como para tirar uma duvida. Que genero de politico seria aquele "modelo dos soberanos", como lhe chamára, que pas-

sava por sábio e estoico, convalescendo de molestia grave? Darwin escrevera ao botânico Hocker: era um profundo conhecedor de ciencias... O proprio Gladstone em 1877 lhe fizera um brinde lisonjeiro: "é um exemplo e uma benção para a sua raça".

O mez de Março entrou aprazível e luminoso.

Foi uma pequena festa intima, no dia 14, o aniversario da Imperatriz. Ali estavam D. Januarina e o filho, os primos italianos de Caserta e Trapani, o ministro brasileiro, barão de Arinos, o senador Diogo Velho. Á sobremesa, levantou-se D. Pedro II. Brindou a esposa, lembrando a sua dedicação sem par. Os olhos de Tereza Cristina arrazaram-se de lagrimas. Não pudéra uni-los, na mocidade, um amôr romantico e forte; mas o tempo os juntára, como almas irmãs que se apoiam e se sustentam, envelhecendo docemente, no encanto de sua fidelidade. Ela nunca se sentira tão indispensavel ao marido como naquela temporada de doença e nostalgia, ao declinar tão rapido de sua vitalidade. As viagens consolidavam essa identificação, na amizade cheia de sobresaltos, pelo temôr de que se lhe agravassem os padecimentos — quando mais se afastava o casal dos costumes metodicos de S. Cristovão, da inflexivel burocracia do Imperador. Encontrara-se ele afinal ao lado da mulher numa estação de cura, onde outros casais de velhos aqueciam ao sol, placidamente, os ultimos dias felizes. A contagiante serenidade de Baden-Baden e do sul da França fazia-lhes bem. — Á melhor das esposas! — saudou, com a taça suspensa, naquele jantar de Cannes.

Dias depois, presidia á Sociedade de Letras e Ciencias, no "Hotel de ville". O poeta Séphan-Liégeard leu a sua tradução do soneto "Lagrimas de um pae", dedicado ao pequenino D. Afonso. Ao levantar-se a sessão, um jornalista se apresentou, com a noticia de

Paris: a princeza D. Isabel déra a demissão pedida pelo barão de Cotegipe; João Alfredo organizára ministério, cujo programa se resumia na abolição immediata da escravatura. Isto se deduzia tambem da presença, nesse governo, de Antonio Prado, que chefiava, em S. Paulo, a ala abolicionista do partido conservador... Não poudé D. Pedro II meditar sobre a grande novidade. A idéa da pronta extinção do cativo, que todos sabiam ser o mais caro desejo dele, entusiasmou a assistencia. O jornalista propoz um viva. Estrugiu demorada aclamação. O Imperador foi calorosamente cumprimentado: Parabens ao Lincoln pacifico, ao rei humano e previdente, ao generoso libertador... Saíu um tanto aturdido, na preocupação de calcular os efeitos da crise que atingia o epilogo, o pensamento posto no Rio de Janeiro, onde a filha e o genro desembrulhavam com as mãos inexperientes a meada do destino. Não se iludia. A quêda do gabinete reaccionario, com a ascensão da dissidencia do partido que abraçára a causa da abolição incondicional, abalaria o Imperio como se lhe tremesse o chão; uma brilhante popularidade envolveria o trôno; o fim da escravidão seria uma apoteose; e as forças eleitoraes do interior, despeitadas pela "revolução branca", repudiariam a antiga disciplina monarchica... Acabava de encerrar-se um fastidioso capitulo da historia brasileira: que iria acontecer ainda?

O que se passára estava na logica dos fátos, e das almas.

A "questão militar" enfraquecera o governo. A propaganda republicana tomára pelo braço o exercito desgostoso. Os tumultos de rua intimidavam a situação civil, que se debatia entre a ameaça dos quartéis e a impopularidade dos "escravocratas". Estes não pensavam opôr-se ás reformas cautelosas; resguardavam

apenas, com a decencia das fórmulas, o principio da propriedade, em cujo nome governavam. Mas a luta era desigual: decidiu-a a princeza, na primeira oportunidade favoravel que se lhe deparou.

O conde d'Eu foi surdamente hostile a Cotegipe. Em Fevereiro — um mez antes da quéda — o presidente do conselho confidenciara a Motta Maia: “Para o ministerio foi e será (a ausencia do Imperador) . . . o maior tropeço, principalmente na questão do Imperador”. Em 11 de Agosto — impressionado pelas arruaças do Rio — o conde d'Eu comunicava ao pae: De novo debilitado o ministerio, “je serais assez d'avis de le changer quand il se présentera une occasion qui n'ait pas le caractère d'une pression illégale”. Condenara-o: a questão era o ensejo, que não denunciasse faciosismo por parte da corôa. A categoria de militar, o espirito de corporação, o companheirismo das armas, influenciavam sem duvida — a despeito de sua irritação contra os generais que resmungavam — o principe consorte. Inquiétava-se, preferindo ter a seu lado a multidão abolicionista, ao desprazer de excita-la. Queria que o governo se precipitasse: A questão da abolição — dizia ao duque de Nemours, em 3 de Outubro — apaixonou os espiritos, e “é essencial na minha opinião” que o governo, para não ser compelido, “tome a iniciativa” antes da proxima sessão legislativa, e “formule algum projéto”. Não podiam conviver, o ministerio, teimando em parar, a regente, desejando antecipar-se.

O tom pessoal daquelas cartas (“minha opinião”, “é essencial”, “opinarei”) já não concorda com o retraimento persistente, algo amargo, da anterior correspondencia do conde d'Eu. Houvéra, com a doença do Imperador e a possibilidade, geralmente aceita, de sua retirada dos negocios, uma rapida evolução nas

doutrinas de Gaston de Orléans. A responsabilidade recaía sobre a princeza. Já não teria, como em 1871 ou em 77, de reparti-la com o pae, sadio e respeitado, que a cada instante poderia socorre-la com a sua intervenção. Das outras vezes experimentára o reinado futuro; agora, de fáto o iniciára. Não governava com um prazo limitado, fortalecida pela confiança dos partidos, dizendo-lhes, nas horas aflitas: esperem, senhores, o regresso de S. M. O Imperador. Este, começara a morrer: pelo enfraquecimento cerebral, pela gravidade de sua diabetes.

D. Isabel era quasi imperatriz.

Ruy Barbosa atacou rudemente o conde d'Eu, citando muito o principe Alberto. Mas fôra extraordinaria a influencia desse Coburgo na politica e na ação da rainha Victoria. Alberto tivera um conselheiro, Stockmar. Victoria, guiada pelo esposo amado, de fato era informada pelo fino Stockmar, de uma lucidez profética. O conde d'Eu não ouvia politicos; e Isabel sempre vibrára com ele, nas suas reacções intimas, contra o que se passava á volta. Em 1868, era o desejo nobre de lutar, á testa dos regimentos, no sul; em 1870, o "liberalismo", que tanto ofendêra ao gabinete conservador; em 1878, uma aversão infantil pelos assuntos do Estado; em 1888, uma compreensão perigosa do seu dever para com ele.

Revivia o destino de sua Casa: fôra um pouco guerreiro de aventura, cómodo burguez, estadista. Passára a hora dos Orléans cepticos; soára a hora de Luiz Felipe. No fundo do seu temperamento dormia "le prince Égalité". O talisman da familia era o populismo. Ela não foi tão grande com o sabre como com o guarda-chuva — o manso guarda-chuva vermelho do rei-Cidadão. D. Pedro II representava uma ordem cautelosa, que lhe cheirava a legitimismo, a resistencia

contra o seculo. Deixava que ele fosse rochedo, como os Bourbons: onde as ondas quebravam... Os Orléans eram barcos: flutuavam. D. Isabel não podia pensar como o Imperador: não tinha os seus compromissos, os seus laços com a tradição. E' uma fatalidade comum ás dinastias, ser o principe herdeiro "whig", renovador, até rebelde, em face da augusta imobilidade paterna. Em 1821, fôra D. Pedro, em contraste com D. João VI; em 1831, em face daquele, nas especulações da "abrilada", o filho de 5 anos; em 1888, D. Isabel... O angustioso problema do conde d'Eu era dar raizes ao tronco semi-morto. Luiz Felipe fizera a Revolução franceza; ele, a seu geito, evitaria a brasileira.

A oportunidade, esperada desde Agosto, deu-lhe um incidente policial. Espancado por agentes de policia um official reformado da marinha, muitos marinheiros promoveram disturbios de desagravo, que alarmaram a cidade. "Como não tivemos conhecimento desses fatos senão pelos jornais — elucida o conde d'Eu, em carta ao pae, de 20 de Março — Isabel juïgou dever escrever ao ministro da justiça, fazendo observações sobre a conduta irregular e inefficaz da policia; e foi o que levou o ministerio a pedir demissão, que o Presidente do conselho veio trazer a S. Cristovão quando ali chegamos a 7, e que não havia senão aceitar". Foi dramatico o encontro de D. Isabel e Cotegipe. Ela achava que devia demittir-se o chefe de policia; e ele, que este procedera de acôrdo com o governo, e este saïria primeiro. "Do seu dever e de sua dignidade" era exonerar-se, declarou publicamente o estadista: mais lhe doeu não o ter consultado sobre a escolha de João Alfredo. Justificou-a o conde d'Eu (dirigindo-se a Nemours): a subida dos liberaes significaria a dissolução da Camara, que "não convinha na ausencia do Imperador"; daí ser chamado o chefe dos conser-

vadores “de tendencias reformistas”. Escrevendo a D. Pedro II, em 14 de Abril, mudava ligeiramente de tom. Já não aludia á retirada de Cotegipe “que esperamos para o mez proximo”, quando se abrisse o parlamento; “não convinha, a meu ver, deixar chegar esta hipotese (tal espera) que traria o fracionamento do partido...” Iludia-se com os rumôres da rua. Em 17 de Março: tudo corria ás maravilhas... Em Abril: a mudança fôra vantajosa, o publico aplaudia... Silveira Martins acusava o trôno de conspirador, dizia que era a revolução, feita pelo governo; Cotegipe, no Senado, presagiava um futuro tenebroso. Agourava-se, na imprensa, na tribuna, o fim do Imperio. Mas os abolicionistas convertiam o seu regozijo num impulso politico que tudo arrastava. A supressão immediata da escravidão (dizia Gastão de Orléans ao sogro) “é passo, a meu ver, um tanto precipitado. Mas a impaciencia geral é tal que qualquer outra medida já não satisfaria ninguem”. E procurava tranquiliza-lo: “Anuncia-se que o projeto será acompanhado de medidas rigorosas destinadas a satisfazer a lavoura...” Vã promessa. Qualquer condição seria repudiada como uma imperitencia: com a quéda do ministerio perdera a corôa o contacto com as realidades, já não as dirigia, deslocava-se com elas... Começára — promovida pelo poder publico — a revolução tantos anos contida: era, com a remoção dos paliativos, um logico epilogo da crise.

Se estivesse presente as cousas se passariam de outro modo — diria D. Pedro II, ao voltar. Silveira Martins tinha razão, ao arrepiar-se. no Senado: para a reforma, os conservadores; para a repressão, já tardia, liberais... Retirando-se Cotegipe, o poder devêra passar, não para a dissidencia do partido, mas para a opposição. Fôra este o conselho do Imperador, deixado

á princeza em 1876: "... Se a opposição fôr tal que embarace a marcha d'um Ministerio conservador, eu chamarei os liberaes para o Governo, e sem condições". Dantas, Gaspar, Ouro Preto ou Saraiva, teriam, com a dissolução, apelado para os eleitores: a questão se resfriaria, nessa prorogação democratica das soluções extremas, e com certeza prevaleceria a abolição concordante com o amparo e a indenização da lavoura. João Alfredo faria, "quand mème", a emancipação dos escravos: no dia seguinte da festa, seria a Republica.

D. Pedro II, entretanto, excursionava pela Italia. Recuperára a antiga actividade. O veloz viajante de 71 e 76, embrulhado na mesma sobrecasaca, e de chapéo alto, atravessava a peninsula com o seu passo prodigioso. A imperatriz revira Napoles com uma enternecida e discreta saudade. Em Florença inauguraram a exposição de Pedro Americo: a grande tেলা da Independencia.

No caminho de ferro, deparam com um alemão de crêspos bigodes e olhar desvairado, que os viajantes observam com respeito: Frederico Nietzsche. Através das vidraças do trem a paizagem deslumbrava-o: era o cenário do Super-homem... D. Pedro II dirige-lhe a palavra. Fala de seus livros. Wagner — a síntese do som e da fórmula, Dionysos e Apólo — é um assunto familiar. Passam duas horas de frases, exclamações, comentários agudos. Quando se separam, o filosofo quer saber do empregado ferroviario o nome daquele veneravel sujeito de barbas alvas que sabia tantas cousas. O funcionario sorri; e informa: — O Imperador do Brasil... — Nietzsche recolhe-se ao seu mutismo contemplativo: dir-se-ia que sonhára. Um Imperador trepidante no seu entusiasmo pela musica de Wagner, pela profecia da grande humanidade...

Em 2 de Maio, no hotel de Milão, ouviam a musica de Carlos Gomes. D. Pedro II, na sua mania de acompanhar-se de interlocutores sábios, sentara a seu lado Cesar Cantú. As noticias do Brasil eram brilhantes. Podia sorver o seu trago de arte na doçura daquela primavera italiana. Deitou-se tarde. Amanheceu, em 3 de Maio, com febre alta e o peito opresso. Mota Maia não se enganava. Esperou apenas um dia: no immediato, telegrafou aos professores Charcot, de Paris, e Semmola, de Napoles. O Imperador caíra perigosamente enfermo.

REGRESSO

Foram vinte dias de aflição, que, á cabeceira do esposo, viveu a Imperatriz.

Rolava desenfreada alegria no Rio de Janeiro: era, com ruidos de apoteose, a “montanha negra” a desabar.

E naqueles aposentos de hotel em Milão sábios medicos tacteavam o pulso fraco do soberano que parecia morrer. Chegou a receber, com lúcida humildade de cristã, a extrema unção. A paralizia bulbar foi lentamente combatida: em 13 de Maio podia ouvir a noticia da assinatura da “lei aurea”. Ditou então um telegrama para a princeza Isabel. Roçando a eternidade, não tinha ênfase. Dizia sómente: “Abraço a Redentora. Seu pae Pedro”.

Outorgava-lhe o titulo.

Mistérios do destino, com a vista embaciada pelas sombras da morte, podia ele ver o seu sacrificio. Acabava de trocar a corôa de imperatriz pela palma de redentôra! Foram os écos do delirio popular que esvoaçaram no seu quarto de moribundo as esperanças do restabelecimento. No dia 20 se sentia salvo. A 30, convalescia.

Daquella data foi este telegrama para D. Isabel: "S. M. o Imperador mostra-se satisfeito e está convalescente. Tereza". De Milão, no dia 1.º: "S. S. M. M. o Imperador e a Imperatriz partirão provavelmente para Aix-les-bains segunda-feira 4 do corrente".

Realmente partiram. Numa padiola embarcou e desembarcou o imperial enfermo. Ali a cura se processou rapidamente: "voltando-lhe as forças fisicas (publicava "O Paiz", do Rio, em 12 de Agosto), a clareza do espirito e as preocupações literarias e scientificas..." A 24 de Junho, bastava um medico, o inseparavel Mota Maia. Outros brasileiros alegravam o "Splendid Hotel": a condessa de Barral, o conde de Villeneuve... "La France m'aura sauvé", gracejava D. Pedro II. Disse isto mesmo ao presidente da Republica, Sadi Carnot, que foi visita-lo em 19 de Julho. Mais magro, ainda palido, porem com a sua habitual serenidade, readquirira o aprumo, o gosto do movimento, a curiosidade de outr'ora. E queria regressar. Tornara-se-lhe odioso o grande repouso. "Aparentemente resignado, porém intimamente revoltado", consigna no seu diario Mota Maia. Os ares salubres da Saboia restabeleceram-no: o resto do tratamento ficaria a cargo do Brasil. Tinha o appetite de sua paizagem, da calma de S. Cristovão, de Petropolis. Os medicos, Charcot, Giovanni, Semmola, recomendavam: dous mezes de férias depois da chegada ao Brasil, leituras leves, dispensa de vivas emoções morais, medicação methodica. Temperavam a tirania do programa com a escusa: "Il s'agissait d'un malade inspirant de l'interêt, on peut dire, du monde entier..."

Saíram de trem, a 3 de Agosto, para Bordéos, onde assistiram devotamente a sua missa na igreja de Nossa Senhora; e embarcaram no "Congo", para o Brasil.

Na manhã seguinte, surpreendeu Mota Maia ao Imperador fazendo abrir a caixa de livros que lhe mandara o Instituto de França. — Senhor, leituras leves... — ponderou, com suave firmeza. Quiz resistir Entraram num acordo. Teria uma hora com os livros antes do almoço, e outra á tarde, antes do jantar. A viagem transcorreu tranquila. Um homem ali não parava: era Mota Maia, na sua vigilancia infatigavel. Finda a hora regulamentar, em que permitia que o Imperador mergulhasse a atenção nos seus volumes, nas suas gazetas, nos seus cadernos, surgia, risonho e implacavel. D. Pedro II não discutia. — Já sei, já sei, senhor Mota Maia... E levantava-se, para o passeio higienico pelo tombadilho, esquecendo, na melancolia de suas horas de lazer, as duvidas que lhe punham o pensamento. O Dr. Charcot proibira leituras; mas não falára em poesia. Escreveu versos. O sr. Alfred Theulot dedicou-lhe, a bordo, umas estancias de homenagem á abolição. “Laisse à d’autres, Dom Pedro, une gloire usurpée...” Traduziu-as, corrigindo: “Deixa a outros, Brasil, gloria usurpada...” O comandante do vapor, o sr. Moreau, tinha a sua veia poetica. Em 19 de Agosto festejou-o: “Le premier sur le trône il plaça la science...” Retribuiu, vertendo a português a quadra lisonjeira:

Primeiro sobre o trono assentou a ciencia;
De seus nobres designios regrado a impaciencia;
Grilhões quebrou; e do povo ditoso,
Sabio funda o futuro luminoso.

Esses inocentes exercicios distraíam-no. Encantavam a Imperatriz: era a saúde! Em Lisbôa, certificaram-se disto a familia real, o ministro Luiz Guimarães, Ramalho Ortigão. Este annunciou um livro sobre o

Brasil. “Olhe, faça-o como a “Hollanda”...” recomendou. Batia-lhe o coração mais forte, ao aproximar-se da terra natal.

Foi com um jubilo indizível que, na manhã de 22 de Agosto, se achou de novo na Guanabara.

No alto do Pão de Assucar, os rapazes da Escola Militar tinham desdobrado uma bandeira imensa, com a palavra “Salve”. Eram as boas-vindas do Imperio. Os navios embandeirados em arco, mil foguetes detonando no ar, salvas das fortalezas, a multidão a ondu-lar ao longo do porto, numa magnifica manifestação ao Imperador que voltava — deram-lhe uma visão diferente do seu país e de sua gente.

Não havia a frieza das outras vezes, com o aparato oficial, os uniformes, a etiqueta sóbria, sem imprevistos. Explodia o contentamento de um povo duplamente desoprimido: pelo epilogo festivo da abolição, pelo regresso do homem que o governára cautelosamente meio seculo.

A bordo, abraçou os ministros. Era bom sinal, notou João Alfredo. No Arsenal de Marinha, os cumprimentos, as efusões, tinham a emoção de um reencontro muito desejado, pouco esperado: julgavam-no para sempre perdido para o Brasil. E lá estava, bem vivo, com a mesma tranquila fisionomia que inspirava confiança, valia pela certeza de que tudo marchava em ordem. D. Isabel mostrava-se ufana das aclamações populares. Cotegipe disséra-lhe: Vossa Alteza ganhou a partida, mas perdeu o trôno. Ela queria revelar o contrario: que lucrára duas vezes, trôno e popularidade. Á Imperatriz foi oferecida uma rica corôa de loiros, com vinte brilhantes. Déram a D. Pedro II um album de oiro cheio de assinaturas.

“Cependant — narrou o conde d’Eu em sua correspondencia —, à la suite de la poussée à travers la foule pour gagner la voiture à l’Arsenal de marine, puis pour pénétrer dans la Chapelle Impériale, il a paru très fatigué et après avoir traversé le salon du Palais de ville il s’est laissé tomber dans un fauteuil semblant ne plus pouvoir parler”. “Mas (continuava a carta) refez-se logo e parecia bem, ao chegar a S. Cristovão, apezar do trajéto de mais de uma hora em carro aberto a passo, sol ardente, e com um calôr excessivo, que dura ainda. Fala pouco, mas come com muito appetite...”

Nioac e Mota Maia sugeriram, que não assumisse logo o governo, deixando algum tempo a responsabilidade dele nas mãos da princeza. “Repeliu imediatamente a sugestão do medico — refere ainda o principe — e respondeu, que não queria passar por invalido, nem ocupar uma posição honoraria, como tantas neste país, acrescentou! E’ um grande alivio para Isabel e para mim, ver afastada essa combinação, que, por outro lado, não poderia efetivar-se sem o voto das Camaras. O presidente do conselho foi prevenido para não lhe apresentar senão os papeis indispensaveis, e em longos intervalos”.

Reanimára-se. Sacudira-se, numa restauração de forças que maravilhava a medicina. Retomara, de uma maneira surpreendente, as suas occupações — contava o genro, em 21 de Setembro. E em 13 de Outubro: “O Imperador tem uma fisionomia soberba, melhor, e principalmente mais córada, do que ha alguns anos...” Assim em Petropolis, a 12 de Novembro: “L’Empereur a très bonne mine et est en général très gai dans les rares moments où il cause”. Podia volver o seu olhar profundo e manso pelo panorama do seu Imperio aturdido...

Espantava-se, de tantas homenagens.

No Instituto Historico, lembraram, que era urgente nomear-se a comissão que coligisse os dados, para a elaboração da grande biografia do Imperador. Vinha aí o jubileu...

— Biografia? — surpreendeu-se; e com benevolencia: Não pensem nisso: Aliás é simplicissima. No alto de uma folha de papel escrevam a data do meu nascimento e o dia em que subi ao trôno; no fim, quando faleci. Deixem todo o intervalo em branco para o que ditar o futuro; ele que conte o que fiz, as intenções que sempre me dominaram e as crueis injustiças que tive de suportar em silencio, sem poder jamais defender-me...

Teriam sabido dessa resposta Eduardo Prado e o barão do Rio Branco — o Juca Paranhos, que no seu consulado da Europa trocára o genio de grande estroina pelos aturados trabalhos historicos? O rabino Mossé organizára, para coincidir com a Exposição de Paris, de 89, um livro sobre o seu imperial amigo: Rio Branco e Prado escreveram-no quasi todo, alinhando anedotas, depoimentos, episodios...

Era preciso antecipar-se ao incerto futuro!

Choveram telegramas: atos solenes, comemorativos da feliz chegada do Imperador, na Bahia, em Fortaleza, Ouro Preto, Juiz de Fóra... “Os reis educam princezas, o Imperador creou uma mulher”, escrevera no Album José do Patrocinio, heróe do dia, o orador popular da abolição. O terceiro reinado estava assegurado, concordavam Rebouças, Nabuco, Silveira Martins. O povo agradecia ao trôno a “lei aurea” e o defenderia — juravam, mais monarquicos na sua colera contra os conservadores em rancorosa opposição, os agitadores de 1887. Formára-se, nos bairros pobres, um simulacro

de milícia cívica: a guarda negra. Eram antigos escravos e “capoeiras”, que prometiam quebrar a páo as hostes republicanas. Patrocínio gritava: a campanha contra as instituições se envenenára no despeito dos escravocratas. Já não havia republicanos, mas senhores de cativos, que se vingavam da *Redentôra*. O reinado de Isabel era um caso de honra, para os vencedores de 13 de Maio. Respeitavam a velhice benéfica do Imperador, mas não ocultavam a impaciência. Tinham-se habituado ao motim, ao frenesí. Nabuco e Ruy substituíam ídolos: o seu culto, era agora a federação. Os oficiais do exército indignavam-se com a “ordem” monárquica: uma ditadura, de mão férrea, aguentaria isto... Os novos falavam de Augusto Comte, como os antigos de Thiers: nada de imobilidade, caturrice, teias de aranha entre as peças do maquinismo público. Um homem de pulso — e as ródas desemperrariam... A propaganda contra o trôno cruzava as fronteiras, entre o Rio Grande, São Paulo e Minas Geraes: formára o seu estado-maior de conselheiros, de jornalistas, de apóstolos.

Fóra dessas “categorias” de pensamento, mexia-se, um tanto alucinado, um tribuno solitário e itinerante, que saía por quarenta cidades a gritar, nos comícios, insultos á dinastia, vivas á Republica. Os outros arquetavam gravemente, sem alterar os costumes burguezes, tolerados pela policia; aquelle, de facho em punho, annunciava e prérgava o incendio. Os civis pensavam em evolução, os militares em transformação, Silva Jardim em revolução. Precisava-se de coragem para ser monarquista — confessou Nabuco. “Com benevolencia risonha”, declamou Afonso Celso, o parlamento via afundar-se o regimen. João Alfredo desde-nhava: “Cresçam, e depois veremos...”

D. Pedro II parecia satisfeito.

Em Setembro de 88, João Alfredo apresentou-lhe a *fala do trôno*, com que devia encerrar o parlamento. De seu punho, intercalou estas palavras, sobre a abolição: "... cuja decretação tanto me consolou das saudades da pátria, minorando os meus sofrimentos físicos". Sabendo disto, D. Isabel exultou:

— Fico muito contente que a lei de 13 de Maio tivesse esta ultima sanção.

Mas o desgosto da lavoura, a indignação que ia pelo país, consternavam D. Pedro II. Abanava por vezes a cabeça branca, e repetia: — Se estivesse aqui, as cousas se passariam diferentemente.. — Aludia á indenização dos fazendeiros. Talvez a alguma manobra politica, que tirasse á jornada de Maio o seu teôr revolucionario. Jamais censuraria a filha. Foi uma admiravel cerimonia, em 28 de Setembro, a entrega á princeza da "rosa de oiro", que lhe enviára Leão XIII, galardoando-a com o mimo que reservára, todos os anos, para as mais insignes damas da cristandade. O sacrificio de sua alteza — sua corôa! — valia a rosa mística...

Em 30 de Setembro e 16 de Outubro de 88, escrevia Deodoro ao sobrinho Clodoaldo, aluno da Escola Militar: Republica? "Seria cousa impossivel; verdadeira desgraça".

E Benjamin Constant lamentava-se: Havia o "velho"... Esperassem que ele morresse!

Em 2 de Novembro, em Petropolis, Joaquim Nabuco falou ao Imperador da idéa federalista. Entregues aos altares da igreja do Rosario os estandartes abolicionistas, saíra ele ás ruas com aqueloutra bandeira. D. Pedro II aceita e repele fórmulas. Tem o misticismo da unidade do Imperio. Que seria dela, se

as províncias se desmandassem, prêsas de governos anarquicos?...

Que tudo se faça prudentemente! — pedia. Surpreendeu-o Rebouças, em 2 de Janeiro de 89, a repreender Ferreira Viana, ministro da justiça, a propósito das ultimas repressões policiaes. Insistia, nas antigas recomendações: “Não matar!” “Deixar discutir!” A 4 de Março, passeando sob os álamos de Petropolis com Rebouças, abriu-lhe o coração: — “Eu sou republicano. Todos o sabem. Se fôsse egoista, proclamava a republica para ter as glorias de Washington... Sómente sacrificava o Brasil á minha vaidade... Porque as pequenas províncias não têm pessoal para a federação, e seria um desgoverno geral, que acabaria pela separação”.

Silveira Martins, mais tarde, gritaria, que o Imperador jamais pudéra ter dito semelhante cousa. Homem de bem, o seu dever era ser... monarquista! A carta a Herculano, em que confessava a vantagem dos presidentes hereditarios, ilustra a confidencia feita ao engenheiro negro. Republica era, para ele, como para Montesquieu, a virtude civil, sem ambições e pompas da corôa, que é a gloria. Poderia ser mais exáto: era democrata. Que ninguem sobrepuzesse á razão e ao povo um direito, mesmo que fôsse o seu direito. O “filho da Revolução franceza” resurgira, no desencanto de sua profissão de rei que envelhecêra no serviço publico. Não o educára assim frei Pedro de Santa Mariana, o carmelita sêco e inexoravel — e aquella geração idealista da Regencia?

Espetaculo melancólico — a abertura da assembléa, em 3 de Maio! Havia em tudo aquilo — desbotadas carruagens, a vetusta indumentaria imperial, velhos camaristas acompanhando o velho senhôr, tímida e inse-

gura Fala do Trôno lida devagar a uma platéa escassa — os sinais de um regimen que se dissolve. “O Imperador fraco e com as pernas bambas”, anotou o visconde de Taunay. “Não gostou da Fala do Trôno? Foi o melhor que se poude fazer” — disse ele ao autor da “Retirada da Laguna”. E depois — extranhando este que nada adiantasse sobre casamento civil, liberdade de cultos: — “Ora, é preciso ir devagar. Sou oportunista. Sobre casamento civil já fizemos alguma cousa”. E teimou: “A Fala do Trôno está excelente...”

Os outros entristeciam — e agitavam-se.

Domingo, 12 de Maio, na rua Bragança. O Imperador queixou-se a Taunay: Que a “Gazeta” atacasse a monarquia, estava no seu direito; mas não ridicularizasse o chefe do Estado. E antes que ele respondesse: Prontificava-se a fazer montar “Lo Schiavo”, de Carlos Gomes.

— 40 contos...

— Não, co’a breca, isto não; não sou tão rico assim!

E partiu, pensando ao mesmo tempo na opera e nas injurias...

TUDO MUDOU...

A divisão dos conservadores, os complexos problemas derivados da abolição, o estado do país, não permitiam a João Alfredo arrastar mais longe a carga do governo. O Imperador concedia-lhe a demissão, pedida cinco vezes, mas insistia, em que o seu partido continuasse no poder. Consultou o conselheiro Corrêa: excusou-se, por motivos pessoais. O visconde Vieira da Silva, depois do visconde de Cruzeiro, que falara em ditadura ou conciliação — confessou que não achava companheiros para um ministerio solido. Acudia-lhe o nome de Saraiva. Acabava de chegar da Europa. Mas o velho chefe liberal não se prestaria a aguentar com os hombros cançados um edificio a cair. Em Lisboa, dissera a Oliveira Lima, certo da Republica: “Então os senhores verão o que é poder pessoal”. Alegou a nova ideologia federalista, de seus amigos. Não, propriamente, á americana. Pelo menos, a eleição dos presidentes pelas respectivas provincias...

D. Pedro II deixára de teimar.

— O senhor sabe melhor que ninguem — respondeu a Saraiva — que eu nunca fui embaraço á vontade da nação, expressamente manifestada.

— Sei que o patriotismo de vossa majestade é tal que atende somente ao interesse da nação, sem consultar a qualquer outra consideração.

Comoveu-se:

— Agradeço a todos que pensam assim, porque me fazem justiça.

Saraiva indicou, como a homem capaz de organizar o gabinete liberal, o visconde de Ouro Preto. Telegrafou-lhe, para que subisse a Petropolis. E desceu de trem, preferindo não encontrar ali o correligionario, que falou livremente ao Imperador. Teve carta branca, para convidar os ministros. Foi investido de toda a confiança. Desceu da serra com plenos poderes, para resolver, da melhor maneira, a questão do Brasil: reformas financeiras, assistencia economica, pacificação, força. A corôa não pezava mais sobre o parlamento: Ouro Preto surgira-lhe por diante, como se as instituições decadentes se corporificassem nele, para dar o ultimo combate. Arredara-se da cêna, distante, separado dos tumultos da luta, o velho rei. Injectara-se no organismo senil do Imperio o sangue novo de um governo civil, de pulso firme. Na dramatica sessão de 11 de Junho esse punho vigoroso bateu esplendidamente na tribuna. Pela primeira vez, repercutia na Camara o grito: Viva a Republica! O padre João Manoel acabava de anunciar o fim do Imperio. Houve um estarcimento, logo um confuso protesto, e a réplica do presidente do conselho: “Não; é a inutilização da Republica”.

Os timpanos soaram. A agitação serenou, quando Ouro Preto respondeu á mesa:

— Não se incomode v. ex., sr. presidente; esta tempestade não me assusta; ao contrario, alegro-me com ela. Eu prefiro esta agitação, sinal de vida e de mo-

vimento, ao morno silencio que por tantos dias reinou nesta casa...

A dissolução da Camara era um ato de optimismo. Os grandes decretos, de organização do credito publico, que o ministerio publicou em seguida, correspondiam ao seu lema: desemperrava-se a velha maquina, saía-se da rotina, proseguia-se... Estalava então, na praça do Rio, o murmurio do "ensilhamento". Depois, seria uma zoadada louca. Negocios. Emissões. Empréstimos. Sociedades anonimas. Companhias fantasticas. Publicidade. Transtôrno comercial. Aventuras. Dinheiro. Prazeres. Quem diria que o naufragio do "navio negro" — em 13 de Maio — assinalaria uma epoca de renovação total, de entusiasmo, de iniciativas desatinadas, de espantosa cobiça? As classes produtôras suspendem as diatribes e estendem, aberta, a mão ambiciosa. Recolhem-na, com o ouro dos auxilios á lavoura, apolices, titulos de empresas que se cream com absurdos propositos, tardia indenização do lôgro, de 1888.

D. Pedro II defende ainda uns restos de tradição... E' contra o proteccionismo! Que não se sacrifique, ao mito, de muitas fabricas, a lavoura velha... Mistura-se aos reformadores, "estudando até com o ministro e o inspetor da alfandega a questão da pauta no sentido da liberdade do comercio e proteção a industrias naturais e nascentes" — confessaria, no exilio. Não iria alem: ou fingia não perceber que o descontentamento economico brandia o "ultimatum", das barreiras alfandegarias que estimulassem as iniciativas internas, o prurido de forças nóvas. Passára o tempo da agricultura conservadora... Era como se dissessem: passára o seu tempo.

Essa matinada de Bolsa, de leilão de valôres, de delirio mercantil, abafa as vozes da politica: muito menos permitiria que se escutasse a pulsação da revolta.

Ao Imperador, Ouro Preto satisfaz, pela energia lúcida de sua administração, pelo apoio que encontra nas classes economicas, pela direção hábil do governo.

A monarquia reverdéce!

O presidente do conselho tem planos grandiosos, para a celebração, em Julho de 90, do cincoentenario do reinado.

Sensibiliza o Imperador, demonstrando-lhe a conveniencia de fazer na sua casa uma bôa reforma. Encanta-o, mostrando que as equipagens arruinadas, o palacio desbotado, a criadagem mal vestida, os hábitos sóbrios do monarca não correspondem mais ás conveniencias de fausto, de esplendôr, do seu jubileu. Vae alem: cita o jubileu da rainha Victoria, pretende fazer no Rio alguma cousa de parecido, uma festa de confiança nacional, em torno do venerando senhôr.

— E' o primeiro que pensa nas minhas necessidades! — diz-lhe, agradecido.

Mas continua a resistir-lhe, quando o visconde lhe fala em repressão exemplar, para os sediciosos. Diante do diretor da Escola Militar, Miranda Reis, Benjamin Constant proferira um discurso desrespeitoso, atacando as instituições. O ministro quer puni-lo. O Imperador dissuade-o. Um conselho de guerra? Não; "lobo não come lobo". "Mande chamá-lo, fale com franqueza, e verá que ele acabará voltando ao bom caminho". O chefe de policia, Basson, ativo e embravecido, pretendia impedir a comemoração do 14 de Julho, pelos estudantes. — Não faça isso, sr. Basson, deixe os rapazes! — recomendou, batendo-lhe no hombro. Que festejassem a Bastilha! Tambem gostava desse formoso romance... Na noite de 15 de Julho, ao tomar o carro, após o espetaculo do teatro Sant'Ana, foi que um lamentavel acontecimento deu razão ás desconfian-

ças de Basson. Um joven caixeiro português, Adriano do Valle, largando-se de um grupo de moços turbulentos, de pistola em punho, alvejou o Imperador. O tiro partiu, sem ferir ninguem, antes que se apercebessem do atentado os membros da comitiva; e o proprio monarca só comp'reendeu a cêna quando o borborinho, da prisão do desvairado, de aclamações e clamôres, propagou pela praça uma ligeira desordem. — Não é nada; dizem que dispararam um tiro, que nem ouvi! — gritou para Mota Maia, que se preeipitára. A imperatriz pediu ao cocheiro, que tocasse os cavalos. — Mas não era nada... — continuava a protestar o Imperador, perfeitamente calmo. Jamais a mão de um celerado se erguêra contra ele! O rapaz, que detonara a arma, devia estar loueo.

O pae de Adriano do Valle appareceu nas gazetas, amaldiçoando o filho. A portaria de S. Cristovão encheu-se de pessôas, que iam jurar fidelidade e desagravos. Penedo fez rezar em Paris missa de ação de graças, com o concurso do mundo official. Alphonse Karr esereveu a D. Pedro II: “Havia outr’ora em Paris um fisico celebre... Disparava sobre o seu auditorio um tiro de pistola. Desta arma saía uma chuva de flôres, que caía sobre as senhoras. O infame celerado, ou o maldito louco que disparou sobre vós, produziu apenas uma explosão de amôr de vossos póvos, e de ações de graças pela Providencia”. No meio desses regozijos, ha uma alma triste. E’ André Rebouças, que não se ilude. Quando os estudantes da Politécnica — solidarios com os de Medicina, em atritos com a polieia — ridicularizam o velho imperante, ele, que os amára até então como se fossem seus filhos, se isolou sombriamente: via a corôa resvalar, perdida pelo altruismo da abolição, e prometia desaparecer com ela...

O conde d'Eu, entre Junho e Setembro, excursionára pelas provincias do norte. Embarcára no mesmo vapor Silva Jardim. Voltára o principe apreensivo e descoroçoado: por toda parte, a causa republicana ganhára terreno, infiltrára-se...

Ouro Preto não se affligia. O exercito mantinha-se firme. Nomeara ajudante general, indo busca-lo ás Alagôas, Floriano Peixoto. Afonso Celso apontára-o uma vez a Fernando Mendes de Almeida: "De toda confiança. E' sobre ele que se fundam nossas esperanças de disciplina e regularização dos negocios da guerra".

Ninguem reparava num sobrado do campo de Sant'Anna sempre cheio de militares á paisana, onde o marechal Deodoro, indignado e impaciente, convalescia de uma crise cardiaca. Naquela casa, entretanto, a teia da revolução era brandamente urdida em roda do velho chefe, enfurecido e enfermo. Quando ele desarmasse sobre a mêsá o punho fechado, saltariam da sombra as legiões. Por um invisivel e puro consenso, a classe puzéra nas suas mãos esclerosadas o destino do Imperio.

Que faria Deodoro?

Em 4 de Agosto o ministro de Estrangeiros, J. F. Diana, escrevia a um chefe politico do Rio Grande:

"O que pretenderão esses republicanos de ultima hora?

"Estão iludidos: não é tão cedo que se fará a republica em nosso país. O norte do imperio não quer ouvir falar nela, em Minas a eleição proxima ha de mostrar que a republica ali diminuiu muito, o mesmo em S. Paulo, e aqui na côrte e provincia do Rio a eleição senatorial que hoje se fez é uma prova de que o republicanismo vae perdendo terreno, é uma miseria a votação que eles têm recebido".

E mais confidencialmente: “O Gumercindo Saraiva que desenvolva a acostumada atividade...” Afastasse os conservadores, que não pudesse levar ás urnas! (183).

O Imperador ignora o que se trama, ou não ouve o que se sussurra. “... Não lê absolutamente mais os jornais”, registára no seu diario Taunay, em 10 de Abril de 89 (184).

O mal estar condensava-se no ambiente: era indefinível. Mas o governo não se perturba. Outra série de preocupações absorvia-o em Petropolis: a esquadra chilena visitava o Rio.

Organizára-se um programa esplendido. Orientára-o, pondo naquilo um novo interesse.

Cultivára a amizade da grande nação do Pacifico, como indispensavel ao equilibrio sul-americano. Quando o Perú e a Bolivia tratavam a sua aliança, e procuravam atrair a ela a Argentina, mandára ao governo chileno um recado enigmático: “Cuide de sua esquadra”. Estas palavras de sibíla aperceberam o Chile: agora a armada, á frente o couraçado “Cochrane”, ia testemunhar-lhe, na Guanabara, o seu apreço.

Metera-se a traduzir, em honra dos hospêdes, o poema de Ercilla. Os leais entendimentos começam pela bôa compreensão. Dava hierarquia ás relações diplomaticas: primeiro, os poetas... Para inauguração do palacio aduaneiro, construido na Ilha Fiscal, e em homenagem aos officiais chilenos, Ouro Preto preparou um baile sem precedentes. Houve 5 mil convites. Realizar-se-ia em 9 de Novembro. Esse estupendo festim

(183) Carta do cons. José Francisco Diana ao tenente-coronel Augusto Alvaro de Carvalho, em 4-8-1889, inédita, cm. por Olinto Sanmartin (Porto Alegre).

(184) Taunay, *D. Pedro II*, p. 62.

completava o senso allegorico, a necessidade de decôro e fidelidade pública, que estavam no sistema do ministerio. Em resposta á campanha de descredito das gazetas da opposição, inundava a cidade com as luzes de um baile que seria a comemoração, a gloria da monarchia resurrecta.

Durante duas semanas não se falou em outra cousa. A aristocracia consumiu os "stocks" do commercio de luxo. Operou-se uma conciliação brilhante, naquele cerimoniaal imaginado para deslumbrar estrangeiros, converter nacionais. Uma iluminação de conto de fadas destacou, sobre as aguas da baía, o perfil gótico da ilha encantada (185). As barcas Ferry, as lanchas da Marinha, todas as embarcações meúdas do porto improvisaram entre o caes Pharoux e aquele palacio de sonhos, uma festa veneziana colorida, sonora, confusa. Os uniformes, as condecorações, a riqueza dos vestidos, a pompa da grande gala formaram a moldura soberba para a figura veneranda de D. Pedro II, que se apresentou com a farda de almirante, o peito largo constelado de todas as suas insignias, a barba biblica desatada sobre o esplendôr de seus colares e de suas grã-cruzes, e com a imperatriz, pequenina, trémula, risonha, pálida, suspenza a seu braço robusto... Num dado momento — circulou a frase — escorregára ele; e apoiou-se a um camarista, dizendo: — A monarchia tropeçou, mas não caíu... — Se realmente proferiu esse dito de espirito, era que o encantava tambem a apoteose em que o metiam. Tantos anos mergulhado na mediania de sua côrte sem ostentação, os contrastes maravilhavam-no. Sentia-se ufano, pela impressão que iam levar os marinhos do outro oceano. O Brasil estava ali, na ele-

(185) Vêr Coelho Neto, *Fogo Fatuo*, p. 223, Porto 1929.

gancia, na harmonia, na fulguração de uma massa de dez mil p^éss^õas comprimidas, apertadas, quasi asfixiadas nos sal^ões, na plataforma, nas galerias da ilha Fiscal. Longe, pela orla da cidade, o povo cravava nela os olhos enfeitiçados: dir-se-ia que naquele retalho de paraíso, insolitamente saído do fundo da noite, emergira, com todo o seu aparato, o Imperio agonizante!

Havia, porém, uma intranquilidade misteriosa.

Corriam boatos de sedição armada. Boquejava-se, que se estava sobre um vulcão. Indigitavam-se conspiradores. Fremia, sob os pés dessa sociedade que se divertia, um vago trepidar de catastrophe. No Club Militar — áquela mesma hora — recebia Benjamin Constant dos seus discipulos carta branca, para leva-los á Republica, ou á morte. Quintino Bocayuva ligára-se com os republicanos de S. Paulo. Resolvera Deodoro tomar a direção do movimento. Ia rebentar a revolução.

XXXVII

A REPUBLICA!

O Imperador passava bem.

N'uma noite, saíu o príncipe D. Pedro Augusto para um baile, e voltou ás 3 da madrugada. Encontrou, estirado na sua cama, a ler á luz de uma véla o seu "Don Quixote" — o avô. Estremeceu diante daquela visão: mas o Imperador explicou. Não devia ficar deserta a cama de um moço solteiro, áquela hora da noite. Lá se deitára, na ausencia do neto. E como era um velho, temia repetir muitas vezes esse incómodo...

Diante do rapaz aturdido pela lição, sorriu com brandura; e tomando o castiçal, mergulhou nos corredores, com o livro debaixo do braço. Nunca mais D. Pedro Augusto voltou tão tarde das festas...

Retomára os seus horarios, as occupações, a leitura.

Em 10 de Setembro de 89, consignava o conde d'Eu, "la réapparition de l'Empercur qui, ne demeurant plus à Petropolis s'est montré plus fréquemment partout et notamment au théâtre".

Na serra, os habitos tinham a antiga regularidade, a rigida sequencia: todas as manhãs, as duchas no estabelecimento hidroterapico; depois, um passeio a pé ou em carro, com o medico junto; ás 10, uns minutos na

estação, á espera do trem da côrte; jantar ás 4 e meia, outro passeio, se o permitia o tempo, entre 5 e meia e 6 e meia, e á noite, até ás 8 e meia, leitura para a Imperatriz ou a princeza, no tom didático dos serões de outr'ora... A audiencia dos ministros passára a ser entre meio dia e duas horas. Em S. Cristovão, déra de receber o publico de 5 ás 7. "Esquecia-me (continúa a descrição do conde d'Eu): chegando ao Rio, visita rapidamente algum estabelecimento publico, para que vejam que não perdeu a antiga atividade... nem se restringe aos preceitos médicos".

A "arte de ser avô" déra-lhe á intimidade, na Quinta da Boa Vista ou em Petropolis, um novo encanto.

Que melhor homenagem poderiam prestar-lhe os pequeninos netos, filhos de D. Isabel, D. Pedro, D. Luiz, D. Antonio, do que lhe imprimindo, na tipografia do "Correio Imperial", jornalzinho deles, os sonêtos de 1887? Foram mostrar-lhe a primeira página do folheto. Devolveu-lhas com outro sonêto, dedicado "a meus netinhos impressores de meus versos" (18 de Novembro de 88), em que se confessava sem arrogancia e sem énfase:

.....
 Pospondo a fantasia sempre á verdade,
 Melhor encontrei nesta o ornamento,
 E no estudo apurado o sentimento,
 Quanto tenho a saber disse-me a idade.

E' isso o que vos quero eu ensinar.
 Amando-vos qual póde um terno avô,
 A quem para as suas cans engrinaldar

Melhor só poderia o que eu vou
 Em caricias tão vossas procurar,
 Sentindo que de vós inda mais sou.

Assim os quizera! Bolindo em literatura em lugar de soldadinhos de chumbo; precoces estudantes; miniaturas dele; seus discipulos, mais do que sucessores... Tomava-lhes periodicamente a lição, olhando-os de cabeça erguida, o "pince-nez" na ponta do nariz, o ar inflexivel de um mestre-escola: e gostava de vê-los com um livro. D. Pedro Augusto enternecia-o, por isso, com seu herbário, as matematicas, a austéra tranquillidade do seu temperamento de Coburgo. Não rejuvenescia, com aquela geração, em que se renovava, florescia a sua Casa: envelhecia-a. — Estudem! Estudem! — recomendava, um tanto maquinalmente, num estribilho que distribuia, na rua, pelas crianças que encontrava, nos collegios, pelos meninos que corriam a beijar-lhe a mão, no palacio, pelos pequenos principes que lhe abraçavam as pernas e fugiam de suas perguntas.

A 10 de Novembro, subira o Imperador para Petropolis. Desceu no dia 14 para assistir ao concurso de inglez, no Colégio Pedro II. Da seriedade dos concursos dependia a bôa ordem do Estado! Às 3 da tarde voltou para a serra. Recolheu-se á hora habitual.

Pela manhãzinha, bateu-lhe á porta do quarto o criado, com um telegrama, expedido ás 3 ½ da madrugada pelo presidente do Conselho, e que parecia conter urgente e grave noticia. Leu-o. Vestiu-se. "Eu estava tranquilo em Petropolis..." "Foi inteiramente surpresa" — diria depois. Não trocou uma palavra sobre o assunto com Mota Maia e o conde de Algezur, que foram busca-lo para as duchas, e atravessou em silencio as ruas, na direção do estabelecimento hidroterapico.

Habitára-se a falar pouco; sobretudo a não ser inquerido. Aliás não demonstrava preocupação, siquer a palidez que sobrevem ao inesperado golpe. Andava com passo firme, a fisionomia imovel, o ar austéro, levemente triste, que lhe viam sempre. Apenas, de volta,

se deteve na estação da estrada de ferro. — Seria possível ter á disposição um trem, em caso de necessidade? — O empregado respondeu que sim. O medico e o camarista sobresaltaram-se. Que havia? Não ousaram arriscar uma pergunta. Tudo era possível: mas a serenidade do Imperador estava a responder-lhes que tambem era impossível o que eles principiavam a suspeitar... O itinerario de regresso foi costumeiro. Às dez e meia surgiu o estafeta, com o segundo telegrama.

Só então se soube do que acontecia.

Ouro Preto avisára primeiro:

“Urgente. A Sua Majestade o Imperador. Senhor, esta noite o 1.º e o 9.º regimento de cavalaria e o 2.º batalhão de artilharia, a pretexto de que iam ser atacados pela guarda negra, e de ter sido preso o marechal Deodoro, armaram-se e mandaram prevenir o chefe do Quartel General que viriam desagrarar aquele marechal. O Governo toma as providencias necessarias para conter os insubordinados, e fazer respeitar a lei. Acho-me no Arsenal de Marinha com meus colegas de justiça e da marinha”.

Agora, dizia apenas:

“Ministerio sitiado na Secretaria da guerra tropa revoltada, é obrigado a pedir demissão”.

Entre o seu banho e o passeio pela estação ferroviaria, caíra a monarquia.

— Vamos! disse o Imperador, tomando o chapéo. Esperava-o o comboio. A imperatriz, Algezur e Mota Maia acompanharam-no. Na Estação de S. Francisco Xavier aguardava a carruagem do Paço. Era meio dia. — Para o Paço da Cidade — ordenou. As rodas do pezado veículo alarmaram ruas caladas. O sol a pino pintava de oiro, alem do casario, a crista dos môrros. O Rio de Janeiro parecia mergulhado na sua paz habi-

tual. Os olhos de D. Pedro II procuravam, através das vidraças, algum indício da situação que não percebia bem: por toda a parte, havia gente tranquila, que passava. Esse aspecto, porem, se alterava, á medida que a sége ganhava o centro urbano. Pela rua do Ouvidor, despejava-se no largo, que ladeia o palacio, o borborinho do povo inquieto e atônito. A guarda, que permanecia a mesma apresentou armas. A carruagem parou junto á porta de serviço. Fisionomias consternadas destacaram-se da obscuridade das galerias. Com a imperatriz pesando no seu braço, o Imperador subiu devagar a velha escada. Nenhum estremecimento se lhe notaria no rosto impassível; mas Tereza Cristina tinha lagrimas nos olhos espantados. Adivinhava-se, mais do que se sentia, a catastrophe. Ouro Preto fôra preso no Quartel General; a tropa dominava... Chegavam, ansiosos, D. Isabel, o conde d'Eu, Rebouças, Taunay... Os detalhes foram surgindo, como traços luminosos, na noite: Floriano, o "homem de Ouro Preto", cruzára os braços; Ladario, ministro da marinha, tombára ferido; o presidente do conselho recebera Deodoro com a indignação afiada como uma espada; ninguem resistira...

Divergiam as sugestões. Rebouças insistia: que se constituísse o governo em Petropolis, fóra da desordem. O conde d'Eu era mais pratico: que se chamasse Deodoro. D. Pedro II limitou-se a responder:

— Isto é fogo de palha; eu conheço os meus patricios.

Em nenhuma hipotese aceitaría o concurso estrangeiro, para embarcar num navio chileno.

E ao genro:

— Minha opinião é dissolver os batalhões...

— E' facil dizê-lo, contestou o principe. Até porque o governo era demissionario.

A palavra soprou, no espirito do soberano, a chama da "legalidade", a consciencia de que tudo teria de fazer-se regularmente: — Não aceito essa demissão!

— Os ministros estão prisioneiros... Como querer que continuem a governar?

— Como não? Ouro Preto virá falar-me, replicou, num tom que não permitia objeções. E poz-se a andar, de um para outro lado, no salão cujo largo assoalho rangia sob os seus pés. Não transigiria com os militares em armas. Nunca lhe sucedera uma dessas... Dizia-lhe o instinto, que Deodoro o respeitaria. Em 1856 — e tinha-a entre os seus papeis! — recebera uma carta do pac dele, pedindo o seu auxilio, para que pudésse crear a grande familia. Desde então, fôra um amigo, um protetor dos FONSECAS. Heroicos soldados! O marechal jamais — nas suas brigas com o ministerio — faltára á consideração, ao seu dever hierarquico... Não podia ser!

As 3 horas surgiu, na praça, um piquete. Algezur comunicou: Deodoro mandara aquela gente, para pôr-se ás ordens do Imperador. — Não ! Deodoro não tinha poderes para isso. — Ordenou então ao general Miranda Reis, que saísse, á procura de Ouro Preto. Precisava resolver a crise. E abriu, ao acaso, uma revista scientifica.

D. Isabel e o conde d'Eu tentaram demovê-lo: que se decidisse, que ao menos convocasse o conselho de Estado...

Acertára.

Entrou o visconde de Ouro Preto, posto em liberdade momentos antes, e que expoz rapidamente as oocurrencias. Investido no Quartel General, mandára

saír a tropa. Não fôra obedecido. As portas tinham-se aberto, ao triunfante chefe militar. Dava a sua demissão. Ouvira a Deodoro palavras de acatamento pelo Imperador. Falára-se na apresentação duma lista de ministros, que Sua Majestade aprovaria.

D. Pedro II hesitava.

Não queria conceder a demissão ao seu energico presidente do Conselho, em cuja voz vibrante percebia o alento da autoridade civil, o vigôr do Estado, que sobrevivia. Ninguem lhe tinha ainda imposto um governo...

Afinal, como resignado: E quem lhe sucederia?

— O senador Silveira Martins: é o homem para a situação.

Concordou. Não se lembrou, por certo, da ironia dele, quando, no Senado, declarára que haviam de chama-lo, mas quando a corôa rolasse pelas ruas. Pensou no orador flamejante, de talhe hercúleo, de vontade heroica, que atraz de si trazia o Rio Grande, e, com o visconde de Pelotas, parte do exercito. Ignorava, talvez, a profunda inimizade que lhe votava Deodoro. Gaspar — Ouro Preto tinha razão — era o homem!

O visconde levantou-se. Precisava entender-se com os colegas, expedir telegramas...

Silveira Martins receberia o convite em Santa Catarina, onde foi preso. E dissera: A historia repete-se. O presidente do conselho é o general vitorioso.

A roda, comentaram a frase constricta, que o marechal proferira em relação ao Imperador: Tem minha dedicação; sou seu amigo; devo-lhe favôres. — Soube-se mais: Após a prisão do presidente do Conselho, déra um “viva ao Imperador” e ao exercito. A um parente, que lhe perguntara se estava proclamada a Republica, respondera: o Imperador governaria emquanto quizesse...

O conde d'Eu tornou a pedir a reunião do Conselho. Caiu no silencio a resposta, invariavel:

— Mais tarde.

Que esperava? Que estranhos pensamentos se agitavam no fundo daquela placidez sombria, daquele mutismo altivo?... “Mais tarde”, era como se dissesse: Quando todos recuperarem o bom senso!

O jantar, ás 5, transcorreu silencioso. Ao terminar a refeição ligeira, o conde d'Eu voltou a insistir. O Imperador renovou a resposta:

— Veremos isso mais tarde.

Gaston d'Orléans tomou a iniciativa. Sentia a necessidade de fazer alguma cousa. Quando recebera a noticia do levante, no palacio Isabel, quizera fardar-se, apresentar-se ás tropas, imprudencia de que o dissuadiram, por inútil. Mandára depois os filhos para Petrópolis. Juntára-se ao sôgro, no paço, fazendo o trajéto, por mar, de Botafogo ao Pharoux. Combinou com o conselheiro Olegario de Aquino, a convocação do Conselho de Estado, em nome da princeza. Parcia uma táboa de salvação, lançada na tréva. Chegaram, convidados pelo visconde do Cruzeiro, alguns dignitarios. Apareceram Saraiva e Dantas. Tinham opiniões tranquilas, desanimadas. O melhor a fazer era chamar Deodoro. — Não! — objetava D. Isabel, com rosas de indignação nas faces. “Da minha parte, não — declarou o Imperador; não transijo com revoltosos”. Debatia-se um dilema. Capitulava a corôa, ou rolaria pelo chão. Caíra a noite. A fraca iluminação do palacio tornou a cêna mais lugubre. D. Pedro II continuava a mergulhar a atenção n'uma leitura paciente. Quando dela erguia os olhos fôscos, deixando tombar o “pince-nez” seguro a uma fita preta, era para fixar sem interesse os grupos que palestravam. Disse a Taunay: “Pois

se tudo está perdido, haja calma. Eu não tenho medo do infortunio". Sempre se decidiu que Dantas e Corrêa, como representantes dos dous partidos, iriam ver o marechal. Havia onze conselheiros presentes. Suavemente impellido pela filha, o Imperador se prestou a ouvi-los, numa sessão entrecortada de lamentos, pela extremidade a que se chegára. — Mas sempre se concordou em que devia haver um governo. A Saraiva caberia organiza-lo. Correu o marquez de Pananaguá ao morro de Santa Tereza, em busca do velho estadista. Este, voltou morosamente, como quem cumpre um penoso encargo, achando tudo perdido. Achava, ha dous anos... Ainda escreveu uma carta a Deodoro, que o major Roberto Trompowsky entregaria em mão propria. E abalou, para a sua casa no monte.

A reunião do Conselho, a carta de Saraiva, a esperança d'uma conversa razoavel, as fadigas da jornada, tinham esgotado as forças á familia imperial. D. Pedro II — exausto — recolheu-se a seu quarto. O casal d'Eu relutava em retirar-se, agarrando-se ao optimismo daquelas providencias finais. Um indefinivel sobresalto espertava a criadagem... Que diria o chefe da revolução? Trompowsky voltou com um recado dele: "não aceitava propostas, nem cedia.."

Deodoro já era outro homem. Quintino, Benjamin tinham vencido. Debatera-se, num grande conflito intimo, aterrorizado com a idéa do "velho" a descer, como um condenado, os degráos do trôno. Mas fôra aos poucos convencido, arrastado, guiado. Devéras, em 12 de Novembro já organizava Quintino a lista do novo governo. Para a Republica, portanto. Aprovára-a. Estava de acôrdo. Sabia, na manhã de 15, que montando a cavallo, desencadeava a sedição que extinguiria o reinado. Quando se tornára isto sem remedio, duvidava. Explodia, na generosidade do seu temperamento

emotivo, nevrosado pela doença aguda, da qual por momentos parecia libertar-se, como a fugir de uma agonia próxima para representar com violencia um drama póstumo — toda a carreira das armas em que se obedece, cumpre ordens, acata o regimen. Os fundadores de Estados devem ser homens robustos, de musculos sadios, cabeça ardente. Ele despedia-se da vida. Exatamente como D. Pedro II. Porque não se aguardaria o epilogo natural, quando a morte se antecipasse, á impaciencia dos republicanos?... Era tarde. Metido no turbilhão dos fátos, não poderia mais o marechal desvia-los, e ir ao Paço entregar ao Imperador a espada rebelde. Talvez não lhe obedecessem; estava, pelos companheiros, reconhecido chefe do governo provisorio; Quintino precipitára-se, annunciando na rua do Ouvidor, a Republica; Patrocínio hasteára-lhe a bandeira na Camara Municipal; não se faz correr para traz um rio...

Em volta do palacio, a noite era plácida.

Longe, no meio do golfo, pequenas luzes oscilantes indicavam que a armada vélara. Se os navios de guerra rompessem o seu silencio? Ninguem ousava definir um pensamento de violencia, de ação, de resistencia. Esmagava-os o estoicismo do Imperador. Fulminaria com o seu olhar profundo e triste quem ali falasse em luta.

Quando a claridade da manhã banhou os aposentos do Paço, o conde d'Eu, que não mudára de roupa, pedia jornais.

Déram-lhe a impressão real dos acontecimentos. Formára-se um governo provisorio, no Quartel General. Tinha sido proclamada a Republica. Estava extinto o Imperio do Brasil.

Às 9 horas, cordões de sentinelas isolaram o edificio. Piquetes de cavalaria, de espadas desembainhadas, cruzaram a praça. Os soldados, na boca das ruas,

impediam o transito. Atraz das baionetas, surgiam, curiosas e aflitas, fisionomias veneraveis. Saraiva, Paulino de Souza, Corrêa, o ministro chileno, não pudéram passar. Suas Majestades eram prisioneiros de Estado.

O almirante Tamandaré disséra ao Imperador palavras confidenciais, que o não decidiram. Talvez lhe dissesse: Ha a marinha, senhor! O velho lobo do mar fremia de impetos absurdos. Acompanhára o reinado, absorvera-o na sua vida balouçada no tombadilho das corvetas. Pensara morrer espiando de sua janela o pavilhão imperial a tremer nos mastros do “Riachuelo”... Mas o Imperador fôra peremptorio: Não consentiria que se derramasse sangue brasileiro...

Essa resignação estarrecia, comovia, debilitava: ele parecia só ter agora uma preocupação, que era a de manter elevada a cabeça toda branca. Curvava-a, ás vezes: mas para lêr um livro, que lhe caía sob as vistas.

Assim o tempo correu.

Ás 3 horas, em grande uniforme, apresentou-se o major Solon. Era um dos exaltados republicanos. Empunhava um officio, que queria entregar em mão propria. O Imperador fixou-o, e o official principiou:

— Trago a Vossa Excelencia...

A fisionomia de D. Pedro II — que jamais fôra tratado de Excelencia, até aquella data — não traduziu surpresa ou magoa. Dir-se-ia, ao contrario, que estudava a emoção do portador, estampada na sua palidez, nos labios que tremiam... Solon perturbou-se, quiz emendar-se:

— Trago a vossa alteza...

Aquilo soon-lhe mal. Estrangulou-se-lhe a palavra na garganta. Reprimiu o embaraço; e deu-se por vencido, dizendo:

— Trago a Vossa Majestade esta mensagem do governo provisorio...

O Imperador desdobrou o papel. Comunicava-se-lhe que, proclamada a Republica, a familia imperial devia deixar o territorio brasileiro, com as devidas garantias e facilidades para uma decorosa installação no estrangeiro, esperando o novo governo que o filho imitaria o pae, na maneira por que este abandonou o país em 7 de Abril de 1831.

D. Pedro II levantou-se. Chamou Franklin Dorea, barão de Loreto; disse-lhe que a Republica o desterava, e á filha, e aos netos. Ia responder, submetendo-se, para que a sua presença não causasse ao Brasil as desgraças da revolução... A Imperatriz, neste momento cientificada de que fôra dada a ordem do embarque, para o exilio, para a morte certamente, no inverno da Europa — deixou-se abater numa cadeira. A princeza Isabel não conteve mais o pranto. — Seus filhos, sua casa, a terra adorada... — Insensivel ao desespero das senhoras, o Imperador sentou-se á ponta da mēsa, tomou de uma pena, começou a escrever. Não poude. Preferiu ditar a Loreto, em cuja letra foi a resposta; era breve, lancinante:

“Á vista da intimação escrita, que me foi entregue hoje ás 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao imperio das circumstancias, partir, com toda a minha familia, para a Europa, amanhã, deixando esta patria, de nós estremecida, á qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amôr e dedicação, durante quasi meio seculo, em que desempenhei o cargo de chefe de Estado. Ausentando-me, pois, eu com todas as pessoas da minha familia, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade”.

Assinou: D. Pedro de Alcantara.

Como assinára, seu pae, na madrugada de 7 de Abril.

D. Isabel, o conde d'Eu, escreveram tambem as suas despedidas.

E os recursos? De que viveria no ostracismo o soberano deposto? Como, onde seria o embarque?

O Imperador não se queixou uma só vez. Não se referiu aos corteços auscentes, aos que o expulsavam, ao incerto futuro em estranhas paragens. Se lhe lembrassem o dinheiro, de que necessitaria na Europa, mostraria um espanto ingénuo: precisava mais de seus livros... — Que queria de S. Cristovão? — Meditou; ponderou; depois rabiscou um bilhete, para o barão de Ramiz Galvão. Que lhe mandasse um exemplar dos *Lusiadas*, que em 1845 lhe déra o senador Mafra, exemplar da primeira edição, que tinha o autografo precioso: “Luiz de Camões seu dono”. Consolar-sc-ia, com esse velho amigo — Camões e o poema — na viagem tenebrosa...

Não lhe disseram que no torvelinho das noticias, na substituição das guardas, no alvoroço da occupação, por gente estranha, da Quinta Imperial, um velho criado preto caíra fulminado pela síncope cardiaca... Para que o mortificarem com outros pezares? Verdade que, o mensageiro que foi buscar o livro, poderia trazer-lhe o seu pobre Rafael. Teria ele uma consolação suprema, ao abraçar, na desgraça, o amo que carregára aos hombros, na infancia, quando, pelas alamedas da chácara, o solido criado negro servia de montaria para o pequenino orfão... Rafael, ultimamente doente, octogenario, bom gigante de ebano com a cabeça mais alva que um capulho de algodão, lá se perdêra, na confusão e na perplexidade, daquelas horas de pandemonio... D. Pedro II não perguntava por ninguem. Contentava-se com as pessôas que lhe falavam: Tamandaré, iracundo e azêdo, o visconde de Nogueira da

Gama, seu mordomo, estatua da dedicação na simplicidade digna dos seus gestos, o filho deste, Dr. José Calmon, os Loreto, os Muritiba, o visconde da Penha, Pandiá Calogeras, Miranda Reis, Algezur, Invinhema, o major Lassance, o inseparavel Mota Maia... Se chamasse pelo antigo servo, lhe diriam: Senhor, se aqui não está, é porque morreu... Caíra como viveu: despercebidamente. Talvez com a ilusão de levar para o céu, como S. Cristovão, nas espaduas hercúleas, o loiro menino que D. Pedro I lhe confiára...

Escreveu procurações, um esboço de proclamação aos brasileiros, bilhetes...

A noite de 16 de Novembro foi mais cruel. Os febris preparativos da partida prolongavam pelo casarão isolado os ecos daquela consternação que derreára, prostrara o pessoal de servir, damas e fidalgos que tinham officio ali. Trepidava no ar um soluço de angustia. As malas eram feitas ás pressas, como n'um vapor que encalhou, o donde todos têm de sair logo. A princeza acabaria esquecendo, numa gaveta, o seu rico colar de perolas. Através dos vidros das janelas se via, em baixo, o cordão de sentinelas. Ás 2 e meia da madrugada, chegou o coronel Mallet. Devia conduzir respeitosamente a familia imperial para bordo da "Parnaíba". O Imperador surgiu-lhe por diante, de casaca, chapéo alto na mão, um tanto excitado:

— Que é isto? Então vou embarcar a esta hora da noite?

— O governo pede... — excusou-se o official.

— Que governo? — O da Republica.

E quando Mallet disse que Deodoro era o generallissimo, exclamou: — Estão todos malucos!

Principiava a irritar-se. Cançara-se da longa indiferença. Doía-lhe esse excesso de cautela:

— Não sou negro fugido. Não embarco a esta hora. Mallet, com a mesma cortezia, explicou: temiam-se manifestações...

— Que manifestações?

A voz do Imperador tornára-se metálica, áspera. Um instante, viu o coronel a situação perdida. Se teimasse, resistisse, preferisse aguardar, no palácio, que os militares mudassem de intenção, rebentaria a desordem... O almirante Jaceguai interveiu então. Fôra antes preso, como suspeito de reacionário. A velhice de Tamandaré deixára tranquila a armada; Jaceguai poderia levanta-la. De fato, não se animaria a isto, sem a aprovação do Imperador: este, não lhe permitiria. Disse:

— Não, meu senhor. Vossa Majestade deve embarcar. Realmente, temem-se manifestações desagradáveis, dos estudantes.

— Quem faz caso de estudantes? — replicou, deixando-se entretanto convencer. Como uma cena preparada, para armar ao efeito, espoucaram tiros, lá fóra. Solon acabava de deter marinheiros, que davam vivas ao Imperador. Entrou o alferes França, com o decreto, que concedia a D. Pedro II, para condigna permanência na Europa, 5 mil contos de réis. Mallet não deixou que entregasse ali o documento. Queria abreviar ou contornar o patético, do embarque. A imperatriz pendurára-se do braço do esposo. Desceram, de vagar, a escadaria. Entre dentes, remoendo a sua indignação, o Imperador continuava a protestar: Não embarco, não embarco a esta hora, como negro fugido.

A idéa do “negro fugido” acudia-lhe, como uma das visões do cativciro, cuja abolição teatral causára aquilo. Sempre protegera negros fugidos... Á porta, esperava o carro que trouxera Mallet. Apesar de ser tão curtó o trajéto, para o caes defronte, entraram nele

o imperador, a imperatriz, a filha, o genro, o príncipe Pedro Augusto — em cujo rosto se desenhava um vago desmando nervoso — e o coronel. A pé, um cortejo de senhoras, de personagens, desfilou na sombra. Tamandaré exaltara-se: embarcaria, com o Imperador. Acompanhá-lo em outras, brilhantes viagens: não o largaria na derradeira. Na escuridão, lucilavam as lanternas das embarcações. A escada de pedra descia até o mar, que arfava, levemente picado, fazendo bater, com pancadas regulares, como um malho na rocha, a lancha ajoujada á argola, de encontro ao paredão. Acomodaram-se no barco. Rompeu este a tréva — e as aguas agitadas. Custou-se a achar, entre tantos navios ancorados, a “Parnaíba”. Foi um momento terrível, quando a lancha tocou na ponta da escada de bordo, e a segurou a mão firme de Mallet. Exigia-se agilidade moça, para saltar. Alumiava tenuemente o escada a luzerna, que pintava de vermelho cabeças ansiosas, de marinheiros, espreitando a noite. O Imperador hesitou. O seu pezado corpo, as pernas debeis, o gesto frõuxo, como que o precipitavam, para diante, para o vacuo, para o espaço aberto entre a lancha e o costado. Um passo em falso, seria a quéda, no abismo. Pensou Mallet (confessaria) em atirar-se ao mar, caso tombasse o Imperador. Não sobreviveria á suspeita, de o ter afogado! Uma onda sacudiu a pequena embarcação sobre os degrãos suspensos: D. Pedro II, impellido pelo coronel, ajudado por um marujo, conseguiu agarrar-se á corda, apoiar o pé, equilibrar-se. Estava salvo. Tamandaré conduziu a Imperatriz. Todos subiram. O comandante Serrano assumiu o comando da fragata. A ordem era leva-la á ilha Grande, onde fundeava o “Alagoas”: nesse paquete seguiriam para o exilio.

A manhã surgiu, limpida e fresca, com a “Parnaíba” em lenta marcha, para o meio da baía. Mas não

podia sair, sem o rancho: almoçou-se ás 3 horas da tarde. Depois, franqueando a barra, rumou — num dia magnifico — para a ilha Grande. Revezaram-se, na camara do comandantê, unico sitio proprio para o repouso, a imperatriz, a princeza, D. Pedro Augusto que proferia frases desconexas, prêsa de uma crescente intranquilidade, dominado por um pavôr incongruente. O Imperador immobilizára-se num banco, fitando a costa, as penedias coroadas de arvorêdo, o recôrte da terra brasileira marginada de praias brancas. Uma suave insensibilidade chumbava-o áquela contemplação, em que se misturavam reminiscencias, melancolia, saudade, indulgencia. Governára esse grande Imperio tanto tempo, que não se lembrava de quando — apenas principe — lhe chamavam Alteza. Vira-o crescer. Cresceram juntos. Envelhecera ele; podia morrer. Mas o país era cada vez mais jóven, mais trepidante, mais imprevisto. E que linda paizagem! Concordavam, a imperatriz, D. Isabel, o conde d'Eu: mais lhe amargava o abandono da terra querida. Ali tinham nascido, pae e filha; tinham sido felizes, Tereza Cristina, Gaston d'Orléans. Ficára-lhes, entre arvores, o lar, onde lhes corrêra a mocidade, e todos os seus amôres se guardavam, na lembrança das quadras pacificas. A Imperatriz chegára a fazer uma proposta, timidamente, com a meiguice d'um pedido: Se permitissem que fossem morar em Petropolis, caladinhos, dous velhos a esperarem que a sua hora chegasse, do descanso final?... Temia pela saúde do Imperador. Esquecia-se dela mesma. Resistiria ele aos frios da Europa, em Dezembro? E não lhe apressaria a morte, a dôr do banimento, sem direito de regressar, nunca mais?

D. Pedro II tinha os olhos enxutos, a face serena, descolorida, retratando mais fadiga, das duas noites indormidas, do que emoção: e murmurava, que era bo-

nita a terra, e não havia cousa mais formosa do que essa costa do Brasil, banhada de sol, na sua perene primavera...

Despediu-se do comandante da “Parnaíba”, dizendo: “Meu maior desejo é, ao chegar á Europa, saber que não houve derramamento de sangue e que o Brasil continúa feliz”.

O transbordo, para o “Alagoas”, assegurava uma travessia cómoda, decente.

O comandante José Maria Pessôa captara a confiança do conde d’Eu, na viagem ao norte. Mostrou uma gentileza de moço-fidalgo. Á meia noite, o vapôr, de marcha segura, largou ferros. Pela manhã, o “Riachuelo” lhe seguiu na esteira. Trocaram sinais. A ordem era acompanhá-lo até fóra das aguas territoriais.

Aquilo retardou a viagem.

O navio de guerra não tinha velocidade, e D. Pedro II tinha prêssa.

Estranhou, que se quizesse demorar um rei exilado, para te-lo sob os canhões d’um couraçado, que o escoltava.

Chamou o comandante:

— Diga a esse moço, que vem a bordo, que se o “Riachuelo” é honraria, eu dispenso; se quer dizer receio, eu não quero voltar. O Brasil não me quer, vou-me embora”.

Sómente ao norte da Bahia, cessou o acompanhamento.

Suspeitava-se de um ato desesperado: que o Imperador desembarcasse n’alguma cidade onde a Republica não tivesse deitado raizes.

Não o conheciam! Desembarcaria de casaca, chapéo alto, querendo vêr escolas — se o recebessem, com

as honras de estilo: do contrario, "iria embora". Desabafou mais tarde, com Ouro Preto: Afinal era livre, podia viajar... Essa idéa, da libertação, pela renuncia, já entremostrada na correspondencia com o conde de Gobineau: era um mixto de orgulho ferido, de paciencia cristã, de revolta intima. Que fôra, todo aquele tempo, senão um funcionario publico agrilhado á sua banca, calcêta do Estado, que tudo lhe déra?... Nunca lhe passou pela mente burlar a vigilancia dos carcereiros. Faltara-lhe a suprema provação, de um desterro pobre: esgotava a taça, e não censurava ninguém. Continuava imperturbavel, na sua tolerancia mansa, de quem se não espantava da ingratição ou do esquecimento, indispensaveis á imperfeição humana. Rebouças ouviu-lhe estas palavras do cantico: "Nunc demittis servum tuum, Domine, secundum verbum tuum in pace". Com as largas barbas alvas esvoaçando ao vento, o queixume mais parecido o tornava com um rei biblico, fulminado na velhice imprudente, pela ira do Senhôr. Revestia-se entretanto, essa consolação secreta, de uma simplicidade amena.

Foi loquaz á mesa, curioso e penetrante nas palestras, calmo e discrêto nos comentarios: sobretudo um nome não lhe saiu nunca da boca, durante toda a travessia: o de Deodoro. Fingia não lhe interessar, o ocorrido... Retirara-se do Brasil como um empregado, que se aposenta, deixa a sua secretaria. Com saudade dela; e um grande cansaço...

Tremulava á pôpa uma bandeira estranha: era a do club republicano de Lopes Trovão, com listas verdes e amarelas, precipitada substituição da bandeira imperial.

O "Alagoas" fundeou em S. Vicente a 1.º de Dezembro. Naquella estação oceanica as noticias se cru-

zaram: telegrama de Lisboa, del-rei que oferecia um dos seus paços para a hospedagem dos banidos, do governo da Republica, ordenando que enquanto se conservasse a bordo do Imperador o pavilhão do Imperio fosse içado no mastro grande; sobretudo a vizinhança do vapor "Montevidéo", onde viajavam, para o mesmo exilio, Ouro Preto e a familia. As autoridades ignoravam a mudança de regimen no Brasil e receberam o Imperador com as salvas da ordenança. Mas a saúde do porto impedira que os passageiros do "Montevidéo" desembarcassem. A carta do visconde, respondeu D. Pedro II com outra, que Loreto lhe levou, e continha esta frase: "Console-se, como eu, procurando servir o Brasil em qualquer parte do mundo".

Preocupava-o o decreto do governo provisório, que lhe abonara os 5 mil contos. Não tivera tempo para recusar formalmente. Temia, porém, que por amor dele, seus procuradores recebessem aquele auxilio. Fez telegrafar (foi o comandante do "Alagoas" que emprestou ao conde d'Eu a importancia necessaria para pagar o despacho, em que o Imperador recusava os 5 mil contos) e escreveu, a Nogucira da Gama: que nada aceitasse, e restituisse qualquer quantia que o governo quizesse mandar-lhe... Devia, além disso, publicar esta ordem.

Aliviava o espirito de uma inquietação torturante: tivera sempre dinheiro para dar; não precisaria agora, para gastar... Podia, a 2 de Dezembro, festejar quasi alegremente o 64.º aniversario.

A pequena sociedade do "Alagoas" era completada pelos casais de Loreto e Muritiba, pela octogenária viscondessa de Fonseca Costa, muito branca, diminuta e viva, dama da imperatriz ha quarenta anos; Fritz Scybold, André Rebouças.

Franklin Dórea dedicou á data um soneto:

E a Família, e os amigos, com transporte
Saúdam hoje em ti o Varão forte,
Qu'inda fóra do trono é sempre grande.

Organizou-se uma poliantéa, com a colaboração de todos.

À noite, a princeza brindou o Paé.

Respondeu:

— Menina! Ouça meu brinde: Á prosperidade do Brasil!

Anotou Rebouças, no seu diário: “Jamais pronunciam as frases: Meu trono, meu reino... meu império...” Sim: “Que saudades do Brasil tão bonito... de Petropolis, de minha casa, do meu jardim, de minhas amigas”.

No meio dessa serenidade, flamejava o delirio do principe D. Pedro Augusto. Agravára-se-lhe a agitação com uma febre cerebral; um terror espantoso fizera-o agressivo, absurdo, perigoso; tiveram de parafusar-lhe a escotilha, para que não se lançasse ao mar; dous tripulantes vigiavam-no, como a um doido; obscurecêra-se, sem remedio, aquela peregrina e dôce intelligencia... A fatalidade escolhêra, entre tão diversos temperamentos, a sua vitima. O fragôr de um sistema social que desaba enlouquecêra apenas um rapaz. A propria Imperatriz, cardiaca e definhada, parecia reanimada, revestida de impavidez, conformada com o seu infortunio: ouviram-lhe uma referencia a Maximiliano, do Mexico, e este suspiro:

— Podia ter sido peor!

Era, porém, o espirito a iludir o coração: a segunda vitima, seria ela,

XXXVIII

A SEGUNDA VÍTIMA

Em 7 de Dezembro, o “Alagoas” entrou o Tejo com a bandeira imperial drapejando no mastro, entre fortalezas que saudavam, com os tiros da pragmática, o rei caído. Mal arreiou ferros, investiram-no visitantes ávidos de homenagear, abraçar, revêr o Imperador. Os aristocratas, os “brasileiros”, á frente deles o barão de Penedo, os jornalistas, arfavam de consternação, de espantos políticos, de curiosidade e pena. Esharraram, porém, diante da impassível fisionomia de D. Pedro II que perguntava pelos amigos, sorria aos cumprimentos, parecia alheio áquela revolução, aos seus écos que assim retumbavam na Europa.

Um reporter foi dirêto ao assunto melindroso:

— Publicaria um manifesto?...

-- Para que! O Manifesto é a minha pessoa, emquanto viver.

— E se os brasileiros reconsiderassem, e o chamassem?

— Se me chamassem iria, por que não?

O ministro do Brasil, barão de Aguiar de Andrada, queria renunciar nas suas mãos o cargo. Dissuadiu-o:

não tinha poderes para exonerar ninguém. Evidentemente, fugia ao comentario, do que acontecera: alguém, delicadamente, falou do teatro de S. Carlos, da opera de Verdi... Pegou o tema, como uma saída: e discorreu sobre "Lo Schiavo", de Carlos Gomes, elogiou uma passagem da "Tosca", aludiu á Tetrizzini. E voltando-se para o barão de Marajó: Continuava a estudar ciencias naturais? Disse que sim; mas preferia a geologia, que excitava a imaginação. Reprovou: "Isto é que é máo". Passou adiante: a Luiz Guimarães Junior e Jayme Victor, louvou os versos; com Brito Aranha e Tomaz de Carvalho tratou da Academia Real das Ciencias; achou que o metodo de leitura de João de Deus era superior ao de Castilho. Interrompeu-se, quando lhe afirmaram:

— O Governo Provisorio soube prestar homenagem ás virtudes de Vossa Majestade.

Talvez se referissem ao decreto de 19 de Novembro, considerando pensionistas do Tesouro os necessitados e enfermos, viúvas e orfãos sustentados pelas esmolas do Imperador.

Conveiu: — Não nos tratou mal, não.

Perguntaram á Imperatriz pelas chaves da bagagem. E ela, dôcemente:

— Chaves das malas? Como saber de chaves, ou se estão trancadas, nas condições em que saímos?

Um invencível, subtil pudôr em referir-se aos fatos do Brasil, afastava as inconveniencias, continha a indiscreção. Logo todos se enfileiraram. A galeota real encostára: e surgiu, fardado de almirante, loiro, jóven, gordo, com o seu ar sadio e pacifico de Coburgo, el-rei D. Carlos I. Oliveira Lima viu-lhe no rosto um grande enfado... Aproximavam-se as festas da coroação; e o tio deposto não devia estar alegre!

O Imperador recusára a hospedagem oficial. Iria para o "Hotel Bragança". Dispensou o esquadrão de lanceiros, que se lhe designára, para sua escolta. Queria beijar a mão, no Paço de Belem, ás Sras. rainhas. Antes, entretanto, passaria por S. Vicente de Fóra, para ajoelhar-se junto do tumulo de seu pae.

A aversão ao patético, ou a dissimulação do sentimentalismo, não lhe disfarçava sempre a comoção. Orou na cripta dos reis, com a fronte inclinada, diante do esquite de D. Pedro I: era como se comparecesse perante o pae, e sussurrasse, que reconhecia a grande dôr cujo segredo ele levára para a sepultura, agora que a sofria tambem... Levantou-se, de olhos sêcos. Após a visita a D. Maria Pia e D. Amelia meteu-se no hotel. Já no dia immediato, ia com Loreto reverenciar Alexandre Herculano, no seu jazigo manoelino dos Jeronimos; voltou a correr estabelecimentos pios e collegios; inspecionou a Escola Politécnica, entre alas de estudantes que lhe batiam palmas: movia-se, excitava-se, distraía-se, contente porque não o achavam mudado, agora que o seu "incognito" se complicára com a veneração que a desgraça impõe, e que os jovens escritôres não mais se riam de sua malêta e do seu guarda-chuva.

Apenas não se demoraria ali.

Breve coroa-se o rei, e excusára-se de participar da festa. Tinha de ocultar o seu apetite de paz, de isolamento, n'algum silencioso recanto do Mediterraneo. Mandou dar aos pobres, por um habito que não pudéra esquecer, o dinheiro disponivel: 160 mil-réis.

No dia 14, chegára Ouro Preto. Afinal, podia falar das cousas da pátria. "Nem a mais leve palavra amarga, nenhuma queixa ou recriminação". Apenas a Imperatriz não se continha:

— Mas que mal fizemos nós áquela gente para nos tratarem assim!... Não imaginam como foi cruel o meu embarque alta noite e na Ilha Grande...

Sobre o manifesto incisivo, que o visconde escreveu em Tenerife, observou o Imperador:

— Já li o seu trabalho. Está muito completo e claro. Achei-o excelente, menos num ponto.

— Qual, senhor?

— Não me pareceu muito justo a respeito do Maracajú.

Explicou:

— Repugna-me acreditar tivesse havido traição da parte de certas personagens, como aliás circunstancias inexplicaveis autorizariam a desconfiar... Não sei definir... Traição consciente e premeditada, não! Trair afigura-se-me cousa mui difficil; deve exigir extraordinario esforço. E trata-se, demais, de homens com honrosos precedentes e serviços ao país. O senhor, em todo caso, exprimiu a verdade; cumpriu o seu dever.

Continuava a ser tolerante, logico, equânime. Não tratava os assuntos do angulo do seu direito, mas pessoalmente, como fatos longinquos, individuos estranhos. Imbuira-se de um fatalismo filosofico: tinha de succeder...

As folhas estamparam um deploravel telegrama do Rio, o decreto de 21 de Dezembro, que determinava o banimento da familia imperial, extinguiu-lhe as dotações, revogava a doação dos 5 mil contos. Falou-se num movimento de portuguezes ricos, para arranjar-se um peculio, de que ele vivesse. Mas, a 22 de Dezembro, partiu o Imperador para o Porto. Tinha vizivelmente préssa de deixar Portugal.

A Imperatriz sentia-se fraca. Os condes d'Eu foram para a Espanha, ao encontro dos Montpensier.

D. Pedro II recuperára a atiga robustez, perdera a noção dos seus achaques, sentia a necessidade de caminhar, de vêr, de ler. A propria veia literaria, esper-tára-se-lhe com as sensações pungentes do exilio. Á hora de embarcar, ainda escrevia. Foi para Camilo Castello Branco, esta carta:

“Bragança Hotel. Lisboa. Snr. Castello Branco, — Aí lhe mando o soneto hodierno. Se vale alguma cousa devo-lh’o. Espero que esteja melhor de suas dôres, e lembre-se que o amanhã é de Deus. — Hoje parto para a Lusa Athenas e depois para a cidade heroica. Daí sigo por Hespanha para Cannes. Dê-me sempre noticias suas e eu lhe comunicarei como pudér minhas impressões — creio que a palavra está legitimada — de região tão pitoresca. Lembranças a toda a sua familia. Seu afeiçoado D. Pedro d’Alcantara. Lisboa 22 de Dezembro de 1889”.

O soneto era um piedoso consôlo para o romancista, que cegára:

Não receie portanto do amanhã
 Quem do que vale deve ter consciencia.
 Do Eden não trago a cruel maçã,

Antes a saboreia, com impaciencia;
 Pois a mente possuindo sempre sã,
 Só lhe é transitoria esta existencia.

Os mãos versos pagavam uma conta velha. Camilo, em 1877, rompêra, em honra dele, um livro; retribuia-lhe, com uma poesia. E ambos se encontravam, em bem diferente condição!

Em 28 de Dezembro, no Porto, visitava o Imperador a bibliotéca publica quando foram chama-lo, que a Imperatriz, doente alguns dias, estava mal.

Depois do almoço, sentira-se mais indisposta. Levou a mão ao coração. Um medico! Foi atendida pelo Dr. Henrique Maia. Sua Majestade morria...

A baroneza de Japurá tomou-lhe as mãos frias. Ela sussurrou: “Maria Isabel, eu não morro de molestia; morro de dôr e de desgosto”!

Um padre!

“Sim, desejo bem receber a extrema unção, mas é preciso que o imperador ordene”.

“Que fez ela no mundo senão obedecer sempre, docil, obscura, resignada”? — comentou Ramalho Ortigão. Poudé ainda falar: “Sinto a ausencia de minha filha e de meus netos: não a posso abençoar pela ultima vez. Brasil, terra linda! não posso lá voltar...” O abade de Santo Ildefonso, Reverendissimo Moreira Freire, chegou a tempo; o Imperador, já a encontrou morta.

“...Que papel foi o seu senão o de viver no imperio como morreu no desterro, apartada de todo o movimento social, alheia a todo o impulso de civilização, como no desconforto, na nudez e na melancolia de um eterno quarto de estalagem?” — perguntou, nas “Farpas”, Ramalho.

A dôr do esposo não explodiu em desespero; concentrou-se numa majestosa, glacial nudez. Não queria que lhe surpreendessem o chôro comunicativo: poucas vezes teria chorado. Foi ás 8 horas da manhã seguinte que lhe entraram pelo quarto do hotel, vizinho da camara mortuaria, o visconde de Ouro Preto e Afonso Celso Junior. “Muito modesto o seu quarto: a um canto, cama desfeita; em frente um lavatorio comum; no centro larga mesa coberta de livros e papeis. Um sofá e algumas cadeiras completavam a mobilia. Os joelhos envoltos num cobertor ordinario, trajando velho

sobretudo, D. Pedro II lia, sentado á mesa, um grande livro, apoiando a cabeça na mão”. Abraçou em silencio os visitantes. Estava livido. E mostrando o livro: “Eis o que me consola...” A voz era sombria. Ouro Preto disse: “Vossa majestade é um espirito superior; achará em si mesmo a necessaria força...”

Uma pausa, que acentuava lugubrememente o tom do dialogo, deu-lhes a impressão das vertigens. Foi o Imperador que a interrompeu, para indicar o titulo do livro: era a “Divina Comedia”. Abriu-se-lhe de repente um clarão no espirito. A voz desatou-se-lhe, num fluxo de palavras eruditas: e falou “com estranha vivacidade”, do poema, do pensamento de Dante, dos seus simbolos, da sua beleza eterna. Ouro Preto e o filho ouviam-no constrictos. Parou. E descendo á terra:

— E não pensam em regressar ao Brasil?

— Estou banido, senhor.

— É exato... estamos... Não me lembrava. — E sorriu tristemente.

Dir-se-ia que precisava escapar, á emoção que lhe premia a alma. O Porto? Conheciam-no? — Discorreu sobre as suas curiosidades, os museus, as igrejas. Cauçava-se. Meia hora decorrêra. O visconde levantou-se.

Não aludira uma só vez á Imperatriz.

Baixou então a voz. Soergueu o braço. E disse:

— A camara mortuaria é aqui ao lado. Amanhã, ás 8 horas, ha missa de corpo presente.

Saíram. Afonso Celso narrou, com a fidelidade d'um testemunho: “Subimos. No corredor, verifiquei que o meu chapéo havia caído á entrada do aposento imperial. Voltei para apanha-lo. Pela porta entreaberta deparou-se-me tocantissima cêna. Ocultando o rosto com as mãos magras e palidas, o Imperador cho-

rava. Por entre os dedos, escorriam-lhe as lagrimas, deslisavam-lhe ao longo da barba branca e caíam sobre as estrofes de Dante. Não me pude conter. Rompi também em choro convulsivo. Sua Majestade descobriu a face, envolveu-me num indizível olhar, a um tempo de desconforto e de reconhecimento, fazendo com a mão, molhada de pranto, sentido gesto de adeus”.

Não faltaria quem escrevesse, exagerando o quadro de Ramalho, que o Imperador, casado sem amor, prisioneiro do devêr em quarenta e seis anos de convivência sem ternura, não sofrêra profundamente a perda da companheira. Corréto no casamento, na vida, no officio, dedicara-lhe as lagrimas protocolares, e abalára, para esconder a viuvez estoica n’alguma humilde cidade de França...

Ha, porém, o seu diário.

Acostumado a calar, perante os homens, confidenciaára a Deus a mágoa que se poluiria na publicidade — linfa secreta e plácida que lhe corria nas cavernas da consciencia... E o diário recolheu-lhe, como a uma confissão humilde e dolorida, as flôres mais belas que poderia ter recebido, no seu esquite de chumbo, aquela neta dos reis esplendidos:

“Não sei como escrevo. Morreu haverá meia hora a Imperatriz, essa santa! Tinha ido á Academia de Belas Artes. Ao sair foi chamar-me o Rebello, que a Imperatriz tinha tido uma sincope. Já achei o prior da freguezia, que lhe acudira com os officios extremos da Igreja. Ninguém imagina a minha afflicção. Sómente choro a felicidade perdida de 46 anos. Nada mais posso dizer. Custa-me a escrever, mas preciso não succumbir. Não sei o que farei agora. Só o estudo me consolará de minha dôr. Custa-me a crêr. Sempre desejei precede-la na morte. Abriu-se na minha vida

um vacuo, que não sei como preencher. Que me tarda abraçar minha filha! Se pudésse desafogar minha dôr! Nada pôde exprimir quanto perdi! Que noite vou passar! Dizem que o tempo tudo desfaz. Mas poderei viver tempo igual ao da minha felicidade? Não, não posso crer que meus patricios talvez concorressem para a morte de quem verdadeiramente mais amei. Foi uma crueldade, e eu a causa por me ter dado quasi 50 anos de venturas! Quanto deverei mitigar com lagrimas essa ultima dôr que ela quiz compartilhar. Ninguém sabe como era bôa, e sofria mais pelos outros do que por si. Como sua madrinha, a rainha de Savoia, merece ser santificada. Se ainda exprimo o que sinto é porque a conheceram e quero que me façam justiça. Estou certo de que no Brasil sentirão como eu. Quero ler; não posso... Que fez ela para sofrer por mim? Tomara que chegue minha filha”.

Á medida que o lapis corria no papel e as lagrimas pelo rosto, era um singelo e soturno officio funebre que cantava em louvôr da querida morta.

Sentia vontade de tombar de joelhos.

Porque a conduziriam para um tumulo?

Merecia, como sua madrinha, a rainha de Savoia, um altar!

BIBLIOGRAFIA DO CAPITULO:

Mucio Teixeira, *O Imperador visto de perto*, Rio 1917.

Manoel A. Velho de Motta Maia, *O Conde de Motta Maia*, Rio 1937.

Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*, Rio 1913.

Alberto Rangel, *O Conde d'Eu*, S. Paulo 1936.

Affonso Celso, *O Imperador no exilio*, 2ª. edição aumentada.

Heitor Lyra, capitulos do seu livro sobre *D. Pedro II*, publicados no *Jornal do Commercio*.

Affonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, Porto Alegre 1936.

José Julio Silveira Martins, *Silveira Martins*, Rio 1929.

Paulo José Pires Brandão, *Vultos do meu caminho*, Rio 1935.

Visconde de Taunay, *Reminiscencias*, 2.^a edição.

Visconde de Taunay, *D. Pedro II*, S. Paulo 1933.

Silva Costa, artigo no "*Jornal do Brasil*", de 24 de Julho de 1920 (nota do Imperador ao livro "*A Phase adventicia*").

Oliveira Lima, *Memorias*, Rio 1937.

— Em relação aos belos "*sonetos do Exilio*", de contestada autoria, por não fazerem falta á compreensão do texto, não os citamos. E' certo que não nos convenceram os argumentos de Medeiros e Albuquerque, na critica em que lhes negou a imperial procedencia. Preferimos ficar com os elementos puramente históricos.

XXXIX

SOL PÔSTO

O Imperador viu-se no Porto sem recursos, siquér para as despesas do transporte do feretro de Tereza Cristina, do hotel, das suas inevitaveis esmolas.

O conde d'Eu resumiu-lhe a penuria, escrevendo então a Nemours: "Pour ce qui est de la situation financière, elle est en ce moment réduite à zéro..."

O consul Rebello, a quem Motta Maia expoz todo aquele embaraço, lembrou-se do visconde de Alvares Machado, rico e digno portuguez que fizera no Brasil a opulencia, e se sentiria honrado, ajudando com um emprestimo a D. Pedro II.

Avisado pelo consul, Alvares Machado precipitou-se para o hotel, a oferecer quanto necessitasse Sua Magestade. O medico declarou-lhe que 20 contos fortes bastavam. Seria reembolsado com o produto da venda, no Rio, dos havêres imperiais, quando os procuradores, o visconde de Nogueira da Gama, seu filho José Calmon, e o conselheiro Silva Costa, conseguissem liquida-los. Referia-se aos moveis, aos objéto de S. Cristovão. A preciosa bibliotéca, de 60 mil volumes, esta o Imperador dava ao Brasil. Bemfazejo milionario! Os seus vinte contos obstaram a que fôsse Motta Maia bater a

algum banco, publicando-se infalivelmente a deploravel noticia, de que um soberano recorria a penhõres, afim de trasladar o corpo de sua Imperatriz, com o necessario decõro, para o panteon de S. Vicente; e permitiram que a viagem, para o sul da França, se fizesse em ordem.

Até Julho de 1890, quando novamente se achou sem vintem, recebeu do Brasil sómente 2.200 libras, da lista civil que se lhe devia.

Motta Maia, Algezur, os intimos, alarmavam-se com o incerto, melancólico futuro. Parecia ele insensível a essas apreensões. Como nunca levára dinheiro nos bolsos, pouca falta lhe fazia agora. Dir-se-ia que contava os dias de vida pelas economias restantes. Não pensava durar muito. Além disso, o espirito fatigado enevoava-se, de uma lenta e macia penumbra: seria o que Deus quizesse!

Em Abril, em Cannes, no hotel Beau Séjour, adoeceu gravemente.

Acorreu Charcot. Era a enfermidade de Milão, entretanto atenuada: "cette fois, à Cannes, il s'agissait surtout du surménage moral, si je puis ainsi parler, et il suffit de se remettre en mémoire les tristes et douloureux événements survenus quelques mois auparavant, pour comprendre..." Queixava-se da fraqueza de pernas, da apatia, da sômolencia, com um permanente desejo de deitar-se, "a memoria perfeita, sempre presente, essa memoria admiravel, cujo poder tantas vezes tivemos occasião de verificar". Restabeleceu-se com lentidão. Recebia muitas cartas, de seus amigos europeus; as do Brasil, escassas, penosas, remexendo saudades, que punham. Alphonse Karr, pouco tempo antes de morrer, escreveu-lhe pedindo permissão para vê-lo, em Cannes: "L'ingratitude et la trahison n'ont

pu que vous sacrer d'une seconde majesté..." Abrindo um dia o jornal, leu aí a noticia, não da vinda, porém do falecimento do escritor. Logo depois, anunciava a fôlha o leilão de sua bibliotéca, em Nice.

Chamou Motta Maia.

— Quanto pôde çustar tudo isto? — perguntou, falando do anuncio. Não era o Karr um erudito, nem um bibliofilo. Deve ser uma biblioteca escolhida e modesta. Quero adquiri-la.

O medico não pestanejou. Temeu sacudir os nervos doentes do Imperador, dizendo que qualquer despesa extraordinaria comprometeria o rigoroso equilibrio financeiro, a que estavam obrigados. Foi para Nice; arrematou, por 8 mil francos, a livraria; e naturalmente porque outra não era a intenção do amo, ofereceu-a ali mesmo á viuva de Alphonse Karr. Esta escolheu uma coleção de obras de Santa Tereza de Jesus e mandou-a ao imperial bemfeitor.

Decididamente — pensou Motta Maia — Sua Majestade se iludia, sobre as suas finanças. Devia falar-lhe com clareza, para que brandamente se ajustasse a elas. Não podiam gastar; tinham de recorrer a novas bolsas; havia o hotel... Emquanto se pensava em contrair um emprestimo — com Rothschild, Taunay, no Rio, procurava o conselheiro Dantas, para ver se conseguia um adiantamento no Banco do Brasil... Preparou o pequeno discurso; e disse-o, geitosamente, num tom convincente, passeando os dous ao longo da costa, donde se via, côr de anil, o Mediterraneo adormecido.

— Em conclusão...

— Em conclusão, senhor, é preciso que Vossa Majestade, ao menos por emquanto, ponha côbro á sua liberalidade, e não repita o que acaba de fazer...

D. Pedro II estacou:

— Meu caro Motta Maia, agradeço a franqueza de sua advertencia. Ela, comtudo, não me surpreende. Já o sabia. Tenho pensado bastante sobre o caso, e tomei uma resolução. Quero acolher-me a um convento e acabar como Carlos V. Veja se me acha algum que me receba. Faço questão de uma cousa: que os frades sejam ledôres, e tenham uma bôa bibliotéca... Só me pesa o ter de me separar de alguns poucos amigos, e entre eles de você, que vae me fazer muita falta.

— Senhor, Vossa Majestade não deve pôr em duvida, que para onde quer que vá, fielmente será por mim acompanhado.

— Tinha disto certeza, mas desejava o prazer de ouvi-lo de sua boca.

Estreitaram-se as mãos. E continuaram, mudos, o seu passeio pezaroso. Os pés tropeçavam naquela terra estrangeira, mas o pensamento voára para o Brasil...

Em 12 de Julho, escrevia ao visconde de Taunay: "Vou passando bem, e com proveito para os meus estudos linguisticos e historicos. Passeio por estes logares lindissimos; falta-me porém a sociedade que mais me agrada. Breve irei para Baden-Baden por causa de meu tratamento de duchas e de ginastica..." A luz crúa, do verão meridional, varria desânimos e dôres. A natureza banhada de sol fazia-lhe lembrar o velho Felix Taunay doido pela botanica... "Nunca me esquecerei do que devo a seu pae". Nenhuma palavra de negocios, de politica, de revolta: "Reenvio-lhe o seu folheto sobre o Paraná anotado por mim..."

A princeza quiz que o pae fosse fortalecer em Paris a saúde convalescente. Lá hospedou-se com o conde de Nioac. Esqueceu depressa as religiosas intenções de Cannes: e saíu a visitar academias, museus, institutos, congressos, disputado pelos seus sábios ami-

gos de outr'ora. Aquilo retemperava-lhe a alma. Voltára á sua vocação, de professor em férias. Corresponhia-se com Theodore Reinach, Sully Proudhome, Quatrefages, Maxime du Camp, Jules Simon. Comunicára a Sully Proudhome o seu projéto, de traduzir Lucrecio: em Abril de 90, o poeta o estimulára, falando da "precisão e gosto dum espirito científico e literario", capaz de entender o latino. E em Julho, agradecendo o pedido de um livro de poesia: "Puisse ce culte... adoucir... le double veuvage de la compagnie auguste et de la patrie sacrée".

Aturdiu-se.

Dez mezes tinham passado.

Inqueriu uma vez, a Afonso Celso:

— Terá por acaso, o senhor, publicações recentes do Brasil? — Queria ler as novidades, pôr-se em dia com a literatura...

Respondeu o filho de Ouro Preto, que nada de importante se publicára depois da revolução.

— Admira. A mudança poderia acrescentar esta vantagem ao menos: estimular as imaginações, acoroçoar as produções literarias, rasgando-lhes horizontes... Ha de vir, ha de vir. — E positivo: O Brasil será forçosamente o herdeiro, o representante, o continuador das glorias da raça latina sobre o orbe.

E largou a correr o hospital Bichat, seguido — numa manhã de chuva — por professores, internos, estudantes...

Jantava uma vez com Renan, Nioac, Eduardo Prado, Ferreira Vianna. Falou-se da restauração. Os olhos do Imperador interrogaram a Vianna, que respondeu:

— Acredito; tanto que peço desde já a Vossa Magestade que se comprometa a fazer-me uma graça nesse dia.

Qual? — O decreto do meu banimento... para não assistir a novos adesismos!

Sorriram.

Alternavam-se-lhe os dias desafogados, de animação mental, e os desanimos largos. Estava quasi alegre num jantar de Nioac, quando lamentou não ter assistido a uma conferencia do ex-padre Jacinto Luyson, que se rebelára contra Roma. D. Isabel pretendeu reprehendê-lo: Papai! O Imperador confirmou:

— O padre Jacinto pretende regenerar e não demolir a Igreja. Ouvi-lo não importa aderir ás suas idéas, nem dar força á sua propaganda. E' mesmo meio de poder combate-lo melhor, com pleno conhecimento de causa. Demais, é homem inteligente, orador celebre, instruido, animado de fé. Querem saber de uma cousa? A mim não se me daria ouvir o proprio Diabo, se ele se propuzesse a realizar conferencias publicas.

A princeza protestava. D. Pedro II concluiu:

— Sim, senhora, o Diabo em pessoa... Devia ser sumamente curioso, mórmente sobre revoluções...

Riu-se então. E era tão raro! Sempre fôra assim: curioso sem partido, sem preferencias, sem p'reconceitos. Ajudára a seus adversarios, ouvira os detratores, empregára os que o atacavam, apurando, com a neutralidade que frei Pedro de Santa Mariana lhe ensinára, os imprevistos da intelligencia... Pois não lêra, na sinagoga de Londres, os versiculos hebraicos, como se daria por feliz de traduzir arabe em Meca, junto da pedra do profeta? Gostava do Instituto de França: a ciencia, impelida sem rumo, por uma força impávida...

Fugiu aos frios de Novembro, voltando ao seu refugio de Cannes. Em Janeiro de 91, desolava-se com o silencio da pátria:

— E' singular que ninguem mais se lembre de mim para me dirigir duas linhas. Esqueceram-me mais depressa do que eu esperava!...

Aborrecia-se. Arrastava um passo lento, digno, paciente, pelas alamêdas doiradas de um sol ténue. Distraía-se com o estudo das linguas semitas. Mortificava-se numa leitura difficil, destinada a absorver a atenção, a cativar-lhe o pensamento, para que se não escapasse, indiscreto, a vôar para longe. A solidão magoava-o.

“Tenho passado bem e estudado bastante”, escrevia a Ferreira Viana, em 25 de Março. E a 21, a seu diléto Taunay: “Muito obrigado por sua carta de 22 de Fevereiro e o seu “Estudo Historico”. Já principiei a lê-lo. Para que não me pareça injusto o que diz de mim, enviar-lhe-ei brevemente a minha fé de officio de Imperador do Brasil”. “Vou bem de saude e estudo bastante para mesmo de longe servir á nossa Pátria. Como vão os seus? Fale-me de Petropolis...” Cedia á necessidade de falar. Preparava-se para comparecer diante de Deus.

Ditou a Motta Maia — dias depois — a Fé do Officio do reinado.

Valia pelo manifesto, que silenciára: era um testamento, uma confissão, um desabafo (186). Despido das meúdas preocupações da vida, podia ser grandioso na humildade, verdadeiro, mesmo rude na sinceridade. Se endereçasse esse papel, não ao povo do Brasil, mas a seu velho mestre frei Pedro, que, do fundo de sua saudade, fixava nele os duros olhos de santo e sábio carmelita — traíria a mesma emoção. Retratava-se:

(186) Sobre a Fé de Officio, vd. Rodrigo Octavio, *Minhas Memorias dos Outros*, 1^a. serie, p. 52, Rio 1934.

“O que sei devo-o sobretudo á pertinacia.

“Reconheço que sou muito somenos no que é relativo aos dotes de imaginação, que posso, aliás, bem apreciar em outros.

“As leis sociais sempre me preocuparam, e não sou o mais competente para dizer a parte que sempre tomava em seu estudo e aplicação”. “Sempre me interessei...”, pelas cousas economicas, instrução livre, igreja livre no livre Estado, finanças, imigração, segurança nacional, hygiene, “Brasil sem ignorancia, sem falsa religião, sem vicios e sem distancias”, homem “regenerado e não suprimido”, liberdade do voto, concurso para a magistratura e o funcionalismo, administração isenta de politica, felicidade fisica do povo, “habitação em logares salubres e a preço cómodo”, exposições, liceus, um Instituto como o de França, expedições scientificas, escolas técnicas, estradas... “Meu dia era todo ocupado no serviço publico, e nunca deixei de ouvir e falar com quem quer que seja”. “Lia todos os jornais e diarios da capital e alguns das provincias, para tudo conhecer, como era possivel, e mandava fazer extratos nos das provincias dos fatos mais importantes que se ligavam á administração e sempre com a idéa constante de justiça a todos. Assistia a todos os atos publicos para poder ver e julgar por mim mesmo. Sempre gostei muito do teatro...”

Gritava, as intenções que a revolução lhe interrompera: a abolição da pena de morte, o observatorio astronomico, que seria superior ao de Nice, duas universidades, uma ao norte, outra no sul, estudos sobre a agricultura, do engenheiro Hawkshaw, ligação ferroviaria sul-americana, unindo as bacias do Amazonas e do Prata, com o sistema dos Andes... E já nas azas do devaneio, profético, penetrado daquelle amôr das

descobertas que o levára a impelir Capanema para os altos estudos da electricidade, para os inventos que mudavam o destino humano, a face da terra: “Oxalá que a navegação por balões aerostaticos pudesse ser dispensavel e, elevando-se suficientemente, assim como a submarina aprofundando, nos livrassem ambas das tempestades”.

E emendando-se — como envergonhado de ter enchido quatro paginas com a descrição de cincoenta anos de governo: “Basta de falar de mim”.

Taunay foi incumbido de publicar a “Fé de Officio” (187). Estampou-a o “Jornal do Comercio”, de 27 de Maio de 1891. O intermediario limitou-se a declarar:

“Eis o que recebi de Sua Majestade o sr. D. Pedro II e entrego á publicidade, como um dos documentos mais belos, mais sinceros e honrados da historia do Brasil”.

(187) Taunay, *D. Pedro II*, p. 211. (Aí, as cartas do Imperador, citadas).

XL

UM POUCO DE TERRA...

Mal a primavera reverdesceu os campos, foi instalar-se em Versalhes, no hotel des Réservoirs, perto do palacio onde o esplendôr da monarquia se congelára, em alvos marmores, emudecêra, na imensa placidez do monumento... Podia frequentar a bibliotéca, o museu de Luiz XIV, passear pelos famosos sitios saturados de sua insolente grandeza, meditar sobre os contrastes históricos.

Em 22 de Maio, comunicava — com ingenuo regozijo — ao visconde de Taunay: “De Versalhes já vi quasi tudo, não esquecendo, bem entendido, os quadros de seu avô. Um destes dias tenho, no teatro Trianon, uma representação pela companhia do teatro francez do “Devin du village” e de “La gageuse imprévue”. Fui hontem a Paris ouvir no teatro francez: Grisélidis. Deve conhecer o conto de Boccacio; aproveitaram-no bem, e os versos de Armand Silvestre são mui belos e dos que se repetem depois de ouvidos. Mlle. Bartet representou perfeitamente o papel simpatico de Grisélidis. Coquelin Cadet não me agradou no de Diabo. Continuo os meus estudos de ciencias naturais, e, fáto curioso, psicologico: depois de minha grande molestia

a intelligencia tornou-se muito mais apta para as mathematicas; reconheço-o sobretudo pela leitura dos Comptendus, que vou anotando conforme o que sei, e mais estudo para melhor fazê-lo. Infelizmente não estamos na epocha musical de Paris. Arrisquei alguns passeios pelo Parnaso: sobretudo traduções, como a do poema de Lucrecio”.

E num repelão:

“Emfim, se sôfro, não me aborreço, nem a outros, com as minhas queixas — e agora, até outra, pois as tentações aí estão, em torno da minha mesa, sobre ela, bem á mão”.

A 29 de Maio, anotando o folheto de Taunay, “Algumas verdades”, a proposito da Republica: “Pela evolução, sempre a quiz; seria a prova do desenvolvimento, sobretudo moral, do Brasil”.

O trôno ficava, cada vez, mais longe. “...E só penso na posição que ocupei, por ela permitir-me prestar mais facilmente serviços á nossa terra”.

As perspectivas do passado apagavam-se, num panorama de recordações que doíam...

Para a saúde, porém, lhe recomendavam as aguas de Vichy.

Seguiu para a cidade balnearia, em Junho.

O repouso e a cura hepatica permitir-lhe-iam concluir os originaes do livrinho que desejava publicar naquele ano: as suas poesias hebraico-provençais. Um funesto contratempo amargurou-lhe a estação: extraíndo um calo do Imperador, o calista o fez desastradamente; a ferida complicou-se no trajéto de Versalhes para Vichy; á iminencia da gangrena, teve de ser chamado o cirurgião Poucet. Mas Motta Maia já o havia medicado convenientemente. O tratamento antiseptico atalhou o mal. Um pequeno descuido, seria a morte.

No começo o prognostico era “muito grave” (testemnhou o cirurgião). Nos diabeticos, lesões assim costumavam ser fatais. Quasi diria: salvára-se milagrosamente. Motta Maia estivera admiravel.

Os longos dias em que, de perna estendida, houve de permanecer no quarto, com a mesa cheia de livros defronte, serviram-lhe para coordenar escritos, apressar o que destinava ao prélo, preparar-se, evidentemente, para o fim da jornada.

Em 27 de Junho, numa carta ao visconde de Taunay, abria o coração.

“...Só tenho que lhe agradecer o que fez para a publicação de minha “Fé de Oficio”. Ainda direi que me confessei perante a Nação. A posteridade me absolverá de meus erros, atendendo ás intenções. Creia que lhe escrevo estas linhas com as lagrimas nos olhos. Tenho tanta fé em tudo que fiz e faço que, penso, seria martir nos primeiros seculos do cristianismo. Não exagero. Aguardo impaciente o seu trabalho sobre Mato Grosso...”

Pela primeira vez, condoía-se de si mesmo.

Perpassava pelo seu silencioso sofrimento uma resignação de martirio... Como para desculpar a fraqueza:

“Estive bastantes dias, de cama por causa de um calo. Houve gangrena, mas graças ao meu já duas vezes salvador Motta Maia, não preciso cortar o pé esquerdo. Agora tudo vae bem. Mas sempre li e escrevi, o que é o meu consôlo, longe da patria como da afeição dos que querem ao

seu, muito seu,

D. Pedro de Alcantara”.

E para os filhos de seu medico, em 29 de Junho, agradecendo parabens que lhe davam:

— “Estudem-me; estudem-me bem, para prazer meu, e dos seus. Sempre soube ser, e continuo bom estudante. Ha que aprender, e desaprender até á morte”.

Era outro homem, vinte dias mais tarde:

“Em poucos dias poderei partir daqui para o Auvergne (participava a Taunay), que desejo conhecer. Minha futura digressão já está fixada. Muito aproveitei do “De bello gallico” que descreve a região de Vichy, cujos contornos já na realidade percorri”.

Traçou, com letra firme, o prologo da versão das poesias judaico-provençais, em 1.º de Agosto. Iniciára aquele trabalho em 9 de Abril, em Cannes; completára-o em 30 de Julho. Publicou-lhe o opusculo, em Avinhão, o rabino Mossé, que lhe levára, em Cannes, o “Ritual Contadin”. Podia distribui-lo, entre os amigos, a 24 de Setembro. Satisfizéra um velho sonho: o seu livro!

A “Fé de officio” era a despedida politica.

De outras “disposições” não necessitava, quem tão pouco tinha para repartir...

Apezar da “digressão fixada”, ia ficando...

“Nada lhe direi do que se refere ao meu character, e apenas repetirei o verso de Camões que sempre me inspirou e me inspira.

“A minha patria amei, e a minha gente”.

Isto confidenciava ao fiel Taunay, em 5 de Setembro. E no dia 15:

“Tenho as minhas traduções da Biblia e das Mil e Uma Noites sofrivelmente adiantadas. Tambem releio a Odisséa, mas, desde muito tempo, comparando com o original as traduções do Odorico, reparo que bom mostra não saber o grego, lançando mão das traduções de Piedemonte, de outras e dos comentadores.

Como é belo o grego! Estimaria muito cartear-me com o senhor sobre tais assuntos.

“Continúo os meus outros estudos.

“Conto brevemente saír daqui, e em Paris ou perto de Paris, trabalhar a meu gosto.

“Que trabalhadeira mandar vir livros! Bem o experimentei agora para obter os de que preciso para explicar um pouco de Egiptologia aos meus companheiros...”

Vichy esvaziára-se.

O seu terceiro inverno europeu não devia encontra-lo em Paris. Mas prometia vêr apenas o Instituto, a Academia: e recolher-se-ia, á paz da “côte d’azur”, onde o devastado organismo se lhe enfibrava, de energias nóvas. Nioac arranjou-lhe cómodos num hotel modesto, rúe de l’Arcade 17, o “Bedford”, proximo da praça da Concordia. Era central, módico, socegado. Calçava umas botas especiais, acolchôadas, para o pé que cicatrizava. Oferecia o seu pequeno volume das poesias hebraicas aos sábios do Instituto. Nunca se sentiu tão bem como nas sessões da insigne sociedade, entre matematicos, quimicos, filosofos. Todos se levantavam, para çumprimenta-lo: ali, mãos cordiais, sorrisos francos, suave ou caloroso acolhimento, lhe restituíam o seu ambiente, dos tempos radiosos, de 1872 e de 77, quando lhes fazia o favôr de prestigiar os trabalhos, como um augusto Mecenas. Pasteur recebera de máo humor o primeiro estudante brasileiro que o procurou no seu instituto, instituto que D. Pedro II auxiliára com vultosa importancia: Porque expulsaram aquele bom velho?... O rapaz respondera-lhe: Os senhores francezes fazem peor essas cousas: a Luiz XVI, cortaram a cabeça... Renan era dos seus interlocutores. Não havia mais Victor Hugo, Karr, Dénis: agora — morto na penumbra — Gobineau

resplandecia na celebridade póstuma, do seu racismo. Mas os logares deles estavam preenchidos. E D. Pedro II sentia-se bem. Emfim era todos ouvidos, para a ciencia. Afirmára: Na sua liberdade, lucrára com o banimento. Tinha, como nunca, o “poder pessoal”... de fazer o que entendesse.

Podia viajar, mover-se, estudar o que quizesse... Entretinha-se, em frequentar aquelas ilustres companhias, onde os grandes homens, de velhos casacos e trémulas cabeças brancas, representavam a gloria na sua miseria fisica... Quasi lhe diziam: Senhor, assim é a vida. No trôno e na fama, na sabedoria e no poder, no Estado e no genio, o ocaso é igual. Na velhice, todo encontro tem um encanto comovido, de despedidas discretas. Amanhã se reveriam, naquele eminente recinto, “sous la coupole”?...

Estava quasi feliz, em 28 de Outubro:

“Se o corpo envelhece, e já não presta, o espirito é sempre moço; vou agora estudar com Picard, da Academia das Ciencias, novos processos matematicos. Cumpre tentar sempre atingir a exatidão. Que progressos nas applicações! Já determinamos o ponto do navio com um erro maximo de 200 metros. Vejo quasi resolvida a navegação aerea e submarina. Zombaremos das montanhas e tempestades. Hei de escrever-lhe regularmente sobre todos esses melhoramentos; aproveite (é para Taunay a carta) como melhor lhe parecer, tais informações”.

De repente, uma sombra:

“Aprovo completamente sua opinião sobre o destino de meus livros, que espero ainda rever, antes da minha morte, como a filhos queridos”.

E a 24 de Novembro:

Tenho trabalhado bastante, estou aprendendo novos processos matematicos com um colega do Instituto e da

Academia Francesa, onde muito me agradou o discurso do “prix de vertu” pelo Cherbuliez”.

E numa ância de noticias:

“Adeus! Fale-me de tudo”.

Gostava tambem de andar a pé. Motta Maia ia-lhe ao lado. Os transeuntes tiravam com respeito o chapéo; e o Imperador cumprimentava, com um leve sorriso. Conheciam-no. Não havia em Paris barbas mais veneraveis, realçando, sobre a larga gravata preta, o luto pezado em que persistia, a estatura imponente, apenas estremecendo, no ritmo da marcha, pela acentuada debilidade das pernas, que já lhe faltavam... Uma feita, certa familia americana o saudou; e o menino, que dava ao pae a pequenina mão, perguntou, com supersticiosa admiração: — Quem é esse velho tão respeitavel? — Respondeu-lhe: — D. Pedro, Imperador do Brasil. — A criança reteria sempre, nas pupilas claras, a imagem austéra: chamava-se Franklin Roosevelt, e, como Presidente dos Estados Unidos, no Congresso brasileiro que visitou, começaria o seu discurso sobre a paz da America narrando essa impressão inolvidavel... — Não deixaria Paris, senão forçado, pelo inverno inclemente.

Debalde Motta Maia e os condes d’Eu faziam-lhe ver a necessidade de partir, para as praias meridionais. — Mais tarde... Ha o Instituto... Depois, foram noticias alarmantes do Brasil.

A revolução fôra mais profunda do que imaginava. Antes de ser das armas — em choque — era dos espiritos — perplexos... No principio, todos tinham pensado como Saraiva, que justificava a adesão ao novo regimen dizendo, paternalmente: E’ preciso guiar os meninos... Não tinham experiencia! Mas, de fato, não caíra sómente o trôno. Desabara uma época. Havia préssa em sepultar-se um seculo. O positivismo

pretendêra varrer a Igreja; a Republica, como ordem mental, como outra “fôrma” de organização social, substituia o Imperio; desapareceram “vossàs excellencias”, e todos se tratavam por “vós”; apenas alguns caturras insistiam em assinar-se barões ou viscondes; o “encilhamento” desequilibrára o consenso publico, a latente agitação do país fizera o resto... Governo forte, repressão da imprensa de opposição, jacobinismo enfurecido (devia-se pôr abaixo a estatua de D. Pedro I, raspára-se das fachadas dos predios o escudo imperial, andara-se a demolir quanto simbolo falasse da monarchia defunta, entre ruidosas coleras populares), intolerancia, frenesí de Bolsa, acomodação tímida, produziam um ambiente nervoso e indefinivel. Começara a série de reformas, com a bandeira nacional. Quizeram mudar o nome do cemiterio de S. João Batista, para Sul-Colombiano. Nada de religião... O provedor da Santa Casa, Paulino, replicou serenamente: Tomo nota da idéa; mas convem, antes da execução, saber se os que lá se acham têm até agora motivos de queixa ou aborrecimento contra esse nome de S. João Batista... A propria formula, “Deus guarde”, fôra preterida por outra, francêsa, “Saude e fraternidade”. Paulino resistiu-lhe: “Não me é licito aceder á indicação de V. Ex., porquanto neste estabelecimento ainda ha Deus...” O carro do Estado leigo triturava, numa áspera escalada, um chão de reliquias. Seria logico que a um repelão mais insolito se desbancasse Deodoro de sua boléa. Foi o que aconteceu.

A opposição do Congresso ao marechal, levára-o a dissolver a representação nacional. Que sobreviria, ao golpe? A Republica constitucionalizára-se; maç enveredava, desnorteada, pela ilegalidade, a que se seguiriam os motins, a sanguieira que o Imperador poupára, em 89.

Os brasileiros exilados, ou adeptos da monarquia na Europa, exultaram. Acharam que as recentes instituições se diluíam: e pediam a D. Pedro II que fizesse das fraquezas forças, e corresse, a retomar o Imperio.

Esqueciam-se de que, para ele, a planta da ambição secára no clima estrangeiro, e havia, debruçado sobre a morte, que se avizinhava, um espirito limpo de cobiça.

D. Pedro I reconquistára Portugal: tinha 34 anos. Como empreenderia uma aventura, talvez nefasta ou inconsequente, na idade em que se ajustam, na terra, as contas do céu?... A Imperatriz, a quem daria uma grande felicidade a volta para Petropolis, para a sua casa desfeita, a Quinta ensombrada de arvores mais antigas do que eles, jazia num caixão de chumbo, esperava-o nas cavas de S. Vicente de Fóra. A filha não perdoava, na sua sensibilidade de mulher, a decepção de 15 de Novembro, depois da apoteose de 13 de Maio. Quando lhe mandaram, do Rio, os seus moveis mais estimados, não pudéra conter as lagrimas diante da rica mesa de Boulle em que assinára a "lei aurea". Mãos criminosas tinham-lhe arrombado as gavetas, torcendo os bronzes... Explodiu: Ladrões!

Corrigiu: Não, minha filha, não foram ladrões. E explicou, com a voz triste: Pensavam encontrar aí cartas comprometedoras, cartas de pedidos... Enganavam-se! Não as guardava, depois de atender ás supplicas.

Gastão d'Orléans convencera-se de que lá não o queriam. Os netos, pequeninos, precisavam estudar... Não, não se meteria naquilo.

A Penedo e Silveira Martins, que lhe falavam do sacrificio da viagem, respondera: Não me chamaram!

As razões do seu antigo embaixador foram cálidas, torrenciais. Porém concordou, esquivando-se: — Sim.

Acho que poderei apresentar-me lá. Mas não tenho sómente que pensar em mim... — Precisava conversar com Isabel. Pensava nos filhos desta. Em todo caso, não exerceria mais, como dantes, o governo: desprender-se-ia...

Nunca tinha conspirado.

No exílio não conspirou.

Fugia... Dos vãos interesses, e da existencia que lhe pezava. As novidades do Brasil acabrunhavam-no. “Que não québrem as cabeças” — recomendára a Francisco Cunha, diplomata da Republica, que fizéra questão de conhecer.

Mr. Tachard, diplomata francez, amigo de Silveira Martins, dissuadira Pires Brandão: — Deixem o soberano desterrado acabar em paz os poucos dias, que lhe restam, aqui mesmo, na Europa. Pouco viverá. Se vocês carecem de um imperador compativel com a força e a grandeza do Brasil, recorram... a Gaspar. Não é um homem, é um monstro; reinará como os deuses da mitología grega...

D. Pedro II tudo daria para ir acabar seus dias esquecidamente, caladamente, no fundo da Quinta onde nascera.

Não se animava a exprimir esse voto.

Havia a Academia das Ciencias... Em 23 de Dezembro, elegia-se novo socio. Foi ao palacio Mazarino, para a cerimonia. Cortava o espaço uma aragem glacial. A tarde incolôr envolvera a cidade na sua temperatura, na sua gravidade, na sua poesia de “vieux Paris”. Á saída, mandou tocar o carro aberto pelos arredores. Deslisava o Sena escuro e murmurante entre as margens de um verde desmaiado: e, no horizonte, as arvores desfolhadas rompiam, com os galhos cinzentos, a bruma que restejava... Voltou mais réco-

lhido ao pezado capote, com arrepios de frio. Deitou-se cêdo.

Amanheceu com febre alta.

Motta Maia não se enganava.

Era a pneumonia!

Não poderia levantar-se no seu dia natalicio, 2 de Dezembro. A princeza fez que o padre David, colega do Imperador no Instituto, rezasse a santa missa no quarto de doente. Sessenta anos ouvira reboar a artilharia, naquela manhã festiva: agora, retiniam apenas as campainhas liturgicas, e oficiava um sacerdote. Não recebeu as visitas, que encheram os corredores do hotel. Queimava-o a febre. Charcot e Bouchard subiram, de ar preocupado, as escadas do Bedford, em 3 de Dezembro. Tomaram-lhe o pulso. Observaram-no, arquejante, prostrado, a face de marfim, mais branca a barba desatada sobre o peito encovado. Retiraram-se, com Motta Maia. Estiveram, fóra, um instante calados. Disse Charcot: "rien à faire..." Os outros assentiram, com um movimento de cabeça. A medicina capitulára.

O enfermo, ao entardecer do dia 4, perdeu lentamente a consciencia do que em torno se passava. Duas janelas abertas para a tranquila rua coavam a claridade fôska de um dia de sol incerto, afundado na calma e na névoa do inverno parisiense. Não lhe deixavam a cabeceira Motta Maia, a princeza, o conde d'Eu. Fóra chamado D. Pedro Augusto. Poucos amigos mais, perfaziam uma roda silenciosa. A indiferença, pelo que á volta ocorria, o abatimento, o gradual afastamento do espirito que se ausenta, precederam a agonia. Ás 10 horas entrou o cura da Madalena, o abade Le Rebours, paramentado, para ministrar ao principe moribundo os ultimos sacramentos. Seus olhos reluziram. Recebeu com vizivel humildade

a extrema unção. De novo se lhe embaciaram as pupilas azúes: meia hora depois, começou a morrer.

Nem mais uma palavra se ouviu. Estranhas paizagens inundam d'uma luz misteriosa e suave as fixas pupilas dos agonizantes. Nascera, criara-se, envelhecera em S. Cristovão: talvez lhe ouvisse ainda, suspensos no gemido do vento, os ruídos de suas arvores, a indistinta zoadá da mata que tanto mêdo lhe causara, na infancia. E pela memoria que se apagava passassem as sombras veneráveis, familiares, graves, de sua saudade: a Dadama com as vestes negras, Aureliano, Paulo Barbosa, o majestoso Paraná, a velhice risonha de Sapucahí, o honesto Bom Retiro, Caxias com os seus bordados, Tamandaré resmungão e rude, a elegancia de Rio Branco, a manhosa serenidade de Saraiva, Dantas, Ouro Preto, Paranaguá, o marechal Deodoro, a queixa áspera de Benjamin Constant, acusando-o de abandonar os intellectuais, os pobres da mordomia, em torno de Nogueira da Gama, bemdizendo-o de longe, e entre essa gente desfilando, fardas, oiros, esplendôr, a bôa senhora que se aproximava, coxeando, minúscula, de lindos olhos negros, toda vida calada, por seu amôr, a Imperatriz...

Soou meia noite. Era 5 de Dezembro de 1891. O coração, batia ainda, enfraquecendo, esgotando-se, perecendo... Meia hora mais tarde, a princeza, de joelhos, beijava a mão enregelada do Imperador, e choravam todos, sem ruido, abafando nos lenços um pranto irremovível. O grande corpo enchia a cama pobre; pousava-lhe sobre o busto um crucifixo; e a bela cabeça encanecida, de perfil aguçado pela morte, como modelada em cêra, conservava a majestade e a altivez da realza.

Houve em seguida uma rapida cerimonia. Oscularam os presentes a mão trémula de D. Isabel, que pensava desfalecer de dôr: era a antiga maneira de reconhecer os herdeiros do trôno, tudo o que indicava ali que não morrera apenas D. Pedro de Alcantara, hóspede estrangeiro do quarto 18... mas — sem corôa, sem casa propria, sem pátria — o Imperador. Motta Maia aproximou-se, com uma almofada. Substituiu por ela o travesseiro, no qual descansava a cabeça do morto. E recuou, soluçando.

Cumprira um inocente e suave desejo dele.

Pedira uma vez que lhe trouxessem uns punhados da terra natal, para repousar aí, com a ilusão de ter restituído ao chão do seu país o resto de si mesmo, que lhe pertencia.

Aquela almofada estava cheia de terra do Brasil.

F O N T E S

- Contribuições para a biografia do Imperador* (Revista do Instituto Historico Brasileiro, edição do centenario de D. Pedro II, 1925).
- Max Fleiuss, *Paginas de Historia*, Rio 1936.
- Monte Alverne, *Obras Oratorias*, Porto 1899.
- Prince de Metternich, *Mémoires*, IV.
- Anais do Arquivo Nacional*, XVII.
- Revista do Instituto do Ceará*, XXII.
- Martim Francisco, *Contribuindo*, S. Paulo 1921.
- Teófilo Ottoni, *Circular aos eleitores*, Rio 1860.
- Octavio Tarquinio de Sousa, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Rio 1937.
- Revista do Instituto Historico*, III, XXXIX, XLIV, LVI, LXXV.
- Josefina Neuville, *Memorias da minha Vida*, Lisboa 1864.
- Cristiano Ottoni, *Advento da Republica*, Rio 1893; *Autobiografia*, Rio 1908.
- Visconde de Nogueira da Gama, *Minhas Memorias*, Rio 1893.
- G. Poincot, *La Vie romanesque de la duchesse du Berry*.
- Comtesse de Boigne, *Mémoires*, III, Paris 1909.
- Marquês de Villa Urrutia, *Las Mujeres de Fernando VII*, Madrid, 1925.
- Eugenio Rodriguez, *Viagem da Imperatriz*, notas de Gastão Penalva, Rio 1937.
- Mucio Teixeira, *O Imperador visto de perto*, Rio 1917.
- Afonso Taunay, *No Brasil de 1840*, S. Paulo 1935.
- Conde d'Eu, *Viagem ao Rio Grande do Sul* (pref. e notas de Max Fleiuss), S. Paulo 1936.

- Wanderley Pinho, *Política e Politicos no Imperio*, Rio 1930; *Cartas de D. Pedro II ao barão de Cotegipe*, S. Paulo 1933; *Cotegipe e seu tempo*, S. Paulo 1937.
- Barão de Paranapiacaba, *Reminiscencias*, Rev. do Inst. Hist., LXVIII.
- Suzannet, *Souvenirs de Voyage*, Paris 1846.
- Correspondencia do 2º Visconde de Santarem*, coligida por R. Martins, VI, Lisboa 1919.
- F. Wolf, *Le Brésil littéraire*, Berlin 1863.
- Fletcher and Kidder, *Brazil and Brazilians*, Boston, 1866.
- Expilly, *Mulheres e costumes do Brasil*, trad. de Gastão Penalva. Benjamin Mossé, *D. Pedro II*, Paris 1889.
- Ch. Ribeyrolles, *O Brasil Pittoresco* (trad. de Machado de Assis).
- Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Imperio*, Paris 1898; *O Abolicionismo*, Londres 1883.
- Augustin Cochin, *L'Abolition de l'esclavage*, Paris 1861.
- Adolfo Saldias, *Historia de la confederacion argentina*, Buenos Aires 1892.
- A. Thiers, *Discours*, VIII, Paris 1878.
- Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, *Crônica da rebelião praieira*, Rio 1850.
- Antonio Dellepiane, *Rosas y Palmerston*, Buenos Aires, 1936.
- Alberto de Faria, *Mauá*, Rio 1926.
- Juan B. Terán, *José Maria Paz*, Buenos Aires 1936.
- Domingo F. Sarmiento, *Obras*, XIV, Buenos Aires 1898; *Viajes*, II.
- Eugenio Garzón, *La Tragedia del Plata*, Montevideo 1937.
- Julio Irazusta, *Ensayo sobre Rosas*, Buenos Aires 1935.
- Ramon J. Cárcano, *De Caseros al 11 Septiembre*, Buenos Aires 1933.
- Alberto Palcos, *Sarmiento*, Buenos Aires 1929.
- Ricardo Levene, *Historia de la Nacion Argentina*, Buenos Aires 1936.
- Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*, Rio 1913.

- Memorias da viagem de S.S. M.M. ás Provincias da Bahia, etc., Bahia 1861*
- Antonio Feliciano de Castilho, *Cartas*, III, Obras Completas, vol. 79, Lisboa 1910.
- Pedro Calmon, *O Marquez de Abrantes*, Rio 1933; *O Rei Cavaleiro*, São Paulo, 1933; *Historia Social do Brasil*, 2^o. volume, S. Paulo 1937; *Historia da Civilização Brasileira*, 3^a. ed., S. Paulo 1937.
- Eduardo Acevedo, *Anales Historicos del Uruguay*, III, Montevideo 1933.
- Pelham Horton Box, *Los origenes de la guerra del Paraguay*, Asuncion 1936.
- Pinheiro Guimarães, *Um voluntario da Patria*, Rio 1936.
- Almirante Artur de Jaceguay, *Reminiscencias da guerra do Paraguay* (prefacio do contr'almirante Raul Tavares), Rio 1935.
- Alberto Rangel, *Gastão de Orléans*, S. Paulo 1935; *No rolar do tempo*, Rio 1937.
- Tasso Fragoso, *Historia da guerra da triplice Alliança*, Rio 1934.
- Oliveira Lima, *O Imperio Brasileiro*, S. Paulo 1925; *Memórias*, Rio 1937.
- Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*, Porto Alegre 1935; *Oito Anos de Parlamento*, 2^a. ed.; *O Imperador no Exilio*, 2^a. ed.
- D. Pedro de Alcantara, *Poesias hebraico-provençais*, 1891.
- Eusebio de Sousa, *Tiburcio*, Fortaleza 1937.
- Visconde de Taunay, *Reminiscencias; Homens e cousas do Imperio; D. Pedro II; Imperio e Republica; José Mauricio*, Comp. Melh. de S. Paulo.
- Carolina Nabuco, *Joaquim Nabuco*, 2.^a ed.
- Leão Teixeira, *O Visconde do Cruzeiro*, Rio 1931.
- Lady Jackson, *A formosa Lusitania*, versão de Camillo, Porto 1877.
- René Vallery-Radot, *La Vie de Pasteur*, Paris 1919.
- Ramalho e Eça, *As Farpas*, Lisboa 1891 (vols. 2^o e 10^o.)
- Paulo Osorio, *Camillo*, Porto 1908.
- Camillo Homenageado*, Famacião 1921.
- Pinto de Campos, *D. Pedro II*, Porto 1877.

- O Centenario do Caraça*, Rio 1920.
- Révue des deux mondes*, tom. 17.
- José Carlos de Carvalho, *A' memoria do Imperador*, Rio 1925
- Magalhães de Azeredo, *D. Pedro II*.
- E. Goblet d'Alviella *L'établissement de Cobourg en Portugal*,
Paris 1869.
- Richard Wagner, *Ma Vie*, trad. de Valentin et Schenk, Paris, 1911.
- Adolph Jullien, *Richard Wagner*, Paris 1886.
- Teixeira Mendes. *Benjamin Constant*, Rio 1893.
- Pereira da Silva, *Memórias do meu tempo*, Rio.
- Diccionario Bibliografico português* (Brito Aranha), XXI.
- Almanach Bertrand*, 1901.
- Craveiro Costa, *O Visconde de Sinimbú*, S. Paulo 1937.
- Fernando Osorio, *Historia do General Osorio*, Rio 1894.
- Ernesto Senna, *O Velho Rio de Janeiro*, Rio 1908.
- Suetonio, *O Antigo Regimen*, Rio 1896.
- Paulo José Pires Brandão, *Vultos de meu caminho*, S. Paulo 1935.
- Francisco Negrão e Altamirano Nunes Pereira, *A Viagem de D.
Pedro II pelo Paraná*, Curitiba 1925.
- Ruy Barbosa, *Quêda do Imperio*, Rio 1921.
- Avellaneda, *Escritos y discursos*, IV, Buenos Aires 1910.
- Vicente G. Quesada, *Mis memorias diplomaticas*, Buenos Aires
1908.
- Americo Lacombe, *Mocidade e exilio de Ruy Barbosa*, S. Paulo
1934.
- José Julio Silveira Martins, *Silveira Martins*, Rio 1919.
- Manuel A. Velho da Motta Maia, *O Conde de Motta Maia*, Rio
1937.
- Rodrigo Octavio, *Minhas Memórias dos Outros*, 1ª. serie, Rio 1934.
- Coelho Neto, *A Conquista; Fogo Fatuo*.
- Artur Neiva, *Esboço historico sobre a botanica e a zoologia no
Brasil*, S. Paulo 1929.
- E. Vilhena de Moraes, *O Gabinete Caxias e a Amnistia; Novos
aspectos da figura de Caxias*, Rio 1937.

Artigos de imprensa:

Heitor Lyra, (*Jornal do Comercio*, capitulos do livro em preparo sobre D. Pedro II e o seu reinado).

Silva Costa, *Jornal do Brasil*, 24 de Julho de 1920.

Georges Raeders (*Jornal do Comercio*, cartas de D. Pedro II a Gobineau).

"*Le Temps*", 22 Juillet 1934 (cartas de Renan).

Affonso Celso, *Jornal do Brasil*, 10 de Outubro de 1937.

Ramalho Ortigão, *Revista Nova*, S. Paulo 1931.

FAC. N. FILOSOFIA - BIBLIOTECA

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

MANUSCRITOS :

Papeis do Imperador no arquivo do castelo d'Eu (cm. por S. A.
I. o príncipe Dom Pedro de Orléans e Bragança).

Arquivos de Saraiva e Olinda, no Instituto Historico Brasileiro.

Papeis do Imperador, e Tavares Bastos, na Bibliotéca Nacional.

Arquivo de Lamas, no Archivo de la Republica del Uruguay
(Montevideo).

Arquivo de Guido e Secretaria de Rosas, no Archivo General de
la Nacion Argentina (Buenos Aires).

Arquivos do marquez de Abrantes e do visconde de Nogueira da
Gama (cm. pelas respectivas familias).

Bosquêjo biográfico, no Instituto Historico Brasileiro.

Viagem de S.S. M.M., em 1871, no arquivo do Instituto Historico
Brasileiro.

Cartas de D. Pedro II a Capanema, Paranaguá, Porto Alegre, etc.

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", à rua Xavier de Toledo, 72 — São Paulo, para a Companhia Editora Nacional, em Maio de 1938.



D. Pedro II em 1840

(Quadro a óleo, na galeria do Museu Histórico Nacional)



O Imperador em 1843

(Galeria do Museu Histórico Nacional)



Sátira política de 1882: o Imperador... astrônomo

(Caricatura de Angelo Agostini)



O "incognito" do Imperador em 1877

(Caricatura de Bordallo Pinheiro).



As Falas do trôno e o descontentamento liberal

(Caricatura de Angelo Agostini, 1884)



D. Pedro II em 1886

(Galeria do Museu Histórico Nacional)



Alegoria da Redenção dos escravos

(Desenho de "El Mosquito", de Buenos Aires)



Nervosismo de rua, em 16 de Novembro — Aspecto do largo do Paço

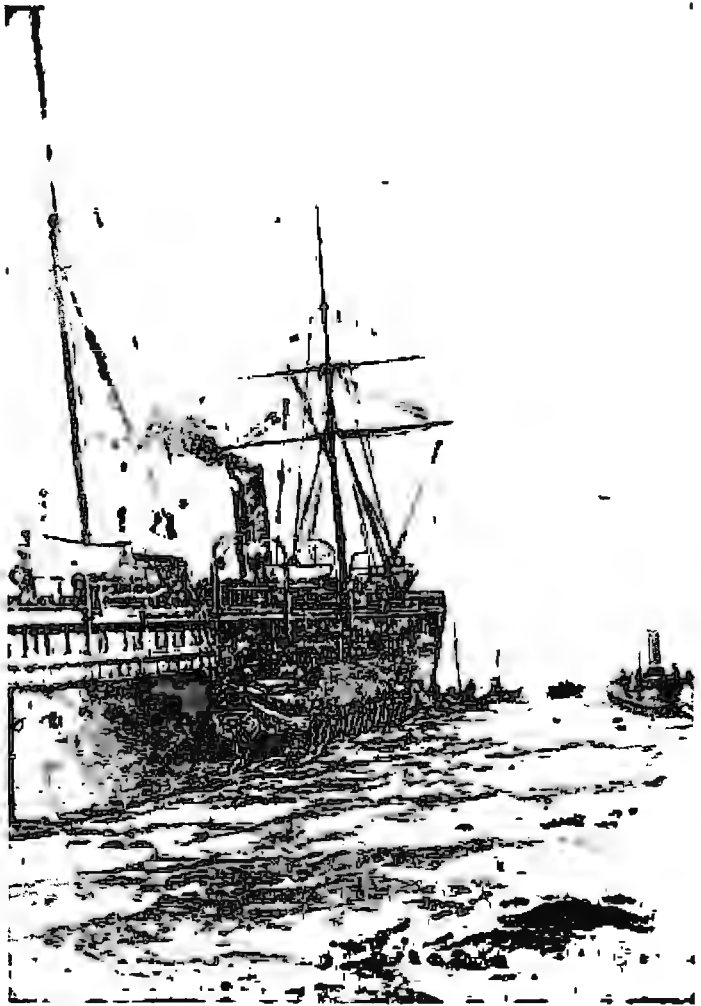
(L'illustration, Dez. de 1889)



XI

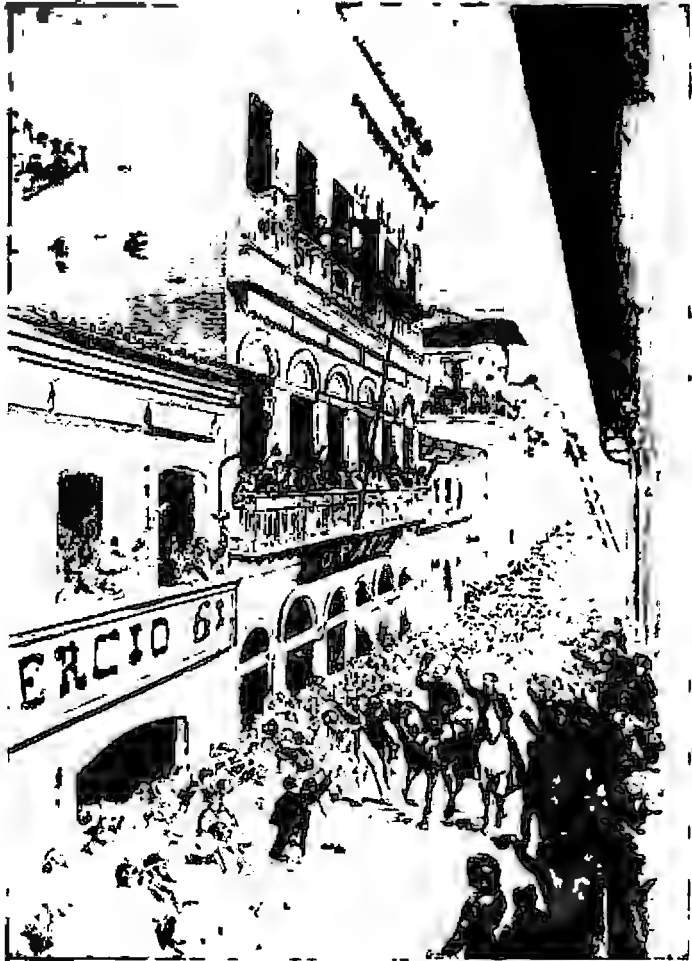
O paço da Cidade em 16 de Novembro

(De L'illustration, Paris, Dez. 1889)



O "Alugôas", no Tejo. Da galeota real salta D. Carlos

(L'Illustration, Dez. 1889)



A proclamação da Republica — Manifestações da rua do
Ouvidor, em 15 de Novembro

(L'Illustration, Paris, 28 Dez. 1889)

XII



A familia imperial no exilio 1890